



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE, NATUREZA E**  
**DESENVOLVIMENTO**

**DIEGO CORRÊA FURTADO**

**TURISMO, TRABALHO E USO DE RECURSOS NATURAIS**  
**NO LITORAL PARAENSE:**  
**A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE MUDANÇA NA LOCALIDADE**  
**COSTEIRA DE MARUDÁ, AMAZÔNIA ATLÂNTICA**

**Santarém**

**2019**

**DIEGO CORRÊA FURTADO**

**TURISMO, TRABALHO E USO DE RECURSOS NATURAIS  
NO LITORAL PARAENSE:  
A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE MUDANÇA NA LOCALIDADE  
COSTEIRA DE MARUDÁ, AMAZÔNIA ATLÂNTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de Doutor. Universidade Federal do Oeste do Pará. Área de concentração: sociedade, natureza e desenvolvimento. Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Luciana Gonçalves de Carvalho. Coorientador: Dr. Flávio Bezerra Barros.

**Santarém**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/UFOPA**

---

F992t Furtado, Diego Corrêa  
Turismo, trabalho e uso de recursos naturais no litoral paraense: a construção da noção de mudança na localidade costeira de Marudá, Amazônia Atlântica / Diego Corrêa Furtado. – Santarém, 2019.

165 fls.: il.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho.  
Coorientador: Flávio Bezerra Barros.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

1. Diversidade socioambiental amazônica. 2. Turismo. 3. Mudança social.  
I. Carvalho, Luciana Gonçalves de, *orient.* II. Barros, Flávio Bezerra, *coorient.*  
III. Título.

CDD: 23 ed. 300.05098115

**DIEGO CORRÊA FURTADO**

**TURISMO, TRABALHO E USO DE RECURSOS NATURAIS  
NO LITORAL PARAENSE:  
A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE MUDANÇA NA LOCALIDADE  
COSTEIRA DE MARUDÁ, AMAZÔNIA ATLÂNTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de Doutor. Universidade Federal do Oeste do Pará. Área de concentração: sociedade, natureza e desenvolvimento. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Gonçalves de Carvalho. Coorientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr.<sup>a</sup> Luciana Gonçalves de Carvalho – Orientadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

---

Dr.<sup>a</sup> Delma Pessanha Neves – 1<sup>a</sup> Examinadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

---

Dr.<sup>a</sup> Helionora da Silva Alves – 2<sup>a</sup> Examinadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

---

Dr. Rubens Elias da Silva – 3<sup>o</sup> Examinador  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

---

Dr. Thiago Almeida Vieira – 4<sup>o</sup> Examinador  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

---

Dr.<sup>a</sup> Voyner Ravena Cañete – 5<sup>a</sup> Examinadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

---

Dr.<sup>a</sup> Danielle Wagner Silva – Suplente  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

## RESUMO

A partir do caso específico das comunidades de pescadores do litoral do estado do Pará, a tese propõe discutir sobre potenciais limitações epistemológicas da pesquisa interdisciplinar, em particular daquelas vertentes articuladas às categorias de sociedade e natureza, como a Etnobotânica e a Etnofarmacologia, que vêm se tornando importantes instâncias de reflexão sobre processos de mudança social. A investigação se concentra nas rearticulações de relações sociais travadas nas esferas do cotidiano, do trabalho e do uso de recursos naturais na localidade de Marudá (Marapanim-PA, Amazônia atlântica), buscando compreender o modo como as noções de mudanças e permanências foram contrastivamente acionadas para qualificar a vida social e as relações entre sociedade e natureza no lugar ao longo do tempo. Focaliza a temática do turismo, em particular, e tenciona reconhecer as especificidades das práticas de visitação ali objetivadas e suas influências sobre a organização da vida econômica, a estruturação do cotidiano e os regimes de saberes tradicionais da população permanente de Marudá. Para alcançar seus objetivos, a pesquisa inventaria os registros legados pela literatura acerca das práticas de extrativismo animal marinho e de fitoterapia popular efetivadas no local e alia sua análise à produção de dados em trabalho de campo, por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Desvelando a configuração de duplicidade de engajamentos dos marudaenses a alternativos universos laborais, a tese demonstra que o turismo, embora tenha absorvido força de trabalho dos moradores do local, ocupando-os em funções ligadas ao polo balnear, não promoveu a desarticulação de seus estilos de vida e de organização da vida econômica, como prognosticado por parcela da literatura precedente. Conclui, por fim, que a persistente cisão entre campos interdisciplinares e campos disciplinares de pesquisa – particularmente as ciências sociais –, para além da legítima necessidade de preservar abordagens particulares a diferenciados objetos de estudo, tem favorecido a reprodução de incompreensões evitáveis, constituindo a raiz de interpretações deterministas e fatalistas da mudança social em regiões de notável sociobiodiversidade, como a Amazônia e, especificamente, sua porção atlântica.

**Palavras-chave:** Diversidade socioambiental amazônica. Mudança social. Pesquisa interdisciplinar. Saberes locais. Turismo.

## ABSTRACT

Based on the specific case of coastal fishing communities in the state of Pará, the thesis proposes to highlight potential epistemological limitations of interdisciplinary research, particularly those fields related to the categories of society and nature, such as Ethnobotany and Ethnopharmacology, which have become important instances of reflection on processes of social change. The research centers on the re-articulations of social relations in the spheres of daily life, work and natural resources usage in the locality of Marudá (Marapanim-PA, Atlantic Amazon), and tries to understand how the notions of change and continuity have been circumstantially employed to qualify social life and society and nature relations in the place over time. It focuses on the theme of tourism, in particular, and intends to recognize the specificities of the visiting practices performed in Marudá and their influence on the organization of economic life, the structuration of daily life and the traditional knowledge regimes of its permanent population. In order to achieve these objectives, the research inventories data from scientific literature related to marine animal extractivism and popular phytotherapy practices carried out in the place, and allies its analysis to the production of data in field work, through participant observation and semi-structured interviews. By revealing the double engagement patterns of marudaenses to alternate working universes, the thesis demonstrates that although tourism has absorbed workforce of the local people and occupied them in its specific functions, it did not promote the fragmentation of their lifestyles and their economic life organization, as predicted by part of the previous literature. It finally concludes that the persistent split between interdisciplinary fields and disciplinary fields of research – particularly the social sciences –, in spite of the legitimate need to preserve particular approaches to different objects of study, has favored the reproduction of avoidable mistakes, constituting the root of deterministic and fatalistic interpretations of social change in regions of notable socio-biodiversity, such as the Amazon or, specifically, its Atlantic portion.

**Keywords:** Interdisciplinary research. Social change. Socio-environmental diversity in the Amazon. Tourism. Traditional knowledge.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1 CONTEXTO DO ESTUDO	15
1.2 OBJETIVOS	20
1.3 DIRETRIZES METODOLÓGICAS	21
1.4 ESTRUTURA DO TEXTO	24
<b>2 O ESTUDO DO CONTATO SOCIAL E AS ESPECIFICIDADES DO TURISMO</b>	<b>27</b>
2.1 ALTERIDADE EM SITUAÇÃO DE CONTATO E PREDIÇÕES DA MUDANÇA SOCIAL	28
2.2 O TURISMO COMO TEMÁTICA DE PESQUISA	32
2.3 TURISMO BALNEAR EM PRAIAS E ILHAS RÚSTICAS	37
<b>3 TURISMO E MUDANÇA EM MARUDÁ</b>	<b>45</b>
3.1 MARUDÁ COMO POLO PESQUEIRO	46
3.2 MARUDÁ COMO POLO BALNEAR	50
3.3 TURISMO: DE FALSA ESPERANÇA A FONTE DE DECULTURAÇÃO	54
3.4 A VIRADA INTERPRETATIVA	56
3.5 SÍNTESE	59
<b>4 A TRADIÇÃO DAS ETNOCIÊNCIAS EM MARUDÁ</b>	<b>60</b>
4.1 REGISTROS INAUGURAIIS	61
4.2 UM SABER EM DESAPARIÇÃO?	62
4.3 A CONTÍNUA VITALIDADE DOS SABERES LOCAIS	64
4.4 A INFLUÊNCIA DO TURISMO	68
4.5 A EMERGENTE MATRIZ DE ANÁLISE DA FITOTERAPIA EM MARUDÁ	70
<b>4.5.1 Etnociências: mudança social e erosão do saber local</b>	<b>70</b>
<b>4.5.2 A incidência seletiva dos fatores de modernidade</b>	<b>71</b>
<b>4.5.3 Erosão do conhecimento: mecanismo de ocorrência</b>	<b>73</b>
<b>4.5.4 Um segundo deslocamento interpretativo</b>	<b>74</b>
4.6 SÍNTESE	76
<b>5 UMA HIPÓTESE ALTERNATIVA</b>	<b>77</b>
5.1 O TURISMO EM MARUDÁ, SEGUNDO LOURDES FURTADO	80
5.2 IMPLICAÇÕES	82
5.3 A HIPÓTESE ALTERNATIVA	86

<b>6</b>	<b>ALTERNÂNCIAS E DUPLICIDADES LABORAIS EM MARUDÁ</b>	<b>88</b>
6.1	NOTA PRÉVIA: ESPAÇO E POPULAÇÃO	89
6.2	COTIDIANO MARUDAENSE: TRABALHO E USO DE RECURSOS NATURAIS NOS BAIRROS SOSSEGO E ALEGRE	92
<b>6.2.1</b>	<b>A vizinhança marudaense e a ocupação de caseiro</b>	<b>92</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Ocupação de pedreiro</b>	<b>96</b>
<b>6.2.3</b>	<b>Ocupações de atendimento no comércio</b>	<b>97</b>
<b>6.2.4</b>	<b>Extrativismo animal: ofício de pescador</b>	<b>98</b>
<b>6.2.5</b>	<b>Ofícios de costureira, artesã, erveira, marisqueira</b>	<b>101</b>
6.3	DOIS UNIVERSOS OCUPACIONAIS	103
6.4	REARTICULAÇÕES SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS EM MARUDÁ	105
6.5	A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	109
6.6	SÍNTESE	112
<b>7</b>	<b>A JUVENTUDE MARUDAENSE</b>	<b>114</b>
7.1	CRIANÇAS E JOVENS EM MARUDÁ: ESTUDANTES, AVENTUREIROS	116
7.2	OCUPAÇÕES DE IDOSOS E A POSIÇÃO SOCIAL DE APOSENTADO	119
7.3	DIVERGENTES NOÇÕES DE TRABALHO	122
7.4	A INVIABILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE SUCESSORES	124
7.5	SÍNTESE	129
<b>8</b>	<b>TRADICIONALIDADE: SABERES LOCAIS E QUADROS SOCIAIS</b>	<b>130</b>
8.1	A NOÇÃO DE TRADICIONALIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS	131
8.2	ANÁLISE DOS QUADROS SOCIAIS: VIDA ECONÔMICA E COTIDIANO	138
<b>9</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>144</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O contato entre diferentes sociedades, a diversidade cultural e as reconfigurações de práticas sociais, temas próprios ao consolidado campo das ciências sociais, têm despertado crescente interesse em pesquisadores afiliados a emergentes campos interdisciplinares de pesquisa (FLORIANI, 2000; POSEY, 1987; PRADO; MURRIETA, 2015; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Tendo inspirado a construção de diversificados objetos de estudo ao longo da história dos campos disciplinares em cujo âmbito foram concebidos, esses temas, quando apropriados pela investigação interdisciplinar, já estão previamente marcados pelas disputas e contestações sucessivamente alimentadas em seu entorno.

Ao mesmo tempo em que termos como sociedade, cultura, tradição, adaptação, evolução e desenvolvimento são portadores de significados específicos no âmbito das ciências sociais, também pertencem – ou pertencem mesmo originalmente – à esfera do senso comum (BAUMAN; MAY, 2010, p. 20). Afigura-se, por isso, a possibilidade de que a apropriação interdisciplinar de termos sistematicamente debatidos no âmbito das ciências sociais possa refletir mais as significações a eles atribuídas em esferas de senso comum que no mencionado campo de reflexão disciplinar.

Embora a validade dessa constatação possa se estender aos diversos campos interdisciplinares de algum modo articulados à temática social, a presente tese se interessa em particular por sua incidência naqueles campos voltados à problematização das relações envolvendo as categorias sociedade e natureza, por exemplo: Etnobotânica, Etnoecologia, Etnofarmacologia, Ecologia humana, Biologia da Conservação e Agroecologia. Esses campos de reflexão são em grande parte constituídos por especialistas cuja formação intelectual remonta às áreas de ciências biológicas, ambientais e agrárias. Reconhecendo a pertinência de questões cuja satisfatória abordagem se situa além das rígidas fronteiras de suas disciplinas de origem, esses profissionais se refugiam nos citados campos interdisciplinares para desbravar terreno inexplorado. Nesse ambiente, recorrentemente se deparam com categorias de análise que, embora reivindicadas por outros campos especializados de saber, ainda podem lhes parecer suficientemente familiares.

Além de frequentemente desconhecerem o histórico de embates em torno dos sentidos atribuídos aos termos anteriormente listados e outros correlatos na área de especialização na qual foram cunhados, os pesquisadores envolvidos em investigações interdisciplinares não raro ignoram as próprias especificidades do estudo da sociedade em face dos objetos com que as ciências naturais e demais ciências duras geralmente se defrontam. Traços idealizados por essas ciências, como a cisão entre observador e objeto, a neutralidade ante o objeto, a

objetividade do observador – sobretudo via adoção de métodos quantitativos –, a repetibilidade das observações, a universalidade das conclusões e a pretensão à preditibilidade, são apenas muito limitadamente transponíveis ao estudo das relações sociais, devido ao caráter de relatividade e contextualidade que permeia esse objeto (ALVES, 1981; GOLDENBERG, 2004; SANTOS, 1988).

Por meio desse simultaneamente meritório e conturbado cruzamento de fronteiras, a pesquisa interdisciplinar conduzida em regiões como a Amazônia tem conseguido inventariar aspectos relevantes de sua notável diversidade socioambiental. Todavia, a persistente cisão entre análise social e análise socioambiental, ou ao menos a insuficiente cooperação entre pesquisadores e equipes de pesquisa responsáveis por cada um desses componentes – também identificada por Prado e Murrieta (2017, p. 850) –, tem levado à produção de interpretações frágeis no que tange às relações entre as categorias de sociedade e natureza, pois assentes em concepções previamente contestadas pela tradição das ciências sociais.

Como ilustração, é possível citar três concepções que recorrentemente ressurgem, em conjunto, como pilares de interpretações remetidas a distintos contextos socioambientais da Amazônia. A primeira corresponde a uma noção peculiar de tradicionalidade, que concebe as sociedades não urbanas da Amazônia a partir de estereótipos relativos a pequenos grupos isolados e imobilizados em condição de economia natural ou de uma muito restrita vinculação ao mercado. A tradicionalidade é, aí, equivocadamente vista como continuidade, repetição ou permanência (OLIVEIRA, 2013). Esta ideia se vincula a uma segunda concepção errônea: a de cultura como estoque estável de traços qualificados como típicos, encerrado em si mesmo e mero objeto de transmissão ao longo das gerações (CUNHA, 2007). Por isso, variações nesse estoque ou interpenetrações de seu conteúdo ao conteúdo qualificado como externo têm sido, com frequência, analisados a partir da ideia de perda ou erosão da cultura (p. ex., SHANLEY; ROSA, 2004; ZUCHIWSCHI et al., 2010). Isso conduz à terceira concepção continuamente reafirmada, ainda que implicitamente, nesses estudos: aquela que, retratando as sociedades particulares a partir da noção de estabilidade, situa a mudança nas sociedades urbanas, de grande escala. Assim, o caráter dinâmico da vida social seria traço distintivo das sociedades globais, fluindo em direção às comunidades locais nas contextuais circunstâncias de contato entre ambas e causando impactos e descaracterizações à cultura destas últimas.

Serão oportunamente discutidas, no capítulo 2, algumas vertentes analíticas que hoje gozam de aceitação no âmbito das ciências sociais quanto ao entendimento de categorias como cultura, mudança social e tradicionalidade, e que destoam dos sentidos acima anotados. Interessa, por ora, pontuar que, embora dotada de admirável ativismo acadêmico, inspirado

por utopias de um desenvolvimento dito sustentável e engajado em projetos de valorização da diversidade cultural e de reconhecimento de direitos a povos historicamente invisibilizados (cf. ALMEIDA, 2008; LIMA; POZZOBON, 2005; LITTLE, 2002; OLIVEIRA, 2013), a pesquisa interdisciplinar, quando não se apropria de um certo rigor conceitual, se arrisca a reforçar noções de senso comum que podem até mesmo dificultar uma compreensão sistemática das questões socioambientais por ela enfocadas.

No esforço de formular maneiras diferenciadas de compreensão e intervenção, os pesquisadores afiliados a campos interdisciplinares podem, inclusive, adotar voluntariamente posturas pós-disciplinares ou antidisciplinares (LATTUCA, 2001; REPKO, 2008), evitando manter intercâmbio com as disciplinas tradicionais para lidar com as novas questões levantadas. A cisão que daí decorre confere liberdade aos especialistas de cada interdisciplina emergente para construir arcação conceitual próprio, pertinente às especificidades das problemáticas valorizadas. Além disso, reforça a percepção de singularidade, que autoriza os *experts* a reivindicar o *status* de autonomia a seu campo. Um tal distanciamento em relação às disciplinas mais consolidadas, porém, cria o risco de que as pesquisas interdisciplinares inadvertidamente reeditem discussões já encerradas nas áreas de saber que lhes precederam, de que concedam sobrevida a ideias desgastadas, sem sequer enfrentar as críticas de que estas noções foram alvo nos respectivos campos temáticos onde primeiro obtiveram notoriedade.

Nesse âmbito, seguidamente se reapresentam diagnósticos (p. ex., REYES-GARCÍA et al., 2005; SHANLEY; ROSA, 2004) advogando a ocorrência de processos sucessivamente interpretados pela tendenciosa perspectiva da desarticulação. Tais processos, ligados às noções de conversão de modos de vida, aculturação e assimilação cultural<sup>1</sup>, enredariam populações tradicionais amazônicas submetidas a um mais intenso contato com a sociedade global. Similar tendência se replica em outras regiões de grande sociobiodiversidade pelo

---

1 Embora não se pretenda tratar em minúcia das distinções entre esses termos, recorre-se a Cuche (1999) para um mínimo entendimento de suas particularidades. Segundo o autor, as inaugurais análises sobre situações de contato entre membros de diferentes sociedades se remeteram a circunstâncias de colonialismo, sendo marcadas por perspectiva difusionista, segundo a qual o fluxo de traços culturais ocorreria em sentido único, da sociedade metropolitana aos povos dominados. Tomando-se a mestiçagem cultural como fato patológico, passou-se a empregar o termo aculturação para qualificar processos de perda irreversível dos traços culturais originais. Na década de 1930, porém, a reflexão sistemática em torno do termo impôs que seu uso rigoroso passasse a se referir não à perda de traços da cultura (deculturação), mas ao contextual conjunto de fenômenos resultantes do contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas distintas e que acarretam mudanças nos modos de vida e de pensamento de um ou dos dois grupos. O prefixo “a” (do latim, *ad*), não significaria privação, mas aproximação. Embora se relacione ao processo de mudança cultural, a ele não equivale, pois a mudança cultural pode decorrer apenas de causas internas a um particular grupo social. Do mesmo modo, não equivale ao processo de difusão, que pode ocorrer sem contato contínuo e direto; nem ao processo de assimilação, situação extrema que implica desaparecimento total da cultura de origem de um grupo e interiorização completa da cultura do grupo dominante; nem ao etnocídio, que seria uma deculturação deliberada e programada, visando à assimilação.

mundo, como o arquipélago indonésio, Madagascar e a América Central (BENZ et al., 2000; BYG; BALSLEV, 2001; SUJARWO et al., 2014).

Não se quer, aqui, negar que iniciativas empresariais ligadas à extração de minerais, à conversão agrícola da terra, à exploração madeireira e tantas outras atividades correlatas impliquem intensificação de contatos entre membros de distintas formações sociais, nem que essas relações sejam frequentemente marcadas por assimetria de poder e por manifestações de violência, inclusive física, e expropriação. O que se quer ressaltar, porém, é que, embora nitidamente intervenientes no processo de mudança, esses fatores promotores do contato não inauguram a mudança nas localidades onde incidem, nem conduzem a uma sequência preestabelecida de etapas de mudança social, necessariamente conducentes à assimilação.

Se tal crítica já se encontra relativamente pacificada no âmbito das ciências sociais, conforme expressa Oliveira (2013, p. 78), o mesmo não se estende às interdisciplinas que, inventariando as formas próprias de relação entre sociedade e natureza na Amazônia, têm sido importantes cronistas dos contemporâneos processos de mudança encenados na região. Desse modo, tais interdisciplinas se mantêm ancoradas à narrativa de aculturação (no sentido de perda cultural) das comunidades locais a partir do contato e sua assimilação pela sociedade abrangente, ainda quando se insinuam evidências de sua insuficiência explicativa.

Como consequência do exposto, fica estabelecida a imagem da Amazônia não mais como paraíso perdido, exótico e intocado, mas como paraíso em vias de desaparecimento, instaurando-se um pânico preservacionista que, ligado ao ativismo científico antes citado, dificulta a percepção das especificidades pelas quais a mudança se processa em cada contexto particular. O trabalho de registro do conhecimento tradicional associado às formas próprias de uso dos recursos naturais pelos povos estudados, ultrapassando o inicial objetivo de valorização da diversidade cultural, passa a abarcar um sentido adicional: a necessidade – verdadeira urgência – de catalogar os saberes locais antes que sejam perdidos em decorrência do contato das comunidades detentoras com a sociedade de consumo. É comum, por exemplo, em periódicos como *Economic Botany*, *Journal of Ethnopharmacology* e correlatos, que se publiquem inventários de plantas utilizadas por povos da Amazônia sob a justificativa de que as pressões sofridas por esses grupos ameaçam a perpetuação de seus saberes.

O problema alegado encontra ilustrativo exemplo no contraste entre duas concorrentes perspectivas analíticas do processo de constituição do litoral paraense como zona de recepção de fluxos turísticos (processo de turistificação). O litoral paraense, aliás, ocupa apenas 7,6% da costa brasileira (ISA, 2008, p. 199) e a região do Salgado, onde se concentram as pesquisas referidas à turistificação, se encontra integrada à malha viária, sendo de fácil acesso a partir da

cidade de Belém, capital estadual, e demais cidades da região metropolitana de Belém (RMB), que inclui mais seis outros municípios contíguos. Quer-se acentuar, desse modo, que, embora as zonas de recepção turística situadas no Salgado paraense estejam submetidas a influências não muito distintas entre si – dada a generalizada proximidade à RMB e, portanto, o compartilhamento de um mesmo centro fornecedor de visitantes –, há duas vertentes interpretativas que divergem a respeito do tratamento analítico conferido ao processo.

Por um lado, as investigações efetivadas por pesquisadores circunscritos às ciências sociais priorizam a identificação dos diferentes fatores intervenientes no processo de mudança e a descrição dos consequentes reordenamentos das relações e posições sociais dos atores implicados. Assim, tal como Adrião (2006) e Nascimento (2006), adotam perspectiva histórica, retomando aspectos significativos de sucessivas temporalidades para compreender as reconfigurações e rearticulações encenadas em cada localidade litorânea respectivamente estudada. Descrevem a mudança nessas localidades como processo, que preexiste à sua constituição como zonas receptoras de fluxos turísticos, embora, a partir desse ponto, passe a responder a esse adicional fator de intensificação de contatos e de rearranjos sociais. Retratam-na, ainda, como processo contextual, que não segue uma sequência de etapas preestabelecidas, mas assume feições particulares, de acordo com o específico modo como se desdobra em cada localidade. Por fim, também concebem como heterogênea e parcial a influência da turistificação sobre as localidades receptoras, pois em geral não incide sobre todos os segmentos sociais da população anfitriã de modo homogêneo, nem mesmo possui hegemonia como único ou sequer principal fator interveniente da mudança.

Por outro lado, as investigações conduzidas pela via interdisciplinar – oportunamente examinadas nos capítulos 3 e 4 – tendem a se apoiar, implícita ou explicitamente, na ideia de que o fator promotor de contato constitui, ele próprio, o fator que inaugura a mudança, seu motor e sua bússola. Assim, a mudança social na zona do Salgado paraense – em particular no litoral do município de Marapanim, laboratório de pesquisas interdisciplinares remetidas à diversidade socioambiental – é também interpretada como essencialmente decorrente de sua constituição como zona de turismo balnear. Em vez de entendida como processo, a mudança é apreendida a partir de lógica binária, contrapondo um passado idealizado como tradicional, a vila pesqueira, em vias de desaparecimento, a um presente e um futuro alinhados à modernidade e à economia de mercado, o polo balnear. Aceitando tal modelo como esquema explicativo universalmente válido, a pesquisa interdisciplinar dele se socorre como argumento em prol da urgência de seus esforços de catalogação da biodiversidade local e dos saberes tradicionais associados. Não consegue, porém – nem a isso se propõe, aliás –, identificar a especificidade

daquelas situações sociais em face do modelo genérico que preconiza a aculturação de sociedades locais, de pequena escala, submetidas ao contato com a sociedade abrangente.

Direcionando sua atenção especificamente às expressões manifestas – e supostamente ameaçadas – de usos de recursos naturais pelas populações nativas das localidades turísticas, os pesquisadores interdisciplinares não estruturam suas observações para captar em minúcia o processo de mudança. Assim, recorrem a evidências esparsas, às vezes descontextualizadas, captadas apenas de relance e sem respaldo de métodos sistemáticos de observação e registro, mas que lhes parecem fornecer suficiente lastro para validação do modelo explicativo adotado como pressuposto para interpretação da mudança desencadeada pelo contato.

Desse modo, a compreensão da mudança por meio da via interdisciplinar tende à unidimensionalidade, pois ela é tomada como efeito ou consequência de uma causa única. Qualquer variação social ou cultural identificada na localidade receptora é concebida como decorrência do fator de contato, descartando-se a participação de fatores concorrentes ou minimizando-se sua relevância. Mais grave que negar o dinamismo da vida social àquelas localidades cujos habitantes mantêm baixo grau de integração à formação social abrangente, a visão adotada substancializa o contato, tornando-o sinônimo da ideia de mudança intensa, sem considerar que a mudança desencadeada pode não ser intensa, ou pode até ser intensa, mas devido a um conjunto de fatores intervenientes, ou mesmo que o contato, ao invés de mudança, pode favorecer processos de permanências ou reafirmações sociais, bem como a revitalização de pretéritas configurações de ordenação social.

De todo modo, o que se quer ressaltar é a inadequação do aparato teórico-metodológico das interdisciplinas constituídas em torno da problemática socioambiental para captar e interpretar processos de mudança. Essas interdisciplinas, afinal, se assentam no pressuposto de que a mudança é um acontecimento desencadeado a partir de uma localização descrita como “exterior”, como uma imposição oriunda de forças externas à localidade onde se pode empiricamente verificar a suposta erosão e perda da cultura tradicional. Trata-se, portanto, de uma visão necessariamente pessimista e fatalista da mudança.

As ciências sociais<sup>2</sup>, ao contrário, ao adotarem perspectiva de relativização analítica, concebem a mudança como um termo aberto, tributário de contextualidades específicas e

---

2 Ao apontar traços comuns ao conjunto das ciências sociais, o texto não pretende que os especialistas afiliados a essa área adotem entendimentos unânimes quanto aos processos de mudança social. Visa, porém, ressaltar a especificidade de seu objeto de investigação, que não expressa as mesmas características dos objetos de estudo selecionados pelas ciências naturais e, portanto, não se presta a similares generalizações nem predições (ALVES, 1981; BAUMAN; MAY, 2010). De outro modo, quando se remete a essa área de conhecimento, o texto quer se referir especificamente a vertentes como a escola de Manchester (FELDMAN-BIANCO, 1987), cuja abordagem, enfocando a ação de indivíduos em situações estruturadas, se distancia de concepções essencialistas da mudança.

suscetível de receber os mais distintos conteúdos (NEVES, 1995). A mudança, nessa ótica, não se configura necessariamente como processo de desarticulação social, embora, em certos contextos, o possa ser. E ela não provém do exterior, como um programa ou roteiro a ser rigidamente seguido em uma localidade receptora. Em vez disso, se constitui por diferenciados atos de renegociação de referências, regimes de conhecimento e saberes, e redefinição de posições sociais, em que os atores envolvidos, preservando ainda que uma mínima capacidade de arbítrio, não são tão obedientes quanto outrora postulado, podendo agir taticamente<sup>3</sup> nos interstícios do tecido social.

Todavia, embora portadoras de mais eficaz aparato teórico-metodológico para o estudo da mudança, as ciências sociais não conseguem abarcar, em seu escopo, a elucidação das questões socioambientais complexas que constituem a própria condição fundante dos campos de pesquisa interdisciplinar. São constituídas, pois, como ambiente de reflexão sobre relações sociais, podendo contribuir apenas colateralmente para o estudo de temas que demandam complementares conhecimentos em botânica, zoologia, ecologia, genética e áreas afins. Quando, aliás, focalizam atividades que implicam relações entre sociedade e natureza, não raro tomam a variável ambiental como mero cenário das relações sociais estudadas (cf. PLOEG, 2008, para semelhante crítica quanto aos clássicos estudos do campesinato) ou abordam os elementos do ambiente simplesmente a partir das significações a eles atribuídas socialmente, descartando a análise de seus aspectos ecológicos, taxonômicos ou genéticos.

Há, então, um impasse: embora as ciências sociais forneçam condições adequadas para o estudo da mudança, contribuem limitadamente para a elucidação de questões socioambientais. Por outro lado, as interdisciplinas emergentes fornecem alternativas de abordagem para essas temáticas socioambientais e têm sido crescentemente demandadas em contextos de intersecção entre diferentes formações sociais, tornando-se relevantes fontes interpretativas do processo de mudança, apesar de sua insuficiência teórica para tal.

Sabe-se da limitada capacidade de financiamento da pesquisa no país, o que dificulta a formação de equipes interdisciplinares e sua atuação conjunta em circunstâncias de pesquisa de campo. Por isso, é ilusório pretender que, durante a fase de trabalho de campo em localidades afastadas, possam atuar conjuntamente duplas de pesquisadores: um dedicado à sistemática catalogação da biodiversidade e dos saberes locais associados; o outro, à descrição

---

3 O debate sobre as relações entre sociedade e indivíduo, basilar ao pensamento sociológico (BERGER; LUCKMANN, 1966), se desdobra em outros pares de categorias contrapostas, como a distinção proposta por Firth (1974) entre estrutura e organização social e aquela formulada por Certeau (2009) entre estratégia e tática. Isso corresponde ao reconhecimento de que a vida social é marcada por mudanças e continuidades, e seu estudo deve valorizar ambas as dimensões para não recair nos extremos de análises essencialistas ou voluntaristas.

e análise da mudança social. E se este seria capaz de satisfazer suas ambições acadêmicas ainda que isoladamente, bastando, para tal, se ater à análise das relações sociais, aquele somente poderia fazê-lo por meio da efetiva ocupação do território entre disciplinas, exercitando o movimento de concatenação de distintas tradições disciplinares em favor da correta compreensão dos objetos interdisciplinares circunstancialmente focalizados. Apenas por meio desse movimento seria possível ultrapassar a condição de ativismo acadêmico das interdisciplinas, agregando, a elas, rigor explicativo.

Esta tese, enfim, não pretende desqualificar as pesquisas que têm investido na abordagem interdisciplinar para elucidação de problemas socioambientais complexos, nem tenciona contestar os estudos interdisciplinares que alguma vez advogaram a ocorrência de mudança social intensa, de desarticulação social, ou até mesmo de deculturação. Visa, sim, a propor uma reflexão a respeito da necessidade de que a pesquisa interdisciplinar voltada à diversidade socioambiental da Amazônia – e outras regiões de rica sociobiodiversidade – de fato integre a perspectiva analítica própria das ciências sociais à sua diferenciada proposta de estudo das relações entre grupos sociais específicos e a natureza por eles reconhecida. O recurso a termos como sociedade, cultura, tradição e afins no âmbito das interdisciplinas em questão, por ora, ainda se encontra marcado por entendimentos de senso comum e por lealdades a visões de mundo que reproduzem concepções desgastadas nos campos de especialização onde os citados termos primeiro tiveram notoriedade teórica. Tal conduta não apenas conduz a um quadro de parcial ineficácia explicativa, como inclusive mina a credibilidade desses inovadores campos de investigação.

Para satisfazer o anunciado propósito, a tese focaliza o anteriormente citado contexto da zona do Salgado paraense, concentrando-se, em particular, na localidade de Marudá, situada no litoral do município de Marapanim. Por décadas retratada como palco de um processo de turistificação tendente a desarticular sistemas de pesca artesanal qualificados como tradicionais, a localidade em questão ainda hoje se permite descrever como polo pesqueiro, onde, durante a maior parte do ano, se atualizam estilos de vida orientados por um ritmo próprio – apesar das evidentes marcas legadas pelo turismo à paisagem. Como se buscará demonstrar, o turismo, apontado como principal fator promotor de mudanças na localidade, talvez esteja mais ligado ao componente espacial das transformações, incidindo de modo restrito sobre as reordenações mais amplas das relações sociais e socioambientais ali objetivadas. Articulando rearranjos nas configurações de relações sociais, parece ter contribuído menos para a extinção das sociabilidades específicas da população anfitriã, que para sua consolidação ou reatualização sob diferenciada roupagem. Sem contestar a hipótese

de que também se apresentam aspectos de mudança mais profunda na localidade, porém, a tese busca reconhecer quais seriam, se não o turismo, os principais fatores aí intervenientes.

A tese se constitui, portanto, como exercício de demonstração de como um contexto reiteradamente interpretado a partir de determinado viés, por autores de afiliação interdisciplinar, pode ser visto sob renovada perspectiva, quando incorporados elementos analíticos providos pelo arcabouço das ciências sociais. Há, de início, relevância situacional na proposta, uma vez que, embora inquestionável a ocorrência de mudança social na localidade enfocada, sua interpretação resta pendente. Esta reanálise, porém, alberga mais ampla preocupação, concernente à posição das interdisciplinas emergentes em relação aos campos disciplinares consolidados. Quer, afinal, esclarecer a dimensão dos benefícios que a via interdisciplinar poderia colher se incorresse em maior intercurso com as vias disciplinares correlatas no esforço de interpretação da complexidade socioambiental da Amazônia.

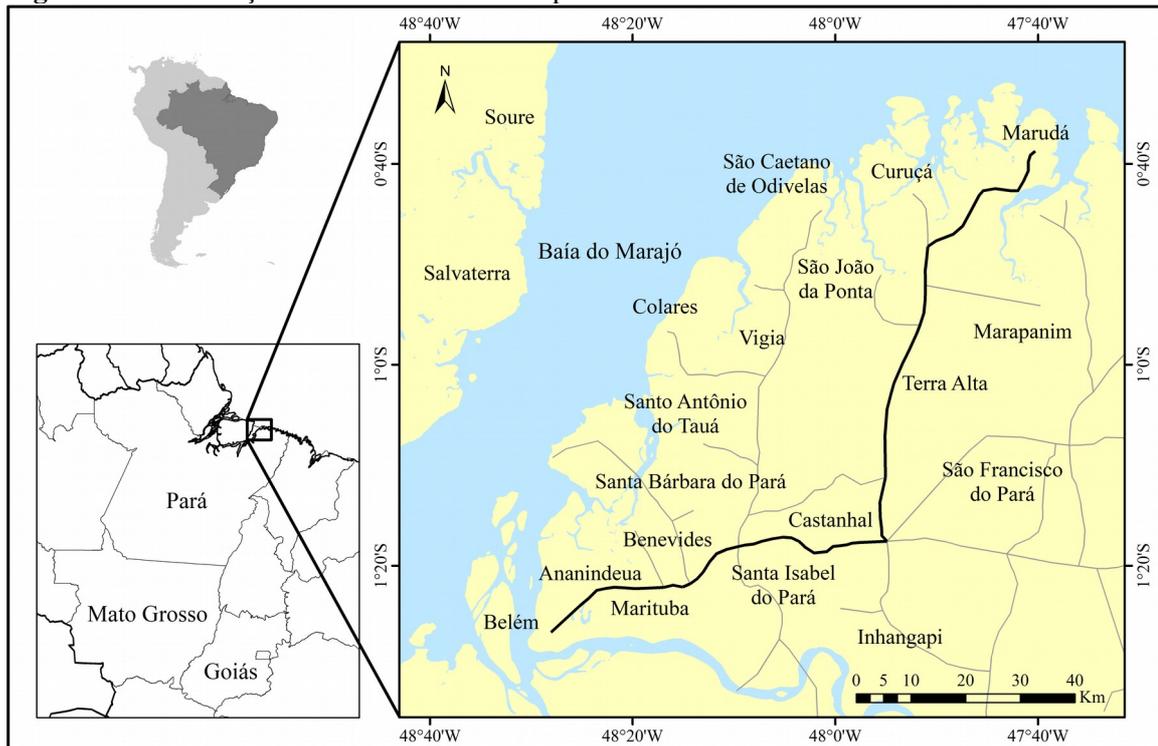
## 1.1 CONTEXTO DO ESTUDO

A investigação relatada na presente tese se assenta em pesquisa bibliográfica e empírica remetida à localidade de Marudá, no litoral do município de Marapanim. Embora seja formalmente atribuída a condição de distrito a Marudá, a tese não adota tal acepção, por considerar que sugere um sentido de unidade ou totalidade, efetivamente ausente naquele contexto. Há, sem dúvida, contiguidade espacial, circulação de pessoas e inclusive laços de parentesco ligando as distintas vilas e lugarejos que compõem o distrito de Marudá. Porém, cada uma dessas localidades se caracteriza por processos particulares de estruturação e mudança social que, apesar das influências recíprocas e da partilha de certo número de fatores intervenientes, não admitem tratamento homogêneo. Ademais, não sendo pretensão da tese desvendar tais interpenetrações e complementaridades, preteriu-se a abordagem de Marudá como distrito – salvo quando expressamente indicado –, optando-se pelo sentido com que a denominação é comumente empregada no universo urbano do nordeste paraense, em estrita referência ao aglomerado populacional situado junto à praia homônima.

Saindo de Belém e atravessando os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Castanhal, Terra Alta e Curuçá – primeiro pela rodovia BR 316 e, então, pela PA 136 e PA 318 –, a viagem de carro até o centro do município de Marapanim dura entre três e três horas e meia. Mais 20 minutos, e finalmente se chega à orla de Marudá. São, no total, 165 km de distância entre a capital estadual e esta localidade, seguindo a rota indicada (Figura 1). Além da relativa proximidade a algumas das mais populosas cidades do estado e da profusa malha rodoviária do nordeste paraense, o que tornou Marudá um tão buscado destino de

moradores urbanos foi sua situação geográfica particular. Margeando a região estuarina onde o rio Marapanim deságua no Oceano Atlântico, Marudá recebe influência marítima e seus respectivos ecossistemas refletem essa condição ambiental. A localidade se diferencia das situações geográficas de praias de rios, comuns na Amazônia, e constitui propriamente o litoral amazônico, que, em sua porção paraense, é denominado “zona do Salgado”.

**Figura 1** – Localização de Marudá e acesso a partir de Belém.



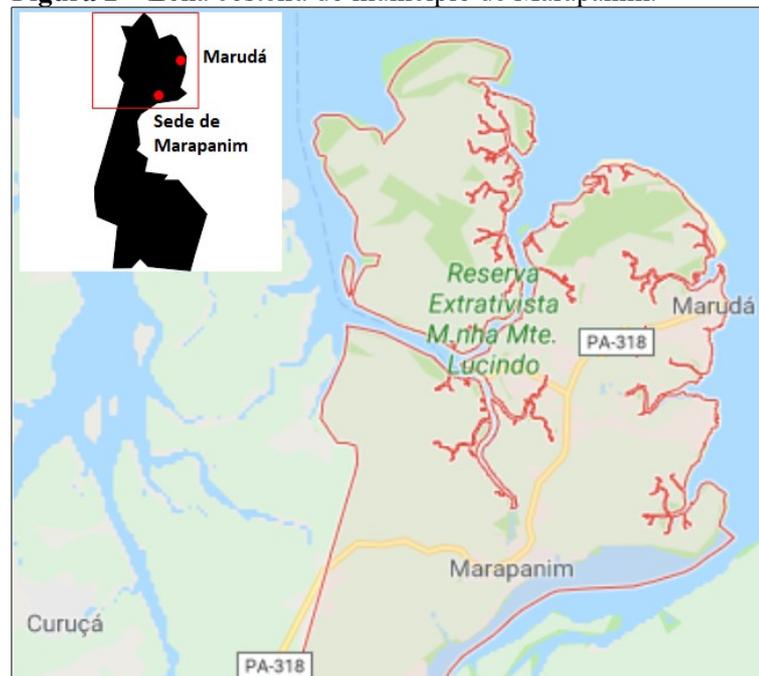
**Fonte:** elaborado pela bióloga Naraiana Loureiro Benone (2019).

O aspecto ambiental e fitogeográfico de Marudá reflete, aliás, mais sua pertinência ao Salgado que a Marapanim. Como evidenciado desde Furtado (1978) e recentemente ratificado por Alves et al. (2018), o traçado do município de Marapanim reúne zonas ecológicas bastante distintas dentro de uma mesma circunscrição administrativa. Conquanto se admita que o município esteja integralmente localizado na região amazônica, ele engloba uma porção de típico bioma de floresta amazônica densa sempre-verde de terra firme (cf. COUTINHO, 2016, p. 38-42), interiorizada, e uma porção litorânea, submetida à influência oceânica, onde se encontram depósitos arenosos com vegetação herbáceo-arbustiva esparsa e terrenos lodosos ocupados por vegetação de mangue (AMARAL et al., 2008; BASTOS, 1995). Assim, a zona costeira de Marapanim, onde se situa Marudá, exhibe fitofisionomias atlânticas de restingas e manguezais, sendo pouco propícia à agricultura. Já os terrenos interiorizados do município, entrecortados por correntes de água doce, são devotados a uma agricultura de subsistência,

pautada pela policultura e pela prática de pousio. O dinamismo da atividade agrícola, associado a seu perfil itinerante, se reflete na prevalência de fitofisionomias de mata secundária, em diferentes estados de regeneração, nas terras interiores, ao passo que as matas existentes próximo à costa apresentam melhor estado de conservação (ALVES et al., 2018).

A abordagem à temática do turismo em Marapanim se remete, portanto, em particular à zona ecológica costeira, demarcada sobretudo por critério ambiental, mas também por meio de critérios espaciais, econômicos e sociais. Veja-se: o ponto de inserção da rodovia PA 318 no município de Marapanim, no terço superior de seu território (à altura da sede municipal), e a orientação que a estrada segue em direção à costa litorânea representam uma via específica de circulação de pessoas e mercadorias (Figura 2). Resulta, disso, que as colônias agrícolas do sul de Marapanim se organizam a partir de processos pouco ligados à dinâmica social e comercial específica da região praiana, podendo, aliás, recorrer aos centros urbanos e de negócios de municípios limítrofes, equidistantes ou até mais próximos que a sede urbana de seu próprio município. As rupturas econômicas e sociais decorrentes da zonação espacial de Marapanim têm acarretado movimentos emancipacionistas. Já em 1961, Marapanim perdeu terras em favor da criação do município de Magalhães Barata. Hoje, partem de Marudá (no caso, o distrito) propostas de emancipação administrativa e constituição de um novo município, que agregaria apenas a zona costeira e terrenos imediatamente adjacentes.

**Figura 2** – Zona costeira do município de Marapanim.



**Fonte:** do autor (2018), adaptado do Google Maps.

Estima-se que Marapanim tenha 28.220 habitantes (IBGE, 2018), porém em julho, mês de férias escolares, o tamanho populacional flutua positivamente – principalmente em Marudá –, em uma ordem de cerca de 50 mil a 60 mil pessoas, devido ao deslocamento de turistas ao litoral (TEIXEIRA, 2015, p. 73). Há, portanto, uma população fixa, efetivamente residente no local, e uma população temporária ou sazonal, formada por visitantes ocasionais e por moradores citadinos que adquirem casas de praia no litoral do município.

A variação demográfica detectada em Marudá reflete sua especificidade turística e sua maior vinculação a processos que se desenrolam em outras localidades do Salgado paraense que nas localidades da zona de terra firme do próprio município de Marapanim. A organização do espaço em Marudá igualmente se amolda à dinâmica do turismo, uma vez que, dotando a localidade de estruturas urbanas, atenua o grau de rusticidade do ambiente e privilegia a conformação de paisagem amena para consumo turístico. A feição relativamente urbanizada do lugar se consubstancia na estruturação de quadras retas e bem demarcadas (Figura 3), inspiradoras da impressão de ocupação ordenada e planejada do espaço. Há ruas asfaltadas e iluminação pública, e predominam casas de alvenaria, porém essas características se tornam menos frequentes à medida que o observador toma distância da Rodovia PA 318 (ligação entre a sede de Marapanim e Marudá) ou dos bairros Sossego e Alegre, os mais próximos à costa litorânea e onde se concentram as casas de praia, entremeadas a casas de moradores permanentes. A costa, aliás, conta com uma orla e uma praça com espaço para *shows*, construídas em 2004 (NASCIMENTO; LIMA, 2010).

**Figura 3** – Imagem de satélite de Marudá, com destaque para os bairros costeiros Sossego e Alegre.



**Fonte:** do autor (2018), adaptado do Google Maps.

O feitiço de urbanidade de Marudá se concentra, portanto, em uma mancha que lembra a forma da letra “T”. Entretanto, a localidade como um todo preserva atmosfera de reduto balnear que reflete alguma unidade interna e clara distintividade em relação às localidades de terra firme do município. Reunindo estruturas atrativas a um público urbano desejoso de relaxamento, Marudá foi por algum tempo considerada como localidade em pleno processo de integração à lógica cidadina. Tomando-se por referência a ideia de turismo modernizante, qualificava-se o processo em curso em Marudá por meio de termos como desenvolvimento, progresso. Hoje, porém, pode-se considerar que a feição urbanizada de Marudá se constituiu mais como investimento estético que estrutural, pois se manteve espacialmente concentrada e entremeada a carências. Na localidade, por exemplo, existe um posto médico, porém os serviços de saúde e a limpeza das vias públicas funcionam mal fora da estação de férias. Os serviços de distribuição de água e energia elétrica também não acompanharam a evolução da demanda e apresentam sobrecargas durante o veraneio.

O turismo representa, sim, relevante fator de conformação da vida social de Marudá e em particular de sua organização espacial, conferindo significativo impulso para sua diferenciação em relação às localidades de terra firme. Porém, as modalidades de turismo predominantes na localidade, o turismo de segunda residência e o turismo pendular (ou de final de semana), são fortemente marcadas pela sazonalidade, não permitindo uma plena conversão da localidade à categoria de polo balnear. Além disso, essas modalidades de turismo são marcadas pela baixa intermediação de agentes especializados (p. ex., empresários, agências turísticas, poder público) e por um contato mais intensivo entre turistas e população residente, favorecendo o estabelecimento de relações diretas e não formalizadas de comércio e prestação de serviços, no âmbito da economia informal. Esse quadro contribui para a baixa taxa de ocupação formal da população de Marapanim, registrada em 5,7% (IBGE, 2018).

A mais estruturada compleição urbana de Marudá restringe, aliás, que a especulação imobiliária ali ocorrida se espraie significativamente para localidades costeiras próximas. As casas de praia e os serviços de hospedagem instalados em Marudá servem como pontos de pousada noturna dos turistas, a partir de onde seguem, durante o dia, para praias de outras localidades litorâneas, como Camará, Crispim ou Algodoal. De todo modo, especulações em torno dos potenciais impactos do turismo sobre o litoral paraense têm estimulado a criação de unidades de conservação da natureza, na modalidade Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar), cujo objetivo corresponde à proteção dos ecossistemas costeiros e dos modos de vida das populações tradicionais que dependem dos recursos ambientais associados ao ambiente

marinho. Nesse contexto, o ano de 2014 viu ser criada a Resex-Mar Mestre Lucindo<sup>4</sup>, incidente sobre a costa litorânea de Marapanim, com exceção da já intensamente antropizada área urbana de Marudá. Busca-se, assim, regular o desenvolvimento da atividade turística, compatibilizando-a com as especificidades ambientais e culturais das comunidades de pescadores, e mitigando seu potencial supostamente predatório e desarticulador (CAMPOS; NASCIMENTO; MENDONÇA, 2017).

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando a problemática inicialmente delineada e as especificidades do contexto empírico subseqüentemente apresentado, a tese fixa, como objetivo geral, a incumbência de:

- Analisar a relação entre mudanças e permanências socioambientais ligadas às esferas do cotidiano, do trabalho e do uso de recursos naturais em Marudá, à luz das particularidades das práticas turísticas ali objetivadas.

E adota, como objetivos específicos, as tarefas de:

- Descrever o processo de constituição de Marudá como polo balnear, qualificando as especificidades das práticas turísticas ali desenvolvidas.
- Mapear as sucessivas interpretações atribuídas ao turismo como fator interveniente sobre o processo de mudança social na localidade de Marudá.
- Indicar correlações entre o processo de implantação do polo balnear e as reconfigurações dos processos de trabalho e sociabilidade no local.
- Avaliar os reflexos dos reordenamentos do cotidiano marudaense sobre a conformação das práticas de utilização de recursos naturais.
- Refletir sobre o diagnosticado quadro de mudanças e permanências socioambientais a partir do recorte geracional, identificando a influência das sucessões familiares sobre os aventados processos.
- Discutir sobre potenciais reverberações do caso focado na operacionalização da perspectiva interdisciplinar de estudo da diversidade socioambiental em contextos descritos como tradicionais.

---

4 Pontua-se que o nome atribuído à Resex homenageia um importante personagem da história de Marapanim, protagonista da vinculação da imagem do município à dança conhecida como carimbó (GOUVEIA, 2009).

### 1.3 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

A investigação proposta se qualifica como estudo de caso (GOLDENBERG, 2004, p. 33-35). Não se pretendeu formular renovada interpretação generalizante acerca do fenômeno do turismo, nem mesmo no que diz respeito ao específico contexto do litoral paraense. A zona do Salgado paraense, afinal, abarca diversificados processos de constituição de áreas turísticas, não facilmente redutíveis a um mesmo mecanismo ou lógica determinante. O estudo de caso na localidade indicada, porém, parece particularmente oportuno, uma vez que ilumina facetas pouco exploradas da análise do turismo na Amazônia, privilegiando a reflexão acerca de sua efetiva importância nos processos de mudança socioambiental e, contrastivamente, sua importância para as continuidades e reafirmações. Desvelando traços deste caso significativo, a tese ressalta a necessidade de que a compreensão do turismo na região amazônica – e o estudo dos processos de mudança em geral – se distancie dos modelos determinísticos e se apoie em perspectiva contextual.

Como o problema de pesquisa enfocado se dirige à compreensão de um fenômeno a partir de perspectiva processual, e como o correspondente processo de desenvolvimento do fenômeno se desdobra desde décadas passadas, o método se socorre, com igual intensidade, de fontes bibliográficas e empíricas. Para tal, se beneficia do histórico, iniciado na década de 1970, de pesquisas acadêmicas conduzidas em Marapanim e inclusive em Marudá, remetidas a temáticas geralmente ligadas ao uso de recursos naturais pelas populações nativas, via pesca, mariscagem e extrativismo vegetal. Quanto à produção empírica de dados, vale-se de pesquisa de campo, desenvolvida por meio de sucessivas viagens entre agosto de 2017 e novembro de 2018, mas também do frequente contato mentido pelo autor com a localidade de Marudá e adjacências desde 2006, tanto em situações de visita turística, quanto, por duas vezes, em situações de investigação científica sistemática (cf. FURTADO et al., 2013).

A pesquisa prioriza abordagem qualitativa para o alcance dos objetivos antes anunciados, devido à especificidade da temática abordada, que concede especial valorização à diversidade de cursos de vida encontrada no contexto analisado. Métodos estatísticos, embora úteis à detecção de padrões ou tendências gerais, por causa de seu pendor homogeneizante, dificultariam a percepção da sutileza dos movimentos dos atores nas trajetórias distintamente objetivadas: as relações travadas entre si e com o ambiente, os elos desfeitos, mitigados, reconfigurados e eventualmente retomados ou fortalecidos. Para lidar com as especificidades do problema de pesquisa – decorrentes das próprias especificidades do estudo das relações sociais –, o trabalho de campo priorizou o método de observação participante, que, segundo Martin (1995a), corresponde à convivência prolongada com os interlocutores ou sujeitos

enfocados pelo estudo, ao compartilhamento de aspectos de seu cotidiano. Para Sáez (2013), mais que uma técnica, a observação participante é um ambiente, no qual ganham valor modificado técnicas tão simples quanto a observação direta ou o estabelecimento de conversas informais. Nesse âmbito, as observações e os diálogos deixam de se prestar apenas ao registro de pontuais acontecimentos e opiniões e passam a subsidiar seu reconhecimento como práticas sociais, portadoras de significados, atreladas a um contexto cultural e a uma anterioridade temporal.

As circunstâncias de observação foram afetadas pelo conhecimento prévio que vários moradores da localidade tinham do autor da pesquisa. As qualificações de visitante, turista e cliente, somadas à de professor – esta, formulada pelos interlocutores como sinônimo do termo “pesquisador”, com que se apresentou –, facilitaram a entrada do autor em campo e o engajamento de parcela dos moradores da localidade à pesquisa. O prévio reconhecimento recíproco entre autor e marudaenses por meio de uma oposição tipificada – turista x nativo –, embora tenha facilitado o estabelecimento de sua interlocução, impôs a necessidade de que o autor, nas situações de contato direto em que se envolvia, tentasse afastar ou mitigar a atitude de hospitalidade esforçadamente sustentada pelos moradores locais. O intercurso com alguém visto como “de fora”, pois, inspirava, em vários deles, a sensação de que deveriam silenciar a autenticidade de suas opiniões diante das visões supostamente mais sofisticadas de alguém vindo da capital, ou diante de um potencial cliente, consumidor de serviços, cuja satisfação poderia ser obtida pela mera reprodução das habituais relações entre turista e nativo.

Permeado por atitude de vigilância quanto à possibilidade de que a tipificação dos papéis reciprocamente atribuídos entre autor e interlocutores ditasse a tônica dos contatos, o trabalho de campo priorizou o acompanhamento de situações do cotidiano marudaense que não se remetessem a circunstâncias comuns de interação turística. Visitas às residências de moradores, especialmente nos dias do meio da semana e inclusive à noite, e a participação em algumas de suas atividades laborais – p. ex., em dias de coleta de marisco, de preparação de remédios caseiros, ou de capina de terrenos – favoreceram essa estratégia, ao mesmo tempo em que permitiram formar uma concepção preliminar acerca dos padrões de alocação do tempo e da força de trabalho dos marudaenses. A pesquisa de campo não se furtou, porém, de conduzir observações em ocasiões de intercurso turístico, como em finais de semana, evitando, contudo, que coincidisse com os dias de visitas aos moradores locais.

As observações se concentraram nos bairros do Sossego e do Alegre, os dois bairros efetivamente costeiros da localidade e onde mais intensamente se percebem as influências do turismo sobre a organização social do espaço. Porém, tal delimitação não ignorou os fatos de

que alguns moradores desses bairros exercem ofícios em outros bairros, mais afastados da costa, e de que alguns marudaenses que exercem ofícios nos bairros costeiros não residem na costa, mas em bairros mais distantes, ou até mesmo em outras localidades próximas.

A vivência do cotidiano marudaense e a ambientação ao espaço dos bairros costeiros permitiram estreitar relações com alguns moradores do lugar, principalmente partindo dos estabelecimentos comerciais frequentados e dos contatos colecionados durante as anteriores situações de visita do autor à localidade. Os moradores que se mostraram mais receptivos ao diálogo proposto foram solicitados a receber o pesquisador em suas casas, para sucessivas rodadas de conversação, e também a indicar vizinhos, familiares ou amigos, residentes em Marudá, e que também pudessem colaborar com a pesquisa (método *snowball*, bola de neve; ALBUQUERQUE; LUCENA; LINS NETO, 2014). A amostragem realizada também se pautou por critério de conveniência, privilegiando o contato com interlocutores residentes no local ao menos durante os cinco anos anteriores à pesquisa – mesmo que de modo irregular.

Apesar das reconhecidas críticas às amostragens por conveniência e ao método da bola de neve – correlatas à perda da aleatoriedade amostral e seu enviesamento, invisibilizando-se os grupos marginais –, a pesquisa de campo logrou reintroduzir aspectos de aleatoriedade em sua abordagem. Não se satisfaz, pois, com a estrita obediência aos circuitos de indicações providas pelos interlocutores. Em paralelo a esse expediente, continuou, rotineiramente, a promover abordagens fortuitas a transeuntes, assim conseguindo adesões de interlocutores ainda não alcançados pelos elos de indicação da bola de neve. Chegou-se, por meio do método relatado, a um número de 79 interlocutores, com os quais se conduziram conversas abertas sobre a vida em Marudá e suas mudanças e continuidades ao longo do tempo.

Do grupo de 79 interlocutores preliminarmente contabilizados, 21 se dispuseram a prolongar sua permanência na pesquisa, recebendo a companhia do pesquisador em dias de trabalho e participando de entrevistas formais, pautadas por roteiro semiestruturado. Levando em consideração as observações do cotidiano local, as prévias experiências do pesquisador em Marudá, as informações prestadas durante as conversas preliminares e a bibliografia remetida à localidade, as entrevistas se concentraram em esclarecer pontos controversos ou não suficientemente iluminados sobre a organização social do trabalho e as distintas configurações de alocação do tempo e da força de trabalho dos moradores locais ao longo dos meses do ano e no curso dos sucessivos anos. Foi possível, igualmente, registrar a distintividade dos relatos proferidos pelos interlocutores acerca das experiências respectivamente acumuladas em torno da vivência do processo turístico em Marudá.

Com base nessas diretrizes gerais, resta, enfim, a cada um dos subsequentes capítulos, prover maiores esclarecimentos quanto ao modo de emprego das técnicas e procedimentos de pesquisa aqui mencionados, permitindo a clara vinculação de seu uso ao processo de produção de dados em cada particular fase do presente estudo.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TEXTO

O capítulo 2 possui teor bibliográfico. Descreve alguns importantes deslocamentos interpretativos havidos no âmbito da Antropologia e, depois, nos estudos do turismo, quanto à relativização da ideia de aculturação (no sentido de deculturação) como inescapável desfecho do processo de contato entre diferentes sociedades. Ao indicar a necessidade de que a análise da mudança social abandone as generalizações, reitera a compreensão de que o fenômeno turístico deve ser entendido a partir do específico processo por meio do qual se desdobra em cada particular contexto. Esclarece, portanto, os marcos teóricos e conceituais sobre os quais se assentam as reflexões propostas pela tese, ao mesmo tempo em que fornece vocabulário útil para tratar as situações sociais subjacentes ao turismo a partir de suas especificidades.

O capítulo 3, ainda pautado por método bibliográfico, mapeia as sucessivas tendências interpretativas aplicadas à análise da relação entre turismo e mudança social em Marudá. Destaca, em particular, a vertente que concebia o turismo como fator de desagregação social, deculturação e desarticulação de modos de vida; e a vertente que, embora preservasse a crítica ao turismo, não o concebia como fator promotor de impactos significativos aos modos de vida e às práticas locais de uso dos recursos naturais via pesca, mariscagem e fitoterapia.

O capítulo 4 se concentra em parcela dos artigos mencionados no capítulo anterior. Refaz o histórico de pesquisas etnobotânicas e etnofarmacológicas conduzidas em Marudá, indicando a progressiva reformulação dos argumentos utilizados, em cada temporalidade, para justificar esses estudos: da urgência em salvaguardar um saber em vias de desaparecimento, à oportunidade de documentar a vitalidade dos saberes tradicionais, reproduzidos ainda quando submetidos a circunstâncias de mudança social intensa. Recorrendo a bibliografia complementar, o capítulo sugere que a atenuação dos argumentos correlatos à influência supostamente desagregadora do turismo em Marudá adviria não dos deslocamentos já ocorridos nos campos da Antropologia e dos estudos do turismo, mas da autocrítica feita pelos próprios especialistas das etnociências em nível internacional, reconhecendo as imprecisões oriundas da insistência no modelo explicativo da aculturação como perda cultural. Assim, o capítulo acentua a incompreensão que ainda demarca a análise do turismo na localidade enfocada, e a permanente ênfase na categorização do fenômeno como fator de impacto.

O capítulo 5 busca reconstituir, a partir das inaugurais observações legadas por Lourdes Furtado (1987), o processo de consolidação do fenômeno turístico em Marudá. Argumenta que a tradição posterior à autora tendeu a adotar visão generalizante acerca do turismo e ignorou as especificidades por ela reconhecidas no modo de objetivação da atividade naquele contexto particular. Tendo por inconclusa a tarefa de interpretação das efetivas interferências das práticas turísticas sobre a mudança em Marudá, o capítulo recorre ao relato de Furtado (1987) para levantar original hipótese: de que o turismo, aos moldes como objetivado na localidade em questão, além de não ter desestruturado nenhuma tradicionalidade imemorial – do que tem sido frequentemente acusado –, ainda restituiu a condição de polivalência produtiva aos nativos, permitindo-lhes galgar superiores graus de autonomia econômica, afins a formas pretéritas de organização social do trabalho e de apropriação social dos recursos naturais.

O capítulo 6 retoma a hipótese formulada no capítulo anterior, confrontando-a com dados produzidos a partir de observação em circunstâncias de trabalho de campo. Evidencia a coexistência e a sobreposição de um polo pesqueiro e um polo balnear e demonstra a binaridade encarnada pelos marudaenses, que acumulam engajamentos a alternativos universos de ocupação: ora se atrelam à lida na pesca, à mariscagem, ao extrativismo vegetal e à fitoterapia popular, ora ao trabalho no comércio ou na prestação de serviços aos vizinhos sazonais e a outros veranistas eventuais. Demonstra, com base nesses dados, como uma maior integração ao turismo, naquele contextual caso, significou a possibilidade de reatualização de pretéritas configurações de organização da vida econômica e de relação com o ambiente.

O capítulo 7 explora aspectos adicionais revelados pelo trabalho de campo. Recolocada a questão da participação do turismo como fator de mudança na localidade, o texto focaliza outros fatores de mudança, aparentemente mais tendentes a estimular a disseminação das noções de desarticulação e descontinuidades; estas, incidentes sobre formas costumeiras de organização social do trabalho, de intercurso com o ambiente e de ordenação do cotidiano em Marudá. Descreve a ruptura da sucessão ocupacional, ligada à atribuição de renovados sentidos à noção de trabalho por parte dos jovens, que passa a excluir atividades como a pesca, a mariscagem, a fitoterapia, e inclusive o turismo. Performando movimentos de êxodo em direção a cidades como Belém, jovens e jovens adultos deixam seus filhos em Marudá, onde residem com avós aposentados e organizam seu cotidiano segundo o processo de escolarização. Assim, o texto demonstra a gradual desarticulação das cotidianas situações de interação social concebidas como condições de possibilidade para aquisição de saberes e competências correlatas à formação dos sucessores no contexto laboral haliêutico/balnear.

O capítulo 8 retoma a discussão referente às fronteiras erigidas entre os campos de pesquisas interdisciplinares e os campos disciplinares consolidados e aí encontra uma possível causa para a produção de divergentes interpretações relativas ao processo de mudança em Marudá. Destaca as potenciais contribuições que as subdisciplinas das ciências sociais poderiam prover às vertentes interdisciplinares em seu propósito de compreensão da diversidade socioambiental de regiões de interesse internacional, como a Amazônia.

O capítulo 9, enfim, figura como conclusão da tese e identifica os aportes que se acredita ter sido possível efetivar à discussão das temáticas enfocadas.

## 2 O ESTUDO DO CONTATO SOCIAL E AS ESPECIFICIDADES DO TURISMO

Observando a estrutura textual anteriormente proposta e ressaltando a necessidade de elucidação prévia de conceitos, categorias de análise e pressupostos interpretativos que serão continuamente retomados no transcurso da tese, o presente capítulo pretende discorrer sobre o processo de constituição dos estudos do turismo como campo autônomo de reflexão. Ao assim proceder, indica que as raízes desse campo se assentam em substrato antropológico, sobretudo nas situações de pesquisa de campo em cujo âmbito se buscou compreender o contato entre diferentes sociedades em circunstâncias de colonialismo.

A primeira seção do capítulo se dedica a apresentar alguns esquemas interpretativos sucessivamente formulados em torno das situações de contato entre povos colonizadores e povos colonizados e que constituíram os fundamentos de institucionalização da Antropologia como disciplina acadêmica diferenciada. Sugere, também, que as diferentes matrizes de interpretação relacionadas à noção de mudança social se vinculam a essa história disciplinar, oscilando entre tendências deterministas e conjunturais. Assim, por um lado, tem-se a mudança como expressão de leis sociais universalmente válidas e conducentes a um final definido, e, por outro, a mudança como processo compreensível apenas a partir da análise dos contextos específicos onde se desdobra, levando a resultados imprevisíveis.

Situando a visitação turística como modalidade particular de contato entre membros de distintas formações sociais, a segunda seção do capítulo focaliza as circunstâncias em meio às quais se deram as inaugurais tentativas de compreensão sistemática do fenômeno. Reconhece, nas convergências, a afiliação teórica desse inovador campo de debates às ciências sociais, em especial à Antropologia, porém ressalta que as divergências, retomando questões já vencidas no originário campo de reflexão, suscitaram a produção de imagens negativas do turismo, ligadas à desestruturação social e cultural. Por fim, listando as críticas acumuladas ao dominante pendor interpretativo do turismo, o texto discorre sobre a crescente valorização das noções de processo e contexto pelos pesquisadores comprometidos com a análise da temática, em analogia ao movimento anteriormente ocorrido no campo da Antropologia.

Identificada a ascendência do campo de estudos do turismo e mapeados os parâmetros que arbitram a legitimidade das proposições teóricas dentro de suas fronteiras, a terceira seção do capítulo busca se apropriar dos conceitos e categorias de análise empregados na descrição de situações de turismo análogas àquela enfocada pela presente investigação. Para tal, revisa literatura correspondente ao turismo balnear, ou seja, à constituição de praias como locais de recepção de fluxos turísticos. Concentra a atenção nos processos de conversão balnear de localidades relativamente isoladas, rústicas, às quais se associam idealizadas imagens de

tranquilidade, exotismo e aventura. E, ao inventariar nomenclaturas diversamente associadas a essa particular circunstância de objetivação do turismo, o texto não pretende referendar a adoção de modelos pré-definidos, determinísticos, mas tão somente se instrumentalizar, cercar-se de vocabulário que favoreça o subsequente diálogo com a literatura disponível.

## 2.1. ALTERIDADE EM SITUAÇÃO DE CONTATO E PREDIÇÕES DA MUDANÇA SOCIAL

A Antropologia, como ramo específico das ciências sociais, tem seus fundamentos nas grandes navegações e no colonialismo europeu, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Deparando-se com sociedades tribais portadoras de tão particulares costumes e formas de organização social, os viajantes, negociantes e missionários se viam diretamente confrontados com a problemática da alteridade, com a necessidade de decifração do “outro” (NEVES, 2017). “Outro” que, embora reconhecido como exemplar da mesma espécie biológica que o homem europeu, reproduzia modos de existência considerados primitivos, que recomendavam seu hierarquizado enquadramento na categoria de “selvagem”, conforme os esquemas evolucionistas que inauguralmente orientaram a interpretação desses universos sociais além-mar (INGOLD, 1994).

No afã de registrar cada detalhe dos modos de vida objetivados pelos povos ditos primitivos antes que o julgo colonial os desintegrasse, os estudiosos que viriam a ser reconhecidos como fundadores da Antropologia relegaram a segundo plano a compreensão do contexto colonial e do intercuro social que demarcava sua atuação. Assim, embora tenham legado significativa contribuição ao entendimento das especificidades dos modos de vida e das formas próprias de organização social desses povos, negligenciaram as especificidades do contexto em cujo âmbito suas observações foram efetivadas (NEVES, 1995).

A pretensão de inventariar culturas que se acreditavam estar em vias de desaparecimento se ligava à ideia de cultura como um tesouro cujo valor apenas se poderia reconhecer de acordo com sua originalidade, com sua pureza (ou não mistura) em face de concorrentes universos culturais (CUCHE, 1999). Assim, produziram-se representações idealizadas dos nativos, como povos confinados a um lugar específico, isolados do contato com o mundo abrangente, determinados pelas circunstanciais condições nas quais se encontravam mergulhados. Representações, enfim, contrastantes com as situações efetivamente vivenciadas no plano empírico, atualizadas a título de trabalho de campo, e marcadas pela crescente intensificação do intercuro social envolvendo nativos e colonizadores (SANTOS; BARRETTO, 2006).

Subjacente à romantizada concepção de um nativo solitário, existia certa noção de cultura, entendida como conjunto estável de valores, normas e padrões de comportamento do

grupo social. Vistas como essencialmente simples, estáveis e homogêneas, as sociedades “primitivas” foram descritas como totalidades ou microcosmos, palcos de mudanças lentas, reproduzindo uma ordem imemorial. Tratava-se de uma visão estática, que entendia a cultura mais como estrutura que como processo e interpretava a variação de traços culturais segundo a ideia de perda (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Esta vertente interpretativa, priorizando noções como coesão social e ordem social, reverberava a sociologia de Émile Durkheim e se voltava a compreender “como as sociedades se mantêm”. Conflitos e rupturas recebiam pouca atenção nessas análises ou eram considerados como fatores que, em última instância, favoreceriam a manutenção de determinada ordem social. Ainda que involuntariamente, a ênfase nas permanências e o elogio implícito às tradições favoreciam a dominação colonial, pois tomavam a mudança social a partir de um julgamento negativo de valor e, assim, proviam as bases para a dissuasão de iniciativas contestatórias ou disruptivas do *status quo* (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Mesmo quando se passou a focalizar mais atentamente a problemática do contato, ultrapassando-se a representação do nativo isolado, o intercuro entre colonizadores e colonizados foi interpretado por meio da ideia de aculturação. Devido à concepção de estabilidade cultural atribuída às sociedades então qualificadas como primitivas, o termo aculturação foi utilizado para descrever a ocorrência de uma suposta perda dos traços culturais específicos de uma determinada sociedade local e homogeneização à cultura da sociedade respectivamente englobante. A mudança social desencadeada pela intensificação do intercuro entre membros de diferentes sociedades era vista como fator decisivo da desarticulação dos sistemas culturais locais, tribais, e sua substituição por traços culturais específicos das sociedades metropolitanas, de grande escala, modernas e urbanas (NEVES, 1995).

Conforme Sztompka (1998), era entendida como tendência natural a perda dos traços culturais específicos das sociedades tradicionais por meio do contato com as sociedades metropolitanas, indicando uma lei ou princípio universalmente válido a guiar as distintas situações de contato. É nessa concepção que se enraízam noções como as de “progresso”, “desenvolvimento”, “evolução social”, referindo-se a uma via única de qualitativo avanço em direção à concretização de utopias sociais particulares. Assim, não haveria agência, intencionalidades nem contingências, mas apenas o desdobrar de uma potencialidade, a partir da incidência de forças externas que, impondo a mudança, promoveriam a integração das distintas sociedades existentes à ordem global, eliminando suas especificidades culturais.

No decurso do século XX, a crescente imbricação entre sociedades globais e locais evidenciou as insuficiências do modelo teórico em voga. A perspectiva de grupos sociais bem

delimitados e estáveis, reproduzindo uma determinada ordem estrutural em condições de isolamento, predominou na análise de sociedades particulares até a década de 1950, quando foi confrontada com uma realidade social marcada por notável intercâmbio e mudanças intensas. Menos que um cenário inteiramente novo, para cuja elucidação a anterior perspectiva seria inadequada ferramenta analítica, as reconfigurações sociais ocorridas se apresentaram simplesmente como circunstâncias mais favoráveis ao reconhecimento das fragilidades dos modelos estruturalistas. Impulsionaram, por isso, entre as décadas de 1950 e 1980, a elaboração de renovados pressupostos e métodos de pesquisa, genericamente referidos como ‘teoria da ação’, que permitiram captar o fluxo, a mudança, a variação e o conflito, categorias de análise antes pouco valorizadas (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Influenciada pelas sociologias de Karl Marx e Max Weber<sup>5</sup>, essa via alternativa contrapôs estrutura e ação social, buscando no comportamento dos indivíduos em situações sociais estruturadas os fundamentos para a interpretação dos processos de mudança social (VELSEN, 1967). Segundo Firth (1974), quando o estudo da sociedade se volta à temática da mudança, os atores não mais devem ser vistos como autômatos despersonalizados, meros reprodutores obedientes de regras estruturais, mas como manipuladores, atores sociais capazes de definir diferenciadas estratégias dentro de um limite de táticas possíveis. Botelho e Carvalho (2011), retomando pensamento Maria Isaura Pereira de Queiroz, ressaltam, porém, que: “nem a ação social é concebida em termos voluntaristas, tampouco as estruturas de dominação política são tratadas como propriedades estáticas ou impessoais e independentes, seja do processo histórico, seja dos atores sociais que delas participam” (p. 214).

Os membros de sociedades locais, conforme essa perspectiva, não seriam meros receptáculos da mudança, vítimas passivas dos emissários da sociedade englobante, mas agentes sociais portadores de recursos e saberes próprios e capazes de articular estratégias criativas, viabilizando diferenciadas formas de engajamento ao processo de mudança (FELDMAN-BIANCO, 1987; NEVES, 1995). E a eventual adoção de traços culturais exógenos ocorreria em conformidade com particulares “configurações de cultura” do grupo social receptor, como reinterpretação e não simples incorporação desses traços (BASTIDE, 1956; BENEDICT, 1932). Assim, o contato entre diferentes sociedades não poderia ser substantivado como processo com um fim pré-definido, ligado à perda dos traços das culturas locais e assimilação da cultura das sociedades colonizadoras.

O estudo dos resultados do contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas distintas sobre seus respectivos modos de vida e pensamento deveria se pautar, então,

---

5 Conferir o emprego da noção de ação humana em Marx e Engels (1982) e a de ação social em Weber (1979).

pela análise de contextos particulares, se atendo aos quadros sociais<sup>6</sup> efetivamente abarcados pelas circunstâncias de contato. Isso não só representou a cisão com o modelo estruturalista, que pregava a desagregação cultural das sociedades particulares quando em contato com as sociedades centrais, mas a própria negação de qualquer modelo generalizante ou apriorístico de interpretação da mudança social e seus efeitos sobre a cultura (CUCHE, 1999).

Segundo Cuche (1999), o próprio termo aculturação tem sido conceituado, desde a década de 1930, não como supressão cultural de um grupo social específico, mas como movimento de aproximação entre duas ou mais culturas e de influências recíprocas entre elas. Assim, nas situações de contato entre membros de diferentes formações sociais, não haveria sociedade unicamente ‘doadora’ ou ‘receptora’ de traços culturais, pois o processo em questão não ocorreria em via única, mas como interpenetração de culturas. Para o autor, embora o tráfego de traços culturais entre sociedades em contato raramente seja simétrico, devido às hierarquias sociais e políticas implicadas, nenhuma das culturas subsistiria em estado ‘puro’, livre de influências. Crer que os membros de sociedades centrais emergem ilesos do contato intercultural constitui visão etnocêntrica que inibe o reconhecimento da capacidade de agência e de expressão de resistências por parte dos membros de sociedades subordinadas.

Promovendo ao primeiro plano analítico o estudo da sociedade em nível microscópico, enfocando os interstícios do tecido social e a análise de situações sociais específicas, Feldman-Bianco (1987) concebe meios para um mais pleno entendimento dos processos de reordenamento das relações e posições sociais (p. ex., BOISSEVAIN, 1974). Embora valorize a análise de situações empíricas circunstanciadas, esta abordagem não se limita à microsociologia ou a uma etnometodologia desprovida do conceito de escala: incorpora dados históricos, econômicos e demográficos, tanto locais – do contexto empírico de pesquisa de campo –, quanto da região circundante, encontrando utilidade mesmo para a análise macrosociológica ou histórica da mudança (p. ex., VINCENT, 1977).

Tal abordagem, conforme Sztompka (1998), finalmente reflete o reconhecimento de que processo social se expressa pela ação de protagonistas humanos e não por meio de forças transcendentais sobrenaturais ou inumanas (“progresso”, “evolução social”). Ao mesmo tempo, admite como pressuposto que as interações entre os indivíduos se situam em diferentes – embora nunca desconexas – escalas de complexidade social, desde a família ou vizinhança

---

6 O termo “quadros sociais” corresponde à abordagem de Roger Bastide (1960) acerca dos fenômenos de aculturação. Segundo o autor, as relações entre diferentes culturas não podem ser entendidas em termos das próprias culturas ou traços culturais, externamente a seus respectivos contextos sociais. São as rearticulações das relações sociais no âmbito de um contexto (quadro) específico de interações que conformam processos de estruturação ou desestruturação social e permitem reconhecer e interpretar os fatos culturais propriamente ditos.

(microescala), empresas, partidos políticos, grandes associações (mesoescala), até nações ou o mundo globalizado como um todo (macroescala). Por conseguinte, é necessário que se compreenda como microeventos se refletem em macroefeitos, e como macroeventos induzem microefeitos, tarefas que não se alcançam sem o estudo microscópico da vida social.

Vertentes da teoria social reconheceram, enfim, que o estudo da mudança deveria abandonar a ideia de um modelo explicativo único, a determinar a deculturação das sociedades locais e sua homogeneização à cultura das sociedades globais. Consequentemente, qualquer pretensão divinatória estaria fadada a fracassar, perante a imponderabilidade da vida social. Isso obrigaria que o registro e a interpretação da mudança se pautassem por perspectiva contextual, enfocando as especificidades de cada caso particular, e processual, buscando reconstituir o gradativo encadeamento de ações dos atores e grupos sociais envolvidos, uns em relação aos outros (NEVES, 1995). E, ao seguir tal orientação, é comum que os intérpretes da mudança geralmente situem os contextos de intercurso social por eles estudados em algum ponto intermediário entre a mudança revolucionária e a estrita reprodução da estrutura social vigente (BOTELHO; CARVALHO, 2011; SZTOMPKA, 1998), atribuindo, a essas posições analíticas extremas, a função de tipos ideias, em sentido weberiano (WEBER, 1979).

## 2.2 O TURISMO COMO TEMÁTICA DE PESQUISA

Torre (1992) entende turismo como fenômeno social caracterizado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas ou grupos a lugares diversos daqueles regularmente habitados, visando à recreação, ao descanso, à cultura ou à saúde. Conforme a segmentação moderna que concebe a esfera do trabalho como domínio dissociado da vida do indivíduo, o turismo constitui uma modalidade de emprego do tempo livre – o tempo de não trabalho – com finalidade lúdica, pertinente à noção mais ampla de lazer (THOMPSON, 1998).

Embora os esforços de conceituação do turismo remontem à Inglaterra do século XVII e sua aplicabilidade possa ser estendida até mesmo ao mundo clássico (ASSIS, 2003), sua compreensão sistemática apenas se inicia nas três décadas finais do século XX, no âmbito da Antropologia. Tendo gradualmente incorporado preocupações sobre situações de contato entre diferentes sociedades e seus reflexos em processos de mudança social em contextos coloniais e neocoloniais, os antropólogos tenderam a enxergar, no turismo, uma forma particular de objetivação desse contato. Assim, as interpretações do fenômeno turístico privilegiaram a contraposição entre turistas e nativos, cujo encontro representaria o contato de diferentes sociedades e, portanto, de distintos sistemas culturais (SANTOS; BARRETTO, 2006).

Descrevendo as situações de objetivação da atividade turística por meio da concepção de contato entre diferentes sistemas culturais, as inaugurais gerações de intérpretes tenderam a reafirmar a contestada noção de cultura como sistema fechado e homogêneo (p. ex., NUNEZ, 1963). A distintividade ou originalidade de cada cultura estaria associada à ideia de pureza, ou seja, sua valorização corresponderia a um baixo grau de alterações. Como produto estático, a cultura de um povo seria idealizada como tesouro, como bem a se guardar e repassar entre gerações sucessivas. Então, embora o estudo empírico do turismo tenha primeiro ocorrido em localidades previamente afetadas por uma série de outras circunstâncias de contato ligadas ao contexto colonial e à integração à economia global, as populações nativas foram representadas como partícipes de culturas conservadas e bem delimitadas (NASH; SMITH, 1991).

Consequentemente, os efeitos das situações de contato fomentadas pelos incessantes fluxos de visitação temporária foram descritos por meio de termos ligados   ideia de perda das culturas nativas (SANTOS; BARRETTO, 2006), como, por exemplo: acultura o – em sua discutível acep o como perda da cultura nativa de um povo, ou perda de sua identidade cultural –, assimila o – absor o de traços culturais de uma outra sociedade ou de um outro povo e integra o   sua lógica própria –, e impactos culturais (GREENWOOD, 1972). Os turistas, nesse processo, equivaleriam a hordas bárbaras modernas ou mesmo a canibais das outras culturas humanas (O’ROURKE, 1987; TURNER; ASH, 1991).

Não chega a impressionar que a constitui o do turismo como objeto de estudo antropológico, a partir da década de 1970, a despeito de sua parcial contemporaneidade ao estabelecimento da teoria da a o, tenha sobrevalorizado premissas teóricas já contestadas. No âmbito das ciências sociais e particularmente da Antropologia – onde se enraízam as inaugurais tentativas de análise sistemática do turismo –, afinal, a concorrência entre esquemas explicativos não corresponde ao modelo de revolu es científicas de Khun (1962), segundo o qual cada novo paradigma de conhecimento se funda sobre a refuta o do paradigma anterior, havendo uma sucessiva substitui o de paradigmas. Para as ciências da sociedade, cada renovada perspectiva teórica representa simplesmente uma adicional alternativa analítica ao alcance dos especialistas da  rea. Menos que paradigmas no sentido kuhniano, seriam apenas adicionais instrumentos de reflexão, cujo sentido e relevância, aliás, só poderiam ser efetivamente apreendidos   luz de suas conexões com a teoria social mais ampla e com a tradi o disciplinar precedente (OUTHWAITE, 2017; SÁEZ, 2013).

Ao mapear as circunstâncias sob as quais esses ensaios inaugurais foram redigidos, Crick (2003) indicou haver um pendor passional em rela o ao objeto enfocado. O turismo, representando adicional fator de interferência sobre contextos já tão afetados por outras

frentes da dominação colonial e globalizante, foi tomado por uma atitude depreciativa. Assim, premissas teóricas e métodos empregados em seu estudo estiveram menos comprometidos com o desvelamento das efetivas circunstâncias de objetivação das práticas turísticas em distintas situações empíricas, que com a reafirmação do estereótipo dos povos nativos como totalidades harmônicas e tradicionais, suscetíveis à ação desagregadora do turismo.

A resoluta disposição a promover a denúncia do turismo, pautando-se por juízos de valor para reafirmar uma visão hegemônica, levou, porém, ao acúmulo de contradições e lacunas que, paulatinamente, favoreceram o amadurecimento de uma autocrítica quanto aos esquemas interpretativos dominantes no respectivo campo de reflexão. Santos e Barretto (2006) ilustram esse histórico por meio do exemplo de Erisman (1983), que pretendeu compreender o turismo recorrendo à teoria da dependência e à noção de sedução das massas. Segundo essa perspectiva analítica, o turismo seria um fator de condicionamento das atitudes, crenças e valores dos povos nativos das localidades receptoras de fluxos turísticos e de sua subordinação àquelas vigentes nas sociedades emissoras desses fluxos. Haveria, assim, um centro e suas respectivas periferias culturais. Ideia análoga é a de efeito demonstração, que, segundo Aires, Pequeno e Fortes (2010), corresponde à tendência de que os povos das localidades receptoras, em particular os jovens, repliquem as condutas dos turistas, inclusive seus gostos por bens materiais específicos. Como demonstram Santos e Barretto (2006), porém, Erisman (1983) apenas logrou demonstrar empiricamente a ocorrência de algum tipo de dominação cultural em um restrito número de casos, correlatos aos membros das elites locais, que tinham um contato mais frequente e direto com os turistas ou os empreendedores do ramo. Com base nas limitações identificadas em noções como sedução das massas e efeito demonstração, Nash (1996) enfim pontuou que o modelo interpretativo aplicado ao fenômeno turístico vinha privilegiando a representação dos nativos como receptáculos passivos de forças externas. Tal atitude tendia a ignorar a premissa antropológica – destacada, por exemplo, por Cuche (1999) – de que o contato entre membros de diferentes sociedades é via de mão dupla, com influências culturais recíprocas entre as sociedades envolvidas, ainda quando desigualmente posicionadas nas hierarquias nacionais e internacionais de poder.

Nessa esteira, outro investimento realizado para contrapor a imagem dos nativos como receptáculos passivos de impactos externos foi a distinção, descrita por Santana (1997), entre os impactos sociais e os impactos culturais decorrentes do turismo. Os impactos sociais seriam os reordenamentos das relações sociais desencadeados a partir da constituição de fluxos turísticos, ligados às relações de trabalho, à alocação do tempo e da força de trabalho e à ocupação social do espaço. Os impactos culturais, por sua vez, seriam aqueles atinentes às

normas sociais, às formas próprias de expressão – festas, cerimônias, língua, cultura material – e, de modo mais amplo, ao próprio universo de significações capaz de prover sentidos à experiência social. De acordo com Santos e Barretto (2006), a pesquisa conduzida na passagem da década de 1970 para 1980 concluiu que as mudanças desencadeadas pelo turismo tenderiam a se concentrar no âmbito das relações de trabalho, de gênero e de organização da vida econômica, enquanto os padrões de cultura relativos aos comportamentos e significações socialmente compartilhadas não passariam por mudanças igualmente drásticas. A clivagem proposta, então, buscou enfatizar que as influências do turismo sobre os povos nativos não deveriam ser vistos como inescapável destino, mas como fatores intervenientes com variável potencial de efetivamente modificar os traços dos conjuntos culturais afetados.

Mesmo com o registro de impactos qualificados como culturais, passou-se a se indicar que eles pareciam decorrer secundariamente do turismo, concorrendo, sobretudo, a influência de fenômenos mais amplos, como a disseminação da mídia de massa, em particular o rádio e a televisão. Aliás, enquanto seria relativamente simples reconhecer a influência do turismo no aumento da oferta de postos de trabalho, ou na reordenação espacial das localidades receptoras, o mesmo não ocorre com o aspecto cultural, pois os impactos do turismo e outros fatores intervenientes se apresentam imbricados nessa esfera (SMITH, 1989).

Responsabilizar o turismo pelo maior alinhamento cultural das localidades turísticas à formação social englobante começava, então, a soar como equívoco. Também a própria noção de impacto, a partir de determinado momento, passou a ser questionada, devido ao sentido de unidirecionalidade do termo e sua inadequação perante as observações acumuladas. Em objeção à análise do contato via visitação turística como mero movimento de deposição de influências de um centro a uma periferia cultural, cogitou-se que o fenômeno passasse a ser concebido como processo complexo, envolvendo uma negociação permanente entre os diferentes grupos sociais em intercurso. Assim, a população nativa das localidades turísticas não mais seria vista como simples receptáculo dos traços culturais irradiados a partir da formação social abrangente, mas como um conjunto de atores, capazes de agir reflexivamente, ante as ações desempenhadas pelos visitantes. Tal renovada postura analítica permitiu, enfim, recepcionar a tese de que o turismo, enquanto processo, não tem uma natureza absoluta, um caráter definitivo e uma trajetória definida – ditada a partir do centro cultural –, mas, ao contrário, se desenvolve no curso de sucessivos acontecimentos, marcados por contingências e imprevisibilidade (LEITE; GRABURN, 2009; ROJEK; URRY, 1997).

Na década de 1990, enfim, formulou-se mais contundente crítica aos pressupostos que até então embasavam o estudo do fenômeno turístico. Afirmou-se que os referenciais teóricos

ainda eram escassos, pautados por métodos de pesquisa inadequados e contaminados por juízos de valor e por uma implícita postura de desaprovação do turismo, que amplificavam seus supostos efeitos sobre as populações anfitriãs. O desapeço pelo turismo foi apontado como principal razão do distanciamento entre observador e objeto, dificultando a percepção de que a correta análise do fenômeno apenas poderia ser alcançada por meio do adequado entendimento das particularidades contextuais sob cuja influência se constituem as distintas situações de interação turística. Ou seja, o implícito desprezo cultivado pelo tema suscitou a produção de generalizações e estereótipos, segundo os quais o turismo desencadeava sempre o mesmo conjunto de efeitos, independentemente das particularidades ou das condições contextuais das localidades afetadas. Do mesmo modo, as noções de nativo e de turista eram essencializadas. Enquanto se concebia o nativo como membro indistinto de uma cultura homogênea, concebia-se o turista como agente de desarticulação das culturas nativas, pouco importando sua própria procedência cultural (SANTOS; BARRETTO, 2006).

A visão generalizante impunha a impressão de que o turismo implicaria mudanças de grande monta, devastadoras, sobre as localidades receptoras dos fluxos de visitantes. A crítica realizada, ao contrário, buscou ressaltar que os distintos circuitos turísticos alcançam diferentes abrangências, abarcando desde movimentações internacionais até fluxos locais, de movimentos meramente pendulares entre uma cidade e uma localidade litorânea próxima. E mesmo quando o circuito turístico possui abrangência apenas local ou regional, ainda assim seu impacto dificilmente é uniforme (JAFARI, 2007). Quanto mais heterogênea uma sociedade, mais diversos os efeitos do turismo sobre seus distintos segmentos, afinal, apenas restrita parcela da população nativa estabelece interações diretas e recorrentes com os turistas, de modo que as interações entre esses atores tendem a reverberar em elos específicos da sociedade local (PI-SUNYER; THOMAS; DALTABUIT, 2001).

Além da questão da abrangência, a influência do turismo, segundo a postura crítica emergente, não necessariamente conduziria à deculturação ou à assimilação, podendo, em vez disso, favorecer a reafirmação cultural das populações residentes nas localidades receptoras. Afinal, determinadas formas de turismo visam precisamente ao consumo de exotismos mais pronunciados, e as populações residentes nessas localidades turísticas devem exibir os traços diacríticos para que se tornem atrativas a esse mercado peculiar. Tal reafirmação de traços culturais ocorre por meio da revitalização de formas próprias de expressão e manifestação (p. ex., danças, artesanatos, festejos, procissões, reivindicação de identidades específicas), ainda

que mediante reatualizações marcadas pela influência das circunstâncias de intercuro turístico<sup>7</sup> (GRÜNEWALD, 2003).

A reafirmação de traços culturais sob circunstância de interação turística tem sido interpretada à luz de noções como hibridação cultural, dialogismo e cosmopolitismo. Segundo essas noções, os universos de significados compartilhados que proveem formas particulares de organização a grupos sociais específicos não se desintegram quando circunstancialmente agregam elementos oriundos de outros universos sociais de significação. Pelo contrário, haveria um enriquecimento de ideias, um diálogo intercultural, o estabelecimento de um território de fronteira em cujo âmbito seria possível, ao mesmo tempo, promover a parcial integração à sociedade abrangente e reafirmar a permanência das etnicidades e identidades particulares (SANTOS; BARRETTO, 2006).

Assim, se até a década de 1990 os estudos do turismo foram marcados por uma postura de alerta quanto aos riscos alegadamente decorrentes do fenômeno – desarticulação de sistemas culturais tidos como homogêneos e harmônicos –, os estudos subsequentes se voltaram ao reconhecimento da diversidade do turismo (SANTOS; BARRETTO, 2006). Abandonando o substancialismo inicial, pôde-se relativizar a ideia de tradição, romper com a visão idealizada do passado e com as concepções deterministas sobre os efeitos do turismo. As generalizações passaram a ceder espaço a interpretações remetidas a contextos específicos, em que nativos e turistas passaram a ser qualificados em maior detalhe, a partir das relações objetivamente estabelecidas. Tornaram-se evidentes as incongruências entre as anteriores generalizações e a diversidade de casos empíricos inventariados (PRADO, 2003).

### 2.3 TURISMO BALNEAR EM PRAIAS E ILHAS RÚSTICAS

Está em curso, como indicado, um gradativo reconhecimento da inespecificidade da ideia de turismo. O termo, afinal, pode ser aplicado a uma variedade de situações empíricas que, a não ser por um restrito conjunto de traços coincidentes, guardam especificidades dificilmente redutíveis a uma fórmula explicativa única. A perspectiva contextual requerida pela análise de processos turísticos não inviabiliza, porém, a proposição de comparações entre distintas localidades – ainda que dificilmente seja plena a comparabilidade –, ou a formulação de categorias classificatórias generalizantes. Embora demandantes de ajustes para que se compatibilizem com as especificidades demarcatórias de cada contexto respectivamente

---

7 Ao contrário, algumas interpretações acerca da influência das práticas turísticas sobre formas particulares de expressão cultural, sobretudo aquelas ligadas a rituais e festejos religiosos, têm preservado uma visão mais crítica em relação ao turismo (p. ex., BRANDÃO, 2001; CANCLINI, 2000; CARVALHO, 2010). Esses autores reconhecem, no turismo, fator de estímulo à espetacularização das celebrações e a um relativo esvaziamento dos sentidos originalmente atribuídos às práticas devocionais.

analisado, e por isso devam portar certa maleabilidade, tais categorias classificatórias generalizantes proveem mínimos pontos de referência. Cada nova análise proposta pode então partir desses pontos de referência, beneficiando-se do vocabulário e dos consensos estabelecidos para discutir a temática do turismo, sem que, para isso, se perca em particularismos ao pretender reconstruir desde as bases o exercício de interpretação das práticas de visitação turística para cada diferente localidade estudada.

Diante disso, e considerando as particularidades do caso de Marudá, parece conveniente recorrer à literatura que tem inventariado distintos contextos de análise do turismo balnear – práticas de banho de mar por visitantes temporários –, sobretudo em localidades idealizadas como exóticas, tradicionais, rústicas, e valorizadas por um suposto isolamento em relação ao mundo urbano. Distintos autores – p. ex., Barbosa e Campos (2017), Caroso e Rodrigues (1998), Lopes Jr. (2015), Martins e Molina (2008), Oliveira (2005) e Rodrigues e Santos (2012) – têm contribuído para formar arcabouço teórico e conceitual visando a instrumentalizar a análise do turismo dentro dessas circunstâncias específicas, porém Assis (2001; 2003) constitui a síntese que sistematiza e inter-relaciona de modo mais claro e abrangente as noções forjadas nesse campo. É, pois, com base nesse conjunto de autores, sobretudo Assis (2001; 2003), que a presente seção constrói um quadro de referência acerca das distintas categorias classificatórias recorrentemente utilizadas no campo dos estudos do turismo para qualificar particulares situações de visitação a polos balneares litorâneos. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse esforço não se dirige a extrair um roteiro fechado de desenvolvimento do turismo nesse tipo de localidade, mas tão somente a prover parâmetros conceituais que favoreçam um mais ágil desenrolar da discussão posterior e um mais efetivo diálogo com a literatura disponível.

Mediante a justificativa apresentada e feitas as ressalvas devidas, é lícito afirmar, pois a literatura o permite, que o turismo balnear objetivado em localidades descritas como exóticas ou rústicas é destinatário de representações particulares, que o diferenciam de alternativas situações de turismo. Se, de maneira geral, o conceito de turismo é forjado no século XVII e encontra condições de ser aplicado retroativamente para qualificar práticas sociais tão remotas quanto a temporária estada de cidadãos da Roma antiga em casas de campo, o turismo balnear em localidades rústicas se enraíza em um conjunto específico de episódios da história. Sem se constituírem, em si, práticas classificáveis como turismo, as expedições de descobertas das grandes navegações europeias, nos séculos XV e XVI, fomentaram a disseminação de representações exotizadas das terras distantes, de seus povos e de suas culturas (ASSIS, 2003). Segundo algumas vertentes de pensamento paulatinamente

desenvolvidas, os povos ditos primitivos, em contraposição à sociedade europeia, não teriam sido corrompidos pelas vicissitudes da modernidade, vivendo, portanto, em um estado de pureza original, em harmonia com a natureza. Visitar localidades distantes e rústicas, ainda pouco modificadas pela lógica modernizante, remeteria, então, à ideia de reencontro com a natureza, de retorno ao paraíso perdido, mas também lugar de dramatização de aventuras, de fuga do mundo urbano e libertação de suas correspondentes pressões sociais (ASSIS, 2001).

Buscam-se, então, as ilhas e as praias pouco desbravadas, desabitadas ou habitadas por populações rarefeitas de pescadores artesanais e catadores de mariscos. Contraditoriamente, a lógica de consumo dos destinos turísticos também tende a se insinuar nessas localidades – em diferenciados graus –, impondo a amenização do território, ou seja, a mitigação de sua rusticidade e adequação a níveis de conforto próximos àqueles regularmente vivenciados pelos visitantes em suas rotinas urbanas (PRADO, 2003). Dessa feita, mantendo-se traços diacríticos de uma idealizada rusticidade, agentes do poder público e do empresariado se articulam para prover a domesticação das paisagens, a dotação de infraestruturas, a cooptação dos moradores locais como força de trabalho a serviço dos visitantes e a valorização da ideia de hospitalidade, como que impondo uma obrigação de bem receber à população agora nomeada, pela literatura, como “população anfitriã” (SCORSATO, 2006).

Apesar do sentido contemplativo que inicialmente inspira o turismo balnear em localidades rústicas, nota-se haver maior investimento da literatura em inventariar os processos disruptivos, de intervenção de agentes econômicos e governamentais sobre esses contextos e de transformação ou alegada modernização de suas condições estruturantes. Assim, afora os trabalhos que coadunam a análise de distintas facetas dos processos de mudança, as pesquisas tendem a se dividir entre aquelas remetidas ao registro das mudanças geográficas, ao reordenamento do espaço e das paisagens a partir da lógica do consumo turístico (p. ex., LARRABURE, 2009; LOPES JR., 2015); e aquelas que focalizam o reordenamento do cotidiano e da organização social do trabalho nas localidades receptoras a partir das relações sociais travadas entre turistas, nativos e empresários do turismo (p. ex., CAROSO; RODRIGUES, 1998; MARTINS; MOLINA, 2008).

O estudo de contextos submetidos a mais intensos e profundos processos de mudança recebe excepcional valorização por oferecer cristalinos exemplos dos efeitos potencialmente decorrentes de determinadas práticas de exploração econômica do turismo, concebidas como predatórias (p. ex., PRADO, 2003; RODRIGUES; SANTOS, 2012). Porém, esta sobrevalorização subsidia a questionável ideia de que o turismo balnear objetivado em localidades rústicas é necessariamente corrosivo às formas próprias de organização social do

espaço, do trabalho e do cotidiano das populações nativas. Surgem daí as preocupações que fundamentam propostas de um turismo reputado como sustentável, ou ecoturismo (BARBOSA; CAMPOS, 2017; CANDIOTTO, 2009), que, embora bem-intencionadas em suas pretensões de conservação ambiental e salvaguarda de universos culturais particulares, reproduzem a equivocada generalização de que o turismo é intrinsecamente desarticulador.

Elucidativo contraponto a esta visão generalizante foi proposta por Assis (2001). Pautando-se por estudo de caso em uma ilha no litoral do estado de Pernambuco, próxima à capital estadual, ele narra o processo de consolidação do turismo balnear em localidades antes pouco integradas à dinâmica metropolitana. Apoia-se no conceito de turismo de segunda residência e, assim, propõe uma tipologia de sucessivas expressões da atividade turística, representativas de diferentes momentos de objetivação do fenômeno. Desse modo, aufere condições de reconhecer especificidades no contexto enfocado que, embora evidenciem significativos traços de mudança correlatos ao fenômeno turístico, não coadunam com a visão homogeneizante geralmente aplicada à interpretação do turismo balnear.

A valorização da perspectiva analítica assumida por Assis (2001) não implica a adoção de visão simplesmente dicotômica, opondo um modelo hegemônico a um modelo alternativo de interpretação do fenômeno turístico. Implica, ao contrário, o reconhecimento da heterogeneidade de situações de objetivação do turismo e a impossibilidade de redução de todos os casos a um mesmo esquema interpretativo ou a um conjunto restrito de modelos. Ao mesmo tempo, oportuniza a apreensão de uma elaboração teórica que, tendo sido formulada em contexto empírico análogo àquele de Marudá, deverá ser de grande valia para a discussão que se pretende subsequentemente desenvolver.

De acordo com Assis (2001), o turismo de segunda residência corresponde à constituição de alojamentos conhecidos como casas de praia ou casas de veraneio em localidades dotadas de notável beleza natural, sobretudo no litoral. Esses alojamentos são mantidos por moradores urbanos e são por eles ocupados, temporariamente, durante períodos de férias, feriados e finais de semana. Assim, o local de residência permanente desses turistas é a cidade, e o local de residência temporária é o balneário. Por isso, o turismo de segunda residência geralmente se desenvolve em localidades tão distantes quanto necessário para a afirmação da ruptura entre cidade e praia, ou cidade e campo/interior, ou cidade e serra, ou desgaste e relaxamento; mas suficientemente próximas para permitir sua visitação durante períodos mais breves de folga, como finais de semana, afinal grandes distâncias poderiam inviabilizar o deslocamento entre cidade e balneário, ou torná-lo muito caro.

Prática antiga ligada à aristocracia, o turismo de segunda residência se massificou, sendo possível encontrar casas de praia mantidas por pessoas de diferentes estratos socioeconômicos – ainda que difiram os padrões de sofisticação dos alojamentos e as áreas ou bairros das localidades turísticas onde os interessados, de acordo com seu poder aquisitivo, conseguem se assentar. De todo modo, resta claro que o turismo de segunda residência é protagonizado por uma massa endógena de visitantes, por pessoas que residem permanentemente em localidades urbanas relativamente próximas, relativamente distantes das localidades turísticas (ASSIS, 2001).

O reconhecimento do caráter endógeno de sua clientela permite distinguir o turismo de segunda residência daquelas modalidades de turismo tomadas como arquétipo da atividade turística, e que podem ser reunidas em torno da noção de turismo modernizante. O turismo modernizante, tido como forma predominante de representação do turismo balnear pelo senso comum, se caracteriza, sob uma perspectiva teórica ideal, pela completa integração de determinada localidade litorânea à dinâmica globalizante (CAROSO; RODRIGUES, 1998). Por oferecer infraestruturas e serviços de diferenciada qualidade, tem por foco um público de superior poder aquisitivo, apto a pagar vultosas quantias para consumir espaços formatados meticulosamente para transmitir a sensação de aventura, de exotismo, ainda que demandando deslocamentos internacionais. O turismo modernizante não necessariamente seleciona seus balneários em localidades próximas a centros urbanos consolidados, mas, ao contrário, nas áreas que, devido a atributos naturais singulares, melhor reproduzam a ilusão do exotismo. A distância e a restrita acessibilidade desses balneários, aliás, contribuem para alimentar a noção de exclusividade, de premiação aos vitoriosos, figurando, o consumo desses lugares, como símbolos de *status* (NETTO; MIRALDI, 2017). Desse modo, tal modalidade de objetivação do turismo se caracteriza por uma clientela exógena e por uma mais profissionalizada e complexa rede de atores responsáveis por articular os fluxos de visitação às localidades litorâneas (ASSIS, 2001; COMERLATTO, 2015).

Entre o turismo de segunda residência e o turismo modernizante, porém, haveria uma multiplicidade de formas intermediárias de expressão do fenômeno turístico, servindo, a distinção apontada, não como uma clivagem dicotômica entre modelos reciprocamente excludentes, mas tão somente como marco referencial, portador de formas teóricas ideais em torno das quais se distribuiriam os casos efetivamente inventariados a partir da pesquisa empírica. Sem pretender esgotar seu esforço classificatório meramente no reconhecimento desta distinção inicial, Assis (2001), no entanto, precisou ressaltá-la para indicar a inadequação do modelo explicativo hegemônico em face das especificidades da localidade

respectivamente enfocada. E igualmente sem negar a possível existência de diversidade interna à categoria de turismo modernizante, o referido autor se concentrou, porém, no reconhecimento de subcategorias correlatas à noção de turismo de segunda residência para propor interpretação adequada ao contexto balnear por ele estudado.

Situando seu contexto de observação mais próximo ao polo do turismo de segunda residência – do mesmo modo como parece ser o caso de Marudá –, Assis (2001) formulou um modelo de desenvolvimento da atividade turística que fornece conceitos potencialmente úteis à descrição de análogas situações empíricas. Segundo seu modelo, o uso turístico de determinada localidade rústica litorânea seria inaugurado por fluxos esparsos de visitação durante finais de semana, em que os visitantes acorreriam ao litoral e retornariam a suas residências no mesmo dia, sem pernoite no litoral, ou com pernoite em barracas, tendas ou em alojamentos rudimentares. Trata-se de uma forma de turismo pendular que, quando se intensifica e massifica os fluxos de visitação, passa a ser conhecido como turismo de caravana ou turismo de piquenique. Devido à ausência de linhas regulares de transporte público a essas localidades rústicas, as massas urbanas ávidas por usufruir de suas paisagens exuberantes cooperam para fretar ônibus que viabilizem tal deslocamento (ASSIS, 2001).

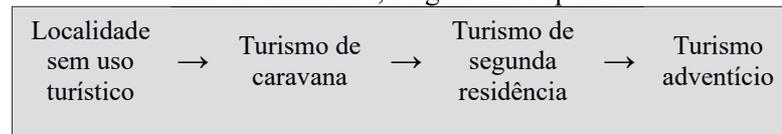
Em alguns casos, a localidade turística, destinatária de especial estima, passa a ter parcela de seu espaço privatizado por moradores urbanos desejosos de constituir uma segunda residência, a ser ocupada em seus momentos de lazer. A busca por terrenos nas áreas centrais e de maior beleza cênica instaura diferenciados graus de especulação imobiliária, com o potencial desalojamento da população nativa, que vende suas propriedades e se instala em áreas mais periféricas da localidade. É nesta fase que se reconhece o turismo de segunda residência propriamente dito, reconhecido pelas vilas de veraneio, blocos de casas de praia cuja arquitetura claramente destoa das casas da população nativa. As mudanç as na paisagem, na organização espacial, na dotação de infraestruturas e nas relações sociais – sobretudo na esfera do trabalho –, embora engendradas desde a época do turismo de caravana, adquirem mais completa expressão nesta fase, aprofundando-se tanto quanto novas residências secundárias sejam constituídas (ASSIS, 2001).

Em uma terceira fase, ou como característica interna ao turismo de segunda residência, há os casos de moradores temporários que, concluindo suas vinculações profissionais na cidade, retiram-se ou mesmo se desfazem de suas residências urbanas e passam a habitar permanentemente a casa de praia. Esta prática é denominada como turismo adventício, refletindo a situação de profundidade dos vínculos estabelecidos entre moradores urbanos e as localidades de veraneio. Por outro lado, esta classificação também tem sido estendida aos

casos de pessoas que, mesmo sem prolongado vínculo com a localidade balnear, para ali se deslocam por ocasião de suas aposentadorias na cidade (ASSIS, 2001).

Este modelo em três estágios, sumarizado na Figura 4, retrata o processo reconhecido por Assis (2001) na localidade respectivamente enfocada em sua pesquisa. E, embora aplicável a outros análogos contextos de investigação empírica, inclusive Marudá, não deve ser tomado de maneira determinística, como se prefigurasse etapas de obrigatória ocorrência em quaisquer contextos de turismo balnear em localidades rústicas. Além disso, a despeito da representação esquemática, as sugeridas fases de desenvolvimento do turismo de segunda residência não devem ser concebidas como momentos absolutos, mas como momentos que se sobrepõem e se interpolam de diferentes formas, podendo se iniciar antes que fases anteriores se concluam, ou ainda se desenrolar vigorosamente, ainda quando traços de fases subsequentes já se fazem notar.

**Figura 4** – Etapas de desenvolvimento do turismo de segunda residência na Ilha de Itamaracá, Região Metropolitana de Recife.



**Fonte:** do autor (2018), adaptado de Assis (2001).

Ainda que Assis (2001) indique haver uma tendência de que o turismo de caravanas se transmute em turismo segunda residência e, depois, em turismo adventício, as exatas formas de objetivação do turismo de segunda residência podem variar sobremaneira, de acordo com as contingências de cada contexto empírico. Existem casos de progressiva urbanização da localidade balnear (p. ex., PRADO, 2003), existem casos em que o decréscimo dos fluxos turísticos impõe a estagnação da urbanização do polo balnear (p. ex., SOUZA, 2014), e existem, dentre outros, casos em que proliferam expressões de um turismo modernizante em áreas antes afetadas ao turismo de segunda residência, com a abertura de hotéis e *resorts* e investimentos em cooptação de fluxos internacionais de visitantes (p. ex., OLIVEIRA, 2005).

No caso descrito por Assis (2001), ratificando modelo teórico proposto por Pearce (1991) e Rodrigues (1992), identificou-se, particularmente, a ocorrência de uma sucessão socioeconômica no desenvolvimento do turismo de segunda residência, em que a disposição dos proprietários a manter casas de praia em determinada localidade balnear variou conforme seu estrato social e a específica fase de implantação do turismo de segunda residência. Assim, a etapa de predomínio do turismo de segunda residência propriamente dito teria sido inaugurada por estratos mais abastados da classe média de Recife, famílias dotadas de

condições financeiras para custear a construção de residências em localidades ainda bastante rústicas e de difícil acesso. Porém, com a gradual incorporação dessas áreas à malha urbana, as melhorias de acesso, a dotação de infraestruturas e até a organização comercial dessas localidades (com a abertura de lojas de materiais de construção, mercados, restaurantes), erigiram-se condições favoráveis para que estratos mais baixos da classe média também adquirissem terrenos e construíssem residências secundárias no balneário – ainda que não nas áreas mais nobres. Os custos para tal empreendimento, afinal, deixaram de ser proibitivos.

Nesse contexto de popularização e massificação da prática de estabelecimento de residências secundárias, o processo de expansão urbana se aceleraria, propiciando a ocupação desordenada do espaço e inclusive a perda de atratividade turística da localidade balnear. Por consequência, parcela da classe média mais abastada optaria por deslocar suas residências secundárias para balneários mais distantes, possivelmente dotados da mesma rusticidade que originalmente a atraía para o litoral. Segundo essa leitura, o afugentamento da classe média alta seria uma das expressões da saturação – ou até mesmo retração – do uso turístico de determinada localidade. A partir de um certo ponto, a população flutuante de veranistas tenderia ao decréscimo, favorecendo renovadas idealizações em torno da noção de tranquilidade e de refúgio paradisíaco do litoral, em contraste ao acelerado ritmo urbano. Estas seriam, enfim, condições favoráveis à fixação de aposentados oriundos do contexto urbano e para o consequente reconhecimento das práticas adventícias como modalidade proeminente de objetivação do turismo (ASSIS, 2001).

### 3 TURISMO E MUDANÇA EM MARUDÁ

Em movimento de aproximação ao contexto empírico focado pela pesquisa, este capítulo revisa e sistematiza literatura produzida a partir de precedentes iniciativas de investigação científica conduzidas em Marudá e em localidades adjacentes. Suficientemente próxima da capital do estado para viabilizar a logística de acesso mas ainda suficientemente distante para oferecer um ambiente integrado de maneira apenas parcial à dinâmica urbana da Região Metropolitana de Belém, Marudá tem se vertido em privilegiado campo de pesquisas. Por um lado, a localidade e suas adjacências têm sediado investigações remetidas à geografia física do litoral (p. ex., SILVA; SOUZA-FILHO; RODRIGUES, 2009; SZLAFSZTEIN; STERR, 2007), à ecologia vegetal e fitossociologia – em particular de ambientes costeiros, como manguezais e restingas – (p. ex., AMARAL et al., 2008; SALES et al., 2009; SILVA et al., 2010) e à ecologia da fauna marinha (p. ex., SILVA, 2011) e da avifauna associada (LEES; THOMPSON; MOURA, 2014). Por outro, têm sido especialmente visadas por pesquisadores dedicados à análise de diversificadas situações de relação entre sociedade e ambiente por meio de práticas qualificadas como tradicionais, a exemplo da pesca (p. ex., ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015; BORCEM et al., 2011), da coleta de moluscos e crustáceos para uso alimentar (mariscagem) e do emprego de vegetais como recursos terapêuticos (p. ex., COELHO-FERREIRA, 2009; FURTADO; SOUZA; BERG, 1978).

As pesquisas remetidas aos usos de recursos naturais pelos moradores de Marudá são fontes especialmente promissoras de informações sobre as mudanças e continuidades sociais que se processam na localidade. Nem sempre conduzidas por antropólogos ou pesquisadores de áreas correlatas, mas por economistas, biólogos, farmacêuticos e outros especialistas atraídos por objetos de investigação localizados no limiar entre as ciências naturais e sociais, o desenho dessas pesquisas eventualmente não privilegia a detida interpretação dos aspectos sociais dos fenômenos respectivamente enfocados. No entanto, mesmo quando relegados a segundo plano tais aspectos, as descrições providas por esses autores em seus esforços de contextualização das observações empíricas efetivadas ainda fornecem contribuições relevantes ao registro das configurações sucessivamente expressas pelas redes de relações sociais que atravessam o espaço marudaense. Isso pode ser verificado, por exemplo, pela frequência com que esse conjunto de autores recorre à noção de mudança, geralmente descrita como intensa, para se referir ao contexto da vida social de Marudá. Apontando como principal fator promotor de mudanças espaciais e ambientais na localidade os fluxos de visitação turística às praias do litoral de Marapanim, os autores também tenderam a atribuir ao turismo balnear o papel de principal promotor das mudanças sociais e socioambientais ali registradas.

Considerando o quadro retratado, o presente capítulo revisa essa parcela da literatura e busca inventariar as descrições e discernir as interpretações sucessivamente formuladas em torno da relação entre turismo e mudança social em Marudá. Seleciona, dentre o conjunto de textos recuperados na base do Google Scholar com o uso dos descritores ‘Marudá’ e ‘Marapanim’ até 30 de novembro de 2018, aqueles portadores de mais significativas contribuições à discussão proposta. Organiza essas contribuições tomando como linha mestra a cronologia de realização das pesquisas de campo correspondentes aos textos considerados. Busca, enfim, incorporar essas contribuições de acordo com as limitações decorrentes das condições de pesquisa declaradas pelos diferentes autores: a efetiva extensão geográfica e temporal de suas observações, as situações sociais vivenciadas em campo, os métodos empregados na produção dos dados e as unidades sociais de análise por eles selecionadas. A reflexão acerca das citadas condições de pesquisa é o que permite, afinal, diferenciar dados de pesquisa, disciplinadamente produzidos, de meras impressões circunstanciais.

### 3.1 MARUDÁ COMO POLO PESQUEIRO

As primeiras reflexões sistemáticas sobre a vida social e as dinâmicas socioambientais encenadas em Marudá decorrem da pesquisa de Lourdes Furtado (FURTADO, 1978). Tendo limitada sua capacidade de observação e produção de dados em primeira mão ao quinquênio 1973-1977, Furtado encontrou, porém, na memória dos moradores das localidades visitadas e em fontes secundárias, condições de alcançar fatos situados em momentos diversos da sequência temporal precedente. No conjunto, a autora se socorreu de dados documentais, fontes históricas, e de dados primários, produzidos mediante observação direta, entrevistas e registros de histórias de vida, em 14 localidades do município de Marapanim, inclusive Marudá. Por meio desse procedimento, ela buscou descrever o processo de formação de duas zonas ecológicas distintas no território de Marapanim – terra firme e zona costeira –, cada qual comportando recursos naturais característicos e induzindo formas particulares de adaptação econômica e de modos de vida das respectivas populações.

Embora se possa, hoje, como lembram Lima e Pozzobon (2005), questionar a noção de adaptação – de consensual valor analítico na década de 1970 – como viés explicativo de processos sociais, subsistem as evidências de diferenciação socioespacial reconhecidas por Furtado (1978) em Marapanim. Desde suas observações de campo, a autora pôde registrar o quanto a proximidade das populações à costa litorânea se ligava a uma maior propensão ao extrativismo marinho especializado, concebido como captura de peixes e coleta de crustáceos e moluscos em quantidade voluntariamente excedente à demanda do autoconsumo familiar.

Consciente das críticas dirigidas à concepção imobilista que atribuía às localidades de feitiço rústico e interiorano a condição de sistemas fechados e tradicionais, a autora valorizou a perspectiva processual. Investiu na elucidação da cadeia de situações e articulações sociais particulares que favoreceram a gradual constituição das configurações socioambientais por ela identificadas em campo. Estabelecendo os limites de sua pesquisa para além dos limites das observações de campo, pôde relativizar determinados rótulos, como os que atribuía à Marudá as qualidades de “zona pesqueira por excelência” ou “zona pesqueira por vocação”. Por induzirem a crença de que o extrativismo marinho especializado desde sempre ocupava papel central na organização da vida econômica na localidade, tais rótulos tendiam, pois, a obscurecer as específicas circunstâncias históricas e condições sociais de possibilidade que permitiram a constituição de Marudá como importante polo pesqueiro do litoral paraense.

Em seu esforço de reconstituição histórica, Furtado (1978) parte do ano de 1869 e indica que, até a década de 1930, o litoral de Marapanim era ocupado esporadicamente, inexistindo, então, a localidade de Marudá. Apesar da alta piscosidade, não se formavam aglomerados populacionais permanentes no litoral e a pesca não assumia caráter intensivo nem especializado. O mercado regional de pescado priorizava a comercialização de peixe fresco (*in natura*), mais apreciado pelos moradores das grandes cidades do nordeste paraense, como Belém. Porém, era precária a infraestrutura de transportes entre o litoral e os grandes centros consumidores, obrigando que o escoamento do pescado fosse precedido por procedimentos de secagem e salgamento. Esses procedimentos prolongavam a conservação do produto e permitiam que ele chegasse a outros municípios ainda em condições adequadas de consumo, porém afetavam o sabor do pescado, tornando-o incompatível com o paladar de significativa parcela dos consumidores. Consequentemente, a pesca em Marapanim se voltava ao autoconsumo e ao comércio interno, sendo diminuto o volume de pescado exportado.

Alega Furtado (1978) que a economia de Marapanim se pautava pelo setor agrícola, e que o município abastecia outros municípios com gêneros alimentícios como farinha de mandioca, milho e frutas. A criação de animais e a indústria, em conjunto com a pesca, tinham pouca expressão econômica. O zoneamento espacial então operante permitia reconhecer dois polos distintos: os povoados rurais e a sede urbana municipal. Enquanto aqueles sediavam a produção agrícola, esta figurava como entreposto comercial, para onde os gêneros agrícolas afluíam e onde eram negociados, e a partir de onde eram remetidos a outros municípios, por via fluvial. Assim, em vez de oposição, o zoneamento espacial refletia a complementaridade econômica existente entre áreas de produção e áreas de comércio, as trocas que estimulavam um permanente intercâmbio entre seus respectivos moradores.

Nos anos 1930 – especificamente em 1936 –, porém, conforme Furtado (1978), o então prefeito, José Magalhães, investiu na construção de estrada ligando a sede urbana de Marapanim à rodovia Curuçá-Castanhal (conexa a Belém). Aos poucos abriram-se ramais e, na década de 1950, houve expansão geral da malha rodoviária do nordeste paraense, capitaneada pelo governo estadual. Isso, além de limitar o intermédio da sede urbana de Marapanim no comércio da produção agrícola do interior, também viabilizou o acesso a mercados mais distantes e mais rápido escoamento da produção. Chegando a Castanhal e Belém em pouco tempo, o pescado não precisava mais ser seco ou salgado, passando a satisfazer a demanda metropolitana por peixe fresco. Assim, constituíram-se condições para o florescimento da pesca. Moradores de vilas rurais de Marapanim afluíram à costa e formaram povoados permanentes. Nas palavras da autora (FURTADO, 1978, p. 11), a expansão rodoviária teria sido o “fator de perturbação” que, em conjunto com o processo de modernização dos meios de transporte, fundamentou a constituição de um modificado zoneamento espacial em Marapanim.

Retomando, então, o foco sobre dados contemporâneos à sua pesquisa de campo, na década de 1970, Furtado (1978) indica que o emergente zoneamento de Marapanim passou a opor duas zonas ecológicas, a terra firme – ou água doce – e as praias, cada qual suscitando, segundo perspectiva antropológica então valorizada, distintas formas de adaptação econômica e de modos de vida. Enquanto os moradores de terra firme mantinham-se como produtores polivalentes, conciliando atividades de lavoura, pesca, extrativismo vegetal e artesanato, os moradores da costa atualizavam a pesca em modalidade intensiva e especializada, quando muito conjugando-a com a sazonal atividade da mariscagem.

Furtado (1978) apontou distinções entre as populações de terra firme e de praia, no que toca à organização social do trabalho, à disposição espacial das aglomerações residenciais e aos equipamentos e tecnologias empregados na produção. Porém, em sua visão, persistia, ainda na circunstância temporal da década de 1970, um elo entre as duas zonas ecológicas: a pertença de seus membros ao mundo rústico<sup>8</sup> – expressão que define estilos de vida simples, não citadinos, marcados pela solidariedade comunitária, pela persistência de formas próprias de cooperação e de um sentimento de pertencimento a um microcosmos particular. A conexão entre as duas zonas também se configurava, segundo a autora, pelo sazonal deslocamento de moradores da terra firme rumo à costa, ali permanecendo por algum tempo, nas épocas de passagem de cardumes das espécies de peixes de maior valor comercial (safras).

---

8 Categoria de análise adotada pela própria Furtado (1978), em referência a Cândido (1975).

A intensificação e a especialização pesqueira na costa de Marapanim não teriam levado, então, conforme interpretação de Furtado (1978), à “descaboclição” dos moradores praieiros. Apesar disso, a autora percebia ocorrer, em diferentes graus, a reconfiguração das lógicas de organização social do trabalho e um crescente individualismo. Isto se verificava pela desarticulação do trabalho familiar e das formas cooperativas de trabalho nas vizinhanças rurais. Os “mutiruns” (mutirões), ainda que subsistindo alicerçados na reciprocidade e na coesão social, teriam ficado restritos a algumas poucas tarefas, apresentando-se menos ricos, no aspecto morfológico, e menos lúdicos que em épocas pretéritas.

E embora não tenha desfigurado o feitio artesanal da pesca na costa de Marapanim – caracterizada pelo uso de tecnologia simples, como redes em barcos à vela e armadilhas fixas do tipo curral –, Furtado (1978) anota que o alcance de mercados consumidores mais distantes induziu a constituição de uma classe de intermediários, os “marreteiros”, nas vilas litorâneas. Os atravessadores operacionalizavam o escoamento do pescado, figurando como elos entre os pescadores e os centros consumidores urbanos. Assim, a especialização produtiva possibilitou a exploração ótima de um recurso com grande demanda comercial, mas implicou a sujeição dos pescadores à volatilidade do mercado e a uma rede de distribuição que nem sempre lhes garantia negociações vantajosas. Outro traço da crescente subordinação dos pescadores, de acordo com Potiguar Jr. (2001), seria o aluguel de embarcações e a obtenção de petrechos de pesca junto a “patrões”, com o progressivo endividamento dos trabalhadores, segundo o modelo do aviamento<sup>9</sup> (cf. MCGRATH, 1999).

Contando cada vez menos com os alimentos outrora produzidos para autoconsumo, no âmbito das diferentes atividades que compunham uma estratégia econômica polivalente, a população haliêutica de Marapanim deveria intensificar os esforços de pesca, também em razão daquilo que Furtado (1978) identificou como novas necessidades, criadas a partir da maior interação com a metrópole. Segundo a autora, da condição de isolamento à percepção da integração, a cidade (sobretudo Belém) passa a figurar como miragem para o homem simples. Das grandes cidades, passaram a provir relógios, móveis, eletrodomésticos e outros bens industrializados, valorizados em decorrência do prestígio associado à sua posse. Além de bens materiais, também teriam passado a afluir, de Belém, ideias, gostos, distintos parâmetros de significação e valoração, próprios de sociabilidades urbanas. Por eles seriam atraídos, em particular, os jovens, nutrindo sonhos e formulando projetos de deslocamento rumo à cidade.

---

9 O aviamento se apresenta como sistema de troca de produtos (bens produzidos localmente em contextos agroextrativistas) por mercadorias (bens oriundos de outras localidades, em particular do meio urbano), no qual a pessoa conhecida como “patrão” lucra duplamente, ao suprir os moradores interioranos (produtores) com mercadorias, endividando-os e obrigando-os a comprometerem sua produção (LIMA, 2006).

Devido ao individualismo inspirado pelo contato com a “miragem da cidade”, sugeriu a autora, os segmentos sociais mais integrados à rede de comércio do pescado expressariam de modo mais evidente a ruptura dos pretéritos padrões de cooperação e coesão social.

Em decorrência da centralidade analítica conferida à atividade pesqueira no estudo da vida social e da economia marudaense no período, Furtado (1978) não identificou, no turismo, relevante fator promotor de mudanças em Marapanim nem, especificamente, na vila de Marudá. A autora reconhecia, sim, que a beleza da orla marítima poderia favorecer o turismo, mas, em sua visão, na circunstância da década de 1970, os esforços interpretativos deveriam estar voltados ao estudo da pesca e da vida haliêutica.

É, por fim, válido tecer comentário acerca do trabalho de Potiguar Jr. (2001), que, respaldado por pesquisa documental e etnográfica conduzida na década de 1990, produziu dados que remontam ao processo de constituição do aglomerado populacional de Marudá. Segundo o autor, a formação dessa vila não atraiu apenas migrantes do interior de Marapanim, mas também de povoados pesqueiros de outros municípios. Os migrantes oriundos de outros municípios idealizavam Marudá como locus de fartura e de oportunidade de superação das privações da terra de origem (p. ex., difícil articulação entre pesca e lavoura, ausência de serviços médicos, escassez de comida, falta de emprego formal). Pretendendo integrar-se aos circuitos de escoamento rodoviário do pescado, essas pessoas, desde a década de 1970, compuseram sucessivas levadas migratórias rumo ao litoral de Marapanim. A decisão de partir geralmente dependia da presença de parentes no destino, que poderiam apoiar o projeto migratório. De acordo com o autor, entre 1986 e 1996, de 294 pescadores registrados em Marudá, 123 (41,4%) provinham de outros municípios, sendo que, destes, 103 (83,8%) procediam de Bragança e arredores, valendo-lhes a informal designação de “bragantinos”.

### 3.2 MARUDÁ COMO POLO BALNEAR

Ainda na primeira metade da década de 1990, Bastos (1995) conduziu pesquisa de campo em Marudá e em outras três localidades próximas – Camará, Crispim e Bacuriteua. Buscando inventariar os usos múltiplos da vegetação dos ambientes costeiros de manguezal e restinga pelas famílias de pescadores ali residentes, a autora sugeriu que a riqueza de saberes e técnicas associadas aos recursos naturais apontavam para uma expressiva profundidade temporal das relações entre sociedade e ambiente no local. Os usos principais a que as plantas eram destinadas pela população haliêutica se distribuía entre o domínio alimentar, o domínio das práticas de fitoterapia popular, o domínio do suprimento de combustíveis (produção de lenha e carvão), o domínio das tecnologias de construção (de casas e cercas) e

das tecnologias de navegação e pesca (construção de barcos e currais de pesca e obtenção de resinas para calafetar os cascos de embarcações).

Neste particular recorte temporal, porém, a atenção de Bastos (1995) foi capturada pela temática do turismo, devido aos evidentes reflexos desse ramo de atividades sobre os ecossistemas e sobre a própria ordenação fundiária do litoral de Marapanim. Ao apresentar o contexto em cujo âmbito desenvolveu suas observações de campo, a autora enfatizou o quadro de mudanças decorrente da construção de uma estrada de acesso à localidade do Crispim – vila pesqueira às margens de praia homônima –, a partir da Rodovia PA-318, em trecho próximo a Marudá. Exibindo feição ainda rústica, a praia do Crispim figurava como alternativa a veranistas que demandassem paisagem mais idílica e, assim, passou a absorver parcela dos fluxos de visitação até então dirigidos ao já estabelecido centro de recepção turística de Marudá. Embora o avanço do turismo sobre o Crispim se justificasse pela beleza cênica especificamente encontrada naquela localidade, pode-se considerar que esse processo se configurou, efetivamente, como um rebatimento do anterior processo de constituição de Marudá como polo balnear.

À construção da estrada, seguiu-se o loteamento de terrenos adjacentes, para oferta a visitantes interessados em constituir casas de veraneio no local. Decorrendo dessas iniciativas, Bastos (1995) identificou tanto repercussões ambientais quanto socioespaciais e qualificou como intensas<sup>10</sup> as mudanças circunstancialmente registradas. Com fins de liberação de espaço para implantação da infraestrutura turística, promoveu-se parcial devastação da vegetação de restinga, típica dos solos arenosos costeiros. Houve massiva extração de areia de dunas e de madeira das restingas e manguezais, para uso na construção civil. Paralelamente, instalou-se quadro de aguda especulação imobiliária, que acarretou o deslocamento das famílias nativas para áreas mais distantes. A necessidade de ocupação de terrenos periféricos, por sua vez, se ligou ao aterramento de manguezais. O espaço de trabalho e seus correspondentes recursos passaram, enfim, por um processo de privatização. Com base em tal narrativa, a autora obteve condições de qualificar como predatória a modalidade de turismo objetivada na costa de Marapanim, sobretudo nas áreas próximas a Marudá e afetadas por sua dinâmica particular.

---

10 Apesar das frequentes remissões às ideias de mudanças e desarticulações e do emprego de qualificativos de intensidade para acentuar o ritmo dessas mudanças, os autores que conduziram pesquisas em Marudá, em sua maioria (exceção feita a Furtado, 1978; 1987), não empregaram métodos especificamente direcionados ao registro ou mensuração desses fenômenos. Afinal, delinearão suas pesquisas com finalidades ligadas ao registro de práticas e saberes dos marudaenses em perspectiva sincrônica, captando apenas de relance os processos de rearticulações sociais. Desse modo, a interpretação em voga sobre a vida social de Marudá, remetida a ideia de profundas transformações socioambientais, decorreria mais de impressões ocasionais que de métodos sistemáticos de investigação pautados por perspectiva diacrônica.

Tal panorama, segundo Bastos (1995), seria especialmente ameaçador à classe dos pescadores. Prefigurando cenários futuros, a autora concebia que a construção de novas residências e o conseqüente aporte demográfico levariam à progressiva devastação dos ecossistemas costeiros e à desarticulação dos modos de vida ditos tradicionais. O manguezal, por exemplo, é berçário da vida marinha e barreira contra erosão. Sua alteração prejudicaria a produtividade da pesca e da mariscagem, afetando tanto o consumo de proteína animal pelos moradores nativos, quanto sua participação no comércio. A restinga, por sua vez, abriga vegetais úteis na medicina caseira e a restrição de acesso dos moradores a esses recursos diminuiria as alternativas de cuidados à saúde naquele contexto então ainda marcado pelo relativo isolamento espacial. Assim, alterações fundiárias e ecológicas desafiariam a continuidade ou mesmo inviabilizariam práticas alimentares, comerciais e terapêuticas das populações nativas, implicando reconfigurações nas esferas socioeconômica e cultural.

Em prosseguimento a essas observações, Potiguar Jr. (2001) e Coelho-Ferreira (2009) conduziram investigações de campo, especificamente na vila de Marudá, na segunda metade da década de 1990. Apesar da consolidação do turismo na localidade, Potiguar Jr. (2001) ainda acreditava ser possível descrever a economia de Marudá como baseada principalmente na pesca artesanal, de rede e curral. Segundo o autor, a posse de pequenas embarcações permitia, a alguns trabalhadores, obter maior volume de pescado e exportar o produto para outros municípios. O comércio e a exportação, em sua análise, permaneciam pautados por relações de aviamento e fidelidade por dívida, em que o lucro é drenado pelos segmentos dos atravessadores e dos “patrões”. Assim, embora a especialização da pesca primeiro tenha sido vista como oportunidade de melhora de vida, ela acarretou a progressiva subordinação e espoliação econômica dos trabalhadores, em face do oportunismo dos demais atores econômicos com quem se encontravam em interação.

Colaboram para a interpretação desse processo as observações de Nascimento (2006), que estudou semelhante situação de constituição da pesca como atividade intensiva e exclusiva na costa oceânica do município de Maracanã, contíguo a Marapanim. Esta autora valorizou a análise de categorias nativas, colhidas junto às comunidades de pescadores por ela visitadas, construídas em torno da comparação entre concorrentes temporalidades. Opondo o “tempo de fartura”, localizado no passado, ao “tempo de famitura” (escassez), atualizado no presente etnográfico da pesquisa da autora, os interlocutores buscavam denunciar a condição de penúria em que se encontravam enredados em decorrência da exclusividade pesqueira.

No tempo dos pescadores-lavradores (trabalhadores polivalentes), anotou Nascimento (2006), a articulação entre pesca, agricultura, extrativismo (animal e vegetal) e artesanato,

conduzindo à concentração da força de trabalho nas atividades típicas de cada época do ano, permitia o alcance de boa produtividade ao longo de todo um ano. Com base no saber pessoal e socialmente acumulado e em uma lógica própria de análise dos custos de oportunidade envolvidos, os produtores eram capazes de gerir as descontinuidades correlatas aos ciclos naturais, à sazonalidade dos recursos do ambiente, e satisfazer suas necessidades de consumo, criando a percepção de fartura (sobre a importância do saber local para a sustentação da condição de autonomia econômica do campesinato e de formas sociais análogas, cf. NEVES, 2003; PLOEG, 2008; WOORTMANN, 2009). No presente, ao contrário, despontava o tempo dos pescadores exclusivos, reféns do produto único e das relações comerciais desvantajosas: o tempo da famitura. À exceção do peixe e dos mariscos, o consumo doméstico se tornara limitado pelas quantias monetárias auferidas por meio de negociações consideradas injustas com os atravessadores do pescado, e as famílias de pescadores passaram a vivenciar privações maiores que aquelas vividas na época da produção polivalente.

Nota-se, então, a aplicabilidade da noção de tempo de famitura ao contexto descrito por Potiguar Jr. (2001), especialmente se for considerado que, segundo Flor e Barbosa (2014), também se alardeava a escassez do pescado em Marudá desde meados da década de 1990, devido à sobre-exploração dos estoques naturais. Existia, assim, uma rede de relações entre os atores econômicos ligados ao escoamento do pescado cuja estruturação se mostrava desfavorável aos pescadores, mas também uma variável ambiental que constituía fator limitante à produção pesqueira, apto a potencializar as restrições de ordem primariamente econômica e ameaçar a reprodução social da população de Marudá. E como a socialização daqueles pescadores tinha sido direcionada para esta atividade desde a infância, eles alegavam não saber desempenhar outras funções, senão a própria pesca, ficando, de acordo com Flor e Barbosa (2014), aprisionados a esse universo de relações de trabalho.

Atingindo um grau demasiado de auto-exploração da força de trabalho (para uma discussão sobre o balanço entre auto-exploração e bem-estar que caracteriza a condição camponesa nas teorias clássicas sobre o tema, cf. CHAYANOV, 1966), os marudaenses viam-se incapazes de intensificar seus esforços de pesca. Como narrado por Potiguar Jr. (2001) e Coelho-Ferreira (2009), a solução encontrada pelos pescadores e seus familiares foi o engajamento a postos de trabalho informal, ligados ao turismo balnear. Diante da incapacidade de gerir as restrições decorrentes das mudanças nas condições de atualização da pesca, os trabalhadores do polo pesqueiro encontraram no polo balnear uma alternativa para mitigar as manifestações do tempo da famitura.

Potiguar Jr. (2001) e Coelho-Ferreira (2009) enfatizaram, porém, que os marudaenses não abandonaram as práticas de pesca e mariscagem, ainda se mantendo integrados às redes de comércio e exportação intrarregional de pescado. Afinal, o atendimento às demandas do turismo balnear, naquele recorte de tempo, foi entendido como estratégia de complementação da renda doméstica, não como estratégia de substituição ou conversão ocupacional daqueles moradores. Segundo os autores citados, parcela significativa das funções paralelas assumidas pelos marudaenses se ligava não ao expediente em estabelecimentos de comércio ou hotelaria, mas à prestação de serviços nas casas de veraneio utilizadas como residências temporárias por pessoas procedentes de Belém e arredores. Homens assumiam as funções de caseiros, jardineiros, carpinteiros; mulheres, de lavadeiras e cozinheiras; crianças, de carregadoras de bagagens, executoras de “tarefas miúdas”<sup>11</sup>. A prestação de serviços podia ser temporária, restrita ao veraneio, ou prolongar-se, tornando-se permanente. A flutuante população de veranistas, aliás, também favorecia o escoamento dos produtos da pesca e da mariscagem, eliminando-se os intermediários nesse elo comercial.

### 3.3 TURISMO: DE FALSA ESPERANÇA A FONTE DE DECULTURAÇÃO

Apesar de atenuar as relações de dependência fomentadas pelos atravessadores e “patrões”, as reconfigurações nas estratégias de alocação da força de trabalho se mostraram insuficientes para suprir as necessidades das famílias marudaenses (POTIGUAR JR., 2001). Em primeiro lugar, porque, como prefigurado por Furtado (1978), desde a década de 1970, a definição de “necessidades” no local passara a ser influenciada por um viés metropolitano, estimulando a mimetização de gostos urbanos e a aquisição de bens de consumo associados à ideia de diferenciado *status* social. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho decorrentes do turismo geralmente se constituíam como “bicos”, marcados pela informalidade e descontinuidade dos vínculos laborais e pelo caráter precário das contratações. Além disso, apesar dos evidentes investimentos estéticos realizados pelo poder público para prover um feitiço urbano à localidade, seus moradores permaneceram em grande medida alijados dos serviços públicos que lhes garantiriam melhores condições de vida. Conforme os pescadores inquiridos por Potiguar Jr. (2001) e Coelho-Ferreira (2009), a urbanização de Marudá e os serviços ali ofertados pareciam ter sido projetados visando apenas à clientela de turistas, figurando, os moradores permanentes do local, como meros coadjuvantes da história.

---

<sup>11</sup> Como observado por Fukui (2009) no tocante à socialização por meio do trabalho em contextos de produção agroextrativista familiar, haveria certa polivalência no trabalhador infantil, com fronteiras não tão rígidas entre atividades de meninos e meninas. Herédia (1979), ao contrário, registrou, em sua experiência de campo, que a socialização dos filhos no trabalho poderia ser orientada pelos papéis masculinos e femininos.

Os bragantinos identificados por Potiguar Jr. (2001), por exemplo, passaram a afirmar que a migração não amenizou a condição de penúria econômica de suas famílias. Não se efetivou a almejada ascensão social, nem mesmo na medida de viabilizar o projeto de retorno aos povoados de origem. Um tal desencanto com a conjuntura econômica de Marudá acarretava pessimistas perspectivas de futuro, notando-se, entre os jovens, a tendência de desinteresse em relação ao ofício da pesca, desempenhado por seus pais e avós. Alguns projetavam – enquanto outros já efetivavam – o deslocamento para Belém, suscitando a hipótese de um futuro esvaziamento da pesca artesanal naquele trecho litorâneo.

Adentrando pelos anos 2000, Furtado et al. (2006) chegaram a declarar que Marudá tinha perdido o *status* de vila pesqueira, convertendo-se em estação balnear. Durante o veraneio, a população de moradores sazonais e visitantes esporádicos parecia superar a de pescadores artesanais e respectivos familiares. A especulação imobiliária favoreceu a conversão de espaços de moradia e trabalho em espaços de lazer, consolidando-se estrutura minimamente apropriada ao atendimento da demanda turística, constituída não mais apenas por casas de praia e barracas improvisadas, mas também por pequenos hotéis, pousadas, restaurantes. Mantinha-se a prática de contratação de moradores permanentes em funções ligadas à construção ou manutenção de casas de veraneio (domésticas, caseiros, pedreiros). Manifestações culturais locais, como o carimbó, eram preteridas por aquelas de apelo midiático. Alegavam-se ocorrer, enfim, mudanças de comportamento e expectativas dos moradores de Marudá a partir da prolongada, ainda que sazonal, interação com os veranistas.

Para Furtado et al. (2006), dois trechos do litoral de Marapanim ilustravam distintos momentos do processo de turistificação: a Marudá, de ocupação mais antiga, atribuía-se, na década de 1970, um claro papel de polo pesqueiro, o qual vinha supostamente se diluindo em compasso à transição balnear; Camará, por outro lado, de formação mais recente e aspecto ainda rústico, passara a concentrar a população de pescadores migrantes, galgando o reconhecimento como principal polo pesqueiro de Marapanim à medida que a pesca perdia a privilegiada posição antes ocupada na vida econômica da localidade de Marudá.

No entanto, desde o asfaltamento da estrada Marudá-Crispim – antes mencionada por Bastos (1995) –, que favoreceu o acesso a Camará, fez-se sentir a influência do turismo também neste povoado, conforme anotado por Furtado et al. (2006). Camará, portanto, não figurava como negação de Marudá, mas como espécie de memória do que Marudá tinha sido no passado. Para Camará, passaram a afluir turistas atraídos por opções de lazer alternativas ao circuito balnear convencional. Instalava-se, ali, desde então, um incipiente processo de especulação imobiliária, deslocando as casas dos pescadores e de seus familiares para pontos

cada vez mais distantes das localizações originais: para perto do manguezal – que passou a receber o lixo doméstico –, a princípio; sobre o manguezal – agora aterrado –, por fim. Apesar disso, os pescadores consultados por Furtado et al. (2006) tendiam a declarar-se favoráveis ao turismo no local, tanto pela facilidade auferida na venda de sua produção (em especial de moluscos e crustáceos), quanto pela expectativa de que a presença de turistas, significando a atração de renda, acarretaria geração de empregos e melhoria na infraestrutura.

Campos, Nascimento e Mendonça (2017), por sua vez, registraram as contestações levantadas por parcela dos moradores de diferentes localidades da zona praiana, em torno da falta de planejamento na objetivização da atividade balnear no litoral de Marapanim. Para esses moradores, o avanço do turismo, engendrado a partir do polo marudaense, representava fator promotor de degradação dos ecossistemas costeiros, como também de desigualdades sociais. Enquanto algumas localidades eram beneficiadas com empregos e renda oriundos do turismo – particularmente Crispim e Marudá –, o restante da população ficava à margem dos benefícios gerados pela atividade, ainda tendo que arcar com os custos ambientais de sua exploração. Assim, em 2005, representantes do Centro Comunitário de Marudá iniciaram processo de interlocução com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), visando transformar a orla litorânea de Marapanim em unidade de conservação, o que, em sua visão, obrigaria que a exploração turística respeitasse mínimos critérios de planejamento, correlatos aos interesses da população local. Não contando com o apoio dos órgãos municipal nem estadual de meio ambiente, nem do empresariado local, os moradores que capitanearam esses esforços mantiveram prolongado diálogo na esfera federal, passando a se articular, a partir de 2007, com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O pleito, porém, progrediu lentamente, sendo atendido apenas em 2014, com a demarcação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (BRASIL, 2014). Com o objetivo de proteger áreas costeiras e ribeirinhas de Marapanim, especialmente manguezais e territórios de pesca, a unidade excluiu o perímetro urbano e a praia de Marudá, já irreversivelmente modificados pela contumaz utilização turística.

### 3.4 A VIRADA INTERPRETATIVA

A tradição acadêmica das décadas de 1990 e 2000 tendeu a interpretar o turismo em Marudá como fator apto a desencadear intensas mudanças na localidade e em localidades próximas. Acreditava-se que tais mudanças conduziriam à conversão dos estilos de vida dos moradores do lugar, sobretudo suas práticas laborais. Na transição para a década de 2010, no entanto, houve o fortalecimento de interpretação alternativa. Verificada a não concretização

das previsões formuladas, os autores mais recentes passaram a investir na análise das permanências sociais: formas de sociabilidade, de engajamento ao trabalho e de organização do cotidiano e da vida econômica que, embora distintamente afetadas pela interação entre moradores e turistas em Marudá, teriam mantido vinculação com o passado.

Chegada a década de 2010, Borcem et al. (2011) afirmaram que, a não ser pela própria sede municipal, Marudá era a localidade mais bem estruturada e desenvolvida de Marapanim. Apesar disso, ainda era possível atribuir-lhe, assim como a Camará, reconhecimento como genuíno polo pesqueiro. Em ambas as localidades, predominava a pesca artesanal, com tecnologia simples, associada à mariscagem. Marudá, porém, dirigia superiores investimentos à atualização da atividade pesqueira: o material para construção dos currais era importado de outros locais; sua frota de barcos motorizados para pesca era maior; e havia dois trapiches para desembarque de pescado e um minimercado de peixe, importantes para o comércio. Além de atender ao mercado interno, podia-se rastrear o escoamento do pescado dos polos de Marapanim até Belém. A distribuição permanecia a cargo dos atravessadores, com atuação concentrada nos períodos de safra das espécies valorizadas. Dizia-se, porém, que as trocas comerciais não correspondiam mais ao modelo de aviamento. Marudá, aliás, embora ponto referencial dos atravessadores, concentrava significativa população residente, possibilitando comércio local do pescado e relativa autonomia dos pescadores em relação ao atravessamento.

Enfocando três localidades litorâneas e uma ribeirinha de Marapanim, Borcem et al. (2011) registraram que a permanência da pesca era viabilizada, em geral, por homens (93%), com idades entre 15 e 79 anos (média geral de 42 anos; em Marudá, 46). Os pescadores se concentravam nas faixas etárias de 21-40 (45%) e de 41-60 (36%) anos, e apenas 7% tinham 20 anos ou menos. A proximidade entre idade e tempo de atuação na pesca revelou tendência de recrutamento precoce e ruptura com o processo de escolarização: 70% dos pescadores não tinham concluído o ensino fundamental. Porém, gradativamente, tal tendência vinha sendo superada pela penetração da instituição escolar no interior do município. Em Marudá, por exemplo, havia duas escolas de ensino fundamental e pronto acesso ao ensino médio na sede municipal. Facilitado pela instrução escolar, o trabalho no comércio de Marapanim ou nos ofícios de pedreiro e marceneiro era visto como alternativa à pesca – vista como atividade extenuante –, levando ao decrescente engajamento dos jovens neste ramo profissional. Os autores notaram, porém, a permanência, na pesca, de pessoas que haviam concluído o ensino médio, devido ao restrito número de vagas disponíveis no comércio urbano.

Apesar da importância que a pesca continuava a desempenhar para um grupo de moradores, Borcem et al. (2011) registraram haver pouco investimento em sua organização

política. Dos pescadores ativos à época do estudo desses autores, 57% eram associados à colônia de pescadores de Marapanim, mas poucos pagavam a correspondente contribuição monetária. Além disso, para complementar a renda familiar (cujas médias mensais eram de um salário mínimo), pescadores e familiares persistiam vinculados aos trabalhos de manutenção do cenário turístico. No conjunto de vilas litorâneas visitadas por Borcem et al. (2011), 35% dos pescadores se ocupavam em funções paralelas à pesca, como agricultores, caseiros, artesãos e, principalmente, como pedreiros, devido à demanda do setor imobiliário. Assim, ainda que subsistente, a pesca se atualizava sob relativa desarticulação social.

Partindo das vilas e centrando-se na sede municipal, Alves, Gutjahr e Silva (2015) avaliaram que a situação da pesca e a situação social dos pescadores não eram ali diferentes. Também prevalecia a pesca artesanal, porém já se faziam sentir as influências da pesca industrial e do crescimento demográfico, impondo maior pressão sobre o estoque pesqueiro. O pescado era destinado principalmente ao atravessador (por 87% dos pescadores) e, embora este personagem ainda fosse visto como um oportunista, poucos pescadores (12%) se queixavam de termos desvantajosos de comercialização. Além disso, a exportação de pescado, antes frequente, se limitou às safras, pois a produção já mal atendia à demanda interna<sup>12</sup>. Nas épocas de veraneio, aliás, chegava até a ocorrer importação de pescado de outros municípios.

Na sede municipal, segundo Alves, Gutjahr e Silva (2015), os pescadores também eram adultos ou idosos (87% tinham entre 30 a 80 anos), auferindo renda familiar mensal média de um salário mínimo. Deles, 67% não dominavam a linguagem escrita ou não tinham concluído o ensino fundamental. Sua infância tinha sido marcada pelo difícil acesso à escola, pela incompatibilidade entre horários de trabalho e estudo e pela fadiga do esforço físico da pesca, desestimulando o progresso escolar. Se 53% tinham se engajado na pesca na infância, para contribuir com a subsistência da família, nas décadas subsequentes, conforme alegado pelos autores, o facilitado acesso à escola produziu, nos jovens, o interesse por alternativas conducentes a remunerações e condições de vida vistas como melhores. Como a venda do pescado, aliás, em geral, não assegurava as necessidades básicas de consumo nem a própria manutenção dos aparatos de pesca, 33% dos pescadores da sede desempenhavam ofícios paralelos, de servidor público, pintor ou lavrador.

---

12 A escassez do pescado em Marudá é frequentemente relatada, tanto por interlocutores da localidade quanto pela literatura referida ao lugar (p. ex., ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015; FLOR; BARBOSA, 2014). Contudo, os estudos ali conduzidos ainda não focalizaram especificamente as causas desse fenômeno, tendendo a compartilhar um conjunto de hipóteses não testadas com os nativos, por exemplo: afixa-se que a fixação de um grande contingente de pescadores em Marudá a partir da década de 1970 promoveu um quadro de sobre-exploração do pescado; e que a prática de pesca em modalidade industrial na costa de Marapanim, com embarcações maiores e diferenciada tecnologia, estaria interferindo no comportamento dos cardumes e impactando os estoques de pescado.

### 3.5 SÍNTESE

A partir dos resultados inventariados, é possível discernir dois momentos da produção bibliográfica remetida à análise do fenômeno turístico em Marudá. Estabelecidas as contribuições inaugurais de Furtado (1978), a geração subsequente de autores se concentrou nas mudanças supostamente intensas incidentes sobre os processos de sociabilidade e trabalho no local a partir do turismo balnear. Esses autores interpretaram suas observações em termos de conversão de estilos de vida dos moradores nativos. Tal tendência interpretativa marcou os trabalhos decorrentes de pesquisas de campo conduzidas desde a década de 1990 até meados da década de 2000, alimentando expectativas de descrença quanto à contínua reprodução de atividades como a pesca, a mariscagem e a fitoterapia popular entre os marudaenses.

Geração posterior, atuante a partir do final da década de 2000, mesmo que ainda destacasse a relevância do sazonal intercurso entre nativos e turistas nas ocasiões de veraneio como fator de conformação da vida social de Marudá, passou a abordar não apenas os elementos de mudança, mas também as permanências sociais. Registrando a persistência de atividades antes condenadas à desapareição – reatualizadas agora mediante articulação com as atividades de prestação de serviços aos turistas –, esses autores forneceram as condições de reconsideração das inaugurais interpretações e previsões correlatas à influência da ascensão do turismo balnear sobre a vida dos marudaenses.

#### 4 A TRADIÇÃO DAS ETNOCIÊNCIAS EM MARUDÁ

Existe, remetida a Marudá, uma tradição acadêmica que se constituiu em torno do objetivo de inventariar a fitodiversidade costeira e os usos a ela conferidos pelas comunidades residentes no litoral. Capitaneado por pesquisadores circunscritos principalmente às áreas da Etnobotânica e Etnofarmacologia, este programa de investigação tem focado sobretudo as aplicações dos recursos vegetais no campo das práticas de medicina popular<sup>13</sup>. E, como decorrência desses esforços, tem sido possível desvelar traços de um particular sistema de fitoterapia, uma fitofarmacopeia singular, com princípios de prescrição de remédios caseiros que refletem formas próprias de compreensão dos fenômenos do adoecimento e da cura.

A citada tradição acadêmica pode ser representada por uma linha do tempo que se inicia por Furtado, Souza e Berg (1978), é entremeada minimamente por Coelho-Ferreira (2009) e Flor e Barbosa (2014; 2015) e atualizada por Monteiro, Monteiro e Barbosa (2016) e Silva et al. (2016). Fornecendo os pilares em cujo entorno se distribuem conjuntos de monografias, dissertações e teses, os citados trabalhos representam, cada um à sua época, as versões mais acabadas dessa discussão. A opção por sua análise mais detida – em vez de uma abordagem potencialmente superficial de conjuntos de textos mais extensivos – se deve, por um lado, ao fato de que se tratam de textos publicados, e por isso submetidos a rodadas sucessivas de avaliação editorial, como também, por outro lado, à percepção de que eles respondem a uma certa fórmula de continuidade, enfocando questões similares em distintas temporalidades e, por isso, favorecem a compreensão processual dos fenômenos enfocados.

O presente capítulo, então, recorre a esse conjunto de textos para evidenciar o processo de gradual reformulação dos argumentos empregados, em diferentes temporalidades, para justificar a condução dos correspondentes inventários etnobotânicos ou etnofarmacológicos. Tais argumentos, afinal, se vinculam às concepções sucessivamente formuladas em torno da interpretação do turismo e de suas influências sobre os moradores das localidades anfitriãs, seus universos sociais de significação e seus sistemas particulares de saberes locais. Em consonância com o capítulo anterior, do mesmo modo como a continuidade da pesca no decurso do tempo impôs a necessidade de revisão das interpretações que prescreviam a deculturação da sociedade haliêutica a partir da consolidação do turismo

13 Medicina popular, medicina tradicional, medicina caseira e fitoterapia popular são termos empregados para denominar práticas de intervenção em quadros de mal estar físico ou emocional, com o objetivo de restituir um estado de equilíbrio aos indivíduos (processo de cura), em circuitos de relações sociais paralelos aos sistemas oficiais de assistência à saúde. Essas práticas se respaldam em saberes locais – principalmente sobre as plantas –, sustentados pela tradição oral e se vinculam a concepções particulares de saúde e doença, como também a singulares taxonomias das enfermidades (MINAYO, 1988; RAVAGNANI, 1981). São bastante diversas as expressões assumidas por essas práticas no plano empírico, sendo incorreto sugerir que elas se restrinjam a contextos de insuficiência econômica e de escassez de oferta de serviços e produtos da medicina oficial (AMARAL; FIERRO, 2013; SHANLEY; LUZ, 2003).

balnear no litoral paraense, o presente capítulo busca demonstrar que as permanências correlatas às práticas de fitoterapia popular também impuseram a mencionada necessidade de revisão interpretativa. Indo além, entretanto, o capítulo pretende rastrear as bases teóricas sobre as quais se erigiram os esforços de reinterpretação, questionando se essas bases efetivamente favoreceram uma mais adequada compreensão do fenômeno turístico, tal como objetivado em Marudá.

#### 4.1 REGISTROS INAUGURAIS

Em meados dos anos 1970, Furtado, Souza e Berg (1978) registraram uma notável recorrência da população de Marapanim a remédios caseiros, inclusive, especificamente, na vila de pescadores de Marudá. As autoras observaram ser ínfima a penetração de agentes e instituições de assistência à saúde no local, indicando, também, que os poucos recursos econômicos auferidos pelos moradores não eram suficientes para que buscassem tal assistência em outras cidades. Mesmo quando ocorria alguma forma de orientação ou consulta médica, porém, os custos dos tratamentos prescritos eram proibitivos face à situação econômica dos moradores, favorecendo o intensivo recurso às plantas medicinais.

À época, Furtado, Souza e Berg (1978) contabilizaram 130 indicações de uso terapêutico de remédios caseiros produzidos a partir de plantas, conforme a fórmula: “remédio/planta tal é bom para enfermidade tal”. Um mesmo remédio, aliás, em alguns casos, era considerado útil para mais de uma finalidade e, embora a maior parte das preparações demandasse apenas uma espécie vegetal, algumas demandavam dois ou mais ingredientes vegetais, a exemplo de um chá para tratar de dores de diarreia e uma defumação (queima de ervas secas para produção de fumaça) para “tirar a panema” (má sorte), ambas associadas a uma lista de sete ingredientes vegetais.

As indicações terapêuticas inventariadas por Furtado, Souza e Berg (1978) foram classificadas conforme o modo de preparo e administração dos remédios, resultando em 22 categorias. Reconhecida pelos próprios interlocutores da pesquisa, a farmacopeia de Marudá abrangia categorias de remédios tão distintas quanto: chás, banhos, lambedores, emplastos, senapismos, restilos, defumações, fricções, gemadas, vomitórios, dentre outros. Destas categorias, foram mais frequentes os chás (48 indicações de uso), os banhos (22 indicações de uso) e os lambedores (12 indicações de uso).

A obtenção das plantas comumente ocorria por meio de cultivo em quintais, de modo a evitar gastos com a aquisição de ingredientes comerciais. Porém, como ressaltaram Furtado, Souza e Berg (1978), para além do argumento econômico, o uso de fitoterápicos também se

justificava pela confiança – a “fé” – que os moradores atribuíam aos recursos e saberes locais, às suas próprias experiências de vida, refletindo a profundidade temporal do intercurso entre sociedade e ambiente. Subjacente a esta fitofarmacopeia, portanto, verificou-se existirem formas nativas de compreensão da origem e da natureza das doenças, não restritas às causas ditas “naturais” pelos agentes e instituições da medicina oficial. Segundo concepção dos moradores, as enfermidades, acidentes, estados mórbidos e até a morte não decorriam apenas das causas apontadas pelos médicos, mas também de mistérios da natureza, capazes de desequilibrar a vida das pessoas e fazê-las “andar para trás”.

Desse modo, Furtado, Souza e Berg (1978) registraram indicações de plantas para tratar de males como: quebranto (quadro de fraqueza, marcado por vômitos, diarreia, febre e fastio em crianças, como decorrência de olhares negativos), mau olhado (quadro de mal estar decorrente de olhares de inveja ou malquerer), panemice (quadro de má sorte, que impossibilita ao indivíduo concretizar suas aspirações), mãe-do-corpo (pulsção na região do umbigo que se aloja no estômago da mulher e pode causar sua morte); e, ainda, para “amansar criança braba” e “refrescar o sangue”, todos estranhos ao sistema de medicina oficial. Banhos e defumações foram indicados como principais métodos de administração de fitoterápicos nos casos em que as desventuras de um indivíduo decorressem da influência de pessoas negativas, demandando rituais de purificação (da pessoa, de sua casa e de seus apetrechos de trabalho). Outra prática consistia em cultivar *Alocasia sp.* (tajá rio negro) em frente às casas, para defesa do lar contra inveja, inimigos e mau olhado.

#### 4.2 UM SABER EM DESAPARIÇÃO?

Tendo enaltecido a diversidade, a peculiaridade e a vitalidade dos saberes produzidos e reproduzidos em circunstâncias de gestão das situações de adoecimento e cura no cotidiano de Marapanim, Furtado, Souza e Berg (1978) não deixaram, porém, de ecoar matrizes analíticas então em voga. Reconhecendo o crescente intercâmbio dos moradores de determinadas áreas do município – em especial das localidades costeiras – com agentes oriundos de importantes centros urbanos regionais, as autoras recorreram ao esquema interpretativo prefigurado por Galvão (1955). Sugeriram que a progressiva aproximação entre povoados costeiros e centros urbanos levaria ao declínio do recurso aos remédios caseiros e ao ocaso da fitoterapia popular, prevalecendo os tratamentos prescritos pela medicina oficial, com base em medicamentos alopáticos, e por meio de agentes formalmente acreditados. Como consequência, as próprias categorias nativas de doença e cura restariam sob o risco de substituição pelas conceituações

da ciência formal, alimentando a noção de urgência em salvaguardar um saber ameaçado, de inventariá-lo antes de sua completa desarticulação.

Estabeleceu-se, então, certo consenso quanto à visão que prescrevia a desarticulação dos sistemas de saberes locais no litoral de Marapanim. E como, a partir de determinado momento, o turismo passou a desempenhar relevante papel na reordenação espacial de Marudá e a influenciar a organização social do trabalho de sua população fixa, ele foi também identificado como o fator determinante do processo reconhecido, no âmbito dos campos da Etnobotânica e Etnofarmacologia, como “erosão do conhecimento tradicional” (cf. SHANLEY; ROSA, 2004; ZUCHIWSCHI et al., 2010). Tratava-se, enfim, de uma renovada roupagem da tese de deculturação da população local a partir de seu intercâmbio com a sociedade metropolitana abrangente. Neste caso, elegendo o turismo como fator indutor da alegada desintegração cultural.

Foi, por exemplo, com base nesse esquema de pensamento e sob a reiterada alegação da urgência em salvaguardar um saber em vias de desaparecimento, que Coelho-Ferreira (2009) conduziu trabalho de campo na segunda metade da década de 1990, cerca de 20 anos depois da investigação de Furtado, Souza e Berg (1978). E, apesar das corretas descrições acerca das mudanças espaciais e dos emergentes engajamentos laborais então constituídos na localidade de Marudá a partir de sua consolidação como destino turístico, o inventário produzido por Coelho-Ferreira (2009) registrou consideráveis permanências socioambientais no domínio das práticas de fitoterapia popular. Mantendo-se o intensivo recurso da população marudaense às plantas medicinais, a autora arrolou 229 espécies vegetais empregadas com fins terapêuticos. Destas, 112 ocorriam nas formações vegetais do próprio local: 78 eram coletadas na natureza; 25, cultivadas em quintais; 9, obtidas por ambos os meios. O saber sobre essas espécies orientava a produção de 508 formulações fitoterápicas: 63% envolviam uso de uma só espécie; 37%, envolviam a mistura de espécies distintas. Técnicas de preparação e categorias de remédios pouco divergiram de Furtado, Souza e Berg (1978).

As pessoas apontadas por Coelho-Ferreira (2009) como especialistas no uso de plantas medicinais neste corte temporal eram mulheres (100%), majoritariamente oriundas de fora de Marudá (65%), com idades entre 24 e 82 anos. Além deste ofício, ocupavam-se com atividades correlatas às funções de donas de casa, pescadoras, lavradoras, costureiras, vendedoras, artesãs, faxineiras, cozinheiras, agentes comunitárias de saúde e cuidadoras.

Conforme anotado por Coelho-Ferreira e Silva (2005) e Coelho-Ferreira (2009), a relevância continuamente conferida às plantas medicinais foi parcialmente creditada ao fato de que a urbanização de Marudá não promoveu o pleno acesso dos moradores aos serviços

públicos de saúde. Havia, sim, à época do estudo de campo da autora, um posto de saúde no distrito, porém restrito a serviços ambulatoriais e submetido à falta de médicos, medicamentos e materiais. O próprio aspecto urbano do lugar podia ser concebido mais como investimento estético que urbanístico, visto que o sistema de esgoto operante era rudimentar, impondo – ou não eliminando os preexistentes – riscos à saúde coletiva (COELHO-FERREIRA, 2009).

Comparado ao passado, de todo modo, o contato dos moradores com representantes da medicina oficial, apesar das queixas, tinha se tornado mais constante, favorecendo, segundo Coelho-Ferreira (2009), a incorporação de designações formais a uma série de estados mórbidos. Tal contato não significou, porém, a supressão das formas nativas de elaboração da categoria “doença”, nem de sua subjacente taxonomia. Assim, havia indicações de fitoterápicos tanto para doenças ou estados mórbidos reconhecidos pelo sistema médico oficial (p. ex., diabetes, asma, gripe), quanto para casos estranhos às tipologias oficiais. No segundo caso, registrado desde Furtado, Souza e Berg (1978), tratavam-se de estados mórbidos ligados a relações sociais potencialmente nocivas e à esfera da espiritualidade, também referidas na literatura como “doenças de fundo cultural”, nomeadamente: quebranto, mau olhado, panemice, mãe-do-corpo e indicações para limpar ou engrossar o sangue.

Decorrendo das formas nativas de compreensão das categorias “doença” e “cura”, Coelho-Ferreira (2009) notou ser comum que as mulheres envolvidas nesse domínio da vida social fossem localmente referidas (e também se apresentassem) por meio de designações próprias, como curandeiras, rezadeiras, raizeiras, benzedadeiras ou pajés. Aliás, apesar da ampla identificação dos moradores como católicos ou protestantes, subsistiam, segundo Coelho-Ferreira e Silva (2005) e Coelho-Ferreira (2009), disseminadas práticas de pajelança, cultos afro-brasileiros e sincretismo religioso (entrecruzamento de práticas de distintas acepções religiosas), visando evitar a má sorte e lidar com os mistérios da natureza.<sup>14</sup>

#### 4.3 A CONTÍNUA VITALIDADE DOS SABERES LOCAIS

A despeito de seus pressupostos teóricos, a pesquisa conduzida por Coelho-Ferreira (2009) não logrou identificar, nos sistemas de saberes correlatos às práticas de fitoterapia popular em Marudá, padrões disruptivos como aqueles associados às mudanças espaciais e laborais registradas na localidade. Os sucessivos esforços de inventário dos saberes locais evidenciaram que o conhecimento tradicional circunscrito à fitofarmacopeia marudaense não

---

<sup>14</sup> A forma peculiar de vivência da religiosidade e seus entrecruamentos com práticas de medicina popular em Marudá ecoam a caracterização provida por Maués (1994) acerca da "pajelança cabocla", comum na Amazônia rural. Outros interessantes estudos sobre o tema incluem Albuquerque e Faro (2012) e Boyer (1999).

estava em vias de desaparecimento, ainda que expressasse claras marcas de entrecruzamento com os saberes oriundos do sistema médico oficial.

Constituiu-se, desse modo, a necessidade de elaborar interpretação alternativa, capaz de preencher as lacunas deixadas pela refutação da tese da erosão cultural, até então em voga. E se, antes, Marudá se apresentava como promissor campo de pesquisas por figurar como localidade rústica submetida a uma alegadamente intensa influência aculturadora, o inesperado cenário pelo qual os pesquisadores se aperceberam envoltos prometia algo diferente: a oportunidade de compreender as condições de reprodução do conhecimento tradicional e indicar sua vitalidade, ainda quando exposto a influências desarticuladoras. Marudá, assim vista como privilegiado campo de estudos dessa temática, permaneceu, portanto, visada por sucessivos esforços de inventário etnobotânico e etnofarmacológico.

Nesse contexto, o levantamento etnofarmacológico conduzido em 2013 por Flor e Barbosa (2015) no bairro do Sossego, em Marudá, indicou que, apesar da crescente penetração dos serviços públicos de saúde e de métodos da medicina oficial na localidade, as plantas medicinais e remédios caseiros continuavam sendo citados, por seus moradores, como recursos preferenciais para o tratamento de doenças. Além disso, persistiam menções a males para os quais a medicina oficial não se dispunha a oferecer soluções, ou sequer a reconhecer como fenômenos reais (p. ex., feitiços, mau olhado, panemice).

Somando-se à confiança dirigida aos saberes e recursos locais, Flor e Barbosa (2015) cogitaram outro fator favorável à reprodução da fitoterapia popular em Marudá. Tal fator seria a persistência de práticas de mobilidade espacial de seus moradores e sua estreita articulação com moradores de outros povoados de Marapanim – em especial, Araticum Mirim, Recreio, Caju, Porto Alegre, Bacuriteua, Cafezal, Vista Alegre e Retiro –, geralmente de um tronco familiar comum. Como alguns desses povoados encontravam-se, até então, pouco integrados aos circuitos de visitação turística e eram pouco afetados pela urbanização daí resultante, seriam menos visados pelas políticas de saúde e, portanto, mais dependentes dos recursos locais para lidar com as situações de adoecimento. As visitas entre parentes residentes em localidades distintas, assim, proveria de vitalidade as práticas de fitoterapia popular, reforçando-as mesmo em áreas submetidas a intensa exposição turística, como Marudá.

O perfil das pessoas reconhecidas por Flor e Barbosa (2015) como especialistas no uso de plantas medicinais foi similar àquele registrado em trabalhos anteriores. Eram mulheres (100%), com idades variando de 26 a 87 anos. As mais idosas, com idades de 64 a 87 anos, foram responsáveis por 50% das indicações de plantas medicinais obtidas nesse inventário; as mulheres com 45 a 59 anos de idade contribuíram com 28% das indicações; e as mulheres

com 25 a 34 anos de idade contribuíram com 5% das indicações. Quanto ao nível de escolaridade, 61% delas não tinham completado a 4ª série do ensino fundamental. As plantas, neste recorte temporal, eram obtidas por meio de cultivo em 40% dos casos; por meio de compra em 28% dos casos; com vizinhos ou por meio de doações em 28% dos casos; e por meio de coleta nas formações vegetacionais remanescentes em 4% dos casos.

Como forma de justificar as permanências correlatas às práticas de fitoterapia popular, passou-se a introduzir um segundo argumento de fundo econômico. Além de se indicar que o uso de fitoterápicos promovia a poupança de recursos monetários, por representar alternativa de satisfatória promoção da cura sem a necessidade de gastos com medicamentos alopáticos ou de deslocamento a outros municípios para obtenção de assistência médica, passou-se a analisar as práticas de fitoterapia como atividade econômica em si, como empreendimento voltado à formação de renda monetária. Ultrapassando os significados preponderantemente atribuídos aos fitoterápicos até então, como mera alternativa ante ao restrito acesso dos moradores de Marudá ao sistema oficial de saúde ou como expressão das formas locais de compreensão dos processos de doença e cura, a situação apresentada – p. ex., por Flor e Barbosa (2014) – revelou um terceiro sentido: o saber associado aos fitoterápicos como patrimônio intelectual dotado de valor econômico, apto a ser integrado a circuitos comerciais.

Flor e Barbosa (2014) encontraram na década de 1990 as raízes da diferenciada forma de valorização atribuída aos saberes locais correlatos a plantas medicinais. Na circunstância de crescente escassez de pescado registrada nos anos de 1990, algumas moradoras de Marudá ventilaram a possibilidade de explorar economicamente esse saber. Visando superar a penúria econômica e a condição de dependência em relação à gerência masculina da pesca, essas mulheres fundaram, em 1997, uma cooperativa de erveiras, chamada Erva Vida. Inicialmente, elas coletavam as plantas em seus próprios quintais e produziam os remédios caseiros na sede da colônia de pescadores. Algum tempo depois, conseguiram fundos para construção de sede própria, com espaço para cultivo das plantas e instalações para o processamento. Constituíram fiel público consumidor, formado por moradores permanentes, moradores sazonais e visitantes ocasionais. Como apontado por Amaral e Fierro (2013) e Shanley e Rosa (2004), afinal, o hábito de uso de produtos da medicina popular se encontra disseminado nos distintos estratos socioeconômicos brasileiros, inclusive nas regiões metropolitanas amazônicas. Assim, os fluxos turísticos dirigidos a Marudá forneceram adequadas condições ao escoamento comercial dos remédios caseiros produzidos a partir da fitodiversidade litorânea.

Orientando sua pesquisa por objetivos similares àqueles antes perseguidos por Flor e Barbosa (2014), Monteiro, Monteiro e Barbosa (2016) ratificaram os registros de que aquelas

mulheres costumavam se identificar apenas como pescadoras, por estarem envolvidas com a fase terrestre da pesca: a pesca na beirada da água, a despescagem de currais, a mariscagem e o conserto de redes. Seu trabalho era visto como simples ajuda aos maridos; estes, sim, considerados indivíduos produtivos. Subsequentemente, as mulheres passaram a articular sua apresentação como pescadoras à alternativa identificação como erveiras, o que implicava distintas formas de alocação do tempo de trabalho, de acesso ao recurso monetário e de colaboração para a formação da renda monetária familiar. E, apesar da reiterada menção ao protagonismo feminino nos sucessivos inventários do saber etnofarmacológico elaborados no contexto marudaense, Monteiro, Monteiro e Barbosa (2016) ressaltaram que alguns homens, sobretudo os mais idosos, demonstravam conhecer as aplicações medicinais das plantas, participando, ainda que marginalmente, desse universo de relações socioambientais.

A transição entre distintas categorias de identificação, porém, segundo Silva et al. (2016), seria relativa. A reprodução de práticas de fitoterapia ocorreria entremeada a outros engajamentos laborais e tal condição de polivalência produtiva tenderia a suprimir o desempenho das funções de erveira no veraneio, devido ao recrutamento da força de trabalho feminina para atuação nas casas de veranistas. Nesses períodos, observaram os autores, a oportunidade de prestação de serviços aos veranistas seria fator de sazonal reorganização do cotidiano dos nativos e reordenamento de seus respectivos engajamentos, priorizando-se o intercuro com o cidadão visitante. Isto ocorreria inclusive com as mulheres associadas à Erva Vida, que, no veraneio, intensificariam suas funções de caseiras, além de se constituírem como vendedoras de produtos não relacionados às atividades da cooperativa.

Desse modo, diferentes fatores têm sido apontados como circunstâncias favoráveis à reprodução dos saberes locais correlatos ao uso medicinal de plantas em Marudá, propondo encerrar as contradições existentes entre a tradição acadêmica anterior, que previa a gradual desarticulação da cultura e do saber tradicional, e as cumulativas observações empíricas, que atestavam precisamente a reprodução e a contínua complexificação desses saberes. Dentre essas razões, destacam-se: a integração continuamente precária de Marudá ao sistema público de saúde; a inserção, por meio de redes de parentesco, em um contexto socioespacial mais amplo, onde se afigura a contínua reprodução de conhecimentos tradicionais; a insuficiência econômica dos marudaenses para arcar com custos de tratamentos e medicamentos prescritos pelo sistema médico oficial; a possibilidade de poupar dinheiro ao recorrer aos remédios caseiros em substituição aos medicamentos alopáticos; e a oportunidade de aumentar a renda monetária familiar por meio da comercialização dos remédios caseiros.

Monteiro, Monteiro e Barbosa (2016), porém, sugeriram que, indo além dos fatores de ordem estritamente conjuntural ou socioeconômica, o cerne das verificadas permanências diz respeito à diferenciada valorização conferida aos recursos e saberes locais em Marudá, ainda marcada por um feitiço de rusticidade interiorana. Esta valorização se liga à ideia de confiança, decorrente do conhecimento sobre a procedência dos recursos empregados na resolução dos problemas do cotidiano e da convicção de que esses recursos portam os atributos necessários para conduzir a um desfecho favorável. Assim, os autores questionam a ideia de que a anterior inacessibilidade aos serviços oficiais de saúde teria sido o principal fator determinante para a reprodução das práticas de fitoterapia popular em Marudá. No contemporâneo recorte de tempo, pois, conforme relataram, a maior facilidade de obtenção de medicamentos alopáticos não significa que seu uso terá necessária preferência em relação ao remédio fitoterápico caseiro. Os marudaenses tenderiam a ponderar, nessa decisão, a anterioridade do saber, a fé no efeito do remédio e no próprio prescritor – isso, contrastando com o ressentimento acerca do tratamento alegadamente distante dos profissionais de saúde para com os pacientes no local.

#### 4.4 A INFLUÊNCIA DO TURISMO

A produção bibliográfica remetida às práticas de fitoterapia popular em Marudá passou a gradualmente redimensionar o papel que se deveria atribuir ao turismo como fator promotor de mudanças na referida localidade costeira. Embora ainda se pudesse considerar o fluxo turístico importante fator interveniente da dinâmica das interações sociais e socioespaciais, sobretudo durante o veraneio, não se podia mais defender, por lealdade aos dados empíricos disponíveis, a ideia de que ele seria capaz de desarticular as práticas ditas tradicionais, como o uso de plantas com finalidade terapêutica. Por isso, em vez de insistir na tônica da mudança intensa e da transformação, os autores passaram a investir na análise das permanências, formulando hipóteses relativas às condições de reprodução de formas de sociabilidade, de engajamento ao trabalho e de organização do cotidiano e da vida econômica que, embora distintamente afetadas pela interação entre moradores e turistas, teriam mantido vinculação com as circunstâncias existentes na anterioridade temporal.

Nota-se, neste quadro de referência, que ainda quando o escopo dos trabalhos permanecia pouco alterado entre as sucessivas gerações de autores – conferindo identidade relativamente estável à agenda de pesquisas em Marudá –, modificavam-se os motivos determinantes, ou seja, as justificativas e pressupostos teóricos e empíricos sobre os quais se assentavam as investigações propostas. Assim, desde Furtado, Souza e Berg (1978) as pesquisas vinham focalizando a temática do uso de recursos vegetais pela população nativa,

sobretudo no âmbito de práticas de medicina popular. Porém, se uma geração de autores recorreu aos argumentos da perda das tradições e da erosão cultural para justificar a realização de inventários do saber local, uma subsequente geração continuou a inventariar os usos dos recursos vegetais, desta vez com o intuito de reconhecer as condições sociais que permitiram sua reprodução dentro daquele contexto de intenso contato com a sociedade urbana.

A tônica dos estudos mais recentes, sobrevalorizando a análise de permanências de práticas e de relações socioambientais específicas, parece, contudo, refletir a noção – criticada por Cucho (1999, p. 120-121) – de “sobrevivências culturais”. Não se têm buscado elucidar, pois, as contextuais circunstâncias em cujo âmbito são favorecidas as permanências em detrimento das mudanças socioambientais. Em vez de rastrear as condições de possibilidade dessas permanências a partir do conjunto de relações contextualmente atualizadas em Marudá, os estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos conduzidos na localidade têm priorizado uma nova generalização. Descartando a anterior ideia de deculturação como inevitável destino das sociedades particulares submetidas a um intenso contato com a sociedade metropolitana, esses estudos têm passado a enfatizar a vitalidade dos saberes, práticas e estilos de vida ditos tradicionais, associando a eles os atributos de resiliência, capacidade adaptativa e similares.

Retratados como sistemas flexíveis, adaptativos e aptos a manter a autonomia mesmo em face de influências externas supervenientes, os sistemas de saberes locais e as práticas socioambientais que eles orientam passam a figurar como unidades de estudo em si. Para seu entendimento, então, colaboraria pouco a análise dos intercâmbios entre população nativa e população flutuante de veranistas, uma vez que quaisquer potenciais influências advindas do turismo poderiam ser amortecidas pelos atributos adaptativos dos sistemas de saberes locais.

Esta visão, segundo Cucho (1999), favorece a desvalorização da análise do contato entre os membros de diferentes formações sociais, das particulares circunstâncias em que se objetivam essas situações de intercuro. No caso de Marudá, o emprego de tal orientação analítica, por escamotear o estudo sistemático das relações de intercuro turístico e continuar a focar as práticas de fitoterapia em si, nada de novo permite concluir acerca do fenômeno turístico no local. Retém, portanto, a visão do turismo como fator de desarticulação social e cultural, ainda que se passe a considerar ineficaz a sua influência, em face de adaptativos e flexíveis sistemas de saberes tradicionais. As práticas e os saberes de fitoterapia popular em Marudá, enfim, seriam reproduzidos *apesar do turismo* e de sua influência desagregadora.

#### 4.5 A EMERGENTE MATRIZ DE ANÁLISE DA FITOTERAPIA EM MARUDÁ

A tradição recente de estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos produzidos em Marudá parece transmitir a ideia de que a ausência de dados demonstrando a ocorrência de deculturação não significa que o turismo não seja efetivo fator promotor desse processo. Assim, ao reproduzir a compreensão do turismo como fator de invasão e dominação cultural, a virada analítica ocorrida na tradição de estudos etnocientíficos remetidos a Marudá revelou não ter extraído sua inspiração das revisões promovidas pela Antropologia e pelos estudos do turismo (capítulo 2). Os estudos antropológicos do contato e do turismo, afinal, entre as décadas de 1950 e 1990, passaram a advogar a necessidade de análises contextuais para determinar os desdobramentos efetivamente emergidos a partir das distintas situações de intercâmbio entre membros de duas ou mais sociedades. Como as análises sucessivamente formuladas enfocando Marudá pouco absorveram essa orientação, resta pendente, então, a tarefa de investigar os quadros teóricos que mais provavelmente teriam servido como balizas para o registro e interpretação das permanências socioambientais verificadas na localidade.

A presente seção busca, especificamente, demonstrar a vinculação dos pendores analíticos adotados como balizas interpretativas do contexto marudaense no recorte temporal mais recente ao movimento de autocrítica feito no âmbito das próprias etnociências, em nível internacional, nas últimas décadas. Pretende, por essa via, esclarecer a razão pela qual, mesmo auferindo condições de lidar com um inesperado cenário de permanências socioambientais, a contínua tradição de estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos não pôde se desvencilhar de uma compreensão generalizante do fenômeno turístico, mantendo-o essencialmente atrelado à ideia de desarticulação social e cultural.

##### **4.5.1 Etnociências: mudança social e erosão do saber local**

Remetendo-se a variadas circunstâncias descritas como situações de intensa mudança social, os pesquisadores do campo das etnociências têm lançado frequentes indagações acerca de seus reflexos sobre processos correlatos aos conhecimentos tradicionais, saberes locais ou conhecimento ecológico tradicional – jargões intercambiáveis –: sua elaboração, transmissão, circulação, distribuição, revisão, perda. Este conhecimento é, por eles, definido como um saber empírico, decorrente da experiência de moradores de contextos rurais e interioranos no manejo dos recursos naturais rotineiramente acessados. Trata-se, segundo Setalaphruk e Price (2007), de um conhecimento tácito, que as pessoas acumulam e aplicam, mas não expressam formalmente, exceto quando estimuladas, p. ex., por um interlocutor externo.

De acordo com Ruiz-Mallén et al. (2013), a transmissão do conhecimento tradicional ocorre fora da escola, via processos de trabalho e lazer, desde a infância. Gallois et al. (2015), aliás, creditaram seu investimento na pesquisa enfocando crianças ao respaldo que alegaram ter encontrado, na literatura, de que seria antes dos 10 anos de idade que ocorreria a maior parte do processo de aquisição do saber local em contextos de sociedades de pequena escala.

Adotando perspectiva extrema, Eyssartier, Ladio e Lozada (2008), García (2006), Srithi, Balslev e Wangpakapattanawong (2009) e Voeks e Leony (2004) afirmaram que a integração de sociedades locais à formação social abrangente – a sociedade dita moderna – e a consequente adoção de valores e visões de mundo ocidentais levariam à “aculturação” (no sentido de deculturação) e à erosão do conhecimento e dos valores tradicionais, hipótese também ventilada por Benz et al. (2000), Brosi et al. (2007), Setalaphruk e Price (2007) e Shanley e Rosa (2004).

A perda poderia ocorrer entre sucessivas gerações, indicando interferências dos fatores de modernização nos processos de transmissão do saber local, conforme Brosi et al. (2007), García (2006) e Srithi, Balslev e Wangpakapattanawong (2009). E poderia, também, ocorrer dentro de uma mesma geração, segundo Reyes-García et al. (2013a), que registraram, de 2000 a 2009, um declínio no número de indicações de plantas úteis entre índios Tsimane da Amazônia boliviana, chegando a 26% de perda entre indígenas assentados próximo a cidades, e a uma taxa geral de erosão de 1% a 3% ao ano.

#### **4.5.2 A incidência seletiva dos fatores de modernidade**

Se a erosão do saber local pode ser vista como decorrência da modernidade, Benz et al. (2000) propuseram que o volume de conhecimentos tradicionais associados ao uso de recursos naturais e o valor de uso a eles atribuído deveriam ser utilizados como indicadores do processo de modernização. Para viabilizar tal proposta, diferentes índices estatísticos têm sido elaborados (cf. HOFFMAN; GALLAHER, 2007), como artifícios que operacionalizam a mensuração de algo à primeira vista tão abstrato e complexo quanto o conhecimento.

Devido a características como sexo, idade e nível de instrução formal, definidoras de diferenciação social interna nos contextos locais enredados em circunstâncias de mudança, Reyes-García et al. (2013a) sugeriram que os processos erosivos do saber local não incidem igualmente sobre todos os segmentos da população, variando também de acordo com a localização espacial das casas dos membros do grupo social – mais próximas ou distantes de centros urbanos. Para Benz et al. (2000), as populações que preservam o conhecimento são aquelas vistas como marginais, com menos acesso aos serviços modernos, e que preservam os

dialetos nativos, assim detendo um mais amplo conhecimento do uso de plantas, com mais elevados valores de uso e compartilhamento mais equitativo dos saberes.

A crescente preocupação com o reconhecimento de distinções significativas primeiro se expressou pela concepção de que os membros de alternativos segmentos populacionais estariam diferentemente expostos aos fatores de modernização. Assim, a perda do conhecimento tradicional não ocorreria, necessariamente, de modo generalizado no âmbito de determinada população. A população de dada localidade, considerada como detentora coletiva do conhecimento tradicional, deveria ser analisada a partir de sua diferenciação social interna, para se obter uma adequada descrição dos padrões de erosão do saber.

Além de considerar a exposição diferencial de segmentos populacionais aos fatores de modernização, a literatura das etnociências supôs a necessidade de que o próprio repertório de conhecimentos tradicionais fosse considerado a partir de seus distintos domínios de saber constitutivos (saberes medicinais, culinários, artesanais, etc.). Tal concepção partiu do princípio de que os fatores de modernização incidiriam de modo diferencial, também, sobre as alternativas dimensões da vida cotidiana, acarretando a supressão de específicos hábitos e práticas – e, conseqüentemente, do conhecimento tradicional associado –, geralmente aqueles mais diretamente ligados às mudanças circunstancialmente implementadas.

Pelo exposto, percebe-se ter ocorrido, ao longo dos anos, um primeiro deslocamento dos diagnósticos remetidos à noção de perda do saber local. Abandonou-se, paulatinamente, a ideia de erosão generalizada – no tocante à população atingida e seu respectivo repertório de saberes –, e adotou-se a noção de erosão parcial, incidente sobre particulares segmentos da população e específicos domínios do saber local. Reyes-García et al. (2013b), por exemplo, postularam que as variações nos diferentes domínios do conhecimento tradicional refletiriam respostas adaptativas de uma sociedade às condições contextuais: enquanto alguns domínios se contrairiam, outros se manteriam relativamente estáveis e outros, ainda, se expandiriam, cada qual seguindo uma tendência particular.

Benz et al. (2000), por sua vez, admitiram, pioneiramente, que, mesmo em localidades afetadas por processos de modernização, parcela do conhecimento sobre os recursos naturais poderia subsistir, caso sua posse representasse fator condicionante da subsistência. Desse modo, não contando com outras alternativas de vinculação econômica, os respectivos detentores do saber manteriam expressivo percentual de sua renda doméstica atrelado à exploração tradicional dos recursos naturais, atualizando seu efetivo uso e, assim, viabilizando as condições de preservação e transmissão do saber associado.

Gómez-Baggethun et al. (2010) ratificaram tal posição, concordando que a integração de sociedades de pequena escala ao mercado não seria condição necessariamente conducente à erosão do saber local. Caso a integração se caracterizasse pelo escoamento de produtos advindos de atividades tradicionais, como o cultivo ou o extrativismo, haveria condições de manutenção do efetivo uso dos recursos naturais, em níveis compatíveis com a preservação do saber associado. Esse cenário seria especialmente concebível na circunstância de valorização da produção tradicional, idealizada como de baixo impacto ambiental e promissor símbolo de paradigmas alternativos, como da economia verde ou do desenvolvimento sustentável (p. ex., ALMEIDA, 2012; GALLO et al., 2012; ROMEIRO, 2012).

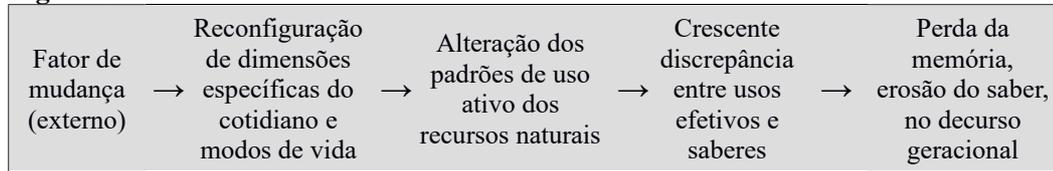
Medidas conservacionistas, por fim, também foram pensadas como fatores promotores de impactos setorizados nos modos de vida locais e, conseqüentemente, no saber associado ao uso de recursos naturais em específicos domínios culturais. Segundo Gómez-Baggethun et al. (2010), em países desenvolvidos, a delimitação de áreas protegidas, inibindo a ocorrência de degradação ambiental, poderia contribuir para a preservação de certos domínios do conhecimento ecológico tradicional – afinal, evitando-se a extinção de espécies biológicas, viabilizar-se-ia seu contínuo acesso por membros de sociedades locais. Se, porém, como no caso de Zuchiwschi et al. (2010), a proteção conferida ao meio ambiente restringisse as formas tradicionais de utilização de determinados recursos naturais, seu uso ativo declinaria e os processos de transmissão do conhecimento associado seriam interrompidos.

#### **4.5.3 Erosão do conhecimento: mecanismo de ocorrência**

Não se tratando de fórmula consensual e dogmática, o mecanismo de ocorrência do processo de erosão do saber local se fundamentaria, conforme implícito em Srithi, Balslev e Wangpakapattanawong (2009), na redução do uso ativo de recursos naturais tradicionalmente utilizados, criando-se uma discrepância entre o conhecimento relatado acerca das aplicações dos recursos e o efetivo uso desses recursos em determinado recorte temporal. Partindo de Zuchiwschi et al. (2010), concebe-se que reconfigurações em específicas dimensões do modo de vida de sociedades locais – decorrentes de restrições externas predisponentes à situação de mudança – levariam ao abandono do uso de conjuntos particulares de recursos naturais. Seguindo por meio de D'Ambrosio e Puri (2016), os domínios do saber local diretamente afetados pelas circunstâncias de mudança tenderiam a se tornar em grande medida teóricos – remetidos à memória de usos passados. Por fim, segundo Shanley e Rosa (2004), no curso da sucessão geracional, o conhecimento associado aos recursos naturais não mais utilizados ou

não mais acessíveis ao uso tenderia a ser esquecido, devido à inviabilidade de condições de transmissão para as gerações subsequentes (Figura 5).

**Figura 5** – Mecanismo de erosão do saber local.



**Fonte:** do autor.

A interrupção do uso de recursos naturais poderia decorrer de variadas origens, como: (1) crescente indisponibilidade ou extinção local do recurso, no caso de Setalaphruk e Price (2007) e Shanley e Rosa (2004); (2) proibição do uso de determinado recurso juridicamente qualificado como ameaçado, no caso de Zuchiwschi et al. (2010); (3) proibição de aplicação de formas de manejo incompatíveis com os regimes formais estipulados de exploração de áreas protegidas, no caso de Gómez-Baggethun et al. (2010); (4) desqualificação das práticas tradicionais, estigmatização dos detentores do saber associado e desestímulo ao engajamento de jovens nessas atividades, como nos casos de García (2006), Srithi, Balslev e Wangpakapattanawong (2009) e Voeks e Leony (2004); (5) engajamento de jovens e adultos em ocupações assalariadas e programas de instrução formal, às custas do tempo que, de outro modo, poderia ser investido no uso tradicional de recursos naturais, como nos casos de Brosi et al. (2007), Bruyere, Trimarco e Lemungesi (2016), Reyes-García et al. (2013b).

#### 4.5.4 Um segundo deslocamento interpretativo

Um segundo deslocamento interpretativo, promovido por autores do campo e que passou a concorrer com esquemas explicativos anteriores, buscou atenuar a atenção até então concedida à ideia de perda do saber local – sem, entretanto, pretender refutá-la. A emergente linha de argumentação – reconhecida por Reyes-García et al. (2013b), Setalaphruk e Price (2007) e Srithi, Balslev e Wangpakapattanawong (2009) – enfatizou o entendimento do saber local como parte constitutiva da cultura, não uma parte estática, mas dinâmica, com caráter adaptativo, capaz de se expandir ou se contrair, conforme as mudanças de contexto. Assim, conforme Brosi et al. (2007), Eyssartier, Ladio e Lozada (2008) e Gómez-Baggethun et al. (2010), ocorreria a evolução do conhecimento tradicional, por meio de processos adaptativos, respondendo flexivelmente a mudanças ambientais e socioculturais.

Segundo Gómez-Baggethun e Reyes-García (2013), a perspectiva dominante tendia a subestimar o caráter dinâmico dos sistemas de conhecimento tradicional, pouco investindo na qualificação das mudanças como respostas adaptativas a condições ambientais, sociais ou econômicas emergentes. Assim, embora os autores considerassem plausível a ocorrência de perdas no saber local – em termos de perda de unidades de informação específicas –, não deveria ser, este, o processo a dominar os esforços da pesquisa empírica, pois ele não seria, em si, significativo para avaliação dos níveis de evolução cultural ou, por outro lado, de deculturação de uma determinada sociedade.

Embora também atestassem a possibilidade de perda do saber local – ainda que parcial, restrita a específicos domínios do conhecimento – e igualmente reconhecessem, como possíveis causas, a modernização, a introdução de tecnologias, a escolarização e a integração ao mercado, Gómez-Baggethun e Reyes-García (2013) acusaram a tradição das etnociências de omissão diante da questão basilar: como esses fatores causais afetam os mecanismos que geram, regeneram, aplicam e transmitem o conhecimento tradicional? A atenção deveria se voltar, portanto, para os processos efetivamente capazes de promover a reconfiguração das condições de manutenção e transmissão do saber local e sua potencial fragilização.

Dever-se-ia, igualmente, responder: como as circunstâncias de mudança social afetam a capacidade de os sistemas de conhecimentos tradicionais se adaptarem e evoluírem? Nesse momento, introduziu-se a noção de resiliência – cf. Gómez-Baggethun et al. (2010) –, segundo a qual as sociedades locais seriam capazes de lidar com os episódios de mudança e incerteza, valendo-se de seus repertórios de conhecimentos tradicionais, até um determinado limite, para além do qual ficariam comprometidas as condições de gerar, transformar, transmitir e aplicar o conhecimento, enfim, as próprias condições de existência dos sistemas de conhecimento tradicional. A resiliência, assim, poderia ser compreendida como espaço de manobra, cujos limites condicionariam as capacidades adaptativas e evolutivas do saber local.

Para Gómez-Baggethun e Reyes-García (2013), enfim, poderia, sim, ocorrer perda do conhecimento tradicional como decorrência do contato entre sociedades de pequena escala e a formação social abrangente (sociedade nacional, mercado). O significado dessa perda – se representando evolução cultural ou deculturação –, porém, dependeria das circunstâncias de contato e da existência de condições para retenção das capacidades de gerar, transformar, transmitir e aplicar o conhecimento pelos membros da sociedade local. O que atestaria a resiliência, afinal, seria a manutenção dessas capacidades, não do *corpus* de conhecimento tradicional em si, dos repertórios intactos de saber.

#### 4.6 SÍNTESE

O reconhecimento de que a objetivação da atividade turística em Marudá não levou ao prognosticado processo de desarticulação das práticas de fitoterapia popular na localidade – dentro de um mais amplo quadro de alegada deculturação – implicou a necessidade de adotar quadro teórico alternativo, apto a subsidiar a interpretação das permanências socioambientais empiricamente verificadas. Como demonstrado, a orientação analítica adotada tendeu a buscar as causas determinantes das permanências em atributos supostamente presentes nos próprios sistemas de saberes locais, enaltecendo suas características de flexibilidade, adaptabilidade e resiliência. Manteve-se, portanto, fiel à virada paradigmática ocorrida no âmbito dos estudos de etnociências em nível internacional, atinente à autocrítica quanto ao emprego da noção de erosão do conhecimento tradicional por seus especialistas.

Ressaltando as características adaptativas atribuídas aos sistemas de saberes locais, porém, a pesquisa circunscrita a campos de estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos se absteve da análise do intercurso entre moradores e veranistas. Assim, também se distanciou das orientações metodológicas formuladas em outras viradas paradigmáticas, ocorridas em campos de reflexão ligados à Antropologia e aos estudos do turismo. Como consequência, não obteve condições de reconhecer a ainda premente necessidade de elucidar os traços que estruturam o turismo em Marudá, a partir de suas especificidades, e não a partir de algum modelo generalizante. Continuamente retratado como fonte de impactos, o turismo não recebeu dos estudos etnocientíficos realizados naquela localidade, mesmo após uma relevante virada analítica, atenções suficientes capazes de desvelar suas singularidades.

## 5 UMA HIPÓTESE ALTERNATIVA

Conforme explicitado nos capítulos 3 e 4, a tradição acadêmica remetida a Marudá tem reiteradamente qualificado as práticas de visitação turística ali objetivadas como fator promotor de desagrega o social e desarticula o cultural dos moradores da localidade. As sucessivas iniciativas de estudo empírico das atividades e dos saberes correlatos aos domínios da pesca artesanal e da fitoterapia popular em Marudá, porém, não corroboraram as previsões de declínio das formas ditas tradicionais de rela es entre sociedade e ambiente. Registrando sobretudo permanências nesses domínios, as investiga es conduzidas no local falharam em demonstrar o prognosticado processo de decultura o da sociedade haliêutica e de transi o a universos de significa o social correlatos   sociabilidade urbana e globalizada.

Apesar da virada analítica a que os citados estudos se submeteram para lidar com a percep o das inesperadas permanências socioambientais, não se verificaram mudanças na matriz interpretativa tomada por referência para compreensão das práticas de turismo em Marudá. Enquanto as permanências foram explicadas com base em propriedades consideradas intr secas aos sistemas de saberes locais – flexibilidade, adaptabilidade, resiliência –, manteve-se silêncio quanto   necessidade de reexaminar as influências até então associadas às práticas turísticas. Desse modo, ainda que implicitamente, tais práticas continuaram a ser concebidas por prisma generalizante, como fatores de invasão e domina o cultural.

O presente capítulo acentua, então, em primeiro lugar, a pendência relativa ao estudo do turismo por prisma contextual, favorecendo a compreensão do fen meno a partir do modo como efetivamente objetivadas as práticas de visita o em Marudá. Em segundo lugar, pontua a possibilidade de fazê-lo não apenas por meio de dados providos por observa es de campo contemporâneas, mas igualmente por meio de registros legados pela literatura precedente. Os registros da visita o turística e dos quadros sociais estruturantes desse fen meno em Marudá já vinham sendo, pois, desde a década de 1970 – e com remissões documentais a períodos anteriores –, catalogados por Lourdes Furtado (cf. FURTADO, 1987, p. 110-117), em esforço inaugural de elucida o da sociabilidade haliêutica naquela localidade.

Tendo produzido perspicaz registro do turismo em Marudá, Furtado (1987) foi capaz de identificar os agentes especificamente engajados nas rela es sociais estruturantes de sua objetiva o, indicando as distintas formas de participa o desses atores no processo em curso. Também buscou dimensionar os rebatimentos das rela es circunstancialmente emergidas sobre os estilos de vida até então predominantes na localidade, legando evidências para um eventual empreendimento de categoriza o das práticas turísticas ali desenvolvidas. E se foi breve o investimento da autora na análise do turismo em Marudá – por não se tratar do tema

central de sua investigação –, constituiu, porém, as bases para que a literatura subsequente pudesse confrontar a temática a partir de sua contextualidade, dos quadros de relações sociais efetivamente operantes no local.

Apesar das promissoras contribuições aportadas ao estudo da consolidação do turismo em Marudá, o livro de Furtado (1987) não conseguiu impedir a adesão dos pesquisadores ali atuantes nos anos de 1990 e 2000 ao viés generalizante de interpretação do processo turístico. À revelia de dados prévios correlatos a um contexto socioespacial particular e potencialmente indicativos de discrepâncias em relação à matriz interpretativa predominante, a tradição que se seguiu a Furtado (1987) tendeu a endossar, por duas décadas, a ideia de deculturação como inevitável desdobramento da intensificação do contato social promovida pelo turismo. Não se tratando de refutação ou intencional desconsideração dos registros produzidos por Furtado (1987), a discrepância entre seus prospectos quanto ao turismo em Marudá e os prospectos de seus sucessores pareceu decorrer mais do restrito acesso a esse livro, indisponível *online*. Versão sintética de suas ideias, mais acessível por estar disponível *online*, é encontrada em Furtado (1978), que menciona o turismo superficialmente, sem abordar seus quadros sociais.

Possivelmente em decorrência da apontada restrição de acesso, alguns textos citados nos capítulos 3 e 4, embora reconhecidos como relevantes fontes de informações sobre as relações socioambientais encenadas em Marudá, não fazem referência a Furtado (1987), como: Bastos (1995), Flor e Barbosa (2015) e Campos, Nascimento e Mendonça (2017). Quanto aos textos que fazem referência a Furtado (1987), observa-se que as citações ao livro nesses trabalhos geralmente não respaldam observações acerca do turismo, à exceção de Potiguar Jr. (2001), que recorre à autora para situar na década de 1970 os investimentos municipais e estaduais na consolidação de Marudá como polo turístico. Os demais autores, por sua vez, recorrem a Furtado (1987) para abordar especificamente: a localização geográfica e a temporalidade da fundação de Marudá (COELHO-FERREIRA; SILVA, 2005; COELHO-FERREIRA, 2009; POTIGUAR JR., 2001); a anterioridade indígena da ocupação daquela área (MONTEIRO; MONTEIRO; BARBOSA, 2016); a constituição de Marudá a partir de migrações internas e intermunicipais estimuladas pela facilidade de escoamento de pescado (COELHO-FERREIRA; SILVA, 2005; COELHO-FERREIRA, 2009; FLOR; BARBOSA, 2014; POTIGUAR JR., 2001); a exclusividade pesqueira que demarcou a localidade desde sua fundação, contrastando com a produção polivalente das zonas interiores (COELHO-FERREIRA; SILVA, 2005; COELHO-FERREIRA, 2009; FURTADO et al., 2006); o forte vínculo dos marudaenses com os recursos marinhos (FLOR; BARBOSA, 2014; MONTEIRO; MONTEIRO; BARBOSA, 2016); a organização social da atividade pesqueira e as artes de

pesca (equipamentos empregados) (BORCEM et al., 2011); a sazonalidade da pesca (FURTADO et al., 2006); a participação dos pescadores em negociações com intermediários (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015); e as religiosidades cristãs e afroamericanas ali reconhecidas (COELHO-FERREIRA; SILVA, 2005; COELHO-FERREIRA, 2009).

Autores de três trabalhos ainda recorreram a Furtado (1987) para levantar evidências correlatas a um alegado processo de declínio da atividade pesqueira em Marudá. Alves, Gutjahr e Silva (2015) e Flor e Barbosa (2014) ligaram o declínio da atividade pesqueira à redução do estoque pesqueiro: para os primeiros, em decorrência do emprego de artes de pesca potencialmente predatórias, descritas por Furtado (1987); para os segundos, em decorrência do aumento da população de pescadores – documentada por Furtado (1987) – e, conseqüentemente, da sobre-exploração do estoque. Furtado et al. (2006), por sua vez, viram o declínio pesqueiro como processo de diluição da atividade, paralelo a um processo de conversão de Marudá em polo balnear. Curiosamente, apesar de se encontrar ligado a Furtado (1987), o texto de Furtado et al. (2006) recorre ao anterior para ali encontrar precedentes de uma interpretação que efetivamente se constituiu apenas na década de 1990, sem retomar a argumentação a partir da análise dos quadros sociais subjacentes ao fenômeno enfocado.

Assim, embora tenha enfrentado a temática do turismo em Marudá desde um momento inaugural da produção bibliográfica remetida à localidade, o texto de Furtado (1987) não foi devidamente considerado pela literatura subsequente no tocante ao assunto. As contribuições ali reunidas, consubstanciadas em uma perspectiva contextual de interpretação das práticas de visitação turística, não ecoaram nas décadas seguintes, sendo preteridas por perspectivas mais generalizantes de interpretação, que pouco contribuiriam para discernir as especificidades das relações socioambientais encenadas na localidade. Restando, enfim, inconclusa a tarefa de reconhecimento das especificidades que demarcam o processo turístico no particular contexto marudaense, o presente capítulo pretende reabilitar a referência a Furtado (1987) quanto à temática e, trazendo-a de volta ao debate, prover uma reanálise, sob renovada iluminação.

O proposto empreendimento, em um primeiro plano, busca enfrentar as lacunas deixadas pelas viradas interpretativas dos estudos remetidos à pesca e à fitoterapia popular em Marudá. Se esses estudos foram redirecionados para lidar com inesperadas permanências socioambientais, não deixaram de reproduzir, porém, uma visão generalista sobre o turismo, inapta a captar as especificidades do contexto marudaense. Em um segundo plano, o texto visa instituir condições para elaboração de alternativa hipótese relativa à influência do turismo nos processos de mudanças e permanências socioambientais desenrolados em Marudá, recolocando as questões antes suscitadas em termos contextualmente mais adequados.

## 5.1 O TURISMO EM MARUDÁ, SEGUNDO LOURDES FURTADO

Tendo contato com Marudá desde 1957, Lourdes Furtado conduziu sistemático trabalho de campo na localidade especificamente a partir de 1973, redundando na produção de sua dissertação de mestrado, publicada em síntese na forma de artigo (FURTADO, 1978) e, após, em inteiro teor, no formato de livro (FURTADO, 1987). Embora tenha se concentrado na vida haliêutica e nos aspectos sociais e econômicos de objetivação da atividade pesqueira no litoral de Marapanim – sobretudo em contraste aos modos de organização da vida econômica nas áreas interioranas do município –, a autora legou importantes registros acerca da constituição da localidade como polo receptor de fluxos de visitação turística.

No esforço de apreensão do contexto em meio ao qual se processou o estabelecimento de fluxos turísticos dirigidos a Marudá, a leitura de Furtado (1987) impõe, em primeiro lugar, a reanálise de uma premissa basilar da narrativa de fundação da localidade. Trata-se da ideia de que a formação socioespacial de Marudá data da década de 1930, na esteira da construção de estrada ligando a sede municipal à malha viária do nordeste do estado. Embora não seja falsa, essa premissa leva a crer que a fundação da localidade em causa teria ocorrido em contexto de integração e acessibilidade em relação aos centros urbanos. A vila pesqueira, por meio desse acesso supostamente direto a outros aglomerados populacionais, poderia, assim, manter um vívido intercâmbio de mercadorias e pessoas, exportando pescado e absorvendo fluxos de migrantes interessados em se engajar no promissor ramo da pesca.

Entre 1930 e 1955, porém, segundo Furtado (1987), duas vias ligavam Marudá à sede urbana de Marapanim: o Rio Marapanim – que, correndo em frente à sede urbana, deságua no estuário onde se localiza o povoado – e um tortuoso e lamacento caminho por terra. Formou-se, efetivamente, um povoado pesqueiro a que se passou a chamar de Marudá. Contudo, esse povoado persistiu em condição de semi-isolamento e o escoamento do pescado se dividia em duas etapas: primeiro, por via flúvio-marítima, do estuário marudaense e subindo o Rio Marapanim até a sede urbana municipal em barcos geleiras (embarcações com tecnologias de refrigeração); depois, via estradas até os mercados consumidores de Castanhal e Belém. No citado período, apenas 28 famílias chegaram a se fixar no local, inclusive algumas tendo sido deslocadas desde o município de Soure, no Marajó, por proprietários de terras e embarcações que forneciam mercadorias e materiais para exploração da pesca no litoral de Marapanim.

A mais abrangente ocupação de Marudá e a intensificação da exploração pesqueira no litoral de Marapanim, de acordo com Furtado (1987), apenas ocorreram com a instalação de estrada de rodagem ligando a citada localidade costeira à sede urbana municipal, entre 1955 e 1958. A partir desse marco, passou a afluir à costa litorânea maior contingente de pessoas

dispostas a se dedicar à pesca. Ao mesmo tempo em que o facilitado acesso a Marudá tornava menos custoso o escoamento do pescado, suscitando a possibilidade de ampliar o esforço de pesca no local, estimulava o interesse de mais trabalhadores, que poderiam se beneficiar dessa oportunidade sem precisar se submeter à superada condição de semi-isolamento. Deixando para trás um histórico de vinculação à agricultura e de produção polivalente no interior de Marapanim ou mesmo de vinculação à pesca no litoral de municípios menos integradas aos grandes mercados, a população migrante constituiu aporte de 18 famílias no citado triênio. Desse modo, em 1958, Furtado (1987) estimou haver cerca de 230 pessoas, distribuídas em 46 famílias, residindo na localidade de Marudá. Em 1976, eram 1.427 moradores permanentes.

E se as estradas viabilizaram um eficiente escoamento da produção pesqueira da costa de Marapanim para mercados urbanos do nordeste paraense, Furtado (1987) anotou que elas também facilitaram o influxo da população urbana até as ainda exóticas e rústicas vilas praianas. Em um tempo tão remoto quanto o ano de 1957, jornais belenenses já enalteciam as qualidades de Marudá, sobretudo seu clima e a quietude de seu cotidiano, divergindo da turbulenta vida citadina (FURTADO, 1987, p. 110-111). Estimulava-se, desde uma temporalidade tão remota quanto a década de 1950, a utilização turística da vila de Marudá.

A constituição da vila de Marudá como balneário foi marcada pela consolidação de fluxos de visitação sazonal, em que moradores de cidades como Belém e Castanhal afluíam ao litoral aos finais de semana, feriados e meses de férias, perfazendo papel de veranistas. Enquanto parte dos veranistas se enquadrava na categoria de farofeiros<sup>15</sup>, regionalmente remetida à visitação em caravanas, por meio de ônibus fretados, outros passaram a adquirir, via compra, casas de moradores da vila, em geral famílias de pescadores que se transferiam para terrenos cada vez mais afastados da orla marítima (FURTADO, 1987, p. 111-113).

As residências de veranistas – dotadas de diferenciado acabamento e estilo –, conjuntamente à paralela implantação de infraestrutura de comércio, de hospedagem e de serviços urbanos (p. ex., água encanada, luz elétrica), figuravam como marcos tangíveis de um elemento populacional flutuante, apenas sazonalmente integrado à vida social do lugar. E apesar de a reconfiguração espacial retratada poder ser vista sob a ótica da especulação imobiliária e da expropriação, Furtado (1987, p. 113-114) advertiu que, diferentemente de análogos contextos de turistificação do litoral do Pará, as relações sociais envolvendo a população fixa de pescadores e a população flutuante de veranistas em Marudá eram estreitas,

---

15 O termo, discutido por Araújo e Andrade (2011), faz referência à prática, adotada por determinados visitantes, de levar mantimentos (p. ex., farofa, arroz e frango) para desfrutar de um dia de lazer sem incorrer em gastos com alimentação no balneário. Embora essa denominação possa ser interpretada como maneira pejorativa de se referir ao turista de baixa renda, não pareceu ser este o sentido empregado por Furtado (1987).

ultrapassavam as meras trocas comerciais (como a venda e compra de pescado) e tendiam à configuração de compadrio.

Segundo Furtado (1987, p. 114), um dos fatores que justificavam a tendência à interação social – e não à segregação – entre moradores fixos e temporários em Marudá era o padrão espacial de implantação das casas de um e outro grupo. A aquisição de propriedades pelos veranistas não obedeceu, pois, a nenhum zoneamento, e os terrenos comprados e convertidos em casas de veraneio permaneceram entremeados a casas de moradores fixos, de pescadores, obrigando a convivência, ainda que sazonal, desses grupos familiares em circunstância de vizinhança.

Notável decorrência do intercuro envolvendo população fixa e população flutuante, registrado desde Furtado (1987, p. 111), foi a reconfiguração da esfera do trabalho em Marudá. Segundo a autora, os veranistas remuneravam os moradores fixos pela prestação de serviços determinados. Assim, os moradores de Marudá, renunciando temporariamente a seus afazeres habituais, passavam a ocupar parcela de seu tempo em atividades relacionadas à construção ou reforma de casas de veraneio e estabelecimentos de comércio ou hospedagem, atuando como pedreiros, marceneiros, pintores; atividades de vigilância e manutenção das casas dos veranistas, atuando como caseiros; e atividades de comércio, trabalhando em estabelecimentos diversos ou atuando como barraqueiros, vendendo peixe frito, caranguejo e bebidas aos veranistas nos finais de semana (FURTADO, 1987, p. 111-13).

Lourdes Furtado (1987, p. 115) ressaltou, porém, que o exercício dessas ocupações emergentes não necessariamente tomava todo o tempo da população fixa de Marudá, e mesmo as pessoas que prestavam serviços aos veranistas ainda dispunham de condições de atualizar a atividade pesqueira, dela extraindo ao menos a fração relativa ao consumo doméstico. Enfim, apesar das mudanças relativas à perda da exclusividade pesqueira e ao despontar do setor terciário em Marudá, a autora acreditava que, diferentemente do ocorrido em outras localidades do litoral paraense, o turismo não chegara a descaracterizar a comunidade pesquisada como centro pesqueiro fundado no setor primário (FURTADO, 1987, p. 117).

## 5.2 IMPLICAÇÕES

Mobilizadas pelo objetivo de inventariar a distintas formas de relação entre sociedade e ambiente em Marudá – sobretudo no contexto da pesca artesanal e da fitoterapia popular –, gerações de autores registraram observações e ensaiaram interpretações a respeito do processo de mudança socioambiental por eles verificado na localidade. Reconhecendo o turismo como evidente fator promotor de contatos entre membros de diferentes formações sociais, esses

autores passaram a atribuir centralidade às práticas de visitação turística como influência determinante para a desarticulação da vida haliêutica – tida como tradicional, pois dotada de profundidade histórica – e para a integração da população de Marudá ao universo social e econômico metropolitano. Devido às particularidades de suas investigações e dos próprios campos disciplinares de onde procediam, porém, esses autores não se equiparam devidamente para lidar com a temática da mudança social em circunstância empírica. Priorizando o simples registro de fatos tidos como novos – em dicotômica contraposição aos fatos ou traços ditos tradicionais –, abstiveram-se de reconstituir os graduais reordenamentos de relações sociais e socioambientais que efetivamente configuram o processo de mudança (cf. NEVES, 1995). Embora tenham conseguido satisfazer seus objetivos de pesquisa, a perspectiva sincrônica adotada reproduziu simplificações e imprecisas compreensões tanto da pesca, quanto do turismo e, de modo mais amplo, da própria organização da vida econômica dos marudaenses.

Por meio de perspectiva diacrônica, empreendendo o estudo da mudança pela vertente processual – para o que não se satisfaz com a observação em campo, também recorrendo a documentos históricos –, Furtado (1987) demonstrou que a vida haliêutica de Marudá não se constituía como arraigado modo de vida, reproduzindo-se desde tempos imemoriais. Obteve condições para florescer, ao modo como empiricamente observado, apenas a partir da década de 1930, mas principalmente na década de 1950. Atualizava-se, sim, a atividade pesqueira antes de 1930, mas não se tratava propriamente de vida haliêutica, dado o caráter meramente complementar da pesca, em face de todo um rol de afazeres com que os moradores de Marapanim se encontravam comprometidos antes da fixação de contingentes no litoral.

Romantizando a vida haliêutica como idealizada forma de coexistência com o meio natural e de reprodução de nobres valores ancestrais, deixou-se, inclusive, com frequência, de acentuar que, por detrás daqueles cenários bucólicos, a pesca em modalidade intensiva – como o era em Marudá – significava a sujeição dos pescadores a um quadro de crescente dependência e espoliação econômica, em particular a partir da década de 1950. Dedicavam-se com exclusividade à atividade, envolviam-se em negociações desvantajosas com patrões e atravessadores e se viam despojados de fontes alternativas de formação de renda.

Assim, ao prover postos de ocupação laboral, não só o turismo não desarticulou nenhuma tradicionalidade imemorial, como, justo o contrário, restituiu uma condição anterior, de polivalência produtiva, existente antes da fixação no litoral a partir da década de 1930. Permitiu, pois, aos moradores, certa margem de manobra em relação aos atores econômicos que anteriormente impunham obstáculos à sua reprodução social. Destarte, aos moldes como atualizado em Marudá, o turismo figurou como fator atenuante das constrições econômicas

vivenciadas pelos pescadores, promovendo sua relativa autonomização (FURTADO; RUAS, 2018).

Portanto, nem fator de desestruturação de uma tradicionalidade imemorial, nem mero ruído de fundo. Do modo como objetivado, o fenômeno turístico parece ter constituído efetivo fator de estruturação da vida econômica de Marudá, restituindo traços de uma racionalidade laboral anterior, culturalmente significativa. Mas, dito desse modo, subsiste uma incorreção, produtora de equívocos passados e, se não revista, de potenciais incompreensões futuras. O turismo tem sido apresentado como fator recente de mudança, como se demarcasse o despertar de uma temporalidade específica, apartada das temporalidades precedentes. Seria algo como a “fase turística” de Marudá, sua conversão em polo balnear. Esta concepção, além de historicamente errada, ratifica a compreensão do turismo como fator exógeno, que incide sobre uma realidade social já estabelecida e de alguma maneira a modifica, adaptando-a a uma realidade social exterior.

A simples leitura de Furtado (1987) esclarece que o estabelecimento de fluxos de visitação turística a Marudá remonta, pelo menos, à década de 1950. Fluxos, aliás, possibilitados não apenas pela exuberância e rusticidade do destino balnear, mas, fundamentalmente, pela consolidação da malha viária no nordeste paraense, que integrou o litoral de Marapanim aos grandes centros urbanos regionais.

Assim, a ideia de que o turismo é recente é tão problemática quanto a ideia de que a vida haliêutica, naquele contexto, decorre de uma tradição imemorial. Ambos estão diretamente ligados a um mesmo fator originário: as estradas, que permitiram, ao mesmo tempo, o imediato escoamento de grandes volumes de pescado a partir de Marudá, ao longo de todo o ano, e a periódica afluência de cidadãos ao litoral, nas temporadas de veraneio. Verifica-se, desse modo, que tanto o povoamento da costa por comunidades pesqueiras quanto sua constituição como polo balnear, embora não completamente coincidentes no plano temporal, foram processos desencadeados pela implantação da malha viária e, uma vez em marcha, tenderam, desde muito cedo, a caminhar em paralelo.

De certa maneira, o marudaense nativo – assim idealizado pela tradição teórica remetida ao local – seria tão imigrante quanto o veranista<sup>16</sup>. Por isso, o turismo que ali passou a se desenvolver não pode ser considerado como fator propriamente exógeno, a dismantelar uma consolidada ordem social. O turismo seria, ao contrário, um dos fatores capitais de conformação da vida social de Marudá, pois presente desde fases primevas de sua

---

<sup>16</sup> As posições de migrante ou estrangeiro (SIMMEL, 1950), porém, são reservadas aos veranistas, que, nessa lógica, seriam privilegiados receptáculos de estereótipos de desqualificação, como promotores da desarticulação da tradicionalidade nativa.

organização socioespacial. Não se trata, enfim, de processo recente, nem de fator externo e alheio à vida social da localidade. Trata-se de fator interno ao processo de constituição de Marudá como tal, ainda que vinculado a situações de intercuro com membros da sociedade urbana abrangente (atores “externos”).

Em face do exposto, não basta simplesmente ratificar aquilo que a própria literatura já reconheceu: a rejeição à ideia de que o turismo teria atuado como fator de desestruturação social e cultural em Marudá. As práticas e saberes ditos tradicionais, afinal, continuam sendo inventariados e não se conseguiu demonstrar, até então, que tenham sido afetados pela vinculação dos moradores locais a atividades de prestação de serviços a veranistas. É necessário, também, rejeitar a recente visão que, relegando o estudo do turismo a um segundo plano analítico, interpreta as permanências das citadas práticas e saberes, e dos modos de vida ditos tradicionais, como processos autônomos, reproduzidos apesar da influência supostamente homogeneizante do turismo.

Subsiste, na literatura referida a Marudá, ainda que implicitamente, a imprecisa concepção reificada de turismo, como se necessariamente remetesse à modalidade modernizante, produtora de espaços despersonalizados, para massificada exploração comercial (capítulo 2). O turismo ali desenvolvido, porém, jamais se constituiu nesses moldes, mas como turismo de segunda residência, caracterizado pela aquisição de casas de veraneio por famílias citadinas e, em especial no caso da localidade enfocada, por um forte sentimento de vizinhança entre moradores permanentes e moradores sazonais.

Assim, o convívio de longo termo entre marudaenses e veranistas tem ocorrido dentro de parâmetros favoráveis à sua coexistência espacial e ao estabelecimento de relações pessoais, diretas, inclusive de relações econômicas de prestação de serviços e de remuneração, sem o necessário intermédio de atores, tais quais empresários. Tais relações, diante do quadro de espoliação promovido pelos atravessadores do pescado, figuraram, aliás, com o passar do tempo, como importante recurso à disposição dos pescadores, para lidar com as restrições econômicas e auferir níveis satisfatórios de autonomia e, conseqüentemente, de bem-estar. Tratavam-se, pois, de alternativas para alocação da força de trabalho, restabelecendo a polivalência produtiva perdida em favor da exclusividade pesqueira.

Sugere-se, enfim, diversamente do que tem sido proposto pela literatura, que o turismo, no específico contexto como se desenvolveu em Marudá, além de não ter desarticulado tradicionalidade nenhuma, contribuiu ativamente para a estruturação de uma realidade social caracterizada pela reatualização de pretéritas condições de organização do trabalho, correlatas à racionalidade econômica camponesa. Por isso, incabível a hipótese de

que os modos de vida ditos tradicionais sobrevivam *apesar do turismo*. Ao contrário: sua atualização se funda no próprio intercuro periódico entre morador local, morador sazonal e veranistas ocasionais, e nos particulares modos como este intercuro se objetivou historicamente.

### 5.3 A HIPÓTESE ALTERNATIVA

As discrepâncias entre a descrição legada desde primeira hora por Furtado (1987) e as imagens sucessivamente produzidas pela tradição subsequente indicam os descompassos e as descontinuidades envolvendo as distintas agendas de pesquisa desdobradas em Marudá. Sem terem absorvido as contribuições de Furtado (1987) à compreensão das especificidades do turismo tal qual objetivado na localidade, os autores que a sucederam foram ainda assim eficientes em registrar observações enfocando as práticas de visitação balnear. Todavia, interpretaram as observações colecionadas dentro de um quadro de referência genérico, para o qual a intensificação do contato social decorrente do turismo estaria necessariamente ligada à desagregação social e à perda de traços culturais e modos de vida da população anfitriã.

Argumenta-se, por isso, que a tarefa de dimensionar o grau de efetiva influência do turismo no processo de mudança socioambiental que se desenrola em Marudá permanece inconclusa. Cogita-se, aliás, ao contrário, conforme as reflexões reunidas nas precedentes páginas do capítulo, que talvez o turismo, embora promotor de reordenamentos nas relações sociais e socioambientais encenadas no local, pode estar, de certo modo, mais associado à noção de permanências e ressurgências sociais que à noção de mudanças e rupturas. Esta tese trabalha, portanto, com a alternativa hipótese de que, aos moldes como atualizado em Marudá, o turismo figurou como fator de reabilitação de traços de uma lógica econômica precedente e como fator de reafirmação de configurações particulares de uso dos recursos ambientais.

Adicionalmente, a investigação empírica conduzida na localidade nos anos de 2017 e 2018 se assentou sobre a ideia de que o turismo, não figurando como fato recente a incidir na vida social de Marudá, deve ter mitigada sua representação como fator interveniente, ou fator exógeno. A ideia de que o turismo corresponde a um fator promotor de mudança, afinal, tem sido recorrentemente ligada à percepção de que a constituição de Marudá como polo balnear ocasionou a corrosão de sua função como polo pesqueiro. Porém, cabe lembrar que, embora a fixação de povoado pesqueiro em Marudá tenha ocorrido na década de 1930, sua expansão e dinamização apenas se processaram com a implantação da estrada entre Marudá e a sede urbana de Marapanim, que, simplificando a logística de escoamento do pescado, impulsionou a atividade pesqueira no litoral. Assim, tanto o polo pesqueiro quanto o polo balnear se

consolidaram mais ou menos concomitantemente, a partir dos anos 1950, com a instalação de via pavimentada. Não é correto, portanto, enquadrar as práticas de visitação turística como fatores singulares de perturbação de uma ordem social estável, quando, ao mesmo tempo, o povoado até então pouco ocupado também passava por palpáveis reconfigurações decorrentes do aporte demográfico de pescadores migrantes. Não se concebe o turismo, pois, como fator externo e posterior, mas como fator que desde relativamente cedo na história da localidade contribuiu com sua formação espacial e com as formas particulares de organização social do trabalho e sociabilidades específicas ali desenvolvidas.

Assim, ao apresentarem os resultados da investigação empírica conduzida em Marudá nos anos de 2017 e 2018, os capítulos seguintes valorizam a análise do cotidiano, das práticas sociais circunscritas à esfera do trabalho e das relações travadas entre distintos moradores da localidade entre si, com os veranistas e com os recursos ambientais ali disponíveis. Pretendem mapear significativos traços dos reordenamento de relações sociais que constituem o processo de mudança e, a partir daí, compreender o modo como as práticas de visitação turística ali objetivadas contribuem para as mudanças e para as continuidades socioambientais. Tomam, como principal ponto de referência, as contribuições de Furtado (1987) e privilegia a análise do turismo em Marudá a partir da ideia de alternância de engajamentos laborais dos nativos, em oposição à matriz interpretativa até então predominante, ligada à noção de conversões ocupacionais e conversões de modos de vida. Quer-se, desse modo, demonstrar que o perfil de turismo objetivado na localidade de Marudá figurou como fator estruturante de uma sociabilidade específica correlata à alternância de engajamentos produtivos, não tendendo à desarticulação social nem à desagregação cultural, mas à reprodução de ambíguas e sobrepostas condições de participação em concorrentes universos laborais.

## 6 ALTERNÂNCIAS E DUPLICIDADES LABORAIS EM MARUDÁ

Nos capítulos anteriores, a tese se concentrou em demonstrar o descompasso existente entre a interpretação formulada por Furtado (1987) e aquelas propostas pelas gerações seguintes de autores, no tocante à influência das práticas de visitação turística nos processos de mudanças e permanências sociais em Marudá. Embora posicione a contribuição de Furtado (1987) ao estudo do fenômeno em um privilegiado patamar explicativo, devido a seu apreço pela análise contextual do turismo a partir dos respectivos quadros sociais, a tese também se socorre das contribuições legadas por toda a tradição acadêmica posterior que se constituiu em torno daquela localidade. Mesmo pautada por uma maneira generalizante de conceber o turismo, como atividade necessariamente devastadora das configurações de organização da vida social das localidades anfitriãs, essa tradição permitiu o acúmulo de sucessivos registros das práticas turísticas efetivadas em Marudá. Há, portanto, uma ainda inconclusa tarefa de compreender como e em que medida as práticas de visitação turística têm influenciado os processos de reordenamento das relações entre distintos atores sociais e entre a sociedade nativa e os recursos naturais tradicionalmente utilizados. E, por outro lado, há oportuna condição de retomada desse empreendimento, consubstanciada na disponibilidade de apreciável documentação dessas práticas de visitação turística ao local.

Diante dos apontados elementos, delineou-se pesquisa de campo com o propósito de investigar *in loco* as práticas e relações sociais efetivadas no âmbito do cotidiano marudaense, em particular no que concerne às esferas do trabalho e do uso de recursos naturais pela população permanente de Marudá. Ainda que a organização da vida econômica não represente a totalidade da vida social do lugar, os domínios de ação humana selecionados pela pesquisa constituem alguns de seus mais significativos pilares estruturantes. Além disso, foram temas valorizados pelos estudos anteriormente remetidos a Marudá, provendo, sua contínua análise, condição de comparabilidade e de reconstituição processual. Destarte, com base nos dados assim produzidos e em esforço de discussão com a literatura precedente, buscou-se mapear os reordenamentos das relações sociais e socioambientais que redundaram nas configurações empiricamente registradas. Partindo de Furtado (1978; 1987), perpassando os registros dos autores subsequentes e complementando-os com os dados produzidos em primeira mão durante os anos de 2017 e 2018, tornou-se possível entrever as vinculações das práticas socioambientais e relações sociais efetivadas no cotidiano de Marudá às noções de mudanças e permanências. Pôde-se, igualmente, inquirir em que medida as demandas e rearticulações suscitadas pela gradual constituição de fluxos de visitação turística influenciaram os aventados processos de mudanças ou permanências sociais e socioambientais em Marudá.

## 6.1 NOTA PRÉVIA: ESPAÇO E POPULAÇÃO

O exercício de inventariar as modalidades de alocação da força de trabalho atualizadas em Marudá demanda, previamente, o registro de observações correlatas à ocupação do espaço pela respectiva população. Como se pretendeu demonstrar, pois, os padrões de engajamento laboral dos moradores do lugar se orientam, ao menos parcialmente, pela produção e manutenção de um cenário turístico particular.

Como prefigurado por Furtado (1987), a produção do cenário turístico de Marudá respondeu principalmente à lógica do turismo de segunda residência e, embora tenha se constituído pela atração de forasteiros com algum poder aquisitivo, não implicou segregação espacial. Afinal, ainda que parcela da população nativa de pescadores tenha vendido suas casas em terrenos próximos à costa para que veranistas construíssem suas casas de praia nos disputados bairros do Sossego e do Alegre, uma outra parcela das famílias nativas manteve suas propriedades nesses locais. Desse modo, casas de veranistas e casas de famílias nativas ainda hoje continuam entremeadas, livres de qualquer zoneamento que inviabilizasse o intercuro entre turistas e nativos. Até mesmo comércios, bares, pousadas e hotéis, embora preponderantemente localizados na via principal (PA 318) e na orla litorânea, também são encontrados em áreas interiores desses bairros, compondo um conjunto heterogêneo.

A contínua conversão de terrenos centrais em segundas residências de veranistas impulsiona a construção de casas – estas, em geral, mais precárias que aquelas – na periferia, para alojar as famílias nativas deslocadas, cada vez para mais além das fronteiras originais de Marudá. Consequentemente, as dimensões da localidade continuam a se alargar. Sem mais reunir condições de ser reconhecida fisicamente como um povoado, Marudá assume aspecto de bairro urbanizado, e, gradualmente, de algo como uma mini-cidade – com suas respectivas contradições socioeconômicas internas. A estruturação geral do espaço tende a suprimir a rusticidade estética anterior, ainda que se preserve um feitiço interiorano e que se reproduzam precariedades correlatas ao saneamento básico (tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e abastecimento domiciliar de água) e aos serviços públicos. Tais precariedades podem ser ilustradas pelo relato da jovem F. (17 anos):

A saúde, aqui, posso dizer que não é muito boa, não. Falta médico direto. Na verdade, só tem aquele posto ali por ter, porque não tem médico, não tem nada lá, praticamente. Uma época em que eu fui para a praia, eu peguei uma ferroada de um peixe, que o ferrão entrou no meu pé e eu quase perco meu dedo. Uritinga, eu acho, acho que foi uritinga, um peixinho pequenininho. A minha mãe me levou pra lá, só que lá não teve jeito nenhum, tive que bater para Marapanim, de Marapanim fui para Castanhal, e assim foi.

Entender a ocupação do espaço de Marudá demanda reconhecer a taxonomia de sua população. Como pontuado desde o capítulo 1, a população da localidade reúne um elemento fixo e um elemento flutuante. O elemento fixo da população consiste nas pessoas que residem permanentemente no local, com destaque para aquelas cujo enraizamento se funda em uma maior profundidade temporal, a exemplo dos descendentes das famílias que para ali convergiram de modo pioneiro, desde a década de 1930. O elemento flutuante, por sua vez, corresponde aos veranistas que se deslocam para Marudá nos fluxos de visitação sazonal, aí incluídos os turistas de caravana e os visitantes ocasionais, mas especialmente os proprietários de segundas residências.

Decorrendo da contraposição ou complementaridade entre população fixa e população flutuante, também se pode reconhecer uma dualidade referente à qualificação de morador: há o morador nativo, que, tendo nascido em Marudá ou para ali se transferido desde jovem, se apresenta como marudaense e tem no local seu espaço de vida e trabalho; e, por outro lado, há o morador temporário, que, ocupando sazonalmente sua casa de veraneio, tem em Marudá um espaço de lazer e relaxamento. Ainda que o morador nativo não seja o único componente da população fixa, nem o morador temporário o único da flutuante – há, pois, tanto moradores recentes com superficial enraizamento ao local, como também turistas que jamais chegam a adquirir casas de veraneio –, constituem os segmentos portadores de maior interesse analítico para a tese. Protagonizam, pois, situações de sazonal interação que, indo além de meros encontros fortuitos, parecem figurar como a própria base explicativa para a influência do turismo sobre as práticas de trabalho e uso de recursos naturais em Marudá.

Feitas as considerações sobre os elementos espaciais e populacionais isoladamente, é igualmente oportuno considerar o entrecruzamento de ambos, que se evidencia pelo contraste entre a alta temporada do turismo, ou veraneio – o mês de férias escolares, julho –, e a baixa temporada – finais de semana dos demais meses. No veraneio, quando os moradores sazonais e os turistas eventuais e de caravana se fazem presentes em Marudá, o movimento de pessoas é intenso em todo o espaço, em todos os dias da semana. A localidade parece reviver sua anterior condição de povoado, quase incapaz de absorver toda a massa de visitantes. Na baixa estação – que ocupa a maior parte do ano –, porém, a população de moradores permanentes se revela diminuta, esparsa, e os visitantes apenas se avolumam aos finais de semana, em particular na situação de feriado prolongado, quando feriado nacional, estadual ou do município de Belém (onde grande parte dos moradores sazonais de fato reside) incide em sexta ou segunda-feira, emendando-se ao final de semana

Um tal flutuante padrão de ocupação do espaço propicia experiências singulares. Por exemplo: percorrer as ruas de Marudá em uma ensolarada manhã de quarta-feira no início de setembro se afigura como uma atividade solitária. O vazio que se apodera do lugar – sobretudo na orla e nas vizinhanças onde se concentram blocos de segundas residências – inspira a sensação de se estar em um lugar abandonado (Figura 6-A, 6-B e 6-C). Dias depois, porém, caso eventualmente o dia sete de setembro, feriado da independência do Brasil, recaia na sexta-feira, uma considerável massa de banhistas se apresenta às areias da praia de Marudá, interrompendo a monotonia registrada no decurso da semana anterior (Figura 6-D).

**Figura 6** – População e espaço em Marudá.



**Legenda:** 6-A e 6-B: orla de Marudá em um dia do meio da semana na baixa estação. 6-C: casa de veranista tomada por vegetação espontânea na baixa estação. 6-D: intensa movimentação na orla, no mês de julho. **Fonte:** do autor (2017, 2018).

Assim, quanto mais a localidade se expande pelo processo de deslocamento de moradores nativos para regiões periféricas e ocupação das regiões centrais por residências de moradores sazonais, maior a sensação de esvaziamento e abandono gerada por sua observação durante a baixa temporada. E, ao contrário, quanto mais a localidade se expande, mais apta se torna a absorver a demanda de visitantes sazonais. De um modo ou de outro, o dado espacial parece fortalecer a narrativa que atribui à consolidação de Marudá como polo de turismo balnear a causa de uma alegada desarticulação da localidade como polo de pesca artesanal.

Adotando divergente perspectiva de interpretação, o presente texto investe na análise das distintas modalidades de engajamento laboral atualizadas pelos moradores nativos de Marudá. Busca identificar os quadros sociais correlatos às diferentes situações de trabalho e as circunstâncias em cujo âmbito se forjam as relações entre atores diversos que possibilitam uns e outros engajamentos. Demonstra em que medida as vinculações laborais se remetem ao polo balnear, ao polo pesqueiro e a outras órbitas de atividades ditas tradicionais – a exemplo das bem documentadas práticas de fitoterapia popular –, e de que modo elas são afetadas ou modificadas, mesmo que temporariamente, pelo ciclo de sazonalidade do turismo no local.

## 6.2 COTIDIANO MARUDAENSE: TRABALHO E USO DE RECURSOS NATURAIS NOS BAIROS SOSSEGO E ALEGRE

### 6.2.1 A vizinhança marudaense e a ocupação de caseiro

Os moradores permanentes do Sossego e Alegre se arrogam como marudaenses, seja por nascimento ou pelo tempo de moradia e senso de pertença ao lugar. Apesar de o solo estar, em sua maior parte, devotado ao uso residencial, a população efetivamente residente é restrita. A maioria das casas é ocupada apenas de maneira episódica, no veraneio e em finais de semana e feriados – mormente na situação referida como feriado prolongado.

No veraneio, a saturação demográfica impõe a intensificação de interações face a face, contudo majoritariamente anônimas, devido à preponderância de encontros entre completos desconhecidos<sup>17</sup>. Na baixa temporada, ao contrário, embora pareça mínima a probabilidade de encontros face a face, eles ainda são frequentes; agora, porém, não devido à saturação, mas ao investimento na organização de vizinhanças<sup>18</sup>. Tais vizinhanças pouco refletem o aspecto espacial suscitado pela palavra, afinal, as casas com habitantes permanentes estão, não raro, separadas entre si por três, quatro ou mais casas vazias. Elas funcionam, mais precisamente, como redes que vinculam grupos de moradores permanentes mediante atualização de relações de compadrio, reciprocidade e valorização da história compartilhada.

17 Apesar do emprego do termo “encontros” nesse contexto, a tese reconhece a validade analítica da distinção proposta por Goffman (1967) entre interações focadas e interações não focadas. Interações focadas seriam os efetivos encontros, abarcando pessoas em situações comunicativas, que se alternam na conversação, como familiares, amigos e vizinhos (inclusive, no caso de Marudá, os vizinhos temporários). Interações não focadas seriam aquelas mantidas com os demais indivíduos presentes na cena do encontro, com os quais não se colaboraria para formar um centro de interesse comunicativo (no caso de Marudá, os demais visitantes). Tal perspectiva de análise é geralmente associada à vertente sociológica do interacionismo simbólico, embora Erwing Goffman tenha recusado esta afiliação (MARTINS, 2011).

18 Vizinhança é entendida, nesse texto, a partir da perspectiva de Willems (1941), que qualifica o termo como categoria sociológica e como unidade social de análise vinculada à dimensão espacial. Vizinhança se remete à recorrência de encontros, mas também à ideia de proximidade geográfica e homogeneidade ecológica. Trata-se de categoria aplicável a distintas situações empíricas e, no caso em foco, permite distinguir Marudá de uma vizinhança urbana, onde as relações vicinais são transferidas para planos periféricos da vida social, tornando os vizinhos estranhos entre si.

São alguns desses moradores permanentes que atuam como caseiros das propriedades de moradores sazonais. Aqueles dizem ver estes, seus vizinhos temporários, como vizinhos normais, “quase como da família” (dona L., 63 anos), pois, embora não seja contínuo o convívio, há uma recorrência de contatos ao longo dos anos. Assim, os moradores sazonais não se equiparam aos visitantes ocasionais, que, despojados de vizinhança, são os verdadeiros anônimos. É, então, um certo sentido de comunidade<sup>19</sup> que preside os vínculos entre caseiro e proprietário, e é dentro dessas coordenadas que o proprietário de segunda residência encontra condições de reocupar, episodicamente, sua posição nas redes de vizinhança, liberando-se, por algum tempo, das posições ocupadas nos sistemas de hierarquização social de que participa no cotidiano urbano. Assim, quando, por alguma eventualidade, finda a vinculação de prestação de serviços de um caseiro em uma casa de veraneio, não são raros os casos em que, por anos sucessivos, o proprietário da casa – morador sazonal do balneário – e o ex-caseiro – morador permanente –, estando ainda temporariamente avizinados, realizam e retribuem visitas entre si, retomando lembranças e atualizando o vínculo social<sup>20</sup>.

A função de caseiro abarca, minimamente, as tarefas de vigiar a casa do vizinho ausente (vizinho-contratante) e de acender, ao fim da tarde, as lâmpadas do pátio frontal dessa residência e apagá-las ao amanhecer. Além disso, pode também abranger uma série de outras tarefas, ligadas à limpeza e à manutenção física e estética da propriedade. Embora a figura do caseiro possa ser encarnada por uma só pessoa, é comum que se trate de figura coletiva, como expresso pela dona L. (59 anos):

Quando as minhas filhas ainda estavam em casa, elas me ajudavam. Eu ia limpar a casa do vizinho e o pessoal dizia: 'égua, eu acho bonito as bichinhas da L.; pra onde ela vai, todo mundo vai ajudar'. E eu dizia: 'claro, eu tô trabalhando pra nós, né!'. Me limpavam o quintal, me ajudavam a lavar... É, elas me ajudavam, sim!

Com base na noção do caseiro como figura coletiva, percebe-se que as diversas atribuições correlatas à função tendem a ser distribuídas entre os diferentes membros de uma

19 Ultrapassando seu entendimento como forma de costumeira denominação de pequenos ou médios aglomerados humanos de áreas não urbanas na Amazônia (O'DWYER, 2013), o referido sentido de comunidade concerne à distinção, proposta por Tönnies (1973), entre sociedade e comunidade como categorias típico-ideais antagônicas. A primeira, suscitando uma específica sociabilidade societária, tem lugar no espaço urbano e se qualifica por relações formais, por normas escritas e pela impessoalidade burocrática, enquanto a segunda se refere a contextos marcados por relações mais próximas entre as pessoas e pela prevalência de acordos informais, adquirindo diferenciado sentido as noções de moralidade e reputação pessoal. De outro modo, esse sentido de comunidade também se vincula à noção de *communitas* (TURNER, 1975), que permite interpretar a periódica reinserção dos moradores sazonais no cotidiano de Marudá como momentos em que esses proprietários de segundas residências estariam transitoriamente destituídos das posições sociais regularmente ocupadas em seu cotidiano urbano, em condição liminar.

20 Esses registros de continuidades se enquadram na situação de recíprocas prestações que subjazem a noção de dádiva (MAUSS, 1974) e, em estudos na área do turismo, têm sido identificados com a ideia de hospitalidade (p. ex., MAIA, 2014; PLENTZ, 2005).

mesma família de moradores permanentes. A faxina do interior da casa é preferencialmente realizada por mulheres e a roçagem (capina, “limpeza”) e a jardinagem do terreno e do entorno da propriedade são realizadas por homens. A roçagem pode ser feita com uso de terçado ou fogo. A jardinagem, por sua vez, engloba a remoção de ervas daninhas, a poda de árvores e arbustos e a rega de folhas, de plantas tenras e do gramado.

A periodicidade das tarefas de manutenção da casa de veraneio varia conforme: (1) os termos do acordo entre caseiro e vizinho-contratante; (2) o potencial de remuneração do montante do pagamento mensal em face do esforço requerido; e (3) a frequência de utilização da casa de praia. Certos serviços de jardinagem, como a rega, nas épocas mais secas do ano, são realizados quase todos os dias. A faxina e a roçagem, por outro lado, tendem a ocorrer a cada um ou dois meses, ou apenas às vésperas do veraneio ou de feriados, quando o proprietário da residência avisa ao caseiro acerca da iminência de sua chegada.

A função de caseiro é remunerada mediante variados valores e modalidades. Quando o acordo prevê pagamento mensal, o valor varia entre R\$ 100 e R\$ 250. O dinheiro pode ser depositado em conta bancária do caseiro ou, mais frequentemente, entregue em mãos, na oportunidade de algum final de semana em que o proprietário da casa de veraneio visite o litoral. Como as ocasiões de visita são imprevisíveis e, às vezes, espaçadas entre si por vários meses, a segunda modalidade de pagamento tende a gerar atrasos e alguma insatisfação no caseiro, embora os débitos retroativos sejam devidamente quitados pelo vizinho-contratante.

Há, porém, modalidade não monetária de retribuição pelo desempenho da função de caseiro – limitada, no entanto, à tarefa de “reparar a casa”. Mantendo-se alerta a movimentos estranhos em torno da residência do vizinho ausente e seguindo a rotina de acender e apagar as luzes do pátio frontal, o caseiro aufer, como retribuição, para sua família, a prioridade de contratação, pelo morador sazonal, para realizar as faxinas que antecedem cada visita da família citadina ao litoral. Assim, às vésperas do veraneio e de feriados prolongados, a família local atada ao compromisso de vigilância da casa de praia obtém a oportunidade de ser remunerada em R\$ 200 a R\$ 300 pelo serviço de recepção de seus vizinhos temporários.

É comum a construção de duradouros vínculos entre caseiros e vizinhos-contratantes, registrando-se casos em que as relações de prestação de serviços se estendem por até 25 anos. Porém, tais relações não são essencialmente estáveis nem uniformes ao longo do tempo. Caseiros podem abandonar o posto, inclusive indicando substitutos, de sua parentela, para o contratante. Por outro lado, moradores sazonais podem se desgastar perante os custos e dissabores de manter uma casa de praia, vendendo-a e, possivelmente, indicando seu caseiro

de confiança para o comprador. Além disso, essas relações não são exclusivas, sendo comum que determinado caseiro preste serviços a dois, três ou vários de seus vizinhos sazonais.

Contrastando com a prática usual, há moradores sazonais que não contratam serviços de caseiros, e assim se submetem a um maior risco de terem suas propriedades invadidas e saqueadas. Há, por outro lado, casos de moradores permanentes que não atuam como caseiros, mas prestam serviços pontuais aos moradores temporários, como limpeza de caixas d'água, obras de alvenaria, pintura de casa, faxina e instalação de antenas de televisão.

De todo modo, a avaliação formulada pelo morador permanente quanto à justiça da remuneração concedida pelo vizinho sazonal parece refletir menos o valor da quantia em si que a percepção de compatibilidade entre tal valor e o poder econômico que o contratante aparenta possuir. Assim, uma mesma quantia pode ser valorada como pagamento justo ou como “mixaria, quando dá para ver que a pessoa tem como dar mais, mas prefere dar só um pouquinho” (dona M., 79 anos). A boa ou má reputação que daí emerge influencia a capacidade de ocupação de posições nas redes da vizinhança marudaense. Sobre a prestação de serviços a contratantes não integrados aos círculos habituais de convivência, assim se expressou dona D. (43 anos):

De vez em quando, passa alguém oferecendo e a gente vai: eu, a minha amiga, mais outros, a gente vai e limpa. A gente pede um preço, mas eles querem pagar pouco. A última vez que eu fiz uma casa ali, altos e baixos, agora no mês de julho, e era altos e baixos, viu? Eu pedi 120, e sujo, sujo, égua, só vendo! Cheio de cupim, muito cupim. Ela achou caro, a mulher. E era altos e baixos! Em cima, tinha três quartos, um monte de cão, um monte de treco dentro, tinha que tirar tudinho, depois lavar e botar pra dentro de novo, varrer primeiro... e embaixo, é um salão, assim, imenso, e a cozinha. A cozinha, então, é que era cheia de treco. Ai, pegar uma casa assim, toda cheia de treco, dá até uma agonia. Ai, eu comigo: ‘é, eles acham caro porque não são eles que vêm pra cá limpar, por isso que eles querem baratinho.’. Geralmente é assim. Tem umas donas que dão, que veem como é difícil e dão, mas geralmente é assim. Mas a gente limpa, né? Precisa... de qualquer forma, a gente tá ganhando dinheiro, não tem outro jeito...

Em situações de estadia prolongada dos moradores sazonais nas casas de praia, como ocorre em julho, as relações entre caseiros e vizinhos-contratantes tendem a se intensificar. Alguns caseiros passam a atuar como empregados domésticos em tempo integral, adotando rotinas mais rígidas de prestação de serviços e aumentando a remuneração auferida. Até mesmo moradores que não atuam como caseiros se prestam a ocupar a função de empregados domésticos durante o veraneio, sendo, de todo modo, selecionados no âmbito da vizinhança imediata ou a partir de indicações providas por membros dessa vizinhança.

Em julho, aliás, as oportunidades são múltiplas. Estimulados pelo intenso fluxo de veranistas – sobretudo daqueles desprovidos de casa de praia –, é comum que moradores

permanentes aluguem suas casas para famílias ou grupos de amigos oriundos de Belém. Durante a estadia dos visitantes, que dura de 15 a 30 dias, a família nativa se muda para aposentos menores e precários, nos fundos de sua propriedade, construídos precisamente para permitir a liberação da casa principal no veraneio. Algumas famílias da cidade inclusive buscam, por sucessivos anos, as mesmas casas de moradores permanentes, para reocupá-las nesta época. Trata-se, enfim, de um curioso caso de habitação sazonal sem segunda residência e de lealdade entre vizinhos temporários sem a constituição da figura do caseiro.

Na baixa estação, ao contrário, as oportunidades voltam a se escassear, sobressaindo-se as funções de vigilância, manutenção física de propriedades e construção civil. Neste período, que dura a maior parte do ano, os caseiros, mesmo quando envolvidos em acordos que preveem cuidados frequentes às casas dos vizinhos-contratantes, recuperam considerável parcela de tempo para investir em alternativas modalidades de engajamento laboral.

### **6.2.2 Ocupação de pedreiro**

São frequentes, em Marudá, casos de homens que se apresentam como pedreiros profissionais. Embora geralmente tenham um passado ligado à atualização da pesca em modalidade intensiva, passaram a privilegiar o vínculo ao ramo da construção civil a partir do momento em que se consolidou a conformação de um turismo de segunda residência na localidade. Afinal, as ocasiões de deslocamento de famílias nativas para áreas periféricas do lugar e a conseqüente ocupação de terrenos centrais por famílias de veranistas ensejam a adequação do casario ao perfil socioeconômico de uma classe média urbana acostumada a um nível de conforto e a padrões estéticos que destoam dos padrões do antigo povoamento.

Durante as décadas de 1990 e 2000, diversos motivos concorreram para que famílias nativas de Marudá também promovessem a adequação de suas casas ao cenário turístico constituído naqueles bairros costeiros. A influência estética oriunda das casas dos vizinhos sazonais e a diversificação das fontes de renda monetária em decorrência dos postos de ocupação ligados ao turismo foram dois desses fatores. Adicionalmente, porém, a constituição de um corpo profissional estável de pedreiros e a abertura de lojas especializadas em materiais de construção em Marudá favoreceram esse processo na medida em que, concentrando na própria localidade os recursos necessários à condução de obras civis, tornaram a edificação de casas de alvenaria um empreendimento menos dispendioso. Assim, as casas de madeira ou taipa se tornaram cada vez mais raras nos bairros costeiros de Marudá.

Com a consolidação de um cenário turístico ameno, a demanda por serviços de construção civil tem se tornado escassa. Ainda há, decerto, casas sendo construídas, como

também ainda ocorrem deslocamentos de moradores permanentes para regiões periféricas, visando à cessão de terrenos centrais para incorporação à dinâmica balnear. Tais processos, entretanto, se desdobram em ritmo menos intenso que nos recortes temporais precedentes, pois o ingresso de novos moradores sazonais nas vizinhanças marudaenses passa a acontecer por via da compra de casas de veraneio de segunda mão, adquiridas de proprietários que, por diversos motivos, declinam da condição de moradores sazonais do balneário.

Assim, a tônica do ofício de pedreiro se direciona a pequenas obras ou reformas, para manutenção das residências e dos pontos comerciais. Porém, a autodefinição como pedreiros ainda se expressa de modo bastante explícito entre marudaenses do sexo masculino. Isso se deve, possivelmente, em primeiro lugar, à estabilidade do ramo da construção civil durante a fase de requalificação da paisagem marudaense. Uma ou duas gerações de jovens, afinal, foram socializadas no mundo do trabalho tendo por base esse ofício, organizando-se aos moldes de corporações familiares. Em segundo lugar, a identificação reivindicada ao ofício de pedreiro pode também decorrer de seu reconhecimento como ocupação demandante de diferenciadas qualidades físicas e, portanto, restrita à esfera de atuação masculina. Seria, por isso, dentre o conjunto de ocupações constituídas na esteira dos fluxos de visitação turística, aquela inspiradora de um simbolismo análogo aos sentidos outrora atribuídos exclusivamente à pesca como domínio de referência da masculinidade no local.

### **6.2.3 Ocupações de atendimento no comércio**

Ocupação que também emerge com a constituição de Marudá como polo balnear é o atendimento ao público em pontos comerciais: hotéis, pousadas, bares, lanchonetes, barracas de lanches, mercearias, padarias, farmácias, lojas de roupas, lojas de materiais de construção, supermercados. Na baixa temporada, tais estabelecimentos mantêm um corpo relativamente estável – e reduzido – de funcionários, que engloba, primordialmente, membros da família do proprietário do negócio. Nos dias de semana, alguns desses pontos registram movimento ínfimo, liberando os familiares-funcionários para ocuparem seu tempo em outras atividades. Porém, nos finais de semana – especialmente em feriados prolongados –, todo o corpo fixo de funcionários é chamado a reocupar suas funções no comércio. Quando o fluxo de visitantes ultrapassa as expectativas, convoca-se mão-de-obra adicional para prestação de serviço em caráter episódico (“bico”). A mão-de-obra adicional se constitui por moradores permanentes de Marudá ou localidades próximas, como Camará, Bacuriteua, Crispim, e que não possuem, necessariamente, parentesco com o proprietário do negócio. Durante o veraneio, é ainda mais acentuada a contratação de bicos, visando atender o intenso fluxo de visitantes.

Contudo, não é correto afirmar que a totalidade – ou mesmo a maioria – da população permanente de Marudá efetivamente se ocupe no comércio durante o veraneio, ainda que seja comum que, em uma família de moradores permanentes, ao menos um de seus membros disponha de tempo para fazer bicos e até compor o corpo fixo de algum negócio. Mesmo as pessoas consistentemente vinculadas ao atendimento no comércio, aliás, ainda dispõem de arbítrio sobre significativa parcela de seu tempo para engajamento em atividades outras, pois o vínculo de trabalho nesses pontos se atualiza mediante características de temporariedade, descontinuidade e informalidade. A constituição do trabalhador neste cenário decorre, em regra, de admissão via acordo oral, respaldado no valor da palavra. A impossibilidade de usufruto de direitos trabalhistas, assim, é compensada pela relativa liberdade preservada pelo funcionário, na medida em que não se encontra atado a rígidas jornadas de trabalho.

Casos de maior rigidez no cumprimento de jornadas de trabalho existem, embora pouco frequentes. Os funcionários de uma farmácia e de um mercado localizados na via principal – que conduz à orla marítima de Marudá e separa os bairros do Sossego e Alegre –, por exemplo, cumprem jornada de trabalho similar à de trabalhadores urbanos formais. Outros mercados e lojas de construção no distrito adotam a mesma rotina, que também se aplica aos marudaenses que trabalham nos diversos pontos comerciais da sede urbana de Marapanim.

#### **6.2.4 Extrativismo animal: ofício de pescador**

A pesca – com uso de rede ou de armadilhas fixas de estacas de madeira (curral) – foi a atividade mais visada pelos inaugurais estudos acadêmicos enfocando Marudá. Valorizada como domínio privilegiado, foi tomada para qualificar a totalidade da vida social e econômica do lugar, frequentemente descrito como vila pesqueira, ou polo pesqueiro. No entanto, embora ainda haja moradores permanentes que pratiquem a pesca de modo exclusivo, reatualizando padrões ocupacionais que tiveram apogeu nas décadas de 1970 e 1980 (FURTADO, 1978; POTIGUAR JR., 2001), é notável que a atividade perdeu a centralidade de que antes gozava, passando a concorrer com formas alternativas de engajamento produtivo.

A sazonalidade da pesca, as flutuações do preço do pescado e a incompatibilidade entre o esforço dispendido e os ganhos auferidos nas negociações com os marreteiros levaram à percepção, pelos marudaenses, de que a atividade pesqueira, em sua modalidade intensiva, estaria ligada a um quadro de privações. Acentuando as privações associadas aos períodos de poucos cardumes, ou entressafras, a dona I. (65 anos) compartilha lembranças de 25 anos atrás, antes de sua família se engajar em ofícios de atendimento ao turismo no local:

Tem épocas que aqui fica difícil de peixe. Aí meu marido ia pescar, ele vinha com três peixinhos desse tamanho: [faz um gesto de diminuta amplitude]. Eu olhava para aquele peixe, mas também não reclamava. Eu olhava para aquele peixe, e olhava para aquele bando de crianças, e pensava no que eu ia fazer. Nós não tínhamos dinheiro nem para comprar farinha. Às vezes os vizinhos ajudavam, e eu fazia mingau de farinha para todo mundo.

Contemporaneamente, os moradores permanecem ligados à atividade pesqueira, mas, em sua maioria, não mais a praticam de modo exclusivo, nem mesmo prioritário em relação às emergentes ocupações, em especial às vésperas e durante o veraneio, quando se privilegia o intercuro com os visitantes. A pesca de curral, em particular, é favorecida em detrimento da pesca de rede, por não exigir deslocamentos para alto-mar e conseqüente afastamento das ocupações paralelas, em terra. Para vários moradores, a pesca assume caráter de salvaguarda, restringindo-se a momentos em que as oportunidades de prestação de serviços a veranistas se tornam escassas: “quando não dá pra tirar no seco, tem que ir para o molhado; aí, quando aparece um trabalho, volta para a terra” (dona I., 65 anos).

Até mesmo nas “invasões”, bairros recentes mais distantes da costa onde se refugiam os marudaenses deslocados do Sossego e do Alegre, há ilustrativos casos de pessoas que, embora socializadas no ofício da pesca, aderiram a ofícios ligados à vida balnear, como o de pedreiro e o de caseiro, passando a atualizar a atividade pesqueira supletivamente.

Apesar de ser deslocada a planos secundários do cotidiano e de perder centralidade na formação da renda monetária de crescente parcela dos moradores de Marudá, a pesca continua, ao menos, a prover itens para autoconsumo das famílias da localidade, e permite que a satisfação alimentar não dependa exclusivamente do recurso pecuniário. Em um primeiro plano, a pesca viabiliza suprimento de proteína animal aos grupos domésticos imediatos dos indivíduos que a praticam. Em um segundo plano, abastece o grupo familiar mais amplo, ou família extensa, suprimindo as unidades residenciais de irmãos, tios, pais e filhos do pescador. Curioso caso, inventariado a partir de interlocução com a dona L., 59 anos, diz respeito a seu esposo: pescador profissional na juventude, passou a atuar preponderantemente como pedreiro em meados da década de 1990. Ocasionalmente, porém, participa de incursões de pesca para abastecimento próprio, como também para remessas a seus familiares residentes em Belém.

Assim, a pesca preserva relevância econômica, como fonte não exclusiva de formação da renda monetária familiar ou, minimamente, como fonte de produtos para o autoconsumo doméstico. Nem sempre, afinal, sobejam oportunidades de prestação de serviços a veranistas, e, mesmo quando surgem, não são equitativamente acessíveis a todos os moradores.

Porém, ultrapassando o aspecto estritamente econômico, a atividade constitui domínio de atuação revestido de significações, que também justificam sua contínua reincorporação ao

cotidiano dos moradores, mesmo quando a produção dela decorrente já não representa substancial vantagem monetária. Por conseguinte, a pesca de rede em alto-mar, outrora descrita como fatigante e perigosa, passa a ser vista, por parcela de seus praticantes – em particular aqueles que galgaram posições relativamente estáveis nas redes de prestação de serviços a vizinhos sazonais –, como forma lúdica de se dispor do tempo. O que antes era dever se traveste em aventura, expressão de masculinidade, contínua afirmação de pertença ao lugar e reivindicação de reconhecimento do indivíduo como legítimo ocupante de papéis sociais particulares (homem, pai de família, provedor)<sup>21</sup>. O permanente refazimento da identidade e da memória sociais, enfim, toma como coordenada a persistência do vínculo – mesmo que parcial – com a pesca.

O apreço pelo sabor do peixe – e a preferência por ele em relação a outras carnes – constitui outro fator predisponente à continuidade da pesca, especialmente devido aos preços praticados no comércio local, que tornam mais vantajosa a obtenção do pescado na natureza. Algo similar, aliás, ocorre com a mariscagem: o caranguejo, o siri e o sarnambi permanecem, apesar da crescente oferta de diferentes tipos de alimentos (inclusive industrializados) em Marudá, como opções preferenciais de consumo entre os moradores permanentes do local.

Concorrem, portanto, distintos fatores aptos a justificar a permanência das práticas de extrativismo animal – e particularmente da pesca – em Marudá. E, embora os aspectos simbólicos e gustatórios surjam, na presente investigação, como relevantes hipóteses, pouco exploradas em pesquisas anteriores, deve-se ressaltar que a pesca continua a figurar como efetiva fonte de renda monetária e de segurança nutricional para significativa parcela das famílias residentes nos bairros Sossego e Alegre, ao menos sazonalmente.

---

21 Remetendo-se às sociedades ditas homogêneas, Fortes (2011) indica que, no âmbito de sistemas patrilineares de organização familiar, o homem cumula os papéis de provedor e educador, e sua autoridade sobre os filhos figura como meio de expressão do poder da sociedade – visando à reprodução de suas estruturas – dentro do grupo doméstico. Autores como Herédia (1979) e Stolcke (1982) também focalizam os papéis socialmente atribuídos aos homens na perspectiva das relações de gênero e geração, especificamente no contexto da pequena produção agrícola familiar no Brasil. Conforme Garcia (1992) e Stolcke (1982), os papéis de provedor e educador estariam entrelaçados, de modo que a eventual incapacidade de o homem garantir o sustento de sua família seria fator de fragilização de sua autoridade.

## 6.2.5 Ofícios de costureira, artesã, erveira, marisqueira

Ao passo em que a pesca – mas não a mariscagem – continua a ser identificada como domínio de atuação fundamentalmente masculino em Marudá, outro conjunto de ocupações é referido como domínio de especialização feminina. Trata-se de ocupações desenvolvidas no âmbito do espaço doméstico e outros espaços de mais restrita visibilidade<sup>22</sup>, embora incluam, em alguns casos, atividades ligadas à exploração de recursos ambientais. São elas: costura de roupas, bordados, crochês, artesanatos diversos, cultivo de plantas medicinais e frutíferas em quintais, coleta de plantas medicinais na natureza, produção de remédios caseiros e criação de aves, em particular galinhas. Conformam-se, assim, os ofícios de costureira, artesã e erveira, via de regra flexionados em referência ao sexo feminino. As competências nos referidos ofícios figuram, nas trajetórias de vida de moradoras mais idosas, como marcos da ocupação de particulares papéis sociais, como o de esposa<sup>23</sup>. Relembra a dona S. (60 anos):

Primeiramente, quando eu me casei, o meu marido, ele comprou um pano, que era para eu fazer uma camisa. E eu disse: 'mas eu não sei fazer roupa, eu não sei', mas não, ele queria uma camisa. Tá... então a mãe dele, ela costurava, e eu disse: 'já sei, vou levar para a dona Diquinha me ensinar. Se ele está me mandando fazer, ele está me experimentando. Aí eu vou, levo; ela me ensinou a talhar, depois ela me ensinou a costurar. Aí, depois, eu disse... o que são as coisas da gente, né... desmanchei uma roupa, e coloquei em cima do pano, e talhei para poder costurar... basta a vontade!

A costura, o artesanato (Figura 7) e a manipulação de fitoterápicos (Figura 8) se apresentam como tarefas entrecruzadas no cotidiano das mulheres e sua execução é frequentemente referida por meio da contraposição ao “trabalho duro da pesca”, como “trabalho manso”, “serviço de mulher”<sup>24</sup>. Tal oposição se sustenta no superior grau de esforço que os homens alegam empregar nos empreendimentos de captura em alto-mar, perseguindo cardumes em fuga. Os ofícios das mulheres, contrastivamente, estariam ligados não à captura, mas à coleta, supostamente amena, de plantas, sementes e outros alvos imóveis ou com mobilidade restrita. Por isso, inclusive, a mariscagem estaria mais próxima à esfera de atuação feminina que à masculina.

22 Essa observação ecoa os registros de Herédia (1979) e Tedeschi (2012), para quem a divisão sexual do trabalho em sociedades agrárias estaria ligada à apresentação pública do homem como provedor. Assim, as ocupações masculinas englobariam, dentre outras, a representação da família em espaços públicos, como as feiras. Restaria, desse modo, demonstrado para o grupo social que o marido/pai estaria cumprindo seus deveres para com a respectiva família.

23 Interessantes discussões sobre a construção de representações em torno dos papéis sociais desempenhados por mulheres em suas trajetórias de vida constam em Souza, Baldwin e Rosa (2000) e Vasconcelos (2005).

24 Análogas qualificações foram registradas por diversos outros autores referidos a circunstâncias de trabalho familiar em contextos agroextrativistas. Assim, o trabalho feminino tem sido visto como ajuda, trabalho leve, trabalho de mulher, trabalho de casa, trabalho secundário ou não-trabalho (FERRANTE, 1998; GARCIA, 1992; HERÉDIA, 1979; MANESCHY, 2001; SARACENO, 1992; STOLCKE, 1982; WITKOSKI, 2007).

**Figura 7** – Tapete confeccionado por moradora de Marudá.



**Fonte:** do autor (2017).

**Figura 8** – Mulheres manejando os produtos de suas coletas para produção de remédios caseiros (fitoterápicos).



**Fonte:** do autor (2017).

Reside, porém, na citada oposição, um par de contradições. Em primeiro lugar, a pesca de curral, apesar de herdar a estima formulada em torno da pesca em alto-mar, emprega armadilhas fixas e se assemelha a uma atividade de coleta. Em segundo lugar, parcela significativa das atividades de extrativismo vegetal e de beneficiamento desses recursos, especificamente no trato com madeiras, demanda a participação masculina, devido ao vigor físico requerido para sua execução. Assim, embora muitos homens ainda se apresentem e sejam localmente apontados como pescadores, e apesar da raridade de menções ao ofício de

artesão, são de alçada masculina as atividades de extração de madeira de restingas e manguezais para obras domésticas, para projetos de marcenaria, bem como para construção de currais, de pequenos barcos, e de artefatos de pesca. Do mesmo modo, geralmente cabe aos homens a utilização dessas madeiras para produção de carvão vegetal em caieiras.

No âmbito das atividades de coleta, ocorre, com frequência, busca de recursos úteis em outras localidades de Marapanim, onde eventualmente se verifica maior abundância de determinados bens ambientais visados. Na praia da vila do Crispim, por exemplo, é comum que se busquem crustáceos, moluscos e pescado. Nas margens alagáveis dos rios Marapanim e Cajutuba e tributários, é comum que se busquem sementes de andiroba (*Carapa guianensis* Aublet), cujo óleo, extraído por técnicas artesanais, é útil como repelente de insetos e anti-inflamatório. Os deslocamentos temporários dos marudaenses em busca de recursos para além de sua própria localidade são favorecidos pela existência de laços de parentesco entre moradores de diferentes regiões do município. Essas incursões figuram como ocasiões de realização ou retribuição de visitas aos parentes, os quais fornecem pousada ao viajante e também certificam sua índole para os demais moradores da localidade adentrada.

Interessante, por fim, pontuar que a mariscagem, ofício dissociado da pesca no domínio mais amplo do extrativismo animal, se apresenta por meio de alternativas configurações nas distintas épocas do ano. Na baixa temporada, visa principalmente à satisfação alimentar dos moradores permanentes, enquanto no veraneio visa à demanda dos visitantes. Em consequência, famílias bem integradas a redes de prestação de serviços a veranistas intensificam a mariscagem na baixa temporada, quando os veranistas estão ausentes, para suprir sua subsistência; e famílias fracamente articuladas à prestação de serviços intensificam a mariscagem no veraneio, para vender o produto das coletas nas praias e de algum modo tirar vantagem da sazonal presença dos veranistas em Marudá.

### 6.3 DOIS UNIVERSOS OCUPACIONAIS

A investigação conduzida em Marudá ao longo de dois anos permite constatar um duplo engajamento laboral atualizado pelos moradores permanentes da localidade. Há, por um lado, o universo ocupacional ligado a atividades portadoras de maior profundidade temporal, como a pesca, a mariscagem, o extrativismo vegetal, o artesanato e a fitoterapia popular. Há, por outro lado, o universo ocupacional constituído em torno do polo balnear e das práticas de visita turística encenadas na localidade, reconhecido por uma série de ofícios emergentes. Os dois universos de trabalho representam distintos conjuntos de práticas sociais e socioambientais, uma vez que comportam relações entre agentes específicos e formas

particulares de utilização dos recursos naturais. E apesar de inspirarem, em uma superficial análise, a ideia de oposição, apresentam-se de modo integrado e articulado no âmbito do cotidiano marudaense. Segundo a jovem A., de 23 anos:

Meu padrasto sabe pescar, e bem. Quando trabalho tá difícil como pedreiro, ele pega a canoa dele e vai pescar, que é a única solução. Trabalho de pedreiro tá faltando bastante por aqui, ultimamente. É mais no tempo de feriado, das férias.

A articulação entre esses dois universos no cotidiano marudaense promove não uma segmentação social, mas uma segmentação temporal, sazonalmente determinada. Não se tem verificado, pois, a especialização profissional dos marudaenses em ofícios particulares, mas o engajamento em cumulativos ofícios. E os padrões de engajamento são temporalmente variáveis, exibindo configurações específicas no curso de um ciclo anual. Durante o veraneio, investe-se no intercuro com os turistas; os marudaenses se dedicam aos ofícios que visam ao atendimento das demandas do polo balnear. Durante o longo intervalo entre dois veraneios consecutivos, investe-se nos ofícios ligados à exploração dos recursos naturais, em adição às ocasionais oportunidades de exercício dos ofícios correlatos ao polo balnear. As práticas de visitaçãoturística objetivadas em Marudá, afinal, correspondem ao modelo de turismo de segunda residência e, em certa medida, também ao de caravana, ambos fortemente marcados pela sazonalidade das atividades metropolitanas e suas folgas programadas. Desse modo, o sazonal influxo de visitantes que constitui o período de veraneio figura como importante fator da periódica reestruturação do cotidiano dos marudaenses, estimulando a reorganização dos engajamentos laborais da população permanente da localidade.

Assim, os conjuntos de práticas e as relações sociais subjacentes a cada um poderiam ser vistos como dois diferentes universos de recursos, a que os moradores permanentes se vinculam de modos diversos nas distintas temporadas conformadoras do ciclo anual. Em consequência, as relações entre esses dois universos de recursos seriam relações de concorrência, alternância e complementaridade: de concorrência, pois os dois universos são diversamente valorizados (priorizados/preteridos) no curso do tempo, reciprocamente avaliados quanto à vantagem econômica que cada um pode prover em circunstâncias particulares; de alternância, pois o exercício das práticas correlatas a cada universo varia ao longo do ano, em padrões de recíproca intensificação/supressão; de complementaridade, pois a conciliação entre os dois alternativos universos, em esforço tático e coerente, representa o vetor estruturante das estratégias de reprodução social da população fixa de Marudá.

#### 6.4 REARTICULAÇÕES SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS EM MARUDÁ

Descritas as configurações de engajamento laboral e de consequente uso de recursos naturais pelos marudaenses, conforme verificadas em campo, a presente seção pretende situar tais registros em um quadro temporal, que possibilite reconhecer suas vinculações a processos mais amplos de mudanças e permanências. Não se supõe, pois, que se trate de configuração definitiva, apta a se eternizar ou a esgotar as possibilidades explicativas correlatas à temática. Deve-se, então, lidar com os seguintes questionamentos: até onde é possível rastrear as raízes dessa configuração particular? Quais circunstâncias proporcionaram as condições para sua constituição? Quais circunstâncias favoreceram sua reprodução, até o momento em que foram empiricamente verificadas pela relatada incursão de pesquisa?

A busca por um momento inaugural, por um contexto favorável à constituição dessa particular configuração de relações sociais e socioambientais, não se resume, porém, a uma linha divisória entre um antes e um depois, a uma simples visão dicotômica do processo de mudança. Remete-se, efetivamente, à distinção, registrada por Sztompka, entre as noções de “mudança em” e “mudança de”. Segundo o autor, a discussão relativa a mudanças *na* sociedade considera mudanças parciais, limitadas, que não alteram o estado global do campo social (SZTOMPKA, 1998, p. 29). Conforme Neves (1995, p. 51), tais mudanças podem até mesmo apresentar valor adaptativo, figurando como reformas que viabilizam a manutenção da ordem instituída. Por outro lado, mudanças *da* sociedade implicam mudanças disruptivas, que repercutem em todos os aspectos do campo social ou que afetam seu núcleo e acarretam modificação global, obrigando que se qualifique a ordem emergida como fundamentalmente distinta da precedente (SZTOMPKA, 1998, p. 29). Enquanto mudanças *em* correspondem à reprodução da sociedade – ampliada ou contraída, havendo, respectivamente, aumento ou decréscimo quantitativo em alguma variável considerada –, mudanças *de* implicam mudança qualitativa: a efetiva transformação da sociedade (SZTOMPKA, 1998, p. 48).

Assim, não se quer argumentar que a emergência das contemporâneas configurações de engajamento laboral e de uso de recursos naturais inauguraram o processo de mudança em Marudá, retirando a localidade de um suposto imobilismo anterior. O estudo da sociedade, afinal, como constantemente pontuado (p. ex., FELDMAN-BIANCO, 1987; FIRTH, 1974; NEVES, 1995), deve valorizar tanto seus aspectos de estabilidade quanto de dinamismo, de modo que a mudança não é uma excepcionalidade, mas um fator constitutivo da vida social. Consubstanciada como potencial reflexo das relações encenadas no campo social, a mudança está sempre presente, ainda que se alternando em manifestações mais brandas ou drásticas. O exercício proposto se limita, enfim, a tão somente indicar a ordem social em cujo âmbito se

atualizam as configurações empiricamente registradas e identificar seus antecedentes, a partir da gradual rearticulação das relações vigentes na precedente ordenação social.

Considerando as coordenadas analíticas estabelecidas e com o apoio da literatura disponível, é possível localizar no período encerrado entre os anos de 1950 e 1990 o gradual processo de rearticulações que redundaram na constituição das configurações de relações sociais e socioambientais verificadas em campo. Para ilustrar essas rearticulações, é preciso retomar pontos tratados anteriormente, em particular o relato de Furtado (1987). Segundo a autora, o fato fundador da localidade de Marudá teria sido a implantação de estrada ligando a sede urbana do município de Marapanim à malha viária do nordeste paraense – inclusive à capital, Belém –, na década de 1930. Favorecendo a exploração da piscosidade do litoral, o fato estimulou o deslocamento de famílias de áreas mais interiorizadas e sua fixação na costa, em pequenas aglomerações de casas. Em 20 anos, a localidade conheceu certa estabilidade, não enfrentando mudanças disruptivas em sua organização.

Até o início da década de 1950, Marudá se constituía como povoado pesqueiro. Prevalciam relações próximas, de parentesco e compadrio. A organização do cotidiano e da vida econômica girava em torno da exploração do pescado, em modalidade intensiva, configurando produção econômica monovalente. Devido à condição de semi-isolamento a que os marudaenses ainda se encontravam submetidos pela falta de uma estrada de rodagem que os ligasse à malha viária do nordeste do estado, mantinham intensas relações econômicas com os “patrões”<sup>25</sup>, fornecedores de equipamentos para a pesca – inclusive embarcações – e de mercadorias diversas, e com os intermediários, responsáveis pelo escoamento do pescado para os grandes centros consumidores da região. O trabalho e a sociabilidade em Marudá estavam atrelados ao uso intensivo de recursos naturais, sobretudo via extrativismo animal marinho.

Em meados da década de 1950, porém, a implantação de estrada pavimentada entre Marudá e a sede urbana de Marapanim abriu caminho para uma série de desdobramentos que paulatinamente redundariam na constituição de diferenciadas configurações de engajamento laboral e de uso de recursos naturais. Rompendo o semi-isolamento de Marudá, a estrada proveu renovadas condições de vida na localidade, permitindo aos moradores circularem por outros locais e reduzindo a dependência do “patrão” para obter seus suprimentos alimentares. As estradas também facilitaram o escoamento do pescado, fomentando a expectativa de que a exploração pesqueira poderia se intensificar e, assim, se reverter em maiores ganhos também para os pescadores. Tanto a atenuação das condições de vida quanto a expectativa de melhora

---

25 Análises que pontuam mudanças e continuidades do sistema de aviamento na pesca artesanal no litoral do estado do Pará são providas por Alves (2006) e Santos (2005).

econômica estimularam novas levas de migrantes a se fixarem em Marudá e localidades contíguas, especialmente durante a década de 1970 (POTIGUAR JR., 2001).

Embora afetassem a organização da atividade pesqueira, impondo a sobre-exploração dos estoques naturais de pescado na costa de Marapanim e concorrendo com os marudaenses pela negociação no âmbito da cadeia de escoamento do peixe, os pescadores que imigraram para Marudá na década de 1970 não promoveram relações essencialmente inaugurais. Seu ingresso naquele cenário figurou como relevante fator de intensificação das relações sociais e socioambientais já presentes. Efetivas rearticulações das relações encenadas na localidade foram providas, porém, pelos fluxos turísticos que passaram a se direcionar a Marudá.

A estrada ligando Marudá à sede urbana do município de Marapanim permitiu que práticas de visitação turística passassem a se insinuar na localidade costeira desde o final da década de 1950. Inicialmente objetivadas por visitantes em caravanas, movidos pelo apreço por paisagens naturais rústicas, as práticas turísticas foram gradualmente vertidas em turismo de segunda residência, o qual se encontrava plenamente passível de reconhecimento em circunstâncias de pesquisa empírica desde, pelo menos, a década de 1970 (FURTADO, 1987). Proprietários de segundas residências, visitantes em caravana, comerciantes e empreendedores ligados aos negócios do turismo (hotéis, pousadas, bares, mercados) constituíam os segmentos sociais que, fazendo-se presentes em Marudá segundo temporalidades específicas, tornaram possível o estabelecimento de alternativas formas de rela es sociais e econômicas, incidindo, também, sobre as configura es de uso de recursos naturais.

  época em que se firmavam os fluxos turísticos dirigidos a Marudá, os pescadores da localidade travavam rela es comerciais desfavoráveis com “patrões” e atravessadores e, praticando a pesca em modalidade intensiva, ficavam   míngua nas épocas do ano conhecidas como entressafra, quando os cardumes de espécies de peixe mais valorizadas se afastavam da costa de Marapanim. Esta situa o foi agravada pela chegada de sucessivas levas de pescadores migrantes e pelo conseqüente processo de escasseamento do pescado, decorrente do aumentado esforço de pesca. A crescente dificuldade em continuar manejando uma produ o econômica monovalente centrada na explora o do pescado se somou, então,   precariedade da estrutura de recep o dos fluxos turísticos em Marudá, favorecendo a constitui o de vínculos entre os membros da popula o haliêutica e os visitantes urbanos.

Uma série de alternativos ofícios e ocupa es surgiu na esteira da explora o turística de Marudá, refletindo distintas situa es de intercurso entre marudaenses e veranistas, ou marudaenses e comerciantes/empreendedores. Os vínculos forjados, também marcados por precariedades e pela temporariedade, correlata   sazonalidade das práticas de turismo de

segunda residência, embora não permitissem projetar planos de ascensão social, ao menos possibilitavam atenuar o quadro de penúria que antes se desenhava.

Até mesmo os marudaenses que continuavam firmemente atrelados à exploração pesqueira encontraram, no polo balnear, maneiras de atenuar a dependência imposta pela cadeia de produção e escoamento do pescado. A constituição de uma vultosa população flutuante de veranistas em Marudá e o funcionamento de estabelecimentos voltados à venda de refeições permitiram que a comercialização de parcela do pescado passasse a ocorrer localmente, sem a participação de intermediários. Afrouxando-se os laços de dependência econômica com a cadeia de escoamento do peixe, os pescadores conseguiram auferir um maior rendimento a partir de seus esforços, contrabalançando os efeitos da escassez do produto.

De outro modo, a sazonal presença de visitantes em Marudá permitiu que atividades antes invisibilizadas na intimidade do lar passassem a ter relevância econômica. Este foi o caso das práticas de fitoterapia popular, desempenhadas principalmente por mulheres no local. Percebendo a intensificação dos fluxos de visitação turística naquele ponto da costa e notando o interesse dos visitantes urbanos pelas práticas locais de uso medicinal de plantas nativas, grupos de mulheres se reuniram, estimuladas por empreendedoras sociais de procedência externa, para produzir fitoterápicos artesanais em maior escala. Poderiam, assim, aproveitar a oportunidade do período de veraneio – mas também os finais de semana – para efetivar suas vendas. O relato da jovem S. (18 anos) bem ilustra esse processo:

Pelo o que eu vejo, o pessoal de Belém ou de fora confia até mais nesses remédios que o pessoal daqui mesmo da terra, por que quem compra mais é o pessoal de Belém, e por isso nossa renda é sempre maior pela época das férias.

Essa alternativa modalidade de atuação econômica igualmente favoreceu a atenuação do quadro de dependência correlato à exclusividade comercial do pescado. Além disso, significou a intensificação de formas particulares de uso de recursos naturais, porém não mais no âmbito da fauna marinha, e sim da vegetação costeira nativa.

A retomada desses pontos, antecipados desde os capítulos 3, 4 e 5, ilustra as principais rearticulações sociais e socioambientais, os reordenamentos de relações entre atores sociais específicos – e desses atores com os recursos de seu ambiente – que, constituindo o processo de mudança, paulatinamente conformaram as configurações registradas em campo. Os duplos engajamentos laborais dos marudaenses e a sazonalidade particular das práticas de exploração dos recursos naturais – menos ligada às propriedades ecológicas desses recursos que ao custo de oportunidade de sua exploração em face da presença ou ausência de veranistas –, enfim,

podem ser seguramente rastreados desde a década de 1970, quando se intensificavam os ingressos tanto de pescadores migrantes quanto de veranistas em Marudá, desencadeando as rearticulações então inventariadas. Furtado (1987) e Coelho-Ferreira (2009), aliás, cujos trabalhos de campo foram conduzidos respectivamente em meados das décadas de 1970 e 1990, oferecem os mais exemplares relatos do processo que, refletindo as rearticulações em curso na localidade, tem consolidado a referida configuração laboral e socioambiental. E, enquanto em Furtado (1987) tal configuração ainda aparecia de modo incipiente, excepcional, em Coelho-Ferreira (2009) seu reconhecimento se tornou mais explícito, aproximando-se dos traços circunstancialmente verificados pela presente investigação empírica.

### 6.5 A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O cotidiano dos moradores dos bairros do Sossego e do Alegre é marcado por uma duplicidade que reflete seu engajamento a distintos universos de práticas sociais de trabalho. Tais configurações de relações laborais e socioambientais, rompendo com a exploração da pesca em modalidade intensiva, favoreceram a disseminação de interpretações calcadas nas ideias de desarticulação da cultura local e de perda das tradições culturais. Porém, a anterioridade da emergência dessas configurações, datadas da década de 1970 e sustentadas até a circunstância da pesquisa de campo presentemente relatada – em paralelo ao registro de permanências correlatas aos saberes associados aos recursos naturais (cf. capítulos 3 e 4) –, inspira o questionamento sobre o efetivo grau de influência do turismo sobre a vida social em Marudá. Opondo-se ao entendimento vigente e buscando dar suporte à hipótese levantada no capítulo 5, a presente seção se concentra, então, em demonstrar que, em vez de fator de desarticulação de saberes locais e estilos de vida próprios, as práticas de visitação turística objetivadas em Marudá promoveram rearticulações sociais que, em última instância, se ligam mais à noção de permanências – ou, mais apropriadamente, ressurgências – sociais e socioambientais que à noção de mudança revolucionária ou disruptiva.

A coexistência de dois universos de práticas sociais de trabalho em Marudá foi entendida, pela maior parcela da literatura remetida à localidade, como estágio intermediário de um mais amplo processo de desarticulação da vida haliêutica e triunfo da vida balnear. Assim, estaria, ali, em marcha, um processo de difusão de particulares estilos de vida e formas de engajamento ao âmbito do trabalho, desde a esfera urbana de Belém até a localidade costeira, com a consequente perda da cultura local. Este viés interpretativo se coaduna com a “escola difusionista” da Antropologia e, embora tenha sofrido críticas nesse campo disciplinar

(CASTRO, 2016, p. 25), ocasionalmente ressurgem como chave explicativa em trabalhos de cunho interdisciplinar tangentes à temática social (PRADO; MURRIETA, 2015, p. 142-143).

Também seria possível atribuir, à articulação entre os distintos conjuntos enfocados de práticas de trabalho, o caráter de evidência da passagem de uma a outra ordem de vivência do tempo. Pois, por um lado, concebidos a partir de perspectiva linear, o tempo e a história podem ser imaginados como uma flecha, avançando irreversivelmente, por meio da superação de sucessivos estágios de mudança da sociedade. Por outro, a perspectiva cíclica de vivência do tempo prescreve a recorrência de estágios, em periódica substituição recíproca. Assim, se as sociedades locais, de pequena escala, são retratadas como microcosmos regidos pela sazonalidade de ciclos naturais, reproduzindo uma ordem tradicional – mesmo que com inovações de saberes e técnicas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009) –, a urbana é descrita em termos de evolução, progresso histórico, modernidade (NEVES, 1995). E a intensificação do intercuro da população residente em Marudá com os veranistas significaria, enfim, a ruptura da vivência do tempo baseada nos ciclos naturais e a transição para o estágio de evolução linear, ou a superação da sociedade tradicional em favor da sociedade moderna.<sup>26</sup>

Tanto a noção de difusão de traços culturais em sentido único quanto a de transição a novas formas de vivenciar a passagem do tempo inspiram, enfim, imagens etnocêntricas, atribuindo à sociedade urbana a condição de meta a ser perseguida pelas demais sociedades, sob esta ótica vistas como atrasadas, subdesenvolvidas (cf. STAVENHAGEN, 1985). Em consequência, a mudança seria tida como produto da ação de agentes externos, à revelia dos atores locais: o ingresso de certos atores, como veranistas e planejadores, oportunizaria a difusão de relações, sociabilidades e aspirações particulares da sociedade abrangente, levando à substituição dos estilos de vida atualizados no âmbito da sociedade local.

Por conseguinte, a relação entre os dois conjuntos descritos de práticas de trabalho dos interlocutores não seria de articulação, mas de substituição, de progressiva transição de uma a outra lógica de organização da vida econômica e do cotidiano. E a ascensão do turismo balnear, por sua vez, embora não figurando como causa primeira do declínio da atividade pesqueira, teria que ser concebida como força motriz da desarticulação dos remanescentes traços de atualização da pesca e de valorização de seus aspectos simbólicos.

Tal interpretação, porém, se opõe sobremaneira às observações produzidas no trabalho de campo, que atestam a vitalidade de práticas como a pesca, a mariscagem e o extrativismo

---

26 Ainda que Thompson (1998) tenha legado relevante contribuição a esse debate com o estudo de um caso historicamente significativo de reconfiguração dos modos de experimentar a passagem do tempo, é temerário pretender que suas conclusões, ancoradas em um contexto social específico – a Revolução Industrial inglesa do século XVIII –, possam ser tomadas como modelo geral da mudança, aplicável a qualquer situação empírica.

vegetal – doravante referidos, por praticidade, como ofícios do polo pesqueiro – no cotidiano dos moradores de Marudá. Pescador, marisqueiro e erveira continuam a ser categorias de autodenominação referenciadas pelos marudaenses, e a prática das correlatas ocupações se desdobra em momentos rotineiros no curso do tempo. E embora as citadas atividades não estejam mais disseminadas a ponto de autorizar seu uso na caracterização da totalidade da vida social do lugar – como a literatura registra ter sido uma vez possível –, seu sazonal fortalecimento indica existir uma lacuna temporal que até então a vida balnear não ocupou.

A profundidade temporal que demarca a duplicidade de vínculos ao polo pesqueiro e ao polo balnear, então, não autorizam que se ratifiquem hipóteses explicativas remetidas às ideias de substituição ou conversão ocupacional ou de estilos de vida. A ocupação em ofícios ligados à vida balnear não promoveu a renúncia aos ofícios ligados ao polo pesqueiro, mas apenas a cumulação de ambos e a alternância entre eles, de acordo com a sazonalidade típica do turismo de segunda residência. Essa modalidade turística, afinal, porta especificidades e, não se espraiando por todo o ciclo anual, deixa significativas parcelas de tempo tão vazias de vida balnear, quanto demandantes de alternativas à satisfação das necessidades dos nativos.

Mesmo representadas como fonte de mudanças aparentemente disruptivas, as práticas de visitação turística em Marudá aparecem vinculadas à noção de permanências. As citadas práticas suscitaram o ingresso de atores diversos na localidade e fomentaram o estabelecimento de inaugurais situações de intercuro com os nativos, porém foram marcadas pelo estabelecimento de vínculos contratuais informais. Por isso, os marudaenses engajados nos postos de trabalho surgidos a partir da demanda turística não puderam reconhecer, nessas ocupações, um ofício capaz de angariar sua integral dedicação. As relações sociais estruturadas em torno do turismo promoveram efetivas necessidades de reordenamento do cotidiano marudaense, correlato à absorção de força de trabalho dos nativos para atendimento das demandas dos visitantes. Porém, tais mudanças se restringiram a reordenações pouco expressivas dos engajamentos laborais ao longo da maior parte do ano, e a uma temporária época de reorganizações mais profundas desses engajamentos, no período de veraneio.

Verifica-se, portanto, que as rearticulações sociais e socioambientais ocorridas no cotidiano marudaense a partir da incidência dos processos de visitação turística na localidade não qualificam aquele processo de mudança como ruptura com o conjunto de precedentes parâmetros de ordenação social. O processo de mudança foi limitado a adequações que viabilizassem a participação dos nativos no empreendimento de exploração de uma atividade adicional, apta a atenuar sua dependência exclusiva em relação à exploração da atividade pesqueira. E a participação dos marudaenses nesse alternativo universo laboral, marcado pela

informalidade, jamais significou a renúncia ao universo ao qual se encontravam desde antes atrelados, ainda vital para a satisfação de suas necessidades.

E ainda que a precariedade do turismo e sua intrínseca sazonalidade tenham figurado como fator indireto de permanências, impossibilitando que os marudaenses abrissem mão dos vínculos com o universo laboral do polo pesqueiro, a vinculação ao polo balnear foi também um fator direto de ressurgências. Ao atenuar a condição de dependência exclusiva em relação à cadeia de produção e escoamento do pescado, a exploração de ofícios ligados ao polo balnear reabilitou a configuração econômica da polivalência produtiva. Tal configuração caracterizava a organização da vida econômica das populações de Marapanim antes que alguns grupos familiares afluíssem à costa e fundassem a localidade de Marudá, constituindo-se como pescadores em modalidade intensiva. Desse modo, nota-se que os ofícios ligados ao polo balnear emergiram não como substitutos dos ofícios ligados ao polo pesqueiro, como forma de sujeição ao capital externo e à lógica econômica urbana. Eles emergiram como recursos alternativos, aos quais os marudaenses poderiam diversamente se vincular, visando à formulação de estratégias de redução da dependência econômica e de ampliação de sua autonomia e capacidade de manejar as restrições de suas circunstâncias de vida.

## 6.6 SÍNTESE

O presente capítulo se concentrou em apresentar dados produzidos em circunstâncias de pesquisa de campo, remetidos às configurações estruturantes dos engajamentos laborais e das modalidades de uso dos recursos naturais atualizadas em Marudá. Indicando a existência de duplicidades entre a ocupação de funções no polo pesqueiro e no polo balnear, o capítulo logrou rastrear os antecedentes dessa configuração até o final da década de 1950, localizando entre as décadas de 1970 e 1990 sua consolidação. Argumentou-se, ao longo do capítulo, que os fenômenos de visitação turística objetivados em Marudá, correlatos ao modelo de segundas residências, se caracterizaram pela informalidade de vínculos trabalhistas entre os moradores, prestadores de serviços, e os veranistas, contratantes de serviços. Esse fato, associado ao feitiço sazonal do intercurso envolvendo moradores e veranistas, amoldou uma duplicidade laboral que, em vez de satisfazer a hipótese de conversão ocupacional e de estilos de vida aventada pela tradição acadêmica remetida à localidade, consistiu, mais precisamente, na reabilitação da condição de polivalência produtiva, suprimida, na década de 1930, em favor da constituição da pesca como atividade intensiva no litoral.

Demonstrando que a vinculação a ofícios do polo balnear não representou a ruptura com o universo laboral do polo pesqueiro, mas tão somente a reorganização do cotidiano, em

particular no período de veraneio, o capítulo sugeriu que, embora promotoras de mudanças tangíveis, as práticas de visitação turística em Marudá estiveram fortemente associadas a circunstâncias de permanências e até mesmo de ressurgências sociais e econômicas. Presentes desde uma temporalidade tão remota quanto a segunda metade da década de 1950 em Marudá, as práticas de turismo balnear na localidade não correspondem a fator recente, a impactar uma ordem supostamente imemorial. Ao contrário, o turismo, aos moldes como objetivado em Marudá e devido à sua relativa profundidade temporal, figurou como fator de estruturação da sociabilidade específica do local, como vetor de organização da vida econômica de seus moradores permanentes, provendo-lhes meios para atenuar as relações de dependência mantidas no âmbito da cadeia de produção e escoamento do pescado.

O reconhecimento de que a vinculação dos marudaenses a ofícios do polo pesqueiro e do polo balnear não produziu uma segmentação ocupacional, com classes especializadas de trabalhadores, mas uma segmentação temporal, marcada pela cumulação de funções e pela alternância de engajamentos a um ou outro universo laboral nas diferentes épocas do ano, porém, ainda deixa lacunas. Se, conforme constatado empiricamente, a hipótese levantada no capítulo 5 pode ser confirmada e as práticas de visitação turística atualizadas em Marudá se associam mais intimamente à esfera das permanências sociais e socioambientais, quais fatores têm concorrido para as frequentes alegações, dos moradores daquela localidade, a respeito de um suposto declínio das atividades ditas tradicionais? Há, de fato, fatores ligados à ocorrência de mudanças disruptivas em Marudá, potencialmente tendentes à desarticulação social que outrora se atribuiu ao turismo, ou tais alegações se constituem como meras reverberações da noção de risco construída em referência à localidade, por sucessivas gerações de intérpretes de sua vida social e dinâmicas socioambientais? Beneficiando-se de adicionais observações de campo, é a essas questões que o capítulo seguinte se reporta.

## 7 A JUVENTUDE MARUDAENSE

Alegações de que estaria em curso um processo de desarticulação dos estilos de vida e das configurações de engajamento laboral e de uso dos recursos naturais dos moradores de Marudá têm sido constantemente levantadas pela tradição acadêmica remetida à localidade. Em paralelo, também podem ser verificadas empiricamente, em declarações providas pelos próprios marudaenses, como ocorrido no decurso da investigação ora relatada. E se, dentre os marudaenses, não se registram menções às práticas turísticas como fator causal desse processo disruptivo, a literatura tem reiteradamente atribuído a essas práticas uma influência desagregadora, supostamente conducente à desorganização do cotidiano, da sociabilidade e das formas próprias de intercurso entre sociedade e ambiente no local.

Confrontada com os registros de continuidades sociais e socioambientais no âmbito de atividades como a pesca, a mariscagem e a fitoterapia popular (cf. capítulos 3 e 4), a vertente explicativa que reconhecia no turismo um fator de deculturação foi questionada. Creditando as permanências aos próprios sistemas de saberes locais e suas capacidades adaptativas, não se preocupou em reavaliar a perspectiva de análise até então aplicada ao estudo do fenômeno turístico em Marudá. Os investimentos realizados no capítulo anterior, porém, permitiram recolocar a questão e oferecer interpretação alternativa acerca da relação entre as práticas de visitação turística efetivadas em Marudá e os processos de mudanças ou permanências sociais e socioambientais desdobrados na localidade. Ao estudar essas práticas turísticas a partir das especificidades contextuais que as constituíram, o capítulo logrou demonstrar que, embora tenham favorecido rearticulações diversas no espaço, nas relações sociais, nas configurações de alocação do tempo e da força de trabalho em Marudá, os fluxos de visitação turística dirigidos à localidade estiveram mais proximamente ligados ao campo das permanências. Favoreceram, aliás, ressurgências de pretéritas configurações de organização da vida econômica, permitindo que os moradores permanentes de Marudá galgassem superiores graus de autonomia relativa em face das relações comerciais da cadeia de escoamento do pescado.

E se as requalificações promovidas na interpretação da vida social de Marudá e de seu quadro socioambiental permitiram afastar a hipótese de que as práticas turísticas figurariam como decisivo fator de rearticulações desagregadoras, subsistem, porém, profusas alegações da população residente, atestando a manifestação de forças de disruptiva mudança no local. As impressões dos nativos, que possivelmente influenciaram os pesquisadores sediados em Marudá a formular previsões calcadas nas noções de deculturação e assimilação cultural, se voltam à ideia de que estariam sob ameaça suas formas particulares de organização do cotidiano e da vida econômica e de uso dos recursos naturais, bem como os saberes locais

associados a esses recursos. O registro de tais impressões pode ser encontrado já em Furtado (1978; 1987), que associou a participação dos marudaenses em articuladas cadeias de escoamento de pescado ao desenvolvimento de uma atitude individualista<sup>27</sup>, contrastante aos padrões de cooperação e reciprocidade ainda encontrados, à época, nos povoados do interior de Marapanim. Do mesmo modo, Furtado (1978; 1987) sugeriu que a ampliação da malha viária do nordeste paraense, intensificando a circulação de marudaenses em centros urbanos da região, teria promovido seu interesse pela vida e pelos valores citadinos. Os jovens, em particular, traduziriam essa atração em projetos de deslocamento e fixação nas cidades.

Em campo, ao passo em que se aclarava a sutileza da relação entre as práticas de visitação turística e os processos de mudanças e permanências em Marudá, também convergia ao primeiro plano de indagações, recorrentemente, a questão dos jovens e dos jovens adultos na localidade. Essa percepção primeiro adveio de uma frequente ausência. Os investimentos na interlocução com moradores posicionados em circunstâncias de duplicidades laborais favoreceram o contato quase exclusivo com pessoas maduras, nas faixas etárias de 30 a 60 anos, e com idosos. Os adultos mais jovens, os adolescentes e as crianças pareciam estar pouco atrelados aos universos de práticas de trabalho que conformam a indicada configuração de engajamentos dos marudaenses ao domínio laboral. Questionados, os interlocutores tendiam a se referir a um suposto desinteresse das gerações mais novas pelas atividades típicas do local, o que, em sua visão, estaria ligado à perda das tradições<sup>28</sup>.

Remontando a uma temporalidade tão distante quanto aquela em cujo âmbito ocorreu a pesquisa de Furtado (1978; 1987), porém, a atração sentida pelos jovens em relação à vida cidadina, seus projetos de deslocamento e o desinteresse pelas práticas de trabalho locais não incorreram, mesmo após décadas, no esvaziamento do polo pesqueiro de Marudá e de todas as modalidades de intercurso entre sociedade e ambiente que compõem seu universo laboral.

27 A referida noção de individualismo se relaciona a um alegado declínio do pendor dos marudaenses ao trabalho coletivo e à reciprocidade. Remetendo-se a Tönnies (1973), Marques (2002) encontra na antítese sociedade x comunidade uma forma de refletir acerca das relações que, aproximando atores econômicos urbanos e não urbanos entre si, provocam uma mais íntima integração dos atores não urbanos a relações de mercado. Na visão da autora, isso levaria a alterações na organização do trabalho e no ritmo do trabalho nas localidades não urbanas, com a conseqüente monetarização das relações sociais ali estabelecidas. Outros autores que discutem a temática são Dawe (1980) e Simmel (1979).

28 Alegações como essa são frequentes em estudos enfocando contextos agroextrativistas nas diferentes regiões do Brasil, como Gaviria e Pezzi (2007), no Rio Grande do Sul, e Mendonça e Ferraz (2007), no Amazonas. Porém, segundo Castro et al. (2009), a representação dos jovens como desinteressados pelo meio rural e atraídos pelo meio urbano não é recente, e inclusive é contemplada pela literatura clássica do campesinato e por autores como Champagne (1979), Herédia (1979), Moura (1978) e Woortmann (1995). Segundo Castro et al. (2009), os autores tendem a tratar a questão como aspecto próprio do processo de reprodução social do campesinato, afinal, segundo Wolf (1970), a existência de deserdados se dirigindo em fluxo rumo às cidades estaria relacionada à herança da propriedade agrícola sem a partilha da terra, o que a manteria apta a garantir o sustento do sucessor. Apesar disso, como ressaltam Castro et al. (2009), a atenção direcionada aos fluxos de êxodo rural de jovens tendeu a se refletir em interpretações remetidas à noção de desinteresse, que contribuiria para a invisibilidade do segmento da juventude rural.

Ainda assim, em campo, essa hipótese surgiu como promissora via analítica, capaz de auxiliar no entendimento do processo de constituição da noção de mudança e desarticulação social que domina a tônica do discurso dos marudaenses. Como, afinal, a alegada atitude de desinteresse dos jovens em relação aos ofícios típicos de Marudá poderia influenciar de maneira disruptiva as configurações vigentes de relações sociais e socioambientais, sem ainda tê-lo feito, em razão da antiguidade de seu registro? Para lidar com a questão, a pesquisa de campo conduziu observações adicionais, enfocando diferenças ligadas ao cotidiano de pessoas enquadradas em distintas gerações. Focalizando as formas de participação social de marudaenses qualificados como jovens e idosos, o capítulo investiga, como antes o fez em relação ao turismo, suas possíveis vinculações com processos de mudanças e permanências na localidade.

### 7.1 CRIANÇAS E JOVENS EM MARUDÁ: ESTUDANTES, AVENTUREIROS

Muitas são as crianças residentes nos bairros do Sossego e Alegre (e nos demais bairros da localidade). Todas as manhãs dos dias de semana, é possível vê-las, em bandos e uniformizadas, a caminho do colégio. Há duas escolas municipais de ensino fundamental em Marudá, uma em cada bairro citado. Para os mais velhos, há oferta de estudos em nível médio, em duas escolas estaduais, na sede urbana de Marapanim. Os alunos, que geralmente não possuem meio próprio de locomoção nem dispõem de recursos monetários para custear o deslocamento diário até a sede municipal, contam com um ônibus, contratado pela prefeitura, que realiza o transporte entre Marudá e a sede de Marapanim, nos horários de entrada e saída do colégio, tanto para as turmas da manhã, quanto para as turmas da tarde. Afora a oferta de ensino médio regular na sede municipal, há a oferta dessa modalidade de ensino – como também a modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA) – no próprio distrito de Marudá, no período noturno, em uma de suas escolas municipais, que funciona parcialmente como anexo de uma das escolas estaduais da sede urbana. O que, enfim, se quer enfatizar é a relativa facilidade com que, hoje, se mostra possível concluir os estudos em nível de ensino básico em Marudá. E, igualmente, o quanto o cotidiano de crianças e jovens na localidade é estruturado em torno dos programas de educação formal e do processo de escolarização.

Pessoas mais velhas – algumas, aliás, nem tão velhas, com não mais que 40 anos – lamentam a ausência dessas condições em momentos anteriores da história da localidade. Elas relatam a dificuldade para prosseguir com os estudos no lugar durante sua infância e juventude e elencam a restrita oferta de ensino público e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias como os motivos para tal. Mesmo com a oferta de vagas no ensino fundamental e no médio, na modalidade EJA, verifica-se a tendência de que essas

peças, agora plenamente engajadas em universos profissionais específicos e no desempenho de tarefas correlatas às sucessivas posições assumidas no seio do grupo familiar (mãe, pai, avó, avô), não encontrem suficiente motivação para empreender o retorno ao cotidiano escolar. Há, ainda, casos de jovens adultos, na faixa entre 20 e 30 anos, que, mesmo não tendo ocupação profissional claramente estabelecida, resistem a retomar os estudos, dentre outros motivos, devido à escassez de empregos formais remunerados em Marapanim, fator que provoca certa desvalorização do saber escolar formal e das credenciais dele decorrentes. De modo geral, porém, e contrariando as tendências antes indicadas, tende-se a supor que o quadro geral de adesão de marudaenses adultos às vagas do EJA seja ao menos satisfatório em face das métricas da administração pública, dado que, se não o fosse, dificilmente esta modalidade de ensino continuaria a ser ofertada no local.

É comum encontrar crianças e jovens da localidade em momentos de lazer na praia de Marudá: os meninos jogam futebol, enquanto as meninas os observam. Os jogos acontecem quase todos os dias, no final da tarde, até o cair da noite, e, ocasionalmente, em outros momentos, a exemplo de quando, devido à circunstancial falta de professores nas escolas, os alunos são liberados antes do horário previsto. Além do jogo e da torcida, outras formas de interação estão implicadas nessas ocasiões (amizade, paquera, namoro, discussões, brigas, etc.). O que, porém, deve ser retido é o fato de que as partidas do final de tarde figuram como importante situação de contato entre moradores permanentes de diferentes gerações, desde jovens em idade escolar, até jovens adultos de variadas idades. Na orla, aliás, e mais especificamente na praça da orla, crianças e adolescentes – e, secundariamente, também adultos de diferentes idades – são, com frequência, vistos em estado de abstração diante de seus celulares, pois, no local, há sinal de *internet* gratuito. Embora seja possível encontrar pessoas realizando esta atividade em qualquer horário, é mais comum que isto ocorra no horário em que os alunos são liberados da escola e no horário do futebol vespertino.

De crianças e jovens, diz-se, com frequência, tomando por referência as precedentes gerações, que são menos interessados em ajudar os pais com o sustento da casa. Raramente se oferecem para – e raramente também são solicitados a se envolver com – atividades como a pesca e a mariscagem, ou mesmo com os ofícios do polo balnear. Em conversa com sua irmã mais velha, a jovem A., de 23 anos, reteve a seguinte informação:

Minha irmã estava até falando sobre esses casos. Que, antigamente, ela via os pais colocarem as crianças para ir pescar, para aprender logo a pescar, mas hoje em dia, não, tá diferente, mudou. Hoje, o jovem, os meninos, os rapazes, eles não querem mais ir com seus pais pescar, pelo menos aprender a ir e jogar uma rede no mar. Eles preferem ficar numa casa, sentados, no celular ou assistindo televisão. Hoje está

mudado, realmente. Os pais é que vão, e os filhos ficam em casa. Era para ser o contrário, mas hoje mudou.

São comuns os relatos de que, em gerações precedentes, a aproximação de crianças e jovens a esses universos laborais tendia a ser maior<sup>29</sup>. Ainda que marginalmente socializados nos ofícios de seus pais, por meio de esporádica participação em seu exercício, os membros dessas gerações precedentes seriam capazes de empreender “aventuras” em ocupações temporárias na cidade grande, geralmente Castanhal ou Belém, e depois retornar a Marudá e se reinserir no universo laboral da localidade. Esse movimento, aliás, é favorecido pela relativa proximidade entre Marudá e os municípios da Região Metropolitana de Belém. Assim, ainda que nada raros os projetos e os efetivos movimentos de partida de jovens rumo à cidade, em busca de condições de vida idealizadas como melhores, restaria um vínculo nunca completamente rompido com seus familiares, nem com seu lugar de origem, nem mesmo com o mundo rústico e seus correspondentes recursos. E tal vínculo é o que efetivamente permite a um conjunto de jovens adultos aventureiros exprimir um padrão de intermitente presença, retornando a Marudá, provisoriamente, sempre que as condições de vida fora dali se revelam desfavoráveis e insatisfatórias ao indivíduo. Até a conquista de outra vinculação empregatícia, é nas atividades típicas de Marudá e de sua socialização secundária que esses aventureiros investem suas forças e seu tempo.

O padrão de intermitentes presenças e ausências, claramente reconhecível em gerações de jovens inseridos na faixa entre 20 e 30 anos, parece possuir certa profundidade temporal, sendo reproduzido até mesmo por pessoas mais velhas. É o caso, por exemplo, de dona M., de 44 anos. Especialista na preparação de remédios caseiros e participante de uma cooperativa de mulheres existente no local – como também hábil na prática da mariscagem –, até a citada idade ainda se envolvia em ocupações urbanas temporárias. Conforme entrevista colhida no ano de 2017, informou dona M.:

Até junho deste ano, eu passava um tempo em Belém e um tempo aqui, porque o meu trabalho era lá, não era aqui. Eu tomava conta de idoso. Aí, eu passava uma semana em casa e uma semana lá. Mas depois que eu saí do emprego, eu decidi voltar e montar um negócio para mim, para eu não ter que estar saindo atrás de trabalho fora. Aí, agora eu tenho meu comércio em casa.

---

29 O declínio da participação de crianças e adolescentes em atividades de produção agroextrativista familiar tem sido atribuído à formulação de leis que qualificam como crime a exploração ilegal do trabalho infantil – ainda que não se deva tomar as duas situações como equivalentes (ALVES; MOTA, 2013; REIS; MORAES, 2016). Embora isso seja enunciado por meio de lamentos em determinados contextos de estudos empíricos, esse não foi o caso em Marudá, onde o alegado desinteresse das crianças e dos jovens pelas atividades de seus familiares parece decorrer de causa diversa.

Outra especialista em plantas medicinais e participante da mesma cooperativa de mulheres, a dona L., mais velha, de 59 anos, compartilha história semelhante. Relata, porém, a ocasião em que decidiu definitivamente se fixar em Marudá, abandonando as temporadas de aventuras urbanas:

Eu estava em Belém porque eu vivia trabalhando, na casa de um e de outro. Mas a gente cansa, também, né. Eu até gostava, mas a gente cansa, também, poxa. Tanto tempo trabalhando, trabalhando, trabalhando. Trabalha tanto e as pessoas nem dão valor na gente.

E, ao contrário, mesmo se bem-sucedida a aventura citadina, há casos de marudaenses que, quando em visita à casa paterna – p. ex., em férias –, geralmente tomam parte em incursões de pesca, mas não para suprir necessidades monetárias ou nutricionais. Fazem-no como forma de ocupação lúdica do tempo e como ritualização remetida a uma ordem social referencial. Reocupam, então, temporariamente, as posições prescritas pela vida haliêutica e reivindicam seu reconhecimento como pescadores, categoria de identificação que comporta valorização social correlata a traços de bravura e masculinidade. Da mesma forma, as crianças – em particular os meninos –, mesmo que nascidas e criadas fora de Marapanim, ao visitarem o local com seus pais, experimentam, na companhia de seu próprio pai e do avô, vivências nas artes da pesca, passando a partilhar aspectos desse universo de significações. Assim, a reatualização da pesca – em particular a pesca com rede – se dá sob títulos diversos: “lazer”, “diversão”, “passatempo”, “brincadeira”, “esporte”. E, embora aparentemente desvanecidas ou negacionistas, tais designações também proveem contexto ao reinvestimento na pesca, em viés simbólico e cerimonial, demarcatório de papéis sociais específicos e do prestígio a eles associado. A reatualização dos ofícios do polo pesqueiro, nessas circunstâncias, se dissociaria da esfera econômica tanto mais quanto mais bem-sucedidas as vinculações de seus praticantes a alternativos universos profissionais e a alternativas estratégias de subsistência.

## 7.2 OCUPAÇÕES DE IDOSOS E A POSIÇÃO SOCIAL DE APOSENTADO

No Sossego e Alegre, reside permanentemente uma população de pessoas idosas – homens e mulheres – que, apesar da idade em alguns casos bastante avançada, continuam ativas, efetivando práticas de pesca, mariscagem, extrativismo vegetal ou a elas correlatas, como também prestações de serviços a proprietários de segundas residências. Tem se tornado progressivamente comum, dentre essa população, a figura do beneficiário de aposentadoria, principalmente na particularizada condição de aposentadoria de pesca.

Para os idosos que não atingiram ainda a idade de aposentadoria e para aqueles que não realizaram as contribuições que lhes garantiriam o direito ao benefício, a continuidade das atividades produtivas que lhes são contumazes é uma obrigação que se impõe pela própria necessidade de sobrevivência. Para os aposentados, ao contrário, ainda que o persistente engajamento nas atividades produtivas contumazes possa representar um incremento da renda monetária doméstica (ou da renda não-monetária, via obtenção de produtos para autoconsumo), ele, em geral, passa a ser regido por um ritmo mais ameno e menos desgastante que aquele típico do trabalho do idoso que não se aposentou. Assim, conforme esta circunstância, a pesca, a mariscagem, o extrativismo vegetal e outras diversas atividades encontram condições de ser referidas por meio de termos como “passatempo” e “brincadeira” – tal qual registrado no caso dos jovens empreendedores de aventuras citadinas.

Galgando estágios avançados de um particular curso de vida, os marudaenses idosos que logram se aposentar passam a revestir os ofícios ligados ao polo pesqueiro de significações diferenciadas, fazendo questão, inclusive, de ressaltar os contrastes entre a vida antes da aposentadoria e a vida de aposentado; aquela, dramatizada como época de escassez, de dificuldades, de incerteza e até de fome. Contrastivamente, tendem a se afastar dos ofícios ligados ao polo balnear, salvo nos casos de estima por vizinhos temporários mais antigos, quando aceitam manter as funções menos extenuantes, como a vigilância contra roubos e o controle de iluminação da fachada das propriedades dessas famílias citadinas.

As atividades associadas ao universo da vida rústica são reatualizadas em modalidades distintas, de acordo com as particularidades dos fatos demarcatórios dos alternativos cursos de vida dos indivíduos envolvidos em sua prática contínua. As formas de organização social do trabalho e o ritmo imposto a este trabalho (correspondente à noção de grau de auto-exploração) variam, desse modo, conforme os objetivos respectivamente fixados pelos executores ao esforço dispendido, os quais, por sua vez, seriam tributários das concorrentes significações atribuídas a estas atividades. Interessante questão daí emerge: seja como meio de satisfação das necessidades ou como “diversão”, a pesca de rede implica a formação de grupos de trabalho, cuja composição parece ser, em grande medida, afetada pela partilha de significações entre seus respectivos membros. A equipe de pescadores cujos membros têm, na pesca em alto-mar, fonte importante de renda, aceita se submeter a condições extenuantes de trabalho e a relações desvantajosas de endividamento para obter embarcações, apetrechos de pesca e combustível com os “patrões”, em lógica distinta daquela partilhada em equipes de pesca cujos membros não dependem economicamente da atividade.

A mesma diferenciação acontece no extrativismo vegetal e na lida com remédios caseiros, porém com menor intensidade, possivelmente porque a renda decorrente dessas atividades tende a ser inferior em relação à renda da pesca e porque, de todo modo, é invisibilizada por estar circunscrita à esfera de atuação feminina, tida como secundária no local<sup>30</sup>. Os grupos de mulheres que atualizam práticas de extrativismo vegetal e de preparação de remédios caseiros, então, reúnem membros que gozam de distintas condições socioeconômicas, para os quais a renda decorrente dessas atividades atinge diferenciados graus de impacto na subsistência dos respectivos grupos familiares.

A própria expectativa de aposentadoria se torna fator inspirador da produção de formas particulares de apresentação social, compartilhadas por segmentos sociais diversos, devotados ao projeto comum de construção da figura do beneficiário. É por isso que a reivindicação do reconhecimento formal como profissional da pesca mobiliza, em Marudá, não só os pescadores intensivos e semi-intensivos, para quem a renda oriunda da atividade representa significativa parcela da renda monetária familiar. Mobiliza, também, os pescadores ocasionais, que, embora cumulativamente ocupados em diversos outros ramos de atuação (p. ex., construção civil, comércio, vigilância de casas), veem a preservação da identidade de pescador – com as devidas contribuições pecuniárias à colônia de pescadores – como forma de garantir o direito à futura aposentadoria. Não mobiliza, porém, os marudaenses que, tendo obtido sucesso nas aventuras cidadinas, apenas retornam a Marudá em circunstanciais momentos de férias.

A aposentadoria, enfim, figura como marcador social que simboliza a transição para uma fase de maior tranquilidade, de relativa segurança quanto à satisfação das necessidades de consumo da família do beneficiário. Sua conquista provê, ao indivíduo aposentado, o sentimento de autonomia que lhe dá posse das condições para investir na reconfiguração das relações sociais de que participa, alterando seus modos de engajamento ao mundo do trabalho. O mesmo, porém, não ocorre com outros tipos de benefícios sociais, como o programa federal Bolsa Família. Embora haja considerável número de beneficiários do programa em Marudá, não se observam efeitos tão pronunciados deste benefício – em comparação à aposentadoria – sobre a reformulação de estratégias de subsistência dos moradores. Devido à exiguidade do valor e à não vitaliciedade da bolsa, quaisquer mudanças bruscas poderiam representar, para as famílias beneficiárias, atalho a uma condição de incontornável penúria econômica.

---

30 Sobre a invisibilidade da renda feminina em contextos de produção agroextrativista familiar, conferir: Bezerra e Mattos (2017), Herrera (2016), Lago (1986).

### 7.3 DIVERGENTES NOÇÕES DE TRABALHO

O reconhecimento de distinções correlatas ao modo como as infâncias, as juventudes e as velhices são vivenciadas em Marudá constitui o primeiro pilar da reflexão proposta no presente capítulo. O segundo pilar, também de caráter empírico, corresponde à diferenciada percepção formulada pelos marudaenses quanto à noção de trabalho. No decurso da pesquisa de campo, pois, notou-se que os moradores permanentes dos bairros do Sossego e do Alegre não costumam empregar espontaneamente a palavra “trabalho” como termo hiperônimo para designar o conjunto de atividades, ofícios e ocupações sob seu encargo na localidade.

Tanto as atividades ligadas ao polo pesqueiro, como a pesca propriamente dita, de rede ou curral, a mariscagem, o extrativismo vegetal, a fitoterapia, os artesanatos, como também os ofícios diversos ligados ao polo balnear tendem a ser referidos, pelos marudaenses, por meio de identificações particularizadas, não agrupadas em uma categoria mais abrangente. A palavra “trabalho”, porém, é frequentemente empregada para afirmar o descontentamento dos moradores permanentes da localidade em face de uma alegada situação de “falta de trabalho”, que, por um lado, direcionaria os jovens para a cidade, ou, por outro, para a vida ao léu. Este trabalho que se lamenta ser escasso, enfim, claramente se remete à noção formal, de ocupação fixa e remunerada, ainda que não formalizada em carteira de trabalho. Tal percepção fica evidente na seguinte fala, extraída do relato de dona M., 44 anos:

Fui para Belém para trabalhar. Como aqui não tem trabalho, né, aqui em Marudá é precário o emprego. Hoje, eu vejo assim, que, bom, não é só de hoje, mas sempre nunca teve oportunidade para os jovens, porque geralmente o jovem que estuda, que quer algo mais na vida, ele tem que sair de Marudá, não tem nada aqui para que ele possa ficar. Até hoje, eu ainda não vi.

Os lamentos formulados em torno da alegada situação de falta de trabalho não seriam, em si, promotores de distanciamento dos marudaenses em relação aos ofícios e às ocupações tipicamente disponíveis na localidade. Não apenas as gerações mais antigas, como também jovens adultos e até adolescentes permanecem integrados às atividades de pesca, mariscagem e fitoterapia em Marudá; ou, por outro lado, em atividades de atendimento às demandas do polo balnear. O que, porém, se tem registrado, desde Furtado (1978), é a intensificação dos deslocamentos de jovens marudaenses para as grandes cidades do nordeste paraense, sobretudo Belém e Castanhal, em busca da efetivação do formulado ideal de trabalho.

Favorecidas pela presença de parentes ou de pessoas conhecidas com residência na Região Metropolitana de Belém, as intermitentes aventuras citadinas dos jovens se refletem no distanciamento das gerações mais novas em relação às atividades e ao cotidiano das

gerações precedentes. Em primeiro lugar, pela frequente ausência dos jovens na terra de origem; em segundo, pela discrepância dos horizontes sociais formulados, que fundamentam divergentes projetos de vida. E ainda que a não conclusão da trajetória escolar (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015) e a dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho, mesmo com o ensino básico completo (BORCEM et al., 2011), constituam circunstâncias de dissuasão do projeto migratório, favoráveis à decisão do jovem adulto por fixar-se em Marudá e se engajar em seu universo laboral próprio, os estudos mais recentes remetidos à localidade (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015; BORCEM et al., 2011) têm indicado que a pesca, por exemplo, vem sendo praticada por um corpo de profissionais cada vez mais idoso.

Assim, via de regra, a participação dos jovens no universo laboral de Marudá é marcada por descontinuidades e pelo descompromisso com as significações que animam a participação dos membros de gerações mais velhas e estabelecidas. A pesca, por exemplo, quando a executam, fazem-no sobretudo como passatempo, forma de lazer, não profissionalmente. E a prestação de serviços aos veranistas, quando a executam, fazem-no como mera ajuda a familiares mais velhos. O relato de dona I., 65 anos, sobre seu filho, de 24 anos, que, à época da pesquisa de campo, passava uma temporada na casa dela, é ilustrativo:

Ele não tá fazendo nada agora, esse rapaz. Não tem trabalho por aqui. Ele vai às vezes com o menino por ali pescar, mas ele não vai direto. Ele não vai pra fora, que a gente chama, lá para o alto-mar. Ele só pesca por aqui mesmo. E é alguma vez que ele ainda vai. Tem gente que não nasceu para certas profissões!

A literatura remetida à localidade provê elementos úteis à compreensão do modo como se forjou a renovada percepção da noção de trabalho em Marudá. Furtado (1978) sugere que os diferenciados parâmetros de valoração que passaram a influir na organização da vida social e da vida econômica de Marudá datam da década de 1950 e decorrem da ampliação da malha viária no nordeste paraense. Viabilizando uma mais frequente circulação dos marudaenses pela capital estadual e por outras cidades da região, as estradas teriam permitido que os marudaenses tomassem consciência acerca dos processos de trabalho urbanos e de suas particularidades. Contrastando tais observações com as atividades com que habitualmente se ocupavam, poderiam ter reconhecido, na modalidade formal de trabalho objetivada no espaço citadino, elementos como a garantia de remuneração fixa e as licenças remuneradas. Provendo rendimentos nunca inferiores a um determinado patamar e garantindo uma rede de proteção social ao trabalhador enfermo, o trabalho formal poderia ter-lhes parecido opção vantajosa em comparação às ocupações de Marudá. Afinal, no povoado, o rendimento era afetado tanto pela volatilidade dos preços do pescado quanto pela sazonalidade do turismo de segunda

residência, sofrendo variações que dificultavam a satisfação das necessidades dos moradores e implicavam a recorrente intensificação de esforços, sem garantia de renda mínima estável.

Alves, Gutjahr e Silva (2015) e Borcem et al. (2011), por sua vez, propõem que a progressiva penetração da instituição escolar nos municípios interioranos e a facilitação do acesso dos marudaenses aos programas de educação formal constituíram fatores relevantes do processo enfocado. A escola e a mídia – esta, cada vez mais presente nas regiões interioranas, sobretudo por meio de televisores, mas também, recentemente, por meio da *internet* em aparelhos de telefonia móvel –, em conjunto, teriam levado à disseminação de determinados consensos, correlatos ao enquadramento da noção de trabalho em específicos parâmetros de justiça social e salvaguarda da dignidade humana. Tais consensos, embora meritórios pela defesa de condições adequadas para o trabalho humano, implicitamente introduziram contestações aos ofícios tradicionalmente desempenhados em Marudá, marcados por jornadas ocasionalmente extensivas, sob condições climáticas adversas, e pela iniciação precoce dos trabalhadores, ainda durante a infância. Desse modo, erigiu-se a representação das atividades típicas de Marudá sob dramatizada lamentação, como trabalho duro, árduo, inevitável destino das pessoas que não se integraram aos processos de escolarização. Segundo Alves, Gutjahr e Silva (2015), partiriam dos próprios pescadores profissionais os incentivos para que seus filhos buscassem diferentes horizontes, afastando-se do ambiente pesqueiro.

Assim, ao passo em que a penetração da instituição escolar em Marudá parece inspirar a produção de renovadas aspirações sociais na juventude, também estimula, indiretamente, a desqualificação das modalidades de ocupação laboral ligadas tanto ao polo pesqueiro quanto ao polo balnear, sua exclusão da esfera do trabalho. Desvalorizando tais ocupações como legítimas alternativas de satisfação das necessidades das famílias nativas, esse pensamento aponta, enfim, a escola e a estrada como meios para galgar posições mais favoráveis de trabalho, especificamente no universo urbano. E como os horizontes sociais e projetos de vida formulados pelos jovens tornam-se incompatíveis com as opções disponíveis em sua terra de origem, resta-lhes performar movimentos de êxodo em direção a cidades como Belém.

#### 7.4 A INVIABILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE SUCESSORES

A configuração de duplos engajamentos dos marudaenses a alternativos universos laborais corresponde a um modo particular de organização da vida econômica, mas também de estruturação do cotidiano. Trata-se de aspecto constitutivo da vida social do lugar e que, apesar de jamais ter viabilizado a seus moradores permanentes que galgassem uma condição de abundância, permitiu-lhes galgar superiores graus de autonomia relativa em face dos agentes

das cadeias de escoamento de pescado, com quem antes mantinham relações econômicas desvantajosas. E embora tenha figurado oportuna em determinado recorte temporal, provendo mais favoráveis condições de reprodução social aos marudaenses, essa configuração parece se defrontar com um conjunto de fatores que, muito gradualmente, concorrem para mudanças de feitiço disruptivo. Tais mudanças, a presente seção pretende demonstrar, concernem à paulatina inviabilização das cotidianas situações de interação social que, integrando membros de diferentes gerações de famílias marudaenses, vinham permitindo a transmissão de saberes e a formação das competências correlatas aos alternativos universos laborais de Marudá.

A eficiente exploração dos nichos de trabalho abertos pela sobreposição entre polo pesqueiro e polo de turismo balnear em Marudá se respalda em um conjunto de saberes e competências que capacitam os marudaenses a manejarem estrategicamente os recursos localmente disponíveis. Articulado adequadamente os recursos naturais do lugar e os recursos sociais – estes, correlatos a saberes e experiências, e também ao prestígio gozado pelo indivíduo –, o morador nativo se torna apto a auferir ganhos a partir de diferentes fontes, conquistando melhores níveis de bem-estar para si e para seu grupo familiar (cf. PLOEG, 2008). Mesmo se considerada a incidência de influências subjetivas diversas sobre esse ideal de indivíduo racional e calculador, os saberes e competências formados nos processos de socialização em localidades rústicas como Marudá subsistem como condições fundamentais para a conformação de acertadas estratégias de alocação da força de trabalho.

Em consonância com as acumuladas teorizações (p. ex., TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009; WOORTMANN, 2009) remetidas a contextos de sociedades tradicionais particulares, os processos de aquisição de saberes e de formação de competências em Marudá tendem a se iniciar ainda na infância (Figura 9), quando as crianças acompanham seus pais e avós em situações de exercício de ofícios diversos. Veja-se, por exemplo, o relato de dona M., 44 anos:

Eu pesquei muito quando eu era criança, eu era moleca. Pescava, pegava sarnambi. Mas era só mesmo na beira, não era no oceano. Geralmente quem vai lá para o oceano são só os homens, mesmo. Isso, pra mim, era brincadeira de criança, que toda vez, quando eu vinha da aula, eu tinha que ir para a maré.

E, adicionalmente, convergente relato da jovem A., de 23 anos, sobre o modo como foi iniciada no ofício da mariscagem por sua mãe:

Desde pequena ela levava a gente, tanto eu quanto meus irmãos, pra gente ir aprendendo! Era numa faixa de oito para nove anos. Naquela época tinha bastante sarnambi, então a gente trazia em saca, cheia de sarnambi. E não era só a gente, era bastante gente.

**Figura 9** – Coleta de vagens de “júcá” (*Caesalpinia ferrea*) para uso medicinal por criança em Marudá.



**Fonte:** do autor (2017).

O progressivo domínio das habilidades que compõem o saber-fazer de cada ofício é que, afinal, autoriza o reconhecimento do aprendiz como especialista na função. E, por não se tratar de um conhecimento escrito nem sistematizado, mas fundamentalmente oral, visual e cinestésico, demanda contato humano direto e recorrente (SAUTCHUK, 2005). Desse modo, a formação de sucessores em contextos socioambientais como o de Marudá depende do frequente intercuro dos membros de diferentes gerações de uma mesma família em circunstâncias de exercício laboral. Na localidade enfocada, aliás, é por meio desse expediente que também se transmite a específica sabedoria correlata aos modos de lidar com a sobreposição entre polo pesqueiro e polo balnear e às maneiras de articular os ofícios ligados a cada esfera laboral ao longo do ano de trabalho. E se é por meio de situações de interação, incrustadas no cotidiano, que se transmitem os saberes e competências condicionantes da participação dos moradores fixos de Marudá nos circuitos ocupacionais da localidade, são as circunstâncias de supressão dessas interações os indicadores da ocorrência de uma potencial mudança disruptiva.

Em um primeiro olhar, os movimentos de êxodo de jovens rumo à cidade, registrados desde Furtado (1978; 1987), representam circunstância supressora de interações, promotora

de rupturas ocupacionais. Porém, os projetos de partida, efetivando-se apenas a partir de certa idade, raramente anterior aos 18 anos, preservam, ainda, condições para a ocorrência dos processos de transmissão de saberes e formação de competências correlatas aos universos ocupacionais de Marudá. O engajamento nesses processos, afinal, se inicia em tenra idade, expressando-se, por exemplo, nas ocasiões em que crianças pequenas, a partir dos seis ou sete anos, são convidadas a acompanhar familiares mais velhos em atividades referidas como passeios, mas que se constituem em incursões de exercício laboral.

Assim, quando os jovens decidem se retirar de Marudá em busca da satisfação de seus projetos de prosperidade urbana, portam saberes, competências e experiências que os habilitam a retornar à terra de origem quando eventualmente fracassam em suas aventuras cidadinas. A posse desse recurso social figura, pois, como fator condicionante da intermitência da participação das sucessivas gerações de jovens adultos nos universos laborais de Marudá, como também das eventuais decisões, tomadas por alguns, de definitivo retorno à localidade.

Em um quadro mais amplo de relações, porém, o êxodo dos jovens ganha diferenciado significado. A progressiva consolidação da instituição escolar e a crescente conquista do direito à aposentadoria em Marudá no curso do tempo, como antes comentado, fomentaram alterações no cotidiano de crianças, adolescentes e idosos no local. Enquanto às crianças e aos adolescentes demandaram-se progressivos esforços escolares, aos idosos concedeu-se a liberação de obrigações laborais rígidas. A ocupação escolar de crianças e adolescentes e a relativa desocupação laboral de idosos em Marudá se relaciona ao êxodo de jovens por um aspecto comum a diversas trajetórias de vida narradas pelos marudaenses. Os jovens adultos, engajados em intermitentes aventuras urbanas, ao constituírem família, pretendem que os filhos se direcionem ao percurso escolar. E vendo, na aposentadoria de seus pais, uma circunstância de aumento de bem-estar, frequentemente solicitam a eles, então constituídos como avós, que recebam os respectivos netos em suas casas, no litoral.

No ilustrado cenário, os jovens adultos, portadores dos saberes e competências que sustentam as configurações de engajamento laboral e de relações socioambientais específicas de Marudá, mantendo-se constantemente ausentes da localidade, relegam a educação das crianças aos avós. Não exibindo o vigor físico da mocidade e experimentando a sensação de segurança pela expectativa do recebimento de valor monetário fixo a título de aposentadoria, os idosos atenuam consistentemente os esforços dirigidos ao engajamento nos polos laborais de Marudá. Assim, sob a dramatizada lamentação do “desinteresse dos jovens”, deixam de proporcionar – ou fazem-no esporadicamente – as situações de interação que permitiriam, a seus netos, adquirir os saberes e competências correlatos aos universos ocupacionais do lugar.

Contrastivamente, casos há em que os jovens adultos logram relativo êxito em suas empreitadas urbanas, não relegando a seus pais significativa participação na educação das crianças. Nesses casos, o contato entre netos e avós se restringe a pontuais momentos de férias escolares e feriados prolongados e sua interação em circunstâncias de exploração dos nichos laborais do local se limita a atividades com maior pendor lúdico, como a pesca de rede. Mais que na situação abordada no parágrafo anterior, essas ocasionais incursões, situando-se no campo do lazer, não correspondem a experiências suficientemente oportunizadoras do aprendizado requerido para a constituição de um sucessor. Nesse caso ou no anterior, de todo modo, os intermitentes reingressos performados pelos jovens adultos de gerações anteriores ao universo ocupacional marudaense não tenderão a ser reproduzidos pelas gerações mais recentes, devido aos distintos parâmetros de seus respectivos processos de socialização.

Ilustrativo exemplo do processo reportado pode ser visto no relato de dona I., 65 anos:

Alguns jovens daqui até gostam de pescaria, mas não todos. Meus netos, mesmo, os que moram aqui, tem um de 13, um de 14 e o outro tem 17, mas eles não têm essa coisa, não. A pessoa, eu acho que já nasce. Ela vê os outros fazendo e também quer fazer. Mas esses meus netos, não dão pra pescador, não.

Apresentado desse modo, o referido processo parece ressoar a tendência fatalista que, prefigurando a desarticulação social e a desagregação cultural da população residente, marcou a literatura acadêmica remetida a Marudá. Deve-se, por isso, esclarecer que a inviabilização da formação de sucessores por uma ruptura geracional, embora representada por um conjunto relativamente numeroso de casos na localidade durante o trabalho de campo, não constitui a totalidade dos processos de intercurso familiar no local. Há, pois, por exemplo, jovens que não emigram e idosos que não logram se aposentar. Além disso, a descrição formulada se consubstancia como modelo genérico, abstração teórica, que seleciona e evidencia traços compartilhados e mais proeminentes, dentre uma série de situações particulares. Os casos particulares, orbitando em torno do modelo teórico, a ele se assemelham em diferentes graus. Portanto, não se pretende, na presente tese, dar novo fôlego às previsões que conceberam a deculturação da população marudaense. Quer-se apenas indicar a ocorrência de rearticulações que, forjadas ao menos desde a década de 1970 e possivelmente hoje mais evidentes que em precedentes recortes temporais, têm atuado disruptivamente sobre as configurações laborais e socioambientais que até o momento ainda permeiam a vida social de Marudá.

Por fim, pontua-se que o capítulo não se qualifica como crítica aos programas formais de escolarização, nem como apologia de uma sociedade tradicional utópica, paralisada no tempo. Embora tenha apontado a crescente incidência da escolarização sobre a infância e a

juventude de Marudá como elemento constitutivo de um processo de ruptura de particulares configurações laborais e socioambientais, o texto visa tão somente a identificar os fatores estruturantes do aventado processo. Sem negar a importância da educação escolar para a superação da subalternidade e até mesmo para a ascensão social, a tese meramente pontua a influência de algumas de suas concepções – em particular, aquela referente à compreensão da categoria trabalho – sobre rearticulações correlatas a processos de transmissão do saber local no contexto circunstancialmente focalizado.

## 7.5 SÍNTESE

A partir da investigação do cotidiano de Marudá – em particular, das relações mantidas entre membros de diferentes gerações familiares – e da busca por precedentes na literatura remetida à localidade, o presente capítulo pretendeu indicar que a constituição de renovados sentidos em torno da noção de trabalho figura como base das representações formuladas pelos marudaenses em torno da noção de mudanças disruptivas no local. A pesca, a mariscagem, a fitoterapia e os ofícios conexos ao polo balnear, associados às noções de pobreza, precariedade, penosidade e incerteza, passariam a ser preteridos em relação à noção de trabalho formal, disseminada pela mídia e pela instrução escolar. Formulando horizontes sociais e projetos de vida incompatíveis com as opções laborais disponíveis no local, os jovens seriam, assim, estimulados a efetivar movimentos de êxodo em direção aos grandes centros urbanos da região, em busca do idealizado trabalho registrado em carteira.

O êxodo dos jovens de Marudá, somado ao aprofundamento da escolarização das crianças e ao aumento na quantidade de idosos aposentados na localidade redundaria, então, na progressiva inviabilização das situações do cotidiano pelas quais as novas gerações seriam capacitadas a participarem do universo laboral marudaense. Estaria, afinal, instalada uma desconexão entre gerações familiares que, dificultando os processos de transmissão de saberes e aquisição de competências correlatas aos ofícios localmente disponíveis, afetaria a formação de sucessores tanto no âmbito do polo pesqueiro, quanto do polo balnear. E, embora não se alinhe às anteriores previsões em tona de uma deculturação supostamente em curso em Marudá, o capítulo encontra, no referido processo, o provável fundamento empírico das preocupações verbalizadas pelos marudaenses em torno da perda de seus costumes.

## 8 TRADICIONALIDADE: SABERES LOCAIS E QUADROS SOCIAIS

O presente capítulo visa retomar, a partir da reflexão em torno dos dados produzidos em circunstância de investigação empírica e apresentados nos capítulos 6 e 7, a problemática delineada no capítulo de introdução. Busca contrastar os parâmetros teórico-metodológicos dos particulares campos de pesquisa interdisciplinar em cujo âmbito se objetivou a maior parte das iniciativas de interpretação dos processos de mudança encenados em Marudá, aos parâmetros adotados na presente pesquisa. A diferença entre esses parâmetros, afinal, é que, possivelmente, figura como razão geradora das distintas interpretações formuladas pela maior parte da produção precedente remetida à localidade e a presente descrição.

Como antes colocado, as pesquisas sediadas na localidade de Marudá, em grande medida formuladas no âmbito de emergentes campos interdisciplinares, investiram no alinhamento a parâmetros conceituais e metodológicos caros a essas nascentes tradições, deixando de promover efetivo intercâmbio com campos disciplinares mais consolidados, como as ciências sociais. Reproduzindo discussões já desgastadas em precedentes tradições disciplinares, as pesquisas de cunho interdisciplinar, apesar da efetiva contribuição legada ao inventário da diversidade de relações entre as sociedades amazônicas e seus recursos naturais, circunstancialmente redundaram, como no caso de Marudá, em interpretações que o próprio decurso do tempo provaria serem infrutíferas.

Adotando perspectiva teórico-metodológica diversa – ainda que preservado o interesse por similar objeto de investigação –, o presente texto encontra, nos dados apresentados nos dois capítulos precedentes, condições de propor interpretação alternativa aos consensos ainda vigentes em torno dos processos de mudanças e permanências em Marudá. A investigação de campo que lhe concedeu base empírica, pois, se direcionou não mais ao inventário de saberes associados ao uso de recursos naturais pela população local – tarefa farta e competentemente explorada pela literatura prévia –, mas à análise dos quadros de relações sociais e às suas rearticulações que, ao longo do tempo, implicaram rearticulações socioambientais específicas.

Ao valorizar a diferenciada perspectiva analítica, a tese não pretende invalidar os esforços anteriormente conduzidos no âmbito dos campos interdisciplinares com os quais se encontra em interlocução, nem questionar sua legitimidade. Visa, tão somente, a demonstrar os benefícios de que esses campos poderiam gozar se mantivessem mais efetivo intercâmbio com campos disciplinares de conhecimento, como as ciências sociais. O estudo das mudanças e permanências sociais, do contínuo processo de rearticulação das relações sociais, enfim, parece basilar ao entendimento dos processos socioambientais correlatos à temática dos

saberes locais e não deveria decorrer de fortuitas impressões de campo, mas de sistemático registro, por meio de métodos específicos.

### 8.1 A NOÇÃO DE TRADICIONALIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Interdisciplinas como a Etnobotânica, a Etnoecologia, a Etnofarmacologia, a Ecologia Humana, a Agroecologia e outras afins, apesar da relativamente pequena profundidade temporal, encontram antecedentes em disciplinas portadoras de longo histórico, como nas ciências biológicas, nas ciências agrárias e também nas ciências sociais (BEGOSSI, 1993). No último caso, remetem-se sobretudo à Antropologia, devido a seu interesse pela temática da alteridade e por seu inaugural intento de compreensão de formas alternativas de organização da vida social e de expressão cultural (DIEGUES, 2014; PRADO; MURRIETA, 2015).

Como ramos emergentes que se organizam em torno das relações entre sociedade e natureza, essa particular linhagem de interdisciplinas privilegia o estudo das alternativas configurações de uso de recursos ambientais nas distintas esferas do cotidiano de grupos sociais particulares (POSEY, 1987). Esses grupos encontram-se situados em localidades rurais, interioranas, inclusive em contextos florestais, sob semi-isolamento em relação à malha urbana, mas também podem ser encontrados em espaços urbanos, especificamente nas bordas periurbanas das cidades – neste caso, geralmente sob a qualificação de grupos migrantes (HURRELL; POCHETTINO, 2014; LADIO; MOLARES, 2014).

Figura, no primeiro plano de esforços dos especialistas afiliados ao referido conjunto de interdisciplinas, o inventário do saber empírico dos membros desses grupos sociais, formulado sob circunstância de intercurso recorrente com o ambiente respectivamente circundante, e que fundamenta, entre outros domínios da vida cotidiana, a organização dos processos de produção agrícola, extrativista e artesanal (LOPES; SILVANO; BEGOSSI, 2010). Essa forma de conhecimento e as correlatas operações de formulação de estratégias de ação com base na percepção ambiental têm sido referidas por meio de intercambiáveis denominações, como: saber local, conhecimento tradicional, etnoconhecimento ou conhecimento ecológico tradicional (HANAZAKI, 2003; ZUCHIWSCHI et al., 2010).

É interessante notar que tanto os conhecimentos expressos por esses grupos sociais são com frequência qualificados pelo adjetivo tradicional, como também os próprios grupos enfocados pelas interdisciplinas em questão, apesar de sua notável diversidade social e de condições ambientais, são comumente denominados por meio de designações coletivas, como povos e comunidades tradicionais, populações tradicionais, ou, em inglês, *traditional people* (CUNHA; ALMEIDA, 2000; DIEGUES, 2001; LINHARES, 2009).

Tal ênfase na ideia de tradicionalidade emergiu de um contexto de reivindicações de grupos sociais determinados, que pleiteavam o reconhecimento de direitos territoriais ou, quando menos, de direitos de contínuo acesso a recursos ambientais específicos (CASTRO, 1998). Pautando-se por uma narrativa de ancestralidade da existência desses grupos e de profundidade da ocupação de um território específico, essas reivindicações investiram na construção de identidades ou categorias de pertencimento que viabilizassem a mobilização jurídico-política (LITTLE, 2002; O'DWYER, 2013). Do mesmo modo, na esteira do avanço das discussões remetidas às mudanças climáticas, a revitalização da ideia de tradicionalidade foi também atrelada à noção de sustentabilidade ambiental, pois a anterioridade histórica atribuída aos povos tradicionais decorreria da manutenção de relações harmônicas com o espaço respectivamente ocupado (CUNHA; ALMEIDA, 2000; LIMA; POZZOBON, 2005).

Ainda hoje, a noção de povos tradicionais – e correlatas denominações – permanece marcada por sua ambiguidade inaugural, constituindo-se, ao mesmo tempo, como categoria de reflexão teórica e como categoria de mobilização jurídica e política, de busca por visibilidade social (CALEGARE, HIGUCHI, BRUNO, 2014). E se, como categoria de visibilidade social, a noção de povos tradicionais se presta a interpretações passionais – ora ligadas a remissões à figura do bom selvagem (p. ex., cf. ADAMS, 2000), ora ligadas à sua identificação com as noções de atraso e subdesenvolvimento (p. ex., cf. ALMEIDA, 2008, p. 62) –, o mesmo não deveria ocorrer com o correlato conceito teórico, no campo acadêmico profissional.

Também no âmbito acadêmico-científico, entretanto, as discussões travadas em torno das categorias de povos tradicionais e de conhecimentos tradicionais têm tendido a reproduzir posturas de engajamento, buscando prover legitimidade às pautas dos grupos sociais ligados à questão<sup>31</sup>. E, embora a literatura científica efetivamente documente, inclusive com base em dados edáficos e fitossociológicos e demonstrações estatísticas, a anterioridade da ocupação de determinados territórios por grupos sociais específicos ou a contribuição desses grupos para a conservação do ambiente ocupado (p. ex., BALÉE, 2008; SCOLES, 2011), o problema consiste no risco de absolutização do conceito. O conceito científico, pois, corresponde a uma

---

31 A afirmação não figura como indicação de demérito científico, nem como acusação de posturas anticientíficas dos especialistas que assim procedem. A alegada atitude de engajamento não corresponde ao falseamento de dados, mas simplesmente ao investimento em linhas de pesquisa e temáticas de investigação capazes de prover diferenciada iluminação às particularidades dos grupos sociais enfocados. Trata-se, ademais, de constatação empírica do autor da tese, que, para afirmá-la, se inspira, por exemplo, nos esforços de reflexão constituídos em torno do conceito de etnicidade no âmbito da produção de laudos antropológicos, quando os parâmetros jurídicos de atribuição de direitos a grupos sociais definidos (indígenas, remanescentes de quilombos) parecem se remeter a imagens idealizadas, que dificultam o enquadramento das situações empíricas particulares (p. ex., O'DWYER, 2005; 2011). Tal tendência, aliás, se mostra frequente nos diversos campos de investigação remetidos a dinâmicas socioambientais, sendo válido o conceito de arena transciencecia socioambiental, de Lima, Neves e Rodrigues (2016, p. 531).

abstração, a uma forma ideal que pode exibir diferentes graus de semelhança com as formas empíricas que pretende abranger (SANTOS, 1988).

A análise de contextos particulares a partir de um arquétipo, tal como aquele provido pelas versões mais engajadas das categorias de povos e conhecimentos tradicionais, tenderia a estimular interpretações calcadas na ideia de risco: risco de perda ou desarticulação de uma idealizada tradicionalidade. Por consequência, as situações de contato envolvendo membros de grupos qualificados como tradicionais e agentes oriundos de um mundo categorizado como externo seriam necessariamente interpretadas como circunstâncias de risco. Tal concepção de risco se alinharia, segundo a aplicação da noção de risco à ecologia política proposta por Porto (2012), ao conceito de vulnerabilidade populacional, decorrente da percepção da existência de uma assimetria de poder entre sociedades locais e sociedades de grande escala. Essa matriz interpretativa, preliminarmente abordada no capítulo 4, pode ser verificado nos argumentos empregados para justificar os consistentes investimentos de etnobotânicos em inventariar a diversidade de formas de uso de plantas por povos tradicionais:

Qualquer impressão de que esses inventários etnobiológicos estão ultrapassados será rapidamente desmentida quando se ouvirem os povos tradicionais e os pesquisadores que afirmam a urgência de se registrar o conhecimento ecológico e de se coletarem os organismos biológicos antes que desapareçam para sempre (MARTIN, 1995b, p. xxi, em tradução livre).

Tendo sido pioneiramente encampadas pelas ciências sociais, particularmente pela Antropologia, essas discussões foram, nesse âmbito, desenvolvidas de maneira consciente em relação à postura de engajamento adotada, e com respaldo dos necessários artifícios teóricos para lidar com as especificidades da temática (p. ex., LÉVI-STRAUSS, 1989; O'DWYER, 2011; 2013). Por um lado, o debate se consolidou em inovadora fronteira teórica, voltada ao estudo de cosmologias e não visivelmente influenciada pelo ativismo científico, e reconhece em Philippe Descola, Tim Ingold, William Balée e Eduardo Viveiros de Castro alguns de seus expoentes. Por outro lado, mesmo antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha e Ellen F. Woortmann, que permaneceram engajados no pleito pela valorização dos povos e saberes tradicionais, preservam postura vigilante em face das contradições decorrentes da ligação dessas categorias aos concorrentes universos da academia e da ação social.

De modo contrário, os campos interdisciplinares emergentes, buscando se autonomizar para reivindicar a legitimidade das diferenciadas perspectivas de análise propostas, se erigiram sob relativo isolamento em relação às disciplinas mais antigas, supostamente despossuídas do instrumental necessário para a adequada abordagem das inovadoras questões

circunstancialmente colocadas. Particularmente no Brasil, essas interdisciplinas preservaram viés biologizante e ecologizante, afastando-se das ciências sociais e, particularmente, da Antropologia (PRADO; MURRIETA, 2017; SERRA, 2001). Nesse cenário, as enfocadas interdisciplinas tenderam a reproduzir a compreensão de tradicionalidade a partir da ideia de imobilidade social, de reprodução de conhecimentos ancestrais desde épocas insondáveis. E, embora isso não fosse formalmente explicitado, se refletia na insistente defesa de que o saber dos povos tradicionais deveria ser preservado, inventariado e protegido de influências externas, por decorrer da grande profundidade temporal da ocupação de um mesmo território. O estudo do saber local, nessas coordenadas, entendia o conhecimento dos povos tradicionais como um acervo acabado, e registros de perdas de unidades de conhecimento seriam indícios de perda do próprio saber local e de integração do respectivo povo detentor à sociedade abrangente (p. ex., BENZ et al., 2000; SHANLEY; ROSA, 2004; VOEKS; LEONY, 2004).

No polo antropológico de engajamento acadêmico à temática do saber local, Cunha (2007; 2009) valoriza o conceito de regimes de conhecimento, indicando que deve haver múltiplos regimes de conhecimentos tradicionais, cada qual correspondente a um povo ou grupo social particular. Seria, por isso, inadequado reuni-los, todos, sob o mesmo rótulo, de conhecimento tradicional (no singular). Perguntando-se: como se produz o conhecimento tradicional? Como ele é validado? Como circula? Como se transmite?; propõe que seriam perguntas sem resposta no plano da generalidade, podendo apenas ser apreciadas em referência a alguma situação empírica particular e seu correlato regime de conhecimentos. Além disso, na visão da autora, os regimes de conhecimentos tradicionais não seriam acervos acabados, tesouros meramente destinados a ser transmitidos entre gerações. Eles residiriam, mais precisamente, em seus processos de investigação, suas operações lógicas, seus modos de pensar e de fazer, e não simplesmente nos estoques já acumulados de saberes. Não seriam tesouros herméticos de origem imemorial, mas duradouros conjuntos de formas próprias de geração de conhecimento. Por isso, cada unidade de conhecimento inventariada no âmbito de um grupo associado à categoria de povos tradicionais não seria necessariamente antiga; tradicionais seriam apenas os métodos e parâmetros de investigação.

Complementarmente, Woortmann (2009) pontua que a concepção de tradicionalidade, nesses contextos, não corresponde a um imobilismo de práticas e saberes. Para a autora, os saberes locais são historicamente construídos e continuamente reconstruídos e seus portadores se comportam como cuidadosos observadores, operando rearticulações de conteúdos por processos de experimentação e inovação. Em torno da compreensão da regularidade dos ciclos naturais em cada particular contexto ambiental, seria, então, possível formular maneiras

diferenciadas de intercurso com o ambiente, mais afins às particularidades sociais e tecnológicas do grupo considerado e de seus respectivos regimes morais e cosmologias.

No âmbito das interdisciplinas remetidas à temática, porém, como antes exposto (cf. capítulo 4), a paulatina atenuação da compreensão arquetípica da tradicionalidade – expressa, por exemplo, na ideia de erosão cultural – não representou uma definitiva cisão em relação aos precedentes parâmetros aplicados à análise dos fenômenos de transformação dos saberes tradicionais. Em atitude de autocrítica, especialistas dessa vertente interpretativa interdisciplinar têm tendido a forjar renovados consensos, passando a valorizar os aspectos dinâmicos ou “adaptativos” dos saberes locais. Assim, passa-se a conceber que os estoques de saberes tradicionais podem passar por variações, inclusive com perdas de registros de unidades de informação entre sucessivas gerações de um povo, sem que isso necessariamente acione interpretações pautadas pela ideia de perda da tradicionalidade.

O mencionado desenvolvimento origina o promissor conceito de resiliência, que, de acordo com Gómez-Baggethun et al. (2010) e Gómez-Baggethun e Reyes-García (2013), corresponde à capacidade de os regimes de saberes locais preservarem sua capacidade de gerar, circular, modificar e transmitir o conhecimento tradicional, mesmo em contextos de mudanças intensas e incertezas. Assim, o risco à condição de tradicionalidade não decorreria da simples incidência de um fator tido como promotor de impactos sobre um grupo social e seu respectivo regime de saberes, mas das efetivas repercussões dos impactos expressos sobre a resiliência desse regime de saberes. Afinal, enquanto mantém sua resiliência, um regime de saberes seria, em tese, capaz de se recuperar, mesmo diante de significativas agressões.

Curiosamente, a noção de resiliência representa uma convergência das interdisciplinas ao pensamento de Cunha (2007; 2009), pois relega a segundo plano a compreensão dos saberes tradicionais como estoque ou acervo e ergue para o primeiro plano sua compreensão como contextual arcabouço de operações lógicas de um grupo particular. Enquanto se mantém funcional, esse arcabouço viabiliza que saberes continuem sendo produzidos, que circulem e sejam modificados – ainda que estoques prévios tenham sido anteriormente suprimidos por razões diversas. A isso corresponde a condição de resiliência. De outro modo, quando perdida a resiliência, não só os estoques acumulados de saberes seriam suprimidos, como também a própria capacidade de contínua geração, circulação e transformação desses saberes (GÓMEZ-BAGGETHUN et al., 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN; REYES-GARCÍA, 2013).

A emergência do conceito de resiliência no âmbito dessas interdisciplinas talvez corresponda à mais nítida expressão da passagem de uma compreensão predominantemente estática e arquetípica da tradicionalidade, a uma compreensão que pretende agregar a noção

de mudança e o aspecto dinâmico ao estudo dos saberes dos grupos abarcados pelo conceito de povos tradicionais. Entretanto, ela não se refletiu na operacionalização de pesquisas. Os aspectos mais recentemente valorizados na análise da manutenção ou supressão da capacidade de resiliência têm sido bastante similares àqueles anteriormente empregados na análise da supressão ou manutenção dos estoques de saberes. Ou seja, embora termos como erosão do conhecimento ou perda dos saberes tenham se tornado gradualmente escassos e substituídos por termos teoricamente mais precisos, os indicadores utilizados nos diagnósticos decorrentes da pesquisa empírica se mantiveram essencialmente constantes.

Em primeiro lugar, persiste-se no emprego do parâmetro da frequência de uso dos recursos naturais. Enfoca-se o uso ativo dos recursos, em face do conjunto de saberes localmente acumulados. Entre o total de saberes, ou seja, a extensão do estoque de conhecimento, e o grau de efetivo uso dos recursos em determinado corte temporal, subsistiria uma medida de usos inativos, indicativo do grau de corrosão da capacidade de resiliência. A introdução de recursos externos (p. ex., alimentos, tecnologias), como potenciais substitutos dos recursos locais, também afetaria negativamente a resiliência. Tal ênfase no estoque como parâmetro de mensuração da vitalidade dos regimes de saberes tradicionais estimula a persistência de índices numéricos que visam a quantificar o saber acumulado, ou a mensurar o percentual de saberes perdidos (cf. ALBUQUERQUE; MEDEIROS; ALMEIDA, 2014; HOFFMAN; GALLAHER, 2007; SILVA et al., 2014). Essa tendência pode ser reconhecida, por exemplo, em Saynes-Vásquez et al. (2013), que, para mensurar o conhecimento ecológico tradicional em um contexto de industrialização e assalariamento em regiões indígenas no México, formularam um índice derivado da capacidade de os interlocutores de sua pesquisa reconhecerem 30 espécies de plantas com base em fotografias e amostras herborizadas. Ou em Reyes-García et al. (2013a), que anunciaram ter registrado evidência de perda do conhecimento tradicional de índios Tsimane da Amazônia boliviana, de 2000 a 2009, com base no declínio de sua capacidade de enumerar plantas úteis em seu cotidiano.

Um segundo parâmetro seguidamente adotado corresponde ao registro e à mensuração das atividades – circunscritas ou não à esfera produtiva – com que os membros de grupos identificados como tradicionais se envolvem em seu cotidiano, segundo uma segmentação que distingue atividades dotadas de maior profundidade temporal, qualificadas como tradicionais, e atividades mais recentes, em geral vinculadas a fatores identificados com a ideia de modernidade. O crescente engajamento a atividades modernas, contrastando ao declínio do engajamento a atividades tradicionais, significaria, segundo esse parâmetro, a progressiva corrosão da capacidade de os regimes de saberes locais se autossustentarem no decurso do

tempo. Essa tendência pode ser reconhecida em Ruiz-Mallén et al. (2013) e Gallois et al. (2015), que empregam métodos quantitativos para mensurar a frequência de participação de crianças em diferentes tipos de atividades, com o objetivo de identificar as correlações de distintos padrões de uso do tempo com distintos graus de aquisição dos saberes tradicionais.

Um terceiro parâmetro ainda recorrentemente empregado como argumento em favor da hipótese de supressão da resiliência dos regimes de saberes tradicionais concerne à simples detecção de fatores descritos como novos ou externos, identificados com a ideia de modernidade, e que Gómez-Baggethun e Reyes-García (2013) denominam como gatilhos. A ocorrência de fenômenos como urbanização, escolarização, industrialização, assalariamento, conversão agrícola da terra, migrações em massa e turismo seria tomada prontamente como evidência de profundos impactos sobre os povos tradicionais e seus regimes de saberes.

Interessante notar que, no que concerne ao caso de Marudá, as previsões calcadas nos parâmetros um e dois, que antecipavam uma potencial desarticulação dos regimes de saberes tradicionais correlatos às práticas de extrativismo animal marinho e fitoterapia popular, foram frustradas pela própria sucessão de inventários de relações entre sociedade e natureza conduzidos na localidade. A despeito das variações primeiramente descritas em termos de deculturação, as sucessivas pesquisas indicaram a prevalência de permanências socioambientais, não rupturas. Porém, como as permanências foram creditadas à resiliência ainda preservada pelos regimes de saberes locais, a narrativa do risco se manteve operante, ainda que sustentada apenas pelo terceiro parâmetro. A ocorrência de práticas turísticas, afinal, segundo essa perspectiva analítica, figurando como fator de intrusão e de intensificação de contatos entre membros de diferentes sociedades, não poderia exercer senão uma influência desarticuladora persistente sobre os regimes de saberes tradicionais ali existentes, uma contínua ameaça à sua resiliência.

Postula-se, desse modo, que a passagem da matriz da perda da tradição à matriz da supressão da capacidade de resiliência, preservando os parâmetros empregados na análise de situações empíricas particulares, significou sobretudo uma adequação nomenclatural. Essa passagem pouco se refletiu em readequações teórico-metodológicas que permitissem a tomada de perspectivas analíticas diferenciadas, redundando em simples confirmação do modelo anterior, sob renovadas denominações. Conquanto promissora, a noção de resiliência permaneceu irrealizada, pois sua análise continua atrelada ao registro e quantificação de frequências, sem permitir a compreensão dos processos de rearticulações das práticas de intercurso entre sociedade e natureza e de transformação dos regimes de saberes tradicionais.

## 8.2 ANÁLISE DOS QUADROS SOCIAIS: VIDA ECONÔMICA E COTIDIANO

Os procedimentos de pesquisa que viabilizaram a produção dos dados apresentados nos capítulos 6 e 7 se vinculam a parâmetros de observação distintos daqueles adotados pelos especialistas de campos interdisciplinares correlatos à temática dos saberes tradicionais. Não priorizam a mensuração dos estoques de saberes, pois tais mensurações são providas pela literatura remetida a Marudá e têm indicado a prevalência de permanências do conhecimento correlato a domínios de práticas ditas tradicionais. Abordam a questão da alocação do tempo dos marudaenses, mas sem reduzi-la a uma operação matemática de contabilização de horas, e não recortam o cotidiano dos interlocutores em campos dicotomicamente opostos de atuação. Sobretudo, não tomam o registro de práticas de visitação turística no local como imediata evidência de ameaças aos regimes de saberes tradicionais, mas como simples fator promotor da intensificação de contatos entre agentes de diferentes formações sociais, cujos sentidos e significados apenas podem ser decodificados pela análise do contexto específico.

Encontrando inspiração nas reflexões propostas por Cuhe (1999), Feldman-Bianco (1987) e Neves (1995), a investigação conduzida no âmbito da presente tese valoriza a necessidade de análise contextual dos fenômenos circunstancialmente enfocados. Tratando-se de questões socioambientais complexas, não poderiam ser reduzidas ao simples modelo de refutação ou confirmação de regularidades universais, que preside as ciências da natureza (SANTOS, 1988). Busca-se romper com as interpretações essencialistas ainda largamente atribuídas à análise das práticas turísticas, indicando os conteúdos específicos dessas práticas no contexto focalizado. E busca-se ressaltar que, como a os saberes locais são diversos e sua estruturação reflete a específica ordenação de contextos socioambientais particulares (CUNHA, 2007), sua compreensão não poderia ocorrer no âmbito de um modelo generalista, ou de uma narrativa única animada por noções tão abrangentes quanto as de globalização, modernização ou urbanização.

Em segundo lugar, decorrendo da adoção do parâmetro de contextualidade, a tese investe na análise dos quadros de relações sociais subjacentes aos fenômenos socioambientais considerados e que lhes conferem identidade particular. Busca reconhecer os distintos agentes sociais, as estratégias por eles adotadas em face de diferentes cenários históricos, as sucessivas rearticulações das relações sociais estabelecidas e o modo como tais rearticulações, no decurso do tempo, constituindo-se como o próprio processo de mudança, se associam às noções de mudanças (tênuas ou disruptivas) e permanências (reproduções, ainda que diversamente modificadas, e ressurgências). Tal análise não ignora os dados correlatos aos inventários anteriormente produzidos em referência ao local, que mensuram os estoques de

saberes tradicionais de seus moradores em diferentes recortes de tempo, nem os registros ali contidos acerca da relativa supressão das atividades tradicionais em decorrência da vinculação dos marudaenses a ofícios do polo balnear. Pretende, entretanto, atribuir-lhes alternativos significados, pela via da análise dos quadros de relações sociais.

E apenas por meio da análise dos quadros de relações sociais e de suas rearticulações no curso do tempo foi possível propor, conforme os capítulos 6 e 7, interpretação contrastante às matrizes explicativas anteriormente formuladas em referência à localidade de Marudá. Enquanto os parâmetros mais usuais da pesquisa interdisciplinar vinham diagnosticando desarticulações, conversões ou, mais recentemente, eficazes resistências contra forças intrinsecamente disruptivas, a perspectiva de análise adotada na presente investigação aponta para ambiguidades, sobreposições, alternâncias, em um contexto onde as práticas de visitação turística parecem não se encaixar no predominante modelo dos impactos.

A operação interpretativa proposta também se beneficiou de um artifício conceitual particular: valorizando-se o estudo do cotidiano a partir da organização da vida econômica dos marudaenses, empreendeu-se o estudo de suas relações com base na lógica econômica do campesinato. Afinal, a categoria teórica de povos tradicionais, tendo emergido em contexto de intensas lutas pelo reconhecimento de grupos sociais específicos no plano jurídico-político, estimulou um certo ativismo científico e, a despeito da relativa fragilidade de sua delimitação conceitual, lançou sombra sobre categorias teóricas mais antigas, como a de campesinato (ALMEIDA, 2007; LITTLE, 2002). Herdando uma tradição europeia, os estudos do campesinato pareciam deslocados do debate relativo à salvaguarda da sociobiodiversidade dos países do hemisfério sul, o que insuflou estereótipos associados à ideia de um camponês petrificado no passado histórico ou essencializado em formas de existência social correlatas a designações meramente circunstanciais, como meio rural, assentamento, fazenda, roça, sítio.

Embora fontes basilares dos estudos do campesinato, como Chayanov (1966), tenham aplicabilidade restrita, por estarem remetidas a contextos geográficos particulares, autores mais recentes, como Ploeg (2008), se apropriam do legado de seus predecessores e, assumindo perspectiva cosmopolita, auferem condições de ampliar o escopo de aplicabilidade do instrumental teórico do campesinato a uma maior gama de situações empíricas. Assim, as noções de condição camponesa, lógica econômica camponesa e autonomia relativa, referindo-se a diversificados arranjos de coprodução entre homem e natureza pautados pelo trabalho familiar, mostram-se compatíveis com as condições de vida de grupos sociais reconhecidos como povos tradicionais e congêneres (MOTTA; ZARTH, 2009).

O artifício teórico empregado, de aproximar os marudaenses, pacificamente descritos na literatura como população praieira ou população haliêutica, designações circunscritas à noção de povos tradicionais, à categoria teórica do campesinato, permitiu interpretar as sucessivas rearticulações das relações sociais por eles empreendidas a partir da noção de autonomia. Traço estruturante do campesinato, segundo Chayanov (1966), seria a integração parcial do segmento ao mercado, sua coexistência com o modo de produção dominante, nunca seu isolamento. O objetivo precípua da exploração camponesa não seria a maximização do ganho monetário, mas a busca por relativa autonomia, consubstanciada na atenuação dos esforços a que os trabalhadores deveriam se submeter para satisfazer as necessidades de consumo do grupo familiar, levando à conquista de melhores níveis de bem-estar.

Ratificando a visão de Chayanov, a condição camponesa, segundo Ploeg (2008), seria a contínua luta por autonomia em um contexto de dependência e privações. Esta luta se viabilizaria por meio de particulares arranjos de coprodução entre homem e natureza, e seus recursos deveriam ser combinados de modo a possibilitar formas menos desvantajosas de vinculação ao mercado. Ploeg (2008) valoriza a diversidade cultural como fator explicativo da diversidade empírica de formas pelas quais a condição camponesa se expressa no mundo. Unindo todas as variadas formas de consubstanciar a condição camponesa, haveria uma postura de diferenciação do campesinato frente a outros modos de produção, caracterizada pela experiência, pelo profundo enraizamento aos contextos locais e pela ligação entre o conhecimento da procedência dos recursos e a noção de confiança.

Analisadas sob o enfoque do campesinato, as alternâncias entre ofícios do polo pesqueiro e do polo balnear, apresentadas nos capítulos 6 e 7, encontram sentido como estratégias de autonomização, no particular contexto de dependência decorrente da exploração monovalente do pescado e das relações econômicas desvantajosas objetivadas na cadeia de escoamento do produto. Além disso, devido à antiguidade e à sazonalidade das mencionadas alternâncias laborais, não se podem corroborar as precedentes previsões de irreversível desarticulação das práticas tradicionais, nem, mais recentemente, de potencial ameaça à capacidade de produção, circulação e transformação dos saberes associados a tais práticas.

Outro benefício advindo da adoção do quadro de referência das teorias do campesinato decorre de suas contribuições à compreensão do cotidiano e da estruturação das circunstâncias de interação social em grupos atrelados à categoria. Conforme Marin (2009), em contextos de campesinato, vida doméstica e comunitária, lazer e trabalho não são dimensões sociais isoladas, encapsuladas em domínios de especialidades reciprocamente excludentes, mas complementares. Por isso, talvez, no caso de Marudá, essa vinculação tenha possibilitado que

emergisse uma compreensão do trabalho como algo situado no exterior da localidade, como um domínio dissociado do cotidiano. Assim, se a noção de trabalho passa a ser localmente entendida como domínio de engajamento social dissociado e contraposto à vida privada, ainda que as ocupações ligadas ao polo pesqueiro e ao polo balnear continuem estruturando o cotidiano marudaense, seria incorreto afirmar que a vida social dos moradores permanentes de Marudá se organiza em torno da esfera do trabalho, pelo menos enquanto categoria nativa.

Segundo Marin (2009), por meio do trabalho seria alcançada a satisfação das necessidades materiais da família camponesa, mas também reproduzida uma determinada visão de mundo, transmitido um particular modo de vida, formados os sucessores. Seria, assim, necessário inculcar nas crianças o amor ao trabalho como valor central da existência humana e, para aprender a trabalhar, a criança deveria ser gradualmente apresentada, de acordo com sua idade, sexo e força física, a diferentes tarefas da esfera da produção. A infância camponesa, então, seria um longo processo de incorporação do repertório de habilidades e lógicas da vida cotidiana do grupo social, podendo ser entendida como formação profissional, formação do herdeiro e ritualização da passagem para a fase adulta.

Fukui (2009) corrobora a visão apresentada, indicando que a vida econômica de grupos sociais conexos à condição camponesa é palco de interações que possibilitam a transmissão de saberes e competências entre gerações e a formação de sucessores. As atividades produtivas nesses contextos, segundo Fortes (2011), Fukui (2009) e Marin (2009), não seriam mero labor, mas também ocasiões de socialização de crianças e jovens na esfera do trabalho, da vida econômica do grupo familiar. Assim, a criança e o jovem aprenderiam enquanto efetivamente contribuem para a produção familiar; nem o aprendizado estaria dissociado do trabalho, nem o trabalho, da vida, das relações sociais. Acompanhando os adultos – pais, tios, avós –, observando suas ações, prestando auxílio em tarefas mais simples e em momentos pontuais, imitando o que vê, executando procedimentos progressivamente mais complexos, acumulando experiências, a criança cresceria e se tornaria um jovem, e então um adulto, uma pessoa enraizada em seu específico contexto e competente a desempenhar as atividades localmente valorizadas. Para Woortmann (2009), o próprio *status* de pai de família implicaria transmitir não só a terra, mas também o saber que tornaria possível trabalhá-la.

Adendo importante é provido por Sautchuk (2005; 2007), que, alinhado não às teorias do campesinato, mas à antropologia da natureza, remete-se aos processos de aprendizagem do saber-fazer correlato às atividades laborais em contextos qualificados como tradicionais. O autor discerne alguns termos pelos quais esses processos são mais frequentemente referidos pela literatura, como transmissão e socialização. As noções de transmissão, transferência e

aquisição de saberes tradicionais entre gerações seria, para Sautchuk, problemática, por remeter a uma perspectiva econômica das habilidades técnicas, como se, por exemplo, diferentes graus de produtividade entre dois trabalhadores em certa atividade dependessem apenas da posse de discrepantes estoques de saberes entre eles. A noção de socialização, por outro lado, embora preserve a ideia de transmissão, valoriza, como fator gerador do aprendizado, a experiência contínua no âmbito de determinada organização social. Reproduz-se um contexto socioambiental determinado e, através da família, a criança é socializada e interioriza os papéis a serem desempenhados em determinado universo social.

A despeito das disputas nomenclaturais, que pretendem legitimamente ressaltar um ou outro aspecto dos fenômenos enfocados, a reflexão ora proposta não contribuirá com sua elucidação. Em prosseguimento à discussão prévia, pretende-se tão somente argumentar que os parâmetros anteriormente empregados no âmbito das interdisciplinas para diagnosticar a perda dos saberes tradicionais ou, depois, a corrosão da resiliência dos regimes de saberes não permitem adequadamente detectar os fenômenos subjacentes ao conceito de resiliência. Entendida como a capacidade de um grupo social de gerar, circular, transmitir e modificar seus saberes tradicionais, a resiliência ou sua corrosão apenas poderiam ser adequadamente detectadas por meio da análise dos quadros de relações sociais correlatos às referidas funções conformadoras da capacidade conceituada. Afinal, conforme o modelo de análise adotado, as práticas sociais conformadoras de estratégias de ampliação da autonomia e aquelas ligadas às interações envolvendo distintas gerações familiares são aspectos estruturantes do cotidiano em contextos tradicionais e afetam decisivamente os processos correlatos aos saberes locais, não devendo ser negligenciadas no estudo da temática. Tais práticas, porém, não têm como ser compreendidas fora de seus respectivos quadros de relações sociais, e certamente não são alcançadas pelo simples registro e pela quantificação de estoques de saberes.

A ênfase nos aspectos de contextualidade, processualidade e atenção aos quadros de relações sociais, embora possa soar ingênua em campos disciplinares já consolidados, para os quais constituem verdadeiras premissas de pesquisa, mostra-se ainda necessária para a reflexão nos campos interdisciplinares. Afinal, várias dessas interdisciplinas, em seu pendor pela quantificação estatística, mais que uma demanda por rigor metodológico, refletem sua crença na regularidade dos fenômenos socioambientais, herdada das ciências biológicas das quais advêm. O conceito de resiliência ainda figura, portanto, como o mais proeminente avanço de seus especialistas em direção à ruptura com o esquema de pensamento que apregoa a perda dos saberes tradicionais como via única do processo de contato de sociedades particulares com membros da formação social abrangente. Ainda assim, demanda parâmetros

que viabilizem sua operacionalização em circunstâncias de pesquisa empírica e sua consequente desvinculação da precedente matriz interpretativa. Sem pretender oferecer um modelo para o estudo da resiliência, a presente tese, alertando para os potenciais benefícios advindos da aproximação entre as interdisciplinas e determinados campos disciplinares consolidados, apenas postula que a operacionalização empírica desse conceito deverá abarcar, necessariamente, a análise dos quadros de relações sociais.

A necessidade de ajustes nos parâmetros aplicados pelas interdisciplinas na análise de fenômenos correlatos aos regimes de saberes locais se revela tão urgente, quanto mais se percebe que a compreensão da complexidade socioambiental de regiões de importância global, como a Amazônia, têm ficado sob a responsabilidade de especialistas oriundos desses emergentes campos de investigação. A Amazônia, como observado pelo antropólogo Mark Harris (2006), seria marcada por ambivalências, cuja compreensão demandaria uma visão mais abrangente e uma diferenciada percepção dos processos de mudanças e permanências. O autor analisou os sucessivos episódios de contato entre populações caboclas da Amazônia e os agentes econômicos dos ciclos de *boom and bust* (expansão e contração) que por séculos marcaram a dinâmica econômica da região. Apesar de os caboclos tenderem a estabelecer laços comerciais com os agentes qualificados como externos e a prover suas demandas por produtos e força de trabalho, demonstrando uma abertura à articulação com os agentes “de fora”, tais contatos não levaram à sua “descaboclicização”, ao abandono de suas práticas e saberes. Seguindo-se ao declínio de cada ciclo econômico – e com a partida dos agentes externos –, ocorria um reflorescimento de formas pretéritas de organização social e organização da vida econômica, reatualizadas conforme as novas circunstâncias.

É, afinal, porque as distintas modalidades de engajamento laboral, nesses contextos, estão imiscuídas no cotidiano, na vida doméstica, que o intercurso com agentes externos em prestações de serviços remunerados não se reflete na completa desarticulação das práticas e ocupações tradicionais. E, ainda na hipótese de uma conversão ocupacional disruptiva, com repercussões nos regimes de saberes tradicionais e sua capacidade de resiliência, ela apenas poderia ser detectada por meio da análise dos respectivos quadros de relações sociais.

## 9. CONCLUSÃO

O fecho de um texto, de modo geral, e de um trabalho acadêmico, em particular, figura como oportunidade de lançar um olhar retrospectivo ao conjunto de ideias mobilizadas e submetê-las a uma primeira avaliação crítica. Trata-se do momento no qual se retomam os argumentos basilares que calçam a tese formulada, restituindo-lhes o sentido de totalidade que a divisão em capítulos parece ofuscar, mas também do momento de trazer às claras a expectativa do autor em relação às contribuições que espera ter sido capaz de legar ao campo de reflexão ao qual reivindica afiliação.

Enquanto registro ou testemunho de um particular percurso de reflexão, a presente tese nasceu de inquietações pessoais ligadas à questão da interdisciplinaridade, sobretudo à difícil relação entre sua efetiva relevância acadêmica e o vacilante intercâmbio de seus especialistas com os campos disciplinares que os precederam e que desde então já se encontravam consolidados. Em decorrência do circunstancial interesse do autor por referencial bibliográfico da área de ciências sociais durante seus anos de doutoramento, o texto valoriza a desafiadora articulação entre as categorias de sociedade e natureza no âmbito de interdisciplinas particulares, principalmente devido à sua crescente importância como campos de reflexão remetidos a processos de mudança encenados na Amazônia.

Tendo por base uma preocupação de cunho metodológico e epistemológico, o trabalho de investigação que se propunha efetivar se beneficiou de uma específica conjuntura de relações socioambientais que, apesar de estar relativamente bem documentada pela literatura acadêmica, vinha sendo alvo de interpretações reciprocamente inconciliáveis. A conjuntura em questão corresponde ao complexo do litoral paraense, área reconhecida por ocupação de comunidades de pescadores artesanais, mas também como destinação de profusos fluxos de visitação sazonal, em circunstâncias de turismo balnear. De restrita extensão e compartilhando um mesmo centro emissor de visitantes, o litoral paraense recebia tratamento heterogêneo nos trabalhos que visavam entender as formas de uso dos recursos naturais por grupos humanos residentes em suas diferentes localidades constitutivas. Se, em alguns trabalhos, conseguia-se satisfatoriamente diferenciar os atores enredados em renegociações de relações e posições sociais a partir dos contatos propiciados pelas práticas de visitação balnear, em outros a mudança permanecia descrita de maneira generalizante, como sinônimo de desarticulação social e de perda das formas próprias de relação entre sociedade e natureza. Identificando nas afiliações a distintos campos de reflexão (Antropologia versus interdisciplinas) a contradição interpretativa apontada, o trabalho aí encontrou seu ponto de entrada para focalizar a questão que primeiro pretendeu valorizar.

O recurso à literatura prévia, em especial a aspectos que permaneceram eclipsados pela produção mais recente, propiciou formular alternativa hipótese de investigação sobre o processo de mudança na específica localidade de Marudá, dissonante em relação à matriz interpretativa ali predominante, calcada em interdisciplinas como a etnobotânica e a etnofarmacologia. Partindo dessa diferenciada premissa, logrou-se desvelar, via trabalho de campo, uma peculiar sobreposição entre um polo pesqueiro e um polo balnear na referida localidade, em objeção às precedentes leituras que se pautavam pela hipótese de que, em vez de coexistência, estaria em curso um processo de conversão do polo pesqueiro ao polo balnear, com a conseqüente substituição dos modos de vida respectivamente implicados.

A percepção de que as práticas de visitaçao balnear não promoveriam a desagregaçao das relaçoes sociais e socioambientais correlatas ao polo pesqueiro, mas, ao contrário, propiciariam a revitalizaçao de configuraçoes pretéritas de organizaçao da vida econômica, abriu espaço para a propositura de original interpretaçao quanto à disseminada persistência da ideia de mudança na localidade estudada. Tal persistência, a pesquisa evidenciou, decorreria dos movimentos de saída dos jovens rumo aos centros urbanos, motivados pela formulaçao de renovadas interpretaçoes relativas à categoria trabalho, que já não mais seriam capazes de abranger as opções laborais disponíveis em Marudá.

O percurso de reflexão apresentado no texto permite sugerir que as incompreensões acumuladas em torno das tentativas de interpretação do processo de mudança em curso em Marudá em grande medida decorrem do contínuo reinvestimento em perspectivas analíticas já desgastadas em áreas de conhecimento mais consolidadas. Os especialistas de interdisciplinas, afinal, buscando revestir de autonomia os campos de reflexão que pretendem respectivamente fortalecer, se distanciam dos campos de saber mais estabelecidos e, desse modo, deixam de se beneficiar do diálogo com seu mais extenso corpo de teorias.

Assim, o presente trabalho encontra seu desfecho no reconhecimento de que o estudo de caso empreendido bem ilustra a crítica levantada em face da perspectiva interdisciplinar. Ao mesmo tempo, e ainda que de maneira limitada e ensaística, quer ter sido capaz de indicar promissores rumos para a operacionalizaçao da pesquisa no âmbito dessa seara, sobretudo em seus domínios que sediam a interface entre as categorias de sociedade e natureza. Sendo, pois, as ciências sociais, um universo de conhecimentos a desbravar, soaria irrealizável sugerir uma completa imersão de pesquisadores interdisciplinares oriundos de áreas correlatas às ciências naturais nesse outro campo de saber. Entretanto, a valorizaçao da adotada forma de entendimento do processo de mudança parece figurar como relevante contribuiçao ao estudo do intercurso entre membros de distintas formaçoes sociais, situaçao tão frequentemente

focalizada por pesquisadores afiliados às interdisciplinas que se constroem na confluência entre as duas mencionadas categorias teóricas.

Pode-se, decerto, contestar as intenções acima anotadas, sob a crítica de que o texto ora apresentado, em si, não se constrói por meio de uma perspectiva interdisciplinar, mas, em vez disso, se socorre de métodos, teorias e formas próprias de reflexão provenientes das ciências sociais. Por consequência, o trabalho poderia soar mais como manifesto de uma suposta superioridade das ciências sociais sobre as interdisciplinas emergentes, que como discussão voltada à efetivação das potencialidades dos campos de pesquisa interdisciplinar. Como se buscou esclarecer desde etapas iniciais do texto, porém, o intensivo recurso ao arcabouço teórico-metodológico das ciências sociais se justifica pela necessidade de ressaltar os aspectos desse campo que, eclipsados pela postura de autossuficiência teórica das interdisciplinas, vinham deixando de prover contribuições às suas tentativas de interpretação das relações entre sociedade e natureza em circunstâncias empíricas específicas.

Opostamente, a despeito das contribuições que se espera ter sido possível prover por meio da produção do presente texto, é necessário, ainda, aproveitar a oportunidade de seu fechamento para o exercício da autocrítica em relação a algumas de suas falhas mais manifestas. Trata-se, pois, de atributo do texto acadêmico a transparência da cadeia de ideias e procedimentos que subsidiaram sua produção. Ao mesmo tempo, a autocrítica se imbuí de atitude de continuada reflexão e aprendizado, que abre caminho a ser desbravado ao longo de toda uma subsequente trajetória de investigações, consubstanciada na futura carreira do pesquisador em formação.

Os méritos que possam ser atribuídos ao presente texto, portanto, devem ser também sopesados em relação às suas manifestas limitações, em particular sua relativa incapacidade de adotar formas de expressão mais compatíveis com a compreensão da vida social a partir de perspectiva processual de análise. Embora explicitamente advogue a necessidade de interpretar por intermédio dessa ótica as situações de contato entre membros de diferentes formações sociais e o modo como tais situações incidem sobre a mudança social, o texto preserva, em seu corpo, vícios de linguagem que demonstram a dificuldade em romper plenamente com maneiras tão arraigadas de pensamento e registro escrito. Assim, o recurso a termos que se constroem em recíproca exclusão (p. ex., mudanças versus permanências, mudança disruptiva versus mudança estabilizadora) inadvertidamente reafirma a visão que o trabalho busca criticar, indicando, por uma cisão dicotômica, percursos pré-definidos para o processo de mudança. Por mais exitosa que possa ter sido a construção de perspectiva processual de interpretação da mudança nas etapas de delineamento e operacionalização da

pesquisa e de análise dos dados produzidos, subsistem, porém, na apresentação textual do estudo, traços que denunciam a procedência acadêmica do autor, situada em um ponto externo às ciências sociais. E, ainda que este autor não reivindique para si reconhecimento como cientista social, mas como pesquisador sensibilizado pela vertente interdisciplinar de estudo de questões socioambientais complexas, acentua a importância do continuado investimento na domesticação das formas de expressão aplicadas à descrição de situações sociais particulares.

Adicionalmente, persiste, no texto, pendor crítico que, embora necessário à construção da problemática circunstancialmente valorizada, pode soar como tentativa de desmerecimento dos autores a cujas interpretações o trabalho registrou oposição. Nessa esteira, correr-se-ia o risco de tomar a tese como instância arbitral, com a faculdade de atestar a validade explicativa da produção bibliográfica precedente, ou de declarar sua invalidade, e assim hierarquizar-la. Ocorre, no entanto, que procedimentos de comprovação ou refutação como os implícitos na aventada operação lógica se alinham aos pressupostos teórico-metodológicos das ciências da natureza, não sendo extensíveis ao estudo empírico das relações sociais. Por isso, afirma-se que a condução da pesquisa ora relatada jamais perdeu de vista seu alinhamento à perspectiva do estudo das relações sociais como interpretação de interpretações, ainda que tal princípio norteador tenha sido potencialmente ofuscado pela forma de escrita empregada. Se a adoção de determinado estilo de escrita se mostrou útil para ressaltar aspectos de uma problemática sutil que, de outro modo, poderia ser de difícil percepção, lamentavelmente se refletiu em certa imprecisão descritiva e conceitual no que tange ao objeto focado.

Portanto, apesar das oscilações próprias aos trabalhos que se constroem na confluência entre distintos campos do conhecimento, a presente tese não postula diagnosticar a mudança ou a permanência, como se fossem opções dicotômicas reciprocamente excludentes. Quis, em vez disso, no curso de sua elaboração, refletir sobre o modo como diferentes atores sociais têm se apropriado dessas noções para elaborar alternativas interpretações correlatas à vida social da localidade focalizada. Dirigindo seus olhares ora às práticas de visitação turística, ora aos movimentos de êxodo juvenil, os distintos atores considerados – localizados tanto em espaços de reflexão acadêmica, quanto na própria comunidade de moradores – tenderam a atrelar a ideia de mudança, apresentada como intensa e irreversível, a fatores isolados. Este texto, por sua vez, pretendeu integrar as concorrentes interpretações antes formuladas em um conjunto coerente, provido de perspectiva histórica e também munido de evidência antropológica. Tal procedimento, acredita-se, priorizando a análise dos quadros sociais conformadores do processo de mudança, teria sido capaz de captar nuances até então invisibilizadas tanto pela literatura remetida à localidade enfocada, quanto, de modo mais

abrangente, por aquela produzida no âmbito das interdisciplinas correlatas às questões socioambientais. Seria, enfim, por isso, promissora via de reflexão para futuros desenvolvimentos correlatos à objetivação da pesquisa acadêmica na vertente interdisciplinar, em particular na seara dos estudos voltados às distintas configurações de relações entre sociedade e natureza, aos particulares estilos de vida correlatos e aos saberes locais consequentemente produzidos nesses contextos específicos.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.
- ADRIÃO, D. Pescadores de sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 11-21, 2006.
- AIRES, J. D. M.; PEQUENO, E. A.; FORTES, L. A relação entre turistas estrangeiros e residentes: o caso de Ponta Negra – Natal/RN. **Hospitalidade**, v. 7, n. 2, p. 38-51, 2010.
- ALBUQUERQUE, M. B. B.; FARO, M. C. S. Saberes de cura: um estudo sobre pajelança cabocla e mulheres pajés da Amazônia. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano 5, n. 13, p. 57-72, 2012.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; LINS NETO, E. M. F. Selection of research participants. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (Orgs.). **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 1-14.
- ALBUQUERQUE, U. P.; MEDEIROS, P. M.; ALMEIDA, A. L. S. Principles of inferential statistics applied to Ethnobiology and Ethnoecology. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (Orgs.). **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 413-432.
- ALMEIDA, A. W. B. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 15-126.
- ALMEIDA, L. T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 93-103, 2012.
- ALMEIDA, M. W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.
- ALVES, E. J. P. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 65-76, 2006.
- ALVES, K. S.; MOTA, D. M. Trabalho familiar ou assalariamento? Dilema de jovens em comunidades rurais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, Suplemento, p. 163-180, 2013.
- ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALVES, R. J. M.; GONÇALVES, W. G.; GONÇALVES, J. P.; NUNES, G. L.; SILVA, E. R. M.; MAIA, J. S.; ADAMI, M.; NARVAES, I. S. Análise do uso e ocupação do solo em Marapanim-PA a partir de dados do Projeto TerraClass para os anos de 2008 e 2010. **Holos**, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2018.

- ALVES, R. J. M.; GUTJAHR, A. L. N.; SILVA, J. A. E. S. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2015.
- AMARAL, D. D.; PROST, M. T.; BASTOS, M. N. C.; COSTA NETO, S. V.; SANTOS, J. U. M. Restingas do litoral amazônico, estados do Pará e Amapá, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 3, n. 1, p. 35-67, 2008.
- AMARAL, L. F. G.; FIERRO, I. M. Profile of medicinal plants utilization through patent documents: the andiroba example. **Brazilian Journal of Pharmacognosy**, v. 23, n. 4, p. 716-722, 2013.
- ARAÚJO, A.; ANDRADE, M. O. Excursões populares e turísticas: um enfoque sobre quase grupos e práticas de lazer na praia. **Ponto Urbe**, v. 9, 2011.
- ASSIS, L. F. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens da ilha de Itamaracá – PE. **Boletim goiano de Geografia**, v. 21, n. 2, p. 103-135, 2001.
- ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, ano 7, n. 11/12/13, p. 107-122, 2003.
- BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.
- BARBOSA, H. D. A.; CAMPOS, R. I. R. Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. **Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 15, n. 4, p. 823-839, 2017.
- BASTIDE, R. La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique. **Cahiers internationaux de sociologie**, n. 21, p. 77-99, 1956.
- BASTIDE, R. Problèmes de l'entrecroisement des civilisations et de leurs oeuvres. In: GURVITCH, G. (Ed.). **Traité de Sociologie**. V. 2. Paris: PUF, 1960. p. 315-330.
- BASTOS, M. N. C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. Sociologia e senso comum. In: \_\_\_\_\_. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 17-28.
- BEGOSSI, A. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993.
- BENEDICT, R. Configurations of culture in North América. **American Anthropologist**, v. 34, n. 1, p. 1-27, 1932.
- BENZ, B. F.; CEVALLOS, J.; SANTANA, F.; ROSALES, J.; GRAF, S. Losing knowledge about plant use in the sierra de Manantlan Biosphere Reserve, Mexico. **Economic Botany**, v. 54, n. 2, p. 183-191, 2000.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. Society as objective reality. In: \_\_\_\_\_. **The social construction of reality: a treatise in the Sociology of knowledge**. Nova Iorque: Penguin Books. 1966. p. 63-146.

BEZERRA, G. J. S. M.; MATTOS, J. L. S. Da invisibilidade ao protagonismo: as mulheres da comunidade Vila Nova, Dormentes-PE. **EXTRAMUROS**, v. 5, n. 2, p. 210-224, 2017.

BOISSEVAIN, J. **Friends of friends: networks, manipulators and coalitions**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

BORCEM, E. R.; FURTADO JR., I.; ALMEIDA, I. C.; PALHETA, M. K. S.; PINTO, I. A. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. **Revista de ciências agrárias**, v. 54, n. 3, p. 189-201, 2011.

BOTELHO, A.; CARVALHO, L. C. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na Sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2, p. 209-238, 2011.

BOYER, V. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, v. 5, n. 1, p. 29-56, 1999.

BRANDÃO, C. R. Ouro Preto: arte, antiguidade e artesanato. In: \_\_\_\_\_. **A cultura na rua**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BRASIL. Decreto s/n, de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de outubro de 2014. Online. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14010.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14010.htm) Acesso: 15 jan 2018.

BROSI, B. J.; BALICK, M. J.; WOLKOW, R.; LEE, R.; KOSTKA, M.; RAYNOR, W.; GALLEN, R.; RAYNOR, A.; RAYNOR, P.; LING, D. L. Cultural erosion and biodiversity: canoe-making knowledge in Pohnpei, Micronesia. **Conservation Biology**, v. 21, n. 3, p. 875–879, 2007.

BRUYERE, B. L.; TRIMARCO, J.; LEMUNGESI, S. A comparison of traditional plant knowledge between students and herders in northern Kenya. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 12, p. 48, 2016.

BYG, A.; BALSLEV, H. Diversity and use of palms in Zahamena, eastern Madagascar. **Biodiversity and Conservation**, v. 10, p. 951-970, 2001.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente e sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CAMPOS, R. I. R.; NASCIMENTO, M. D. S.; MENDONÇA, S. C. Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA): processo de criação e perspectivas para o turismo. **Revista brasileira de ecoturismo**, v. 10, n. 2, p. 300-327, 2017.

CANCLINI, N. G. O porvir do passado. In: \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p 159-204.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo. Duas Cidades, 1975.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, n. 16, v. 1, p. 48-59, 2009.

CAROSO, C; RODRIGUES, N. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no litoral norte da Bahia. **Turismo em análise**, v. 9, n. 1, p. 61-75, 1998.

CARVALHO, J. J. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. **Anthropológicas**, ano 14, v. 21, n. 1, p. 39-76, 2010.

CASTRO, C. A escola difusionista. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Textos básicos de Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p.25.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, E. M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, n. 92, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 26,27, p. 83-107, 1979.

CHAYANOV, A. V. On the theory on non-capitalist economic systems. In: THORNER, D.; KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. (Orgs.). **The theory of peasant economy**. Illinois, EUA: The American Economic Association, 1966. p. 1-28.

COELHO-FERREIRA, M. R. Medicinal Knowledge and plant utilization in an Amazonian coastal community of Marudá, Pará State (Brazil). **Journal of Ethnopharmacology**, n. 126, p. 159-175, 2009.

COELHO-FERREIRA, M. R.; SILVA, M. F. F. da. A fitofarmacopeia da comunidade pesqueira de Marudá, litoral paraense. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 1, n. 2, p. 31-43, 2005.

COMERLATTO, L. M. **A cadeia global de valor do turismo**: estudo sobre os *resorts* internacionais no nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

COUTINHO, L. M. **Biomias brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

CRICK, M. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. **Annual review of anthropology**, v. 18, p. 307-344, 2003.

- CUCHE, D. O estudo das relações entre as culturas e a renovação do conceito de cultura. In: \_\_\_\_\_. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 109-142.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon. **Daedalus**, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.
- CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.
- CUNHA, M. C. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In: \_\_\_\_\_. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify. 2009. p. 311-373.
- D'AMBROSIO, U; PURI, R. K. Foodways in transition: food plants, diet and local perceptions of change in a Costa Rican Ngäbe community. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 12, p. 3, 2016.
- DAWE, A. Teorias da ação social. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Orgs.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DIEGUES, A. C. As populações tradicionais: conceitos e ambiguidades. In: \_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 75-98.
- DIEGUES, A. C. The role of Ethnoscience in the build-up of ethnoconservation as a new approach to nature conservation in the tropics. **Revue d'ethnoécologie**, v. 6, 2014.
- ERISMAN, H. M. Tourism and cultural dependency in the West Indies. **Annals of Tourism Research**, v. 10, n. 3, p. 337-362, 1983.
- EYSSARTIER, C.; LADIO, A. H.; LOZADA, M. Cultural transmission of traditional knowledge in two populations of North-western Patagonia. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 4, p. 25, 2008.
- FELDMAN-BIANCO, B. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 7-45.
- FERRANTE, V. L. B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/ femininos na construção de um novo modelo de vida. In: ABREU, A. R. P.; ABRAMO, L. W. (Orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 257-271.
- FIRTH, R. O significado da antropologia social. In: \_\_\_\_\_. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 44-57.
- FLOR, A. S. S. O.; BARBOSA, W. L. R. Grupo de mulheres Erva Vida de Marudá-PA: trajetória histórica e sobrevivência de uma tradição. **Gênero na Amazônia**, v. 5, p. 237-248, 2014.
- FLOR, A. S. S. O.; BARBOSA, W. L. R. Sabedoria popular no uso de plantas medicinais pelos moradores do bairro do Sossego no distrito de Marudá – PA. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 17, n. 4, p. 757-768, supl. I, 2015.

FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p. 21-39, 2000.

FORTES, M. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Cadernos de Antropologia da Editora UnB – Série Tradução**, v. 1, Brasília, 2011.

FUKUI, L. F. G. A “riqueza do pobre”. Relações entre pais e filhos entre sítiantes tradicionais brasileiros. In: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Volume 2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 289-299. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

FURTADO, D. C.; SABLAYROLLES, M. G. P.; RUAS, R. M. S.; SILVA, L. M. S. Posições e composições: estratégias de organização do trabalho familiar no extrativismo de sementes de andiroba em Marapanim (Pará, Brasil). **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 7, p. 1-25, 2013.

FURTADO, D. C.; RUAS, R. M. S. O turismo como fator de autonomização econômica da população praieira de Marudá (Marapanim-PA). **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 12, p. 1-9, 2018.

FURTADO, L. G. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim – nordeste paraense. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, n. 67, p. 1-32, 1978.

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M. C. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 113-127, 2006.

FURTADO, L. G.; SOUZA, R. C.; BERG, M. E. Notas sobre uso terapêutico de plantas pela população cabocla de Marapanim, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia**, n. 70, 1978.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F.; MAGALHÃES, D. P.; MACHADO, J. M. H.; BUSS, D. F.; FRANCO NETTO, F. A.; BUSS, P. M. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1457-1468, 2012.

GALLOIS, S.; DUDA, R.; HEWLETT, B.; REYES-GARCÍA, V. Children’s daily activities and knowledge acquisition: a case study among the Baka from southeastern Cameroon. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 11, p. 86, 2015.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GARCÍA, G. S. C. The mother – child nexus. Knowledge and valuation of wild food plants in Wayanad, Western Ghats, India. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2, p. 39, 2006.

- GARCIA, M. F. O Segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, 1992.
- GAVIRIA, M. R.; PEZZI, S. M. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 43-57.
- GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. Nova Iorque: Doubleday Anchor, 1967.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; MINGORRÍA, S.; REYES-GARCÍA, V.; CALVET, L.; MONTES, C. Traditional Ecological Knowledge trends in the transition to a market economy: empirical study in the Doñana natural areas. **Conservation Biology**, v. 24, n. 3, p. 721-729, 2010.
- GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; REYES-GARCÍA, V. Reinterpreting change in Traditional Ecological Knowledge. **Human ecology**, n. 41, p. 643-647, 2013.
- GOUVEIA, W. S. Foucault e Bakhtin no carimbó do Mestre Lucindo. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 8, n. 2, 2009.
- GREENWOOD, D. J. Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case. **Ethnology**, v. 11, n. 1, p. 80-91, 1972.
- GRÜNEWALD, R. A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, p. 141-159, 2003.
- HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**, v. 16, n.1, p. 23-47, 2003.
- HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.
- HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016.
- HOFFMAN, B.; GALLAHER, T. Importance indices in Ethnobotany. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 5, p. 201-218, 2007.
- HURRELL, J. A.; POCHETTINO, M. L. Urban Ethnobotany: theoretical and methodological contributions. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (Orgs.). **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 293-310.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. Online. 2018. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/panorama>. Acesso: 23 out 2018.

INGOLD, T. Humanity and animality. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Companion encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1994. p. 14-32.

ISA (Instituto Socioambiental). **Almanaque Brasil Socioambiental**. Online. 2008. Disponível: [www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10297.pdf](http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10297.pdf). Acesso: 23 out 2018.

JAFARI, J. Entry into a new field of study: leaving a footprint. In: NASH, D. **The study of tourism: anthropological and sociological beginnings**. Oxford: Elsevier, 2007. p. 108-121.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LADIO, A. H.; MOLARES, S. The dynamics of use of nontraditional ethnobiological products: some aspects of study. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (Orgs.). **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 311-320.

LAGO, M. C. S. Trabalho feminino, trabalho improdutivo? **Revista de ciências humanas (UFSC)**, v. 5, n. 8, p. 129-133, 1986.

LARRABURE, S. P. O fenômeno da segunda residência: o caso do Rio Grande entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, Edição Especial, p. 93-105, 2009.

LATTUCA, L. R. Considering interdisciplinarity. In: \_\_\_\_\_. **Creating Interdisciplinarity: interdisciplinary research and teaching among College and University Faculty**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2001. p. 1-22.

LEES, A. C.; THOMPSON, I.; MOURA, N. G. Salgado Paraense: an inventory of a forgotten coastal Amazonian avifauna. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 9, n. 1, p. 135-168, 2014.

LEITE, N.; GRABURN, N. Anthropological interventions in tourism studies. In: JAMAL, T.; ROBINSON, M. (Eds.). **The Sage handbook of tourism studies**. Londres: SAGE, 2009. p. 35-64.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: \_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989. p. 15-49.

LIMA, J. V. B. C.; NEVES, F. M.; RODRIGUES, L. P. Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 517-538, 2016.

LIMA, D. M. A economia doméstica em Mimirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: AnnaBlume, 2006. p.145-172.

LIMA, D. M.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LINHARES, J. F. P. Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 113-124, 2009.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, p. 2-31, 2002.

LOPES, P. F. M.; SILVANO, R.; BEGOSSI, A. Da biologia à etnobiologia – taxonomia e etnotaxonomia, ecologia e etnoecologia. In: ALVES, R. R. N.; SOUTO, W. M. S.; MOURÃO, J. S. (Orgs.). **A etnozologia no Brasil**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 69-94.

LOPES JR., W. M. Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 27-38, 2015.

MAIA, R. L. G. S. Memórias anfitriãs: interações, dádiva e hospitalidade em Santa Teresa (RJ). **Ponto Urbe**, v. 15, 2014.

MANESCHY, M. C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. p.165-196.

MARIN, J. O. B. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Volume 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 113-134. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, ano 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTIN, G. J. Anthropology. In: \_\_\_\_\_. **Ethnobotany: a methods manual**. Nova Iorque: Chapman & Hall, 1995a. p. 95-135.

MARTIN, G. J. **Ethnobotany**. Nova Iorque: Chapman & Hall, 1995b.

MARTINS, C. B. A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, 2011.

MARTINS, J. S.; MOLINA, S. M. G. Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúna-ES. **Iluminuras**, v. 9, n. 22, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MAUÉS, R. H. Medicinas populares e “pajelança cabocla” na Amazônia. In: ALVES, P. C. B.; MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 73-81.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**, v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MCGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 57-72, 1999.

MENDONÇA, A. P.; FERRAZ, I. D. K. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 3, p. 353-364, 2007.

MINAYO, M. C. S. Saúde-doença: uma concepção popular da etiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 4, n. 4, p. 363-381, 1988.

MONTEIRO, M. M.; MONTEIRO, M. J. S.; BARBOSA, W. L. R. Saber e uso de plantas medicinais em Marudá e na APA Algodual-Maiandeuá. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO, M. V. (Orgs.). **Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016. p. 293-313.

MOTTA, M.; ZARTH, P. Apresentação à coleção. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Volume 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 7-15. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978

NASCIMENTO, F. C.; LIMA, J. J. F. Diretrizes técnicas para locação de limites edificados em praias. **Ambiente construído**, v. 10, n. 4, p. 197-218, 2010.

NASCIMENTO, I. Tempo de fartura e tempo de fome no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 23-33, 2006.

NASH, D. **Anthropology of tourism**. Nova Iorque: Pergamon, 1996.

NASH, D.; SMITH, V. L. Anthropology and tourism. **Annals of tourism research**, v. 18, p. 12-25, 1991.

NETTO, M. N.; MIRALDI, J. C. Turismo de luxo: a produção do destino e a denegação do social. **Repocs**, v. 14, n. 28, p. 191-218, 2017.

NEVES, D. P. Mudança social: exorcizando fantasmas. **Antropolítica**, v. 1, n. 1, p. 49-73, 1995.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 27., 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2003, p. 1-38.

NEVES, D. P. Antropologia: alteridade e dispersões temáticas. In: VARGAS, J. T.; FARIA, D. S. (Orgs.). **Textos interdisciplinares: um olhar integrado sobre a Amazônia, o Brasil e o conhecimento**. São Paulo/Santarém: Humanitas, 2017. p. 117-160.

NUNEZ, T. A. Tourism, tradition and acculturation: weekendismo in a Mexican village. **Ethnology**, v. 2, n. 3, p. 347-352, 1963.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. **Antropolítica**, n. 19, p. 91-111, 2005.

O'DWYER, E. C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. **Iberoamericana**, v. 11, n. 42, p. 111-126, 2011.

O'DWYER, E. C. Desenvolvimento e povos tradicionais. In: IVO, A. B.; KRAYCHETE, E. S.; BORGES, A.; MERCURI, C.; VITALE, D.; SENNES, S. (Orgs.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 123-128.

OLIVEIRA, A. C. Turismo em áreas "menos desenvolvidas": caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da Vila de Trindade, município de Paraty/Rio de Janeiro – Brasil. **Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 3, n. 1, p. 149-169, 2005.

OLIVEIRA, A. C. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 71-85, 2013.

O'ROURKE, D. **Cannibal tours**. Lindfield: Film Australia, 1987. Documentário, 90 minutos.

OUTHWAITE, W. **Teoria social: um guia para entender a sociedade contemporânea**. Zahar: Rio de Janeiro, 2017.

PEARCE, D. **Tourism today – a geographical analysis**. New York: Longman, 1991.

PI-SUNYER, O.; THOMAS, R. B.; DALTABUIT, M. Tourism on the Maya periphery. In: SMITH, V.; BRENT, M. (Orgs.). **Hosts and guests revisited: tourism issues on the 21st century**. Nova Iorque: Cognizant Corporation, 2001.

PLENTZ, R. S. Hospitalidade: trocas humanas versus trocas mercadológicas. **Revista Hospitalidade**, ano 2, n. 2, p. 47-68, 2005.

PLOEG, J. D. O que é, então, o campesinato? In: \_\_\_\_\_. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 33-72.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

POSEY, D. Introdução. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes/FINEP, 1987. p. 15-25.

POTIGUAR JR, P. L. T. Uma etnografia da migração interna de pescadores no nordeste paraense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 1354-1364.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. A Etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente e sociedade**, v. 18, n. 4, p. 139-160, 2015.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. A experiência do conhecimento em Tim Ingold e as etnociências: reflexões a partir de um estudo de caso etnoecológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 839-853, 2017.

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, p. 205-224, 2003.

RAVAGNANI, O. M. Subsídios para o estudo da medicina popular no Brasil. **Perspectivas**, v. 4, p. 65-73, 1981.

REIS, T. B.; MORAES, M. D. C. Trabalho infantil e cultura camponesa: interpelações às políticas públicas. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 244-252, 2016.

REPKO, A. F. Defining interdisciplinary studies. In: \_\_\_\_\_. **Interdisciplinary research: Process and theory**. Sage: London, 2008. p. 3-26.

REYES-GARCÍA, V.; GUÈZE, M.; LUZ, A. C.; PANEQUE-GÁLVEZ, J.; MACÍA, M. J.; ORTA-MARTÍNEZ, M.; PINO, J.; RUBIO-CAMPILLO, X. Evidence of traditional knowledge loss among a contemporary indigenous society. **Evolution and Human Behavior**, v. 34, p. 249-257, 2013a.

REYES-GARCÍA, V.; LUZ, A. C.; GUÈZE, M.; PANEQUE-GÁLVEZ, J.; MACÍA, M. J.; ORTA-MARTÍNEZ, M.; PINO, J. Secular trends on traditional ecological knowledge: An analysis of changes in different domains of knowledge among Tsimane' men. **Learning and Individual Differences**, v. 27, p. 206-212, 2013b.

REYES-GARCÍA, V.; VADEZ, V.; BYRON, E.; APAZA, L.; LEONARD, W. R.; PEREZ, E.; WILKIE, D. Market economy and the loss of folk knowledge of plant uses: estimates from the Tsimane' of the Bolivian Amazon. **Current Anthropology**, v. 46, n. 4, p. 651-656, 2005.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia e turismo: notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 6, p. 71-82, 1992.

RODRIGUES, L. C.; SANTOS, P. A. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. **Cadernos do LEME**, v. 4, n. 1, p. 67-93, 2012.

ROJEK, C.; URRY, J. Transformations of travel and theory. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Touring cultures: transformations of travel and theory**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997. p. 1-22.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

RUIZ-MALLÉN, I.; MORSELLO, C.; REYES-GARCÍA, V.; FARIA, R. B. M. Children's use of time and traditional ecological learning. A case study in two Amazonian indigenous societies. **Learning and individual differences**, v. 27, p. 213-222, 2013.

SÁEZ, O. C. **Esse obscuro objeto da pesquisa**: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Santa Catarina: Edição do autor, 2013.

SALES, J. B. L.; MEHLIG, U.; NASCIMENTO, J. R.; RODRIGUES FILHO, L. F.; MENEZES, M. P. M. Análise estrutural de dois bosques de mangue do rio Cajutuba, município de Marapanim, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 4, n. 1, p. 27-35, 2009.

SANTANA, A. **Nuevas hordas, viejas culturas?** La Antropología y el turismo. Barcelona: Ariel, 1997.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 61-81, 2005.

SANTOS, R. J.; BARRETTO, M. Aculturação, impactos culturais, processos de hibridação: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo. **Turismo em análise**, v. 17, n. 2, p. 244-261, 2006.

SARACENO, C. Família, trabalho, economia. In: **Sociologia da Família**. 2. Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p.163-197.

SAUTCHUK, C. E. Laguistas et pescadores: L'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil). **Techniques & Culture**, n. 45, 2005.

SAUTCHUK, C. E. **O arpão e o anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). 2007. 402 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SAYNES-VÁSQUEZ, A; CABALLERO, J.; MEAVE, J. A.; CHIANG, F. Cultural change and loss of ethnoecological knowledge among the Isthmus Zapotecs of Mexico. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 9, p. 40, 2013.

SCOLES, R. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 265-282, 2011.

SCORSATO, S. M. Hospitalidade: o desafio das populações de pescadores que se transformam em fornecedores de serviços turísticos. **Revista Hospitalidade**, ano III, n. 2, p. 77-89, 2006.

SERRA, O. Antropologia nas encruzilhadas: "que é feito da etnociência?" Algumas reflexões teóricas a partir de pesquisas sobre etnomedicina e etnobotânica no mundo do candomblé. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 1/2, p. 120-130, 2001.

SETALAPHRUK, C.; PRICE, L. L. Children's traditional ecological knowledge of wild food resources: a case study in a rural village in Northeast Thailand. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 3, p. 33, 2007.

SHANLEY, P.; LUZ, L. The impacts of forest degradation on medicinal plant use and implications for health care in Eastern Amazonia. **Bioscience**, v. 53, n. 6, p. 573-584, 2003.

SHANLEY, P.; ROSA, N. A. Eroding knowledge: an ethnobotanical inventory in Eastern Amazonia's logging frontier. **Economic Botany**, v. 58, n. 2, p. 135-160, 2004.

SILVA, C. C.; SOUZA-FILHO, P. W. M.; RODRIGUES, S. W. P. Morphology and modern sedimentary deposits of the macrotidal Marapanim Estuary (Amazon, Brazil). **Continental Shelf Research**, v. 29, n. 3, p. 619-631, 2009.

SILVA, C. G.; FLOR, A. S. O.; MONTEIRO, M.; BARBOSA, W. L. R. Desenvolvimento local sustentável como liberdade: planejamento estratégico de organização comunitária. **Universidade e meio ambiente**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2016.

SILVA, D. C. **Dinâmica populacional e distribuição espacial de *Petrolisthes armatus* Gibbes, 1850 (Crustacea; Porcellanidae) do estuário de Marapanim, litoral amazônico.** Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Belém, Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, R. M.; MEHLIG, U.; SANTOS, J. U. M.; MENEZES, M. P. M. Vegetação de restinga do Estado do Pará, Amazônia Brasileira: uma síntese. **Brazilian Journal of Botany**, v. 33, n. 4, p.563-573, 2010.

SILVA, V. A.; NASCIMENTO, V. T.; SOLDATI, G. T.; MEDEIROS, M. F. T.; ALBUQUERQUE, U. P. Techniques for analysis of quantitative ethnobiological data: use of indices. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. (Orgs.). **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 379-396.

SIMMEL, G. The stranger. In: WOLFF, K. H. (Ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Nova Iorque: The Free Press, 1950. p. 402-408.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.

SMITH, V. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2ª ed. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1989. p. 1-18.

SOUZA, C. C. Turismo de sol e praia e segunda residência: transformações territoriais na ilha de Itaparica (BA). SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2014, Cocal. **Anais...** Cocal: Anptur, 2014.

SOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.

SRITHI, K.; BALSLEV, H.; WANGPAKAPATTANAWONG, P. Medicinal plant knowledge and its erosion among the Mien (Yao) in northern Thailand. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 123, p. 335-342, 2009.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico** 1984. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. p. 11-44.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada. Sistemas de trabalho e estrutura familiar: O caso das fazendas de café em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. Editora Brasiliense, 1982.

SUJARWO, W.; ARINASA, I. B. K.; SALOMONE, F.; CANEVA, G.; FATTORINI, S. Cultural erosion of Balinese indigenous knowledge of food and nutraceutical plants. **Economic Botany**, v. 68, n. 4, p. 426-437, 2014.

SZLAFSZTEIN, C.; STERR, H. J. A GIS-based vulnerability assessment of coastal natural hazards, state of Pará, Brazil. **Journal of Coastal Conservation**, v. 11, n. 1, p. 53-66, 2007.

SZTOMPKA, P. Conceitos fundamentais no estudo da mudança; As vicissitudes da ideia de progresso. In: \_\_\_\_\_. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998. p. 23-82.

TEDESCHI, L. A. Mulheres e a sociedade agrária: representações sociais e relações de gênero. **Sæculum**, n. 26, p. 295-310, 2012.

TEIXEIRA, J. M. J. **Diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Marapanim**: um olhar sobre o distrito de Marudá e a sede municipal. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais) – Belém, Universidade Federal do Pará, 2015.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.267-304.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, 2009.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 96-116.

TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada: turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid: Endymion Editorial. 1991.

TURNER, V. Passages, margins, and poverty: religious symbols of *communitas*. In: **Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society**. Ithaca: Cornell University Press, 1975.

VASCONCELOS, V. N. P. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Ártemis**, v. 3, 2005.

VELSEN, J. The extended-case method and situational analysis. In: EPSTEIN, A. L. (Org.). **The craft of social Anthropology**. Londres: Tavistock Publications, 1967. p. 129-149.

VINCENT, J. Agrarian society as organized flow: process of development past and present. **Peasant studies**, v. 6, n. 2, p. 56-65, p. 1977.

VOEKS, R. A.; LEONY, A. Forgetting the forest: assessing medicinal plant erosion in Eastern Brazil. **Economic Botany**, v. 58 (suplemento), p. 294-306, 2004.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel. (Org.). **Weber**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1979. p. 128-141.

WILLEMS, E. Contribuição para uma Sociologia da vizinhança. **Sociologia**, v. 3, n. 1, p. 29-43, 1941.

WITKOSKI, A. C. Organização social do trabalho da família camponesa. In: **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2007. p. 160-185.

WOLF, E. Aspectos sociais do campesinato. In: \_\_\_\_\_. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 88-113.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 119-129. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

ZUCHIWSCHI, E.; FANTINI, A. C.; ALVES, A. C.; PERONI, N. Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. **Acta Botanica Brasilica**, v. 24, n. 1, p. 270-282, 2010.